

Apresentação

A *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, abre seu volume 4, número 1 (janeiro a junho de 2014), com o dossiê “O mundo rural no século XXI”, organizado por nosso colega Rodrigo Constante Martins. A partir das transformações que vêm ocorrendo no rural, o dossiê apresenta em cinco artigos uma perspectiva internacional tanto da pluralidade de abordagens da atual sociologia rural quanto a “multiplicidade de objetos de pesquisas”. Isto porque, se desde sua origem havia uma gênese entre o rural e o agrícola, hoje a própria ruralidade se tornou plural, refletindo-se na sociologia. Somos assim inseridos em reflexões atuais sobre o mundo rural e sua complexidade neste início de século. O dossiê se inicia com a reflexão de Alicia Reigada, da Universidade de Sevilla, que mobiliza a literatura feminista para analisar trabalhadoras imigrantes em cadeias agrícolas globais do sul da Espanha. O segundo artigo, de Luis Daniel Hocsman, discute, a partir do caso argentino, as mudanças no rural a partir de novos modos de territorialização do capital nas escalas global e local. Temática semelhante é trabalhada por Hubert Carton de Grammont, da Universidad Nacional Autónoma de México, que discute e relaciona as mudanças no rural com as transformações do capital industrial no último período, mais especificamente com a acumulação flexível. O quarto artigo, escrito a seis mãos por nossas colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, traz o debate sobre este novo rural no contexto brasileiro a partir do debate sobre as relações de trabalho e sua degradação nos canaviais paulistas. Por fim, o dossiê se encerra com outro artigo coletivo de Leonilde Servolo de Medeiros, Mariana Trotta Quintans e Silvia Aparecida Zimmermann, que, a partir de estudos de caso, discutem o rural e o urbano no contexto brasileiro.

Irlys Alencar F. Barreira abre a seção Artigos com “Ação direta e simbologia das ‘jornadas de junho’: notas para uma sociologia das manifestações”, texto no qual busca analisar as intrigantes manifestações que se espalharam pelo Brasil a partir do primeiro semestre de 2013 e que vêm sendo denominadas “jornadas de junho”. A autora busca analisar as “jornadas de junho” não a partir de uma perspectiva de causas e efeitos do fenômeno, mas tomando por referência a busca do entendimento das ações em sua expressividade. Analisando as plurais e difusas “palavras de ordem” que se fizeram presentes, o trabalho busca entender os sentidos e o repertório subjacentes às “vozes das ruas”. A autora apresenta uma perspectiva de análise que busca compreender as manifestações não na simples chave da falta – falta de cidadania, falta de estratégia política, falta de

direção –, mas sim como emanadas da própria democracia, que trazem à luz sociabilidades diversas.

Em seguida, Berenice Bento traz uma discussão sobre a identidade de gênero das pessoas trans. Seu artigo, “Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal”, expõe como a questão do reconhecimento de pessoas trans (transexuais, intersexes, transgêneros e *queer*) tem se dado de uma maneira peculiar e precária no contexto brasileiro. Analisando as normas que estabelecem o respeito à identidade de gênero das pessoas trans a partir do reconhecimento do “nome social” nas esferas micro (escolas, hospitais, repartições públicas), a autora problematiza que, ao parcelar os dispositivos legais de pessoas trans, esse processo representa para as pessoas trans não o alcance a uma cidadania plena, mas, como é tradição em nossa história, a uma cidadania precária.

Henrique Zoqui Martins Parra, em “Sujeito, território e propriedade: tecnologias digitais e reconfigurações sociais”, busca discutir como as novas tecnologias digitais de comunicação e a crescente mediação que elas estabelecem em domínios da vida social tais como o sujeito, o território e a propriedade modificam algumas das fronteiras (conceituais e práticas) historicamente construídas sobre cada uma delas. Dessa maneira, o artigo aponta as tensões que emergem em torno das reconfigurações de cada um desses domínios e como tais tensões expressam a constituição de um novo campo político que tem como objeto de disputa as definições sociotécnicas que regulam o funcionamento dos dispositivos digitais. O foco de discussão está, portanto, nos aspectos relacionados à tecnopolítica, enquanto política das tecnologias digitais.

Anna Paula Vencato, em “A diferença dos outros: discursos sobre diferenças no curso Gênero e Diversidade na Escola, da UFSCar”, busca refletir sobre sua experiência como docente no curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), oferecido para professores e professoras da rede pública de ensino básico, curso que busca oferecer formação continuada para esses profissionais da educação. A partir da problematização dessa experiência, a autora discute como as diferenças são, no cotidiano escolar, transformadas em desigualdades e como o sistema de ensino e todas as pessoas que o movem têm dificuldades de lidar com a questão das diferenças, mostrando a necessidade de aprofundar os debates e formações sobre gênero e diversidade no ambiente escolar.

Laura Lowenkron encerra a seção Artigos com “A emergência da pedofilia no final do século XX: deslocamentos históricos no emaranhado da ‘violência sexual’ e seus atores”, no qual busca entender as principais mudanças nos princípios classificatórios utilizados para reconhecer e organizar atos categorizados como “violência sexual” e as pessoas envolvidas nesses comportamentos: agressor e

vítima. A partir de uma reconstrução histórica desses princípios classificatórios, a autora busca demonstrar como se construiu uma nova ideia de violência que se situa entre o crime e a perversão sexual. O efeito desse processo é menos garantir a proteção de crianças “de carne e osso” contra as várias formas de dominação e violência e mais a disseminação do horror e do sentimento de perigo, a fabricação de figuras estereotipadas e a ênfase na *monstruosidade* moral.

Por fim, Vanberto Rossi resenha *O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas*, livro organizado por Edvaldo Souza Couto e Sivana Vilodre Goellner. Contendo ensaios das áreas de sociologia, antropologia, pedagogia, educação física, comunicação e direito, a obra traz importantes reflexões sobre o estatuto do corpo na contemporaneidade.

O Comitê Editorial agradece ao curso de aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola, da UFSCar, e à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação, pelo apoio para a viabilização do presente volume da *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar.

Boa leitura!

Comitê Editorial

Richard Miskolci, Jorge Leite Júnior e Fábio J. Bechara Sanchez

Apresentação do Dossiê

Rodrigo Constante Martins¹

É inquestionável que, desde sua gênese, a sociologia rural tomou a agricultura como núcleo privilegiado de sociabilidade no campo. Ora referenciadas no debate sobre a condição camponesa, ora problematizando a modernização da agricultura, as análises sobre a produção agrícola pautaram os estudos rurais no curso do século XX. Nos últimos 25 anos, contudo, as estatísticas sobre demografia, emprego e qualidade de vida no campo permitiram a formulação de novas hipóteses sobre a associação *ipsis litteris* do rural à agricultura. Em diferentes países, o crescimento da população rural (com variadas mudanças de perfil e composição), somado à consolidação da questão ambiental (que impactou a produção de alimentos, a geração de energia e, principalmente, as modalidades de uso e conservação dos recursos naturais), demandou dos especialistas a mobilização de novos aportes analíticos para a compreensão de um rural que escapava à dinâmica exclusiva da economia agrícola.

Como resultado deste contexto, um importante avanço nos estudos rurais foi a crescente atenção à multidimensionalidade dos objetos de pesquisa. A ruralidade passou a ser abordada como um conceito de natureza territorial e não setorial. As múltiplas dimensões envolvidas nas arenas territoriais têm fomentado investidas analíticas sobre as ressignificações e os modos de construção de relações materiais e identitárias entre grupos e classes sociais no campo. Um exemplo deste deslocamento encontra-se nos estudos recentes sobre os tradicionais temas da renda e do trabalho agrícola, que passaram a ser entrecortados por dimensões analíticas até então pouco usuais, tais como o gênero, a raça, a etnia, as relações extraeconômicas de reciprocidade e as bases culturais de mediação do uso da terra e dos recursos naturais.

Estes avanços conceituais contribuíram para reposicionar a ruralidade como tema de estudo. Sem embargo, a compreensão contemporânea do mundo rural é marcada tanto pela delimitação de suas interações com os espaços urbanos – fugindo do dualismo há muito contestado por Queiroz (1978) – quanto pela identificação de seus modos específicos de sociabilidade. O rural é, assim,

1 Departamento de Sociologia – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil - rmartins@ufscar.br

interpretativamente remontado como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e arena de sociabilidade de onde se vê e onde relações e significados são negociados.

Para este esforço de compreensão, a sociologia continua a desempenhar um papel fundamental. Seja por seu característico diálogo interdisciplinar – ou caráter híbrido, conforme sugerem Alphandéry e Billaud (2009) –, seja através de seu próprio movimento disciplinar, a sociologia faz ressoar nos estudos rurais suas ricas tensões teóricas. Afinal, como bem sugere Jollivet (1998: 5-6), “se a sociologia rural, antes de tudo, é sociologia, ela se integra nas evoluções gerais – temáticas, metodológicas, teóricas – da sociologia. Isto, aliás, é patente se se considera a sua própria história: é assim que ela, cada vez mais – ou simultaneamente –, foi durkheimiana, funcionalista, culturalista, marxista, estruturalista, weberiana etc.”

O objetivo deste Dossiê é justamente apontar para a diversidade de problemáticas e perspectivas teóricas que marcam os estudos rurais recentes em sua vertente sociológica. Os textos aqui reunidos versam sobre diferentes realidades empíricas do mundo rural no século XXI, ao mesmo tempo em que também refletem modos de se pensar as ruralidades no contexto da produção contemporânea nas ciências sociais em geral e na sociologia em particular.

O artigo que abre o Dossiê situa de modo ímpar a diversidade de problemáticas constitutivas das ruralidades neste novo século. De autoria de Alicia Reigada, o texto parte da teoria feminista para discutir as relações de trabalho na agricultura de exportação da região de Andaluzia (sul da Espanha). Ao questionar o problema de se reduzir a perspectiva feminista ao enfoque de gênero, a autora propõe a revisão das categorias de análise empregadas nos estudos agrários sobre o trabalho, destacando tanto seu tradicional viés androcêntrico como as limitações do pensamento dualista. No estudo sobre a implementação de um programa de trabalhadoras agrícolas temporárias no cultivo intensivo de morango, Reigada lança mão das noções de prática e experiência para revelar como trabalhadoras procedentes do leste europeu e do Marrocos são submetidas a diferentes variáveis e sistemas de hierarquização social. Mediante o diálogo com as categorias trabalho e etnia, a autora avança sobre o potencial da teoria feminista para os estudos rurais, perseguindo novas pistas sobre a construção histórica das experiências de segregação no campo.

No segundo texto do Dossiê, Luis Daniel Hacsman propõe a atualização da questão agrária no contexto das transformações do processo de territorialização do capital nas escalas global e local. Tomando por base o caso argentino

– mas fazendo referência também às realidades do Brasil, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai –, o autor discute como, neste início de século, as relações capitalistas de produção vêm expandindo suas bases de acumulação e dominação territorial, avançando no espaço agrário através das ramificações nos setores energético, mineral e nos investimentos voltados ao turismo ambiental-rural. Deste movimento resultaria, sob a óptica do autor, a agudização das contradições históricas do capitalismo no campo, que alimentaria os conflitos de classe em torno da concentração da propriedade e da renda fundiária.

Também em diálogo com a literatura marxista sobre a questão agrária, Hubert Carton de Grammont traz, no terceiro artigo do Dossiê, um balanço do papel histórico do capital industrial nos processos de urbanização e de contraurbanização nos chamados países desenvolvidos – em particular, nos Estados Unidos e na França. Por meio da retomada das características de mobilidade populacional e do trabalho em diferentes regimes de acumulação, o autor argumenta que, se o fordismo foi especialmente marcado pelas concentrações industrial e populacional em cidades que se tornaram verdadeiras macrometrópoles, a chamada acumulação flexível teria importância decisiva na descentralização e na desconcentração industrial, trazendo novas populações às áreas rurais com a distensão das cadeias produtivas. Este regime de acumulação demandaria novos serviços econômicos a estes territórios, influenciando, portanto, sobre a organização da produção agrícola, submetida desde o final do século XX a outra logística de comercialização e de escoamento de seus produtos.

O quarto artigo do Dossiê traz o debate sobre o mundo rural no século XXI para o contexto brasileiro. Em estudo sobre a “nova” morfologia do trabalho nos canais paulistas, Maria Aparecida de Moraes Silva, Juliana Dourado Bueno e Beatriz Medeiros de Melo problematizam a dialética da racionalidade-irracionalidade na organização das frentes de trabalho no campo. As autoras identificam situações de trabalho que, pelas condições de disciplina e insalubridade, se revelam o avesso dos supostos progresso e racionalidade comumente atribuídos ao processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar. A máquina, metaforicamente tratada no artigo como *top model*, para seu deslocamento (ou desfile) no canal, demanda um conjunto de atividades que são desempenhadas por turmas de trabalho constituídas por homens e mulheres “invisíveis”, considerados(as) polivalentes e não qualificados(as). São, em sua maioria, trabalhadores à frente das turmas do veneno e da vinhaça e trabalhadoras à frente da recolha de bitucas, pedras e tocos – garantindo assim o sucesso do desfile da máquina. Este tipo de “enfrentamento do canal”, concluem as autoras, seria uma das faces da degradação do trabalho que segue amparando a acumulação no campo.

Por fim, o texto que fecha o Dossiê retoma o importante debate sobre as definições de rural e urbano na sociedade brasileira. Através de três estudos de caso, realizados em diferentes regiões do país (sul, sudeste e norte), Leonilde Servolo de Medeiros, Mariana Trotta Quintans e Silvia Aparecida Zimmermann analisam a constituição das noções de rural e urbano no plano legal. Com base nos encaminhamentos em torno da formulação de planos diretores municipais, as autoras revelam que certas demandas das populações do campo já começam a concorrer com a tradicional leitura do rural como simples espaço de produção. Nestas demandas, ainda bastante incipientes em termos de pressão política, estariam colocadas reivindicações por educação, saúde, lazer, mobilidade e acesso à informação. Os estudos de caso abordados no texto também sugerem a diversidade das formas de ruralidade encontradas no país, de tal sorte que, seja do ponto de vista analítico, seja do da promoção de políticas públicas, o tratamento territorializado da relação rural-urbano parece de fato incontornável.

Mais que estimular o conhecimento, espera-se que este conjunto de textos convide o público leitor da *Contemporânea* a refletir sobre alguns dos desafios sociais e políticos que marcam as sociabilidades rurais neste início de século. E indo além: que esta reflexão seja crítica; isto é, que busque, nestes estudos, os limites a partir dos quais novos olhares serão imperativos.

Referências

- ALPHANDÉRY, Pierre; BILLAUD, Jean-Paul. Retour sur la sociologie rurale. *Études Rurales*, n. 283, 2009, pp. 9-22.
- JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, 1998, p. 5-25.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo, LCT/EDUSP, 1978, pp. 263-314.

Um olhar feminista sobre o trabalho nas cadeias agrícolas globais

Alicia Reigada¹

Resumo: Este texto apresenta algumas chaves teóricas que permitem enquadrar e repensar o estudo do trabalho em cadeias agrícolas globais a partir de uma perspectiva feminista, a fim de superar o viés androcêntrico ainda vigente nos estudos agrícolas. Para ilustrar essas ideias nos apoiaremos, de forma sucinta, em alguns resultados obtidos a partir de uma investigação empírica realizada, a partir do campo da antropologia social, sobre a organização social do trabalho na agricultura de exportação na Andaluzia (sul da Espanha).

Palavras-chave: perspectiva feminista; androcentrismo; estudos agrários; trabalho; cadeias globais agrícolas.

A feminist perspective of labor in global agro-food chains

Abstract: *The present study analyzes theoretical concepts that permit us to restructure the literature on global agro-food chains from a feminist perspective, with the intention to surpass the androcentric bias present in the majority of agricultural studies. To illustrate these proposals we will base our arguments on concise results extracted from an empirical investigation conducted from a social anthropological perspective, concerning the social labor organization in intensive agriculture (South of Spain).*

1 Departamento de Antropología Social – Grupo de Investigación GEISA – Universidade de Sevilla (US) – Sevilla – Espanha – aliciareigada@us.es

Keywords: *feminist perspective; androcentrism; agricultural studies; labor; global agro-food chains.*

1. Introdução

Como acontece em outras áreas de conhecimento, a partir dos anos 1970 e 1980 economistas, historiadoras, sociólogas, antropólogas e historiadoras feministas se somaram ao esforço de combater o viés androcêntrico presente nos estudos agrários. Mais de três décadas depois, observamos que o impacto da teoria feminista neste campo de investigação tem sido escasso e limitado. É por isso que parece necessário continuar refletindo sobre as contribuições e implicações que supõe aplicar esta perspectiva, neste caso ao estudo do trabalho nas cadeias agrícolas globais.

É fundamental, desse modo, começarmos recordando os pressupostos de que partimos nesta análise. Em primeiro lugar, não podemos reduzir a perspectiva feminista, inscrita em correntes de pensamento muito amplas e plurais, ao denominado enfoque de gênero, pois o gênero é apenas uma das categorias de análise empregadas nos estudos feministas. Em segundo lugar, não nos encontramos diante de um campo de estudo específico e independente da sociologia ou da antropologia rural, mas diante de uma perspectiva de análise transversal que procuraremos aplicar, no âmbito que aqui nos ocupa, aos estudos sobre história e economia agrária, sociologia e antropologia do trabalho ou migrações de trabalho.

Com o objetivo de incorporar a análise feminista nas investigações sobre cadeias agrícolas mundiais, resgatamos neste texto algumas das principais contribuições da teoria feminista para o campo de estudo mais amplo da economia e do trabalho. Sem a pretensão de apresentar um “estado da arte” ou uma revisão sistemática destas contribuições, nos deteremos em algumas chaves analíticas gerais.

O presente texto² se propõe a abordar, por um lado, a necessidade de rever e redefinir determinadas categorias e perspectivas de análise empregadas nos estudos agrários sobre o trabalho. Por outro lado, visa destacar o potencial da abordagem feminista aplicada a algumas propostas analíticas amplamente desenvolvidas no campo das ciências sociais, aquelas preocupadas em incorporar a este campo de estudo: um enfoque integrador e holístico, capaz de superar as

2 A discussão que apresentamos neste artigo tem sido realizada no marco do projeto intitulado “Sostenibilidad social de los nuevos enclaves productivos agrícolas: España y México” (ENCLAVES), dirigido por Andrés Pedreño Cánovas e financiado pelo Ministério de Ciência e Inovação (2012-2014, CSO2011-28511).

limitações do pensamento dualista; uma perspectiva histórica, construtivista e relacional, que permita explorar o modo como a força de trabalho (e a segregação) é “criada”, e não “dada”, e que, na reflexão sobre o contraste entre a internacionalização do capital e a localização do trabalho, articule as diferentes variáveis e os diversos sistemas de hierarquização social; finalmente, uma abordagem concebida a partir da “teoria da prática”, que alcance complementar a análise estrutural tomando em conta os atores sociais e a experiência humana.

Para ilustrar essa perspectiva nos apoiaremos de maneira breve em alguns resultados extraídos de uma investigação empírica realizada a partir da antropologia social na agricultura de exportação na Andaluzia (sul da Espanha). Em particular, na organização social do trabalho no cultivo intensivo de morango, a partir da implementação de um programa de trabalhadoras agrícolas temporárias, procedentes da Europa do leste e do Marrocos.

Na Andaluzia, região agrícola mais importante da Espanha, embora predomine a estrutura fundiária latifundista, devemos tomar em conta que a agricultura intensiva que é introduzida na década de 1970, caracterizada pela intensificação das relações capitalistas de produção, pela industrialização da agricultura, por uma orientação para os mercados globais e pela salarização do trabalho, é todavia baseada na pequena propriedade familiar.

É neste contexto que se inscreve o cultivo de morangos em Huelva (costa oeste da Andaluzia), que, além de ter se tornado o primeiro exportador de morangos da Europa e o segundo no mundo depois da Califórnia, é um dos principais expoentes dos programas de trabalhadores agrícolas temporários da Europa. Este programa, chamado na Espanha “sistema de contratação na origem”, foi implantado na Andaluzia há uma década e apresenta algumas características e certos princípios semelhantes aos de outros programas de trabalhadores agrícolas temporários³.

A perspectiva adotada na análise dos processos de substituição étnica da força de trabalho, além de nos situar na perspectiva histórica necessária para entender a passagem dos antigos trabalhadores sazonais (*jornaleros*) às novas trabalhadoras temporárias e a adoção de novas políticas de gestão do trabalho agrícola, nos permite delinear os diferentes tipos de migrações que estão acontecendo e que coexistem hoje nos campos de morangos. Em um primeiro momento, a força de trabalho era composta por famílias de migrantes sazonais andaluzes. Tratava-se, desse modo, de uma migração interna de caráter familiar

3 Através deste programa foram contratadas, em 2007, exatamente o período anterior à crise econômica, uma média de 35.000 mulheres imigrantes, procedentes principalmente da Romênia, da Polónia e do Marrocos.

que acompanhava o ciclo das estações do ano agrícola na Espanha e no sul da França. Foi na década de 1990 que a perda crescente do protagonismo das famílias de migrantes sazonais nos campos de morangos deu lugar à chegada de imigrações compostas por trabalhadores marroquinos, aos quais se somaram, já no final daquela década, os primeiros trabalhadores temporários da África subsaariana. Desta vez estamos diante de uma imigração jovem e predominantemente masculina.

Com a implementação do sistema de recrutamento de mulheres imigrantes na origem se inaugura uma nova fase marcada por transformações significativas no modelo de organização do trabalho: nos sistemas de recrutamento da força de trabalho, na composição e na segmentação da mão de obra e nos padrões migratórios. O novo modelo seria apresentado, pelas organizações agrárias, pelo mercado e por parte dos sindicatos e instituições públicas, como “o modelo ideal de imigração ordenada”. Esta óptica, embora revele as desigualdades implicadas neste tipo de programa, oculta o papel que as políticas públicas têm desempenhado na institucionalização dessa desigualdade⁴.

2. O viés androcêntrico nos estudos agrários

Neste exercício de rever e redefinir certas categorias e perspectivas analíticas, deve-se começar recordando que as maneiras de conceber e organizar o trabalho não permanecem imutáveis no tempo, nem são o resultado da “evolução natural” da sociedade. Pelo contrário, é essencial atentar para as raízes históricas e culturais do trabalho, que tendem a ser negligenciadas por uma parte importante da teoria econômica.

A própria história econômica tem demonstrado como têm se transformado a compreensão social da noção de trabalho e seu significado para os indivíduos e grupos sociais. Uma genealogia do conceito de trabalho (Naredo, 2006) nos revela que se trata de uma categoria profundamente histórica e aponta, assim, para a conexão que se estabelece entre ciência, ideologia e sociedade. Como adverte o autor, a noção de “trabalho” como uma categoria homogênea se consolidou no século XVIII, junto com a metáfora da “produção” de riqueza, o mito

4 Em sua análise sobre o trabalho com cana-de-açúcar no estado de São Paulo, Silva (2001) refere-se à formação de um “mercado migratório de trabalho ordenado”, mas o faz de um ponto de vista crítico para aludir às formas de controle e regulação do mercado de trabalho, sustentado com base na migração interna de milhares de pessoas e onde a força de trabalho, ainda que desqualificada, torna-se essencial para garantir os padrões de acumulação de capital.

do “crescimento” e a própria ideia de “sistema econômico”, para dar sustentação ao nascimento da economia como uma disciplina (2006: 156).

As análises feministas, seguindo – e revisando – as contribuições da história econômica, da sociologia e da antropologia do trabalho ou dos estudos sobre desenvolvimento, ao historicizar as formas de divisão sexual do trabalho e problematizar a concepção mesma do que é definido como economia e trabalho, tem permitido desvelar as lógicas culturais e suas implicações sociais sobre a subordinação das mulheres.

A crítica ao modo como se havia concebido o papel das mulheres nos primeiros programas de desenvolvimento, promovidos nas décadas de 1960 e 1970, no âmbito do denominado enfoque mulher em desenvolvimento (MED), e à premissa básica adotada a partir desta abordagem, segundo a qual o problema foi que o desenvolvimento tinha marginalizado as mulheres e era necessário integrá-las a ele, permitirá aprofundar esta perspectiva. Ao afirmar que não se tratava de um problema de marginalização, mas do modo como as mulheres tinham sido incorporadas aos processos capitalistas de modernização agrária, as autoras situadas no enfoque gênero em desenvolvimento (GED) inauguram, nos anos 1980, uma via importante para repensar as categorias analíticas empregadas nos estudos agrícolas. Esta revisão tornaria possível confrontar a dupla dimensão em que se traduz o viés androcêntrico⁵ na teoria econômica: o problema da invisibilização, que faz que as mulheres permaneçam ausentes nas análises, e o problema da representação, a partir do qual se tendia a essencializar e naturalizar a vida das mulheres e a representá-las como meros sujeitos passivos⁶.

Desse modo, tal perspectiva soma-se ao esforços da teoria feminista para revelar a parcialidade da teoria econômica dominante, que, sob conceitos supostamente neutros (Ferberamp e Nelson, 2004), tem omitido de suas análises as atividades econômicas realizadas pelas mulheres, considerando que elas não participam na vida econômica – esta reduzida ao mercado –, e, de outro modo,

5 A antropóloga Molyneux define androcentrismo como “a orientação teórica e ideológica que se centra principalmente, e às vezes exclusivamente, em homens e nas relações que se estabelecem entre eles [o que] revela uma tendência a excluir as mulheres dos estudos históricos e sociológicos e conceder insuficiente atenção às relações sociais em que elas se inscrevem” (1977: 79).

6 Como o exemplo da nova economia da família, que tem seu ponto de partida no trabalho de Becker nos anos 1960, para o qual as mulheres e a família se tornam objeto de estudo da teoria econômica. O viés androcêntrico, desta vez, não significa uma infrarrepresentação das mulheres, mas sua representação essencializada como mães, esposas e donas de casa. Para uma análise do viés androcêntrico presente nas três escolas fundamentais da economia – a economia política clássica, a nova escola marginalista e a economia política marxista – ver Gardiner, 1999.

desconsiderado as condições diferentes e desiguais em que homens e mulheres são incorporados nos sistemas agroalimentares.

Neste sentido, Elson (1995) levanta o problema do uso de categorias científicas – tais como os conceitos de “modernização”, “desenvolvimento”, “economia”, “trabalho”, “produção”, “reprodução”, “setor formal”, “setor informal”, “grupo doméstico”, “família” — que são apresentadas como conceitos abstratos e neutros, mas que na prática estão imbuídos de uma orientação androcêntrica (*male bias*), oferecendo uma visão que obscurece e legitima as assimetrias de sexo/gênero.

Nesta perspectiva se situam as tentativas, iniciadas nos anos 1980, de superar a naturalização da noção de trabalho vinculada ao pensamento dualista, que estabelece uma rígida separação entre a esfera da “produção”, associada exclusivamente à produção de mercadorias (valor de troca), e a esfera da “reprodução”, reduzida a tarefas historicamente atribuídas às mulheres no interior da casa (valor de uso). Desse modo se oferece uma definição muito limitada das noções de produção e reprodução, além de uma barreira rígida entre a esfera do mercado e o âmbito doméstico-familiar. Considera-se, além disso, que ao aparecer envolta por conotações de naturalidade e homogeneidade tal dicotomia contribui para legitimar e universalizar a divisão sexual do trabalho, ao mesmo tempo em que oculta as relações de dominação que acontecem no interior dos grupos domésticos (Harris, 1986).

No caso da organização do trabalho na agricultura familiar de exportação, que aqui analisamos, esta perspectiva supõe contemplar o modo como se realiza uma valorização e uma divisão desiguais do trabalho, embora na experiência cotidiana a separação entre o âmbito doméstico e os trabalhos realizados na pequena propriedade familiar não seja tão rígida como na grande empresa capitalista. Enquanto se reconhecem os trabalhos realizados na pequena propriedade familiar pelos homens do grupo doméstico (considerados “produtivos”), são desconsiderados os trabalhos realizados por mulheres tanto na casa (percebidos como “reprodutivos” e, desse modo, “não trabalho”) como na pequena propriedade (não reconhecendo às mulheres o *status* de agricultoras ou considerando seu trabalho uma “ajuda” ao trabalho do “chefe de família”). Diante das abordagens teóricas que tendem a assumir e reproduzir este pensamento no campo científico, a crítica feminista propõe tomar tais dicotomias como objeto de estudo, e não como categorias de análise, para, em seguida, explicar como elas operam na realidade social estudada e quais são as suas implicações. Ao mesmo tempo, uma perspectiva que questione esta visão de grupo doméstico como um espaço ausente de conflitos, baseado nas relações de complementaridade entre os sexos, permitirá compreender como se constrói a divisão social do

trabalho em função do sexo (e da idade) nos grupos domésticos que sustentam o funcionamento das cadeias de produção global.

Quando pressupostos naturalizados sobre o “trabalho” e “a mulher trabalhadora”, noções que são cruciais para compreender as políticas sexuais do capitalismo contemporâneo (Mohanty, 2005), são assumidos – em vez de explicados e questionados – nas investigações acadêmicas, a análise acaba oferecendo uma visão que, como afirmara Elson (1995), obscurece e legitima as assimetrias de sexo/gênero. Desnaturalizar esses pressupostos permite eliminar os vieses que limitam o estudo da configuração dos mercados de trabalho agrícolas. Em nosso caso, requer, por exemplo, aprofundar a compreensão dos motivos que levam os agricultores a demandar fundamentalmente mulheres e a evolução nos critérios de seleção, até alcançar aquilo que os produtores de morango consideram o perfil da “trabalhadora ideal”.

A primeira das razões refere-se às supostas qualidades que as mulheres apresentam para os trabalhos de colheita e manuseio da fruta, que são aqueles que exigem um número mais elevado de mão de obra assalariada. A flexibilidade, a agilidade e a delicadeza, maiores nas mulheres em comparação com os homens, serão percebidas pelos empresários como qualidades ideais para colher um fruto delicado e perecível como o morango. No entanto, as vantagens que atribuem a tais qualidades “femininas” não são as únicas razões apresentadas. Todos eles insistem em que as mulheres são muito mais trabalhadoras do que os homens e criam menos conflitos. A idade é outro dos critérios que têm assumido importância nos últimos anos, pois se avalia negativamente a juventude de algumas mulheres selecionadas durante as primeiras temporadas. Relacionado a este critério, aparece aquele que exige que as mulheres tenham responsabilidades familiares: as mulheres jovens, solteiras e sem filhos são consideradas menos responsáveis e trabalhadoras que as mulheres de meia-idade, casadas (viúvas ou divorciadas) e com filhos, que, devido à sua situação familiar, se dedicariam ao trabalho e causariam menos problemas para o agricultor. Desta forma, ao preferir mulheres com responsabilidades familiares não apenas se busca preencher o perfil demandado pelos agricultores, mas também garantir um dos objetivos perseguidos pelas administrações públicas: o retorno das temporárias a seus países de origem uma vez finalizada a temporada. Desconstruir as ideologias sexuais que se apoiam em tais argumentos constitui uma tarefa central desta abordagem que defendemos.

Por outro lado, para uma análise feminista do trabalho nas cadeias agrícolas globais é igualmente pertinente resgatar as revisões que afirmam que as teorias do mercado dual (Piore, 1983) e a segmentação do mercado de trabalho

(Gordon, Edwards e Reich, 1986) partem de um conceito limitado tanto da noção de “qualificação”, que tem sido definida levando em conta o perfil da classe trabalhadora masculina empregada na indústria manufatureira, como dos conceitos de “mão de obra secundária” e “exército de reserva” (Beechey, 1994). Um uso abstrato de ambos os conceitos pode levar a homogeneizar e aprisionar em um categoria fechada a diversidade de experiências e condições em que se encontram as mulheres trabalhadoras ou outros grupos sociais, tal como o das pessoas imigrantes. Isso nos convida a questionar e problematizar a noção de “qualificação” que devemos empregar no estudo da feminização do trabalho em determinados cultivos (tais como o morango, a flor, a cereja), ou o modo de operar o conceito de “exército de reserva” para compreender os processos de fragmentação e a substituição da força de trabalho no cultivo do morango.

Outros esforços vêm também das contribuições das teóricas feministas preocupadas em refletir sobre as implicações do conceito de “trabalho flexível” em relação à feminização e à segmentação do trabalho e sobre as ideologias construídas em torno de atividades agrícolas ligadas a produtos frescos, de “qualidade” e “primor” (Lara, 1998; Barrientos, 1999a, 1999b; Barrientos, Kume e Hossain, 2004; Deere, 2005; Cavalcanti, 2011; Silva, 2011). Tais contribuições buscam complementar, em vez de combater, o androcentrismo que predomina nos estudos atuais sobre globalização agroalimentar, reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho.

3. Perspectivas de análise no enfoque feminista

3.1. Para além do pensamento dualista

Um passo importante é dado, no sentido de repensar a relação produção/reprodução, quando se toma como pressuposto que este propósito não deve se limitar a conceder a esta última o mesmo peso dado àquela, nem considerar simultaneamente ambas as esferas, mas, de outro modo, pensá-las a partir de sua articulação e sua integração. O que supõe voltar-se para objetos de estudo verdadeiramente transversais, que substituam o interesse atribuído no período anterior à preocupação com a direção dos efeitos que uma esfera exerce sobre a outra pela análise das inter-relações que se dão entre trabalho assalariado e trabalho familiar (Borderías e Carrasco, 1994).

Devemos destacar, no desenvolvimento desta trajetória, as primeiras contribuições realizadas desde a década de 1980 pela corrente feminista, em grande medida de orientação marxista, composta principalmente de pesquisadoras

formadas na América Latina, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Esta corrente se concentra na análise dos processos de modernização agrária, industrialização e intensificação das formas capitalistas de produção na América Latina e seu impacto nas relações sociais de sexo, respondendo à articulação que, neste contexto, se estabelece entre a economia de subsistência e a crescente salarização e proletarização feminina (observando a organização de grupos domésticos, do trabalho nas pequenas propriedades familiares e do mercado de trabalho nas grandes indústrias e plantações agrícolas).

Na tentativa de avançar no sentido de uma concepção globalizante do sistema social, Narotzky (2004) propõe partir de uma opção metodológica que se dedique a abordar o processo de reprodução social em sua totalidade, o que possibilitará superar os limites até agora apontados. “O objetivo teórico deveria ser o de integrar esses processos ‘reprodutivos’ na compreensão dos processos ‘econômicos’” (Narotzky, 2004: 228).

E justamente uma das grandes contribuições oferecidas a partir da antropologia é o desenvolvimento de uma abordagem global dos processos materiais de subsistência por meio do conceito de “reprodução social”, que “contribui para superar dualismos tais como aqueles que existem entre abordagens micro e macro, entre as perspectivas materiais e culturais e, em geral, entre ‘economia’ e ‘sociedade’” (2004: 14). Diante dos obstáculos inerentes a estes dualismos, a autora propõe contemplar a reprodução da “vida real” tomando em conta as relações sociais, as experiências, as práticas e os processos que conformam uma sociedade histórica concreta (Narotzky, 2004)⁷.

Esta questão está relacionada com uma das características da abordagem antropológica, a visão holística a partir da qual se pretende analisar os processos econômicos e de trabalho em relação à totalidade social, levando em conta os marcos institucionais e culturais nos quais se inscrevem e adquirem sentido (Florido, 2007). É a esta perspectiva que recorre Polanyi em sua teoria dos modos de integração, na qual se sustenta que a economia está incrustada na organização social. Como propõe o autor, a ideia de uma esfera do mercado autônoma e autorreguladora constitui uma utopia, mesmo para a economia de mercado, daí a necessidade de considerar o conjunto das instituições sociais (o Estado e as diferentes instituições públicas, a família e o parentesco, as associações comunitárias etc.) nas quais estão imersos os fenômenos econômicos (Narotzky, 2004: 129).

7 Como adverte a autora, esta concepção dialética é a que estará presente no marxismo cultural da primeira Escola de Birmingham, que na década de 1970 se propõe a superar tais dualismos.

Já nas investigações realizadas no seio da antropologia clássica encontramos esta perspectiva particular, que, em parte, contém algumas das revisões que a economia feminista faria posteriormente em relação à teoria econômica clássica. Tal como o interesse em compreender como os fenômenos econômicos atravessam outras esferas da sociedade (o parentesco, a religião, a política ou os rituais culturais), já que em tais sociedades não há separação entre “trabalho” e “ócio” ou não se reduz o trabalho ao mercado de trabalho, o que contribuiu para o interesse em estudar o sistema econômico das sociedades pré-capitalistas não ocidentais.

Além de ampliar seu sentido, esta definição de trabalho deve se expressar em termos relacionais, a fim de conectar o trabalho a diferentes esferas da sociedade, como o mercado, os grupos domésticos, a esfera da política ou dos espaços de sociabilidade. Neste sentido se inscreve o enfoque da economia feminista da ruptura (Carrasco, 1999; 2001; 2006; Orozco, 2006), a partir da proposição de algumas autoras de analisar conjuntamente as relações família-mercado, trabalho-políticas públicas (como um todo social), o que, por sua vez, permite reconhecer a conexão entre determinados modelos de família, o Estado e a economia capitalista.

Em sua aposta em um modelo baseado na sustentabilidade da vida humana, Carrasco (2001) analisa a tensão existente entre dois objetivos contraditórios (e, portanto, não complementares), o objetivo do lucro e o objetivo do cuidado com a vida humana, ou seja, a tensão entre a produção capitalista e o bem-estar humano.

Baseado nesta mesma perspectiva, Picchio (1999) parte da análise das políticas econômicas em sua relação com as relações sociais de gênero e o desenvolvimento rural, e adverte para a necessidade de levar em conta a vinculação existente entre produção e reprodução no sentido de garantir o desenvolvimento social. Para isso, ilustra como o trabalho das mulheres pode mesmo sacrificar a subsistência e a reprodução social em nome da produção orientada para a exportação. De tal modo que as monoculturas intensivas orientadas à exportação surgem rentáveis para os agentes do mercado, mas podem ser fatais para o desenvolvimento local. Este sistema de produção compromete o processo de reprodução social por tratar-se de um modelo que tem efeitos negativos – não só por explorar os recursos e o trabalho das mulheres tanto no âmbito familiar como nos cultivos intensivos – sobre a saúde, as condições de vida das mulheres e suas famílias, os ecossistemas e as culturas locais e a subsistência em geral.

Embora não possamos negligenciar que uma das dificuldades constitutivas desta perspectiva holística é, talvez, o risco de obscurecer e afastar-se do objeto de estudo, o desafio de aplicá-la a partir da perspectiva feminista (transversal), tal como tentaremos mostrar no esquema a seguir, abriria caminhos muito

proveitosos no sentido de enriquecer os estudos sobre o trabalho. O objetivo não seria, entretanto, tomar cada um dos âmbitos anunciados aqui como objeto de estudo, mas nos aproximarmos da configuração social do mercado de trabalho em cadeias agrícolas contemplando o modo como as diferentes esferas e instituições e os diversos agentes sociais se imbricam em tal configuração. Ou seja, colocar em relação as mudanças produzidas na organização do trabalho a partir da introdução deste programa de trabalhadoras agrícolas de temporada com: os grupos domésticos, tanto dos proprietários (especialmente se tomamos em conta que se trata de pequenas explorações agrícolas de caráter familiar) como das trabalhadoras imigrantes; as características e a lógica da cadeia agroalimentar global; o papel das políticas institucionais (migratórias, de trabalho); o papel das organizações agrárias e dos sindicatos de trabalhadores/as, das redes migratórias; o modelo residencial ligado a este tipo de programa para trabalhadores temporários.



Esta perspectiva nos revela, entre outras coisas, que nos processos de incorporação-exclusão no mercado de trabalho intervêm, além da divisão sexual do trabalho, a conjuntura econômica ou os perfis das mulheres trabalhadoras exigidos pelos agricultores, as necessidades dos grupos domésticos ou as mudanças nos padrões culturais. Estes dois últimos aspectos ajudam a compreender, por exemplo, o lugar que passa a ocupar a migração como estratégia para atender a estas necessidades, ou o protagonismo que as mulheres da Europa do leste e do Marrocos passaram a exercer em relação às migrações laborais internacionais e para a reprodução de seus grupos domésticos.

Mostra-nos, também, que para compreender adequadamente a feminização e a etnicização crescentes do trabalho que têm sido observadas neste setor

agrícola é preciso colocar em relação, por um lado, a situação econômica do setor de produção de morango, o perfil de mão de obra demandado pelas políticas de gestão da força de trabalho e a ordenação das migrações laborais; e, por outro lado, a situação nos lugares de origem (estabelecendo, assim, pontes entre origem e destino), as causas que levam os diferentes grupos a emigrar e o papel das redes migratórias através das quais se configuram os fluxos de trabalhadores/as agrícolas.

As contradições entre os interesses do mercado de trabalho rural, do Estado e das trabalhadoras é outro dos aspectos evidenciados à luz de uma perspectiva que coloca em conexão os distintos atores sociais. A mudança nas estratégias dos grupos domésticos das trabalhadoras imigrantes, que começam a direcionar seus projetos migratórios para outros países, como Alemanha, já que Polônia e Romênia ingressaram na União Europeia, é uma das variáveis a tomar em conta para explicar o *deficit* da força de trabalho que a partir de 2007 foi notado pelos técnicos deste programa na Europa Oriental. Um *deficit* que levou, juntamente com os novos acordos firmados entre o governo da Espanha e o do Marrocos, a direcionar as contratações na origem em direção ao país vizinho, apesar da resistência dos agricultores. A esta problemática se somam as tensões que a partir da crise econômica de 2008 confrontaram o governo, interessado em reduzir significativamente as contratações na origem para priorizar a mão de obra nacional, e as organizações agrícolas, que defendiam a continuidade do programa e demandavam mão de obra feminina e imigrante.

Finalmente, neste ponto gostaríamos de destacar três últimas questões. A primeira tem a ver com o modo como as estratégias de mobilidade das trabalhadoras e as tentativas de conciliar os espaços de trabalho, ao mesmo tempo em que revelam a sobre-exploração que esta situação supõe, dão visibilidade a outros fenômenos relevantes, tais como o papel desempenhado pelas formas de solidariedade transnacional e pelas cadeias mundiais de mulheres em migrações laborais internas e internacionais (Hochschild 2001; Sassen, 2003). Uma realidade evidente em um modelo que requer “mães de família” que devem migrar sozinhas. A experiência das trabalhadoras temporárias da Europa do leste e do Marrocos ilustra como as redes de apoio estabelecidas com outras mulheres (especialmente suas mães e irmãs), que assumem o cuidado de seus filhos durante a emigração para o cultivo do morango, desempenham um papel importante na reprodução social, tanto dos grupos domésticos como deste modelo de agricultura de exportação.

A segunda questão diz respeito ao vínculo entre a estrutura segmentada do mercado de trabalho e a segmentação sexual e étnica dos espaços de moradia e

convivência nas propriedades e nos povoados produtores de morango. Ou seja, o modelo residencial não deve ser pensado desvinculado das formas de organização do trabalho, mas como um dos pilares dessa categoria de “trabalhadora convidada de temporada”. O alojamento na forma de casas nos campos de cultivo, longe dos bairros e sem transporte público, a organização das casas com base em sexo, nacionalidade e etnia ou as normas de controle das trabalhadoras estabelecidas nos alojamentos, que, por sua vez, têm efeitos no contexto laboral, mostram a necessidade de articular os diferentes espaços – como mostra Silva (2011) quando analisa o controle político que é exercido sobre os trabalhadores de cana de açúcar no Brasil nos espaços de lazer e descanso nos alojamentos.

Em terceiro lugar, gostaríamos de considerar o modo como os fenômenos sociais, em princípio não contemplados pela lógica destas políticas – como as relações afetivo-sexuais –, surgem imbricados no mundo do trabalho, afetam e moldam a experiência migratória das mulheres, seus projetos futuros, sua trajetória laboral, as representações culturais e os cenários laborais (a distribuição das trabalhadoras nas propriedades, a valorização que os empresários fazem delas, os regulamentos que são estabelecidos nos alojamentos, as relações que têm lugar nos campos e povoados de regiões produtoras de morango). Tais fenômenos aparecem vinculados ao modelo de agricultura globalizada, e em particular a este programa de trabalhadoras agrícolas temporárias, constituem os processos migratórios (e não são decorrência dele) e estão imersos nas transformações mais amplas que ocorrem nos atuais processos de globalização. O que vemos, assim, é que não emigra mera “força de trabalho”, como consideraram estas políticas. Emigram pessoas com histórias e projetos de vida.

3.2. Por uma perspectiva histórica, construtivista e relacional

Outro aspecto que nos interessa recordar é aquele relativo aos problemas decorrentes de certo enfoque unidirecional para a explicação das tendências históricas dominantes. Estes problemas podem ser observados nas limitações que apresentam os estudos que, ao explicar a segregação como um produto direto ou do sistema capitalista ou do poder patriarcal organizado, assumem a cumplência dos interesses do capital e aqueles dos trabalhadores na segmentação sexual do mercado de trabalho.

A análise do modelo de contratação por sexo adotado em um setor determinado é o caminho seguido pelo Milkman (1987) para complementar aquelas teorias que explicam as funções globais da segregação sexual para o capitalismo, mas que não alcançam adentrar as particularidades dos diferentes mercados de

trabalho. Para isso, o autor propõe que se atente para a forma em que a divisão sexual surge historicamente nos postos de trabalho no interior de mercados de trabalho específicos. Isto permitiria compreender, a partir de uma perspectiva histórica, a complexidade dos processos envolvidos na designação de postos como “trabalho de mulheres” ou “trabalho de homens”.

O trabalho no cultivo de morango na Andaluzia não foi sempre um trabalho de mulheres e possivelmente não será sempre assim. A própria história do cultivo, a evolução que representam as contratações na origem ou as mudanças mais recentes, resultantes da crise econômica, evidenciam esse dinamismo e essa variabilidade nos critérios de seleção, nas formas de recrutamento, nos padrões migratórios ou nas representações sobre o trabalho.

A análise comparativa revela, no mesmo sentido, que não existe uma tendência única na designação, por parte das cadeias globais, do trabalho intensivo como próprio de perfis específicos de mão de obra. O fato de o trabalho no cultivo de morango no Canadá ser realizado fundamentalmente por trabalhadores agrícolas temporários homens e o fato de que em outras cadeias globais (como a indústria manufatureira) sejam demandadas trabalhadoras jovens, solteiras e sem responsabilidades familiares são ilustração disso. Ademais, o fato de que o programa de trabalhadoras sazonais, apesar de ser apresentado como o modelo ideal a ser adotado, não tenha sido finalmente implantado em outros setores agrícolas ou laborais na Espanha evidencia o valor deste tipo de estudos localizados que permitem aprofundar a reflexão sobre as direções particulares tomadas pelos enclaves agrícolas globais.

Por outro lado, compartilhamos a preocupação de Mohanty (2005) de ir além do estudo das atividades laborais nas quais predomina a mão de obra feminina e aprofundar a reflexão sobre o modo como que se constroem as categorias “trabalho” e “mulher trabalhadora” na economia capitalista global. Esta questão está relacionada com uma premissa básica da sociologia e da antropologia do trabalho, também assumida pelas teóricas feministas: que a força de trabalho é “criada” e não “dada”. Isto é, que, como apontaram Elson e Pearson (1989), ela não está aí, pronta e acabada, esperando para ser chamada pela indústria ou pela agricultura de exportação. Isso impõe, segundo as autoras, que se explore a diversidade dos processos envolvidos na construção da força de trabalho (constituída, no caso da indústria de eletrônicos, por mulheres jovens e solteiras).

Nos estudos sobre a organização do trabalho na agricultura industrial californiana, Thomas (1985), a partir de um enfoque macro, e Wells (1996), a partir de um enfoque antropológico meso e micro, estudaram precisamente como se

constroem as categorias de trabalhadores e como se configura a fragmentação do trabalho, atentando para a condição de cidadania (referido à mão de obra imigrante, regular e irregular), a etnicidade e o gênero.

Em relação a este aspecto se situam as discussões sobre os fatores que intervêm na construção dessa força de trabalho. Thomas (1985) enfatiza precisamente o significado especial que assumem tais variáveis enquanto categorias externas à organização econômica, mas aplicadas a ela. Entre as principais conclusões que o autor extrai de seu estudo destacam-se: que a condição de cidadania (referindo-se à mão de obra imigrante laboral, regular e irregular) e a categoria de gênero têm uma base material externa em relação ao processo de trabalho e não podem ser entendidas simplesmente como rótulos projetados sobre a força de trabalho; e que as categorias externas ao mercado de trabalho afetam, no entanto, a posição que ocupam os indivíduos nos processos de trabalho ao mesmo tempo em que proveem os empresários de elementos para criar e manter as distinções dentro do mercado de trabalho.

Por conseguinte, Thomas se situa precisamente na direção daqueles que em meados de 1980 buscavam superar as limitações das teorias clássicas que, sob a influência da teoria do mercado dual e da teoria da segmentação do mercado de trabalho, centravam sua atenção apenas nos fatores endógenos ao mercado. Tais estudos muitas vezes negligenciavam fatores como as normas sociais, os padrões ideológicos dominantes, as estruturas familiares ou as políticas vigentes que regulam a transformação de setores da população de empregados assalariados (Quaranta, 2007).

Embora esta análise constitua um avanço importante, não podemos esquecer que as relações sociais de gênero e a etnicidade são variáveis que se constroem de forma transversal, nas diferentes esferas da sociedade, sendo o mercado de trabalho um espaço privilegiado para a construção delas. Isso nos impede de pensá-las como categorias “externas” à organização econômica e, dentro desta, ao mercado de trabalho. Como adverte Cockburn (1988: 37), ao analisar a reprodução da segregação sexual do trabalho é importante atentar para o processo social de construção do gênero que se realiza nos processos de trabalho. Enquanto os sujeitos estão trabalhando, eles não estão apenas produzindo bens ou serviços, eles também estão produzindo cultura.

Por outro lado, o interesse em estudar o contraste entre a internacionalização do capital e a localização do trabalho permitirá articular as diferentes variáveis e os diversos sistemas de hierarquização social. Em sua análise sobre o trabalho das mulheres na agroindústria de exportação do morango no México, Arizpe e Aranda (1981) evidenciaram como as vantagens comparativas das

agroindústrias nos mercados globais repousam nas desvantagens comparativas e na localização das mulheres empregadas nos mercados de trabalho agrícolas locais e nacionais.

Isto nos leva a destacar o elo fundamental que se estabelece entre a divisão internacional e a sexual do trabalho (Hirata, 1997). Como observara Nash (1983), o papel que desempenham as desigualdades de gênero na configuração da nova divisão internacional do trabalho não pode ser subestimado, sendo mesmo possível estabelecer uma comparação entre o lugar que ocupa o trabalho das mulheres dos países periféricos no sistema capitalista global com aquele que ocuparam as mulheres e crianças durante os processos de industrialização na Inglaterra e na Europa no século XIX.

A articulação de ambos os níveis impõe a necessidade de incorporar a análise das migrações, a fim de desenvolver um marco capaz de vincular (a partir de uma perspectiva feminista) os sistemas de trabalho, os processos migratórios e as transformações agrárias no contexto da nova divisão territorial do trabalho.

Neste esforço de articular os diferentes sistemas de hierarquização social, destacamos a importância das tentativas de superar o dualismo metodológico “sistema econômico/patriarcado”. Já se passaram várias décadas desde que Benería (1987), a partir da tradição feminista-marxista, propôs uma análise integradora e dialética que estivesse atenta às relações estabelecidas entre ambos os sistemas. A fim de superar os dualismos e possíveis determinismos no momento de pensar as relações de dominação e a divisão sexual do trabalho, Kergoat (1997) propõe pensar em termos de relações sociais. A partir deste enfoque retoma o problema do estruturalismo e do determinismo contidos no conceito de patriarcado. Em relação a este aspecto, Hirata e Kergoat (1993) dão um passo adiante, insistindo na necessidade de articular as relações de sexo e as relações de gênero.

Não podemos esquecer, neste sentido, que nos anos 1970 as feministas procedentes de minorias racializadas já haviam levantado com força, especialmente nos Estados Unidos, uma revisão do debate sobre a diferença e a desigualdade (Hooks, 1981; Davis, 2004). A partir daí se começará, então, a pensar sobre como a experiência da raça, da sexualidade ou da classe transforma a experiência de gênero: “como se combinam ou se interseccionam entre si? Como o racismo fragmenta a identidade e a experiência do gênero? Como se experimenta o gênero a partir do racismo? Como raça e classe dão forma ao gênero?”, interrogam-se Bhavnani e Coulson (2004: 60).

Para responder a tais perguntas será necessário superar o erro habitualmente cometido de pensar as diferenças como um simples complemento, pois, como afirma Anthias (2006), as mulheres não experimentam a subordinação

como indivíduos de um modo fragmentado (ou seja, não posso somar ao fato de que eu sou oprimida como mulher o de que estou oprimida como migrante); então, seria imprescindível perceber o modo como se interseccionam as divisões sociais. Passar assim – como propõe Brah (2004), na esteira do pensamento de Stuart Hall –, da “soma das diferenças” aos “modelos de articulação” para compreender tanto as relações de subordinação como a construção das identidades sociais nos processos de trabalho.

3.3. Estrutura, agência e experiência humana

A perspectiva das relações sociais permite apontar a necessidade de complementar as análises mais interessadas na dimensão estrutural, com a atenção aos atores sociais e à experiência humana. Por um lado, parece-nos importante encontrar regularidades e tendências gerais, atentando, assim, para uma dimensão mais estrutural. Destaca-se, neste sentido, o potencial da análise comparativa em relação: à divisão territorial e internacional do trabalho no contexto do sistema agroalimentar globalizado (e o lugar que a agricultura andaluza nele ocupa); ao modelo de gestão da imigração nestas cadeias agrícolas (baseado nas políticas de contratação na origem); e às políticas sexuais de organização do trabalho (os processos de organização e segmentação do trabalho e os efeitos da flexibilidade produtiva sobre o emprego e as estratégias empresariais). Esta análise permite constatar que as dinâmicas e as implicações deste modelo não são conjunturais.

O papel não apenas do mercado, mas também das políticas públicas nos parece, assim, um aspecto-chave. Nos estudos pioneiros de Phizacklea (1988) sobre a segregação racial e sexual do mercado de trabalho na Grã-Bretanha, a autora chama a atenção para uma questão fundamental: que a legislação era racista em sua intenção e em seus efeitos; que o racismo tinha sido institucionalizado de cima para baixo. A análise da organização do mercado de trabalho no cultivo de morango evidencia que tais formas de hierarquização têm sido, igualmente, institucionalizadas a partir de cima.

Contudo, examinar estas regularidades não implica assumir uma visão determinista e estática de modelo, pelo contrário, é essencial aprofundar as interações e contradições em sua realização prática e captar a perspectiva dos atores sociais. Nesta linha, Mohanty (2005), apesar de partir de uma perspectiva global para uma perspectiva localizada e historicizada, se questiona sobre as experiências, histórias e estratégias das mulheres trabalhadoras e propõe teorizar a experiência a partir de uma “política de localização” (Mohanty, 2002).

Para Kergoat (1997: 19) a noção de “prática social” é essencial para passar do abstrato ao concreto, para definir os atores não como puros produtos das relações sociais, para pensar simultaneamente o material e simbólico, para compreender os atores a partir de suas práticas e romper com uma concepção estática de estrutura social. Por seu turno, as antropólogas Collier e Yanagisako (1989) mostram como a prática feminista tem contribuído para o desenvolvimento da “teoria da prática”, na medida em que tem feito esforços para combinar a análise do modo como a prática reproduz o sistema, concebido como um sistema de desigualdade e dominação, com a atenção sobre “as pessoas reais fazendo coisas reais”, ou seja, sobre o modo em que as atrizes e os atores constroem e transformam esse sistema.

É também a partir da experiência humana que disciplinas como história e antropologia têm se proposto a abordar o estudo do trabalho. As contribuições oferecidas pela Escola de Birmingham continuam a constituir uma referência importante neste sentido. No prefácio de uma de suas obras mais significativas, Thompson (2002) expõe a concepção de classe enquanto uma formação social e cultural:

Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que se conforma de fato (e essa conformação pode ser demonstrada) nas relações humanas. [...] A relação deve ser sempre encarnada em pessoas reais e em contextos reais. Também não podemos tomar duas classes distintas, cada uma com uma existência independente, e depois colocá-las em relação uma com a outra (2002: 13).

Pensar o trabalho a partir da experiência humana supõe, neste caso, observar as trajetórias laborais das novas trabalhadoras temporárias em relação com aquela dos agricultores e de outros grupos de trabalhadores imigrantes (marroquinos, da África subsaariana), e inserir essas trajetórias laborais no quadro mais amplo de suas trajetórias de vida.

Implica, igualmente, partir da análise da estrutura segmentada do mercado de trabalho agrário para alcançar o estudo das experiências de trabalho e o sentido atribuído a elas pelos agricultores e trabalhadores. Isso contribuiria para a compreensão das contradições que se dão entre as condições de subordinação por meio das quais as trabalhadoras temporárias são incorporadas a estes movimentos migratórios e ao mercado de trabalho e as possibilidades que esta nova condição oferece às mulheres para mudar – e melhorar – suas condições de vida. Ao tomar suas experiências nos campos de morango, observamos as oportunidades que a migração lhes oferece no sentido de encontrar um trabalho que, mesmo em condições precárias, melhora a situação que vivenciavam

em seus países de origem. Mas, além de aumentar os ingressos, a migração lhes têm concedido, em muitos casos, uma maior autonomia para gerir seus recursos, organizar seu tempo, transformar determinadas percepções e imaginários sociais, livrar-se de determinados constrangimentos familiares ou ampliar o leque de relações sociais. Abrem-se a elas, assim, as portas para iniciar um novo projeto de vida na Andaluzia.

Da mesma forma, esta perspectiva contribuiria para explicar as contradições entre a concepção ideal de modelo e sua realização prática, por exemplo ao explorar as experiências de mobilidade laboral das trabalhadoras temporárias e suas estratégias para romper com o compromisso de retornar ao lugar de origem uma vez finalizada a temporada, tal como estabelecido pelo programa de trabalhadoras agrícolas temporárias.

Se nos voltamos para o caso dos agricultores produtores de morango (*freseros*), observamos como suas experiências e o sentido que atribuem ao trabalho na agricultura intensiva ajudam a compreender que, ainda que o termo “patrão” seja comumente utilizado, eles parecem se situar em uma posição mais próxima daquela que ocupam os agricultores no espaço da agricultura familiar de subsistência do que a que eles passam a ocupar no marco de uma agricultura familiar baseada na intensificação das relações capitalistas de produção. Este paradoxo se deve a vários fatores, entre eles: a origem da classe trabalhadora da qual procedem parte significativa deles, o predomínio da pequena propriedade de caráter familiar e sua posição subordinada em relação à cadeia de produção global. Estas considerações afetam o modo como que estes sujeitos constroem sua identidade como *freseros*, ao mesmo tempo em que contribuem para diluir, no imaginário social, a relação assimétrica capital/trabalho.

Pensar o trabalho a partir da experiência humana supõe, também, vincular o trabalho com a vida cotidiana nos campos e povoados de produção de morango. Recordemos que a antropologia social se propõe a estudar como se configura a cotidianidade nos campos agrícolas. Ou seja, seu olhar não está direcionado exatamente a situações “excepcionais” ou aos “grandes” acontecimentos e focos de tensão que costumam atrair o interesse da mídia e que são tomados como objeto de instrumentalização política⁸, enquanto processos a partir dos quais se configura a “normalidade” social. Explicar certos fenômenos sociais que

8 Como aconteceu após os eventos racistas que tiveram lugar nos campos agrícolas de El Ejido (no costa oriental da Andaluzia), onde a mão de obra predominantemente procede do Magreb e da África subsaariana, bem como após os conflitos sociais ocorridos no ano em que parte significativa dos antigos trabalhadores magrebinos ou subsaarianos foram substituídos por trabalhadores do leste europeu através do programa de contratação na origem.

ajudam a compreender as formas de organização de nossa própria sociedade e as mudanças que ocorrem no seio dela. Servir, em última análise, ao objeto do conhecimento da antropologia: a vida cotidiana das pessoas comuns.

Referências

- ARIZPE, Lourdes e ARANDA, Josefina. The “Comparative Advantages” of Women’s Disadvantages: Women Workers in the Strawberry Export Agribusiness in Mexico. *Signs*, v. 7, n. 2, Development and the Sexual Division of Labor, 1981, pp. 453-473.
- BARRIENTOS, Stephanie. La mano de obra femenina y las exportadoras globales: mujeres en las agroindustrias chilenas. En: DE VILLOTA (Ed.). *Globalización y género*. Madrid, Síntesis, 1999a, pp. 297-318.
- BARRIENTOS, Stephanie. *Ethical Trade and Gender: Exports of Non-traditional Horticultural Products*. New York/Genova, United Nations Conference on Trade and Development, 1999b.
- BARRIENTOS, Stephanie, KABEER, Naila e HOSSAIN, Naomi. *The Gender Dimensions of the Globalization of Production*. Genève, OIT, 2004.
- BEECHY, Verónica. Género y trabajo: replanteamiento de la definición de trabajo. In: BORDERÍAS, CARRASCO e ALEMANY (Comp.), *Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales*. Barcelona, Icaria, 1994, pp. 425-450.
- BENERÍA, Lourdes. ¿Patriarcado o sistema económico? Una discusión sobre dualismos metodológicos. In: *Mujeres: ciencia y práctica política*. Madrid, Seminario de la Universidad Complutense, 1987, pp. 39-54.
- BHAVNANI, Kum-Kum e COULSON, Margaret. Transformar el feminismo socialista. El reto del racismo. In: VV.AA. *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras*. Madrid, Traficantes de Sueños, 2004 [1986], pp. 51-61.
- BORDERÍAS, Cristina e CARRASCO, Cristina. Introducción: las mujeres y el trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas y económicas. En: BORDERÍAS, CARRASCO e ALEMANY. (Comp.). *Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales*. Barcelona, Icaria, 1994, pp. 15-108.
- BRAH, Avtar. Diferencia, diversidad, diferenciación. In: VV.AA. *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras*. Madrid, Traficantes de Sueños, 2004 [1986], pp. 107-136.
- CARRASCO, Cristina. Introducción: hacia una economía feminista. In: CARRASCO, C. (Ed.). *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona, Icaria, 1999, pp. 11-55.
- CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? *Mientras Tanto*, Barcelona, Icaria, n. 81, 2001, pp. 43-70.

- CARRASCO, Cristina. La economía feminista: una apuesta por otra economía. En: VARA, M. J. (Coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madrid, Akal, 2006, pp. 29-62.
- CAVALCANTI, Josefa. Trabalhadores migrantes e as novas condições de trabalho no Vale do São Francisco do Nordeste do Brasil. Mimeo, 2011.
- COCKBURN, Cynthia. The Gendering of Jobs: Work Place Relations and the Reproduction of Sex Segregation. In: WALBY, S. (Ed.). *Gender Segregation at Work*. Philadelphia, Open University Press, 1988, pp. 29-42.
- COLLIER, Jane F. e YANAGISAKO, Sylvia. Theory in Anthropology since Feminist Practice. *Critique of Anthropology*, v. 9 (2), 1989, pp. 27-37.
- DAVIS, Ángela Y. *Mujeres, raza y clase*. Madrid, Akal, 2004 [1981].
- DEERE, Carmen Diana. The Feminization of Agriculture? Economic Restructuring in Rural Latin America. Genève, United Nations Research-Institute For Social Development (UNRISD), 2005.
- ELSON, Diane. Male Bias in the Development Process: And Overview. In: ELSON, Diane (Ed.). *Male Bias in the Development Process*. UK, Manchester University Press, 1995, pp. 1-28.
- ELSON, Diane e PEARSON, Ruth. Introduction: Nimble Fingers and Foreign Investments. In: ELSON e PEARSON (Eds.). *Women's Employment and Multinationals in Europe*. Hong Kong, MacMillan Press, 1989, pp. 1-11.
- FERBER, Marianne A. e NELSON, Julie A. Introducción. La construcción social de la ciencia económica y la construcción social del género. En: FERBER e NELSON (Eds.). *Más allá del hombre económico. Economía y teoría feminista*. Madrid, Cátedra, 2004, pp. 9-38.
- FLORIDO, David. De Marx a Sahlins: algunas reflexiones para la conceptualización de los hechos económicos. En: CHIC, G. (Dir.). *Economía de prestigio versus economía de mercado, II*. Sevilla. Padilla Libros Editores y Libreros, 2007, pp. 39-58.
- GARDINER, Jean. Los padres fundadores. In: CARRASCO, C. (Ed.). *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona, Icaria, 1999, pp. 59-90.
- GORDON, David M., EDWARDS, Richard e REICH, Michael. *Trabajo segmentado, trabajadores divididos: la transformación histórica del trabajo en Estados Unidos*. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986.
- HARRIS, Olivia. La unidad doméstica como una unidad material. *Nueva Antropología*, México (D.F.), UNAM, v. VIII, n. 30, 1986, pp. 199-222.
- HIRATA, Helena. División sexual e internacional del trabajo. En: HIRATA e KERGOAT. *La división sexual del trabajo. Permanencia y cambio*. Argentina, Asociación Trabajo y Sociedad/CEM, 1997, pp. 41-51.

- HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. La clase obrera tiene dos sexos. En: HIRATA e KERGOAT. *La división sexual del trabajo. Permanencia y cambio*. Argentina, Asociación Trabajo y Sociedad/CEM, 1997, pp. 77-86.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. Las cadenas mundiales de afecto y asistencia y la plusvalía emocional. En: GIDDENS e HUTTON (Eds.). *En el límite*. Barcelona, Tusquets, 2001, pp. 187-208.
- HOOBS, Bell. *Ain't I a Woman. Black Women and Feminism*. Boston, South End Press, 1981.
- KERGOAT, Danièle. Por una sociología de las relaciones sociales. Del análisis crítico de las categorías dominantes a una nueva conceptualización. En: HIRATA e KERGOAT. *La división sexual del trabajo. Permanencia y cambio*. Argentina, Asociación Trabajo y Sociedad/CEM, 1997, pp. 15-30.
- LARA FLORES, Sara María. *Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana*. México, Juan Pablo Editores, 1998.
- MILKMAN, Ruth. *Gender at Work. The Dynamics of Job Segregation by Sex during World War II*. Chicago, University of Illinois Press, 1987.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Encuentros feministas: situar la política de la experiencia. In: BARRET, M. e PHILLIPS, A. (Comp.). *Desestabilizar la teoría. Debates feministas contemporáneos*. México, Paidós, 1987, pp. 89-106.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Women Workers and Capitalists Scripts: Ideologies of Domination, Common Interests and the Politics of Solidarity. In: LEISTYNA (Ed.). *Cultural Studies. From Theory to Action*. Oxford, Blackwell, 2005, pp. 321-344.
- MOLYNEUX, Maxime. Androcentrism in Marxist Anthropology. *Critique of Anthropology*, 3, 1977, pp. 55-81.
- NAREDO, José Manuel. *Raíces económicas del deterioro ecológico y social. Más allá de los dogmas*. Madrid, Siglo XXI, 2006.
- NAROTZKY, Susana. *Antropología económica. Nuevas tendencias*, Barcelona, Melusina, 2004.
- NASK, Mary. The Impact of the Changing International Division of Labor on Different Sectors of the Labor Force. In: NASH, M. e FERNÁNDEZ-KELLY, P. (Eds.). *Women, Men, and the International Division of Labor*. Albany, State University of New York, 1983, pp. 3-38.
- OROZCO, Amaia P. *Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados*. Madrid, Consejo Económico y Social, 2006.
- PHIZACKLEA, Annie. Gender, Racism and Occupational Segregation. In: WALBY, Sylvia (Ed.). *Gender Segregation at Work*. Philadelphia, Open University Press, 1988, pp. 43-54.
- PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, C. (Ed.), *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos y*

- nuevos problemas*, Barcelona, Icaria, 1999, pp. 201-242.
- PIORE, Michel. Notas para una teoría de la estratificación del mercado de trabajo. En: TOHARIA, L. (Comp.). *El mercado de trabajo: teorías y aplicaciones*. Madrid, Alianza, 1983, pp. 193-221.
- SASSEN, Saskia. *Contrageografías de la globalización. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Madrid, Traficantes de Sueños, 2003.
- SILVA, Maria A. de Moraes. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. *Perspectivas. Revista de Ciências Sociais*, UNESP, v. 39, 2011.
- THOMAS, Robert J. *Citizenship, Gender and Work. Social Organization of Industrial Agriculture*. Los Angeles, University of California Press, 1985.
- THOMPSON, Edward P. *Edward Palmer Thompson*. Ed. Dorothy Thompson. Barcelona, Crítica, 2002.
- WELLS, Miriam. *Strawberry Fields. Politics, Class, and Work in California Agriculture*. Cornell University Press, 1996.

Recebido em: 28/03/2014

Aprovado em: 14/04/2014

Como citar este artigo:

- REIGADA, Alicia. Um olhar feminista sobre o trabalho nas cadeias agrícolas globais. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v.4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 19-41

Cuestion agrária actual en perspectiva regional/global: bloque de poder agrario modernizado y complejo corporativo

Luis Daniel Hoczman¹

Resumen: Abordamos la re-estructuración de las relaciones sociales y con la naturaleza, sintetizada en la *cuestión agraria* actual, donde, intervienen transformaciones en la *matriz alimentaria* a nivel mundial, consistentes en el desplazamiento del consumo de cereales y vegetales, a los alimentos de base animal; y la matriz energética, consistente en una transición de la base de combustibles fósiles, a la de biomasa (etanol y biodiesel), la *agro-energía*. Referimos el caso de Argentina, y a países del Cono Sur, como espacio regional convertido en un mercado globalizado. Apuntamos lo que configura un *bloque de poder* hegemónico que articula a las fuerzas del capital, conformado un *complejo corporativo* técnico-científico-industrial-financiero-militar-mediático.

Palabras clave: Cuestión agraria–Matriz alimentaria – Agro-energía - Complejo corporativo.

Present agrarian question in regional/global perspective: agrarian power-block modernised and corporate complex

1 Centro de Estudios Avanzados – Universidad Nacional de Córdoba – Córdoba – Argentina - ldhoczman@hotmail.com

Abstract: *We address the restructuring of social relations and the nature, synthesized in the present agrarian question, where, animal-based foods in the transformations involved, consists in the displacement of cereals and vegetable consumption, global food matrix, and the energy matrix, consists of a transition from fossil fuels to biomass(ethanol and biodiesel), the agro-energy. We report the case of Argentina, and the Southern Cone countries, regional space become a global market. Which aim to set a block of hegemonic power that articulates the forces of capital, formed for a corporate complex technical-industrial-financial-military-scientific-media.*

Keywords: *Agrarian question- Food matrix - Agro - energy – Corporate complex.*

Introducción

Desde fines de siglo XX, se vienen produciendo un conjunto de transformaciones socio-económicas y políticas, propias de un patrón de acumulación, que como continuidad del sistema-mundo-capitalista, en el campo latinoamericano, se asienta en la profundización de un modelo neo-extractivista, que en sus versiones agraria, energética y minera, que ha puesto a campesinos, agricultores familiares e indígenas ante nuevos desafíos, reactivando resistencias seculares en contextos de mayor violencia.

En esta presentación apuntaremos cuáles son los componentes que configuran un bloque de poder hegemónico que articula a las fuerzas del capital, conformado - tal lo refieren algunos autores - como un “complejo técnico-científico-industrial-financiero-militar-mediático” (González Casanova, en Porto Gonçalves, 2008).

Abordamos aspectos fundamentales que son la base de estructuración de las relaciones sociales y con la naturaleza en lo que puede sintetizarse como la *cuestión agraria* actual, donde, entrelazados los niveles local, regional, global, básicamente intervienen:

- Transformaciones en la matriz alimentaria a nivel mundial, consistentes en el desplazamiento del consumo de cereales y vegetales, a los alimentos de base animal (fundamentalmente carne porcina y aviar).
- Transformaciones que se están produciendo en la matriz energética, consistente en una transición de la base de combustibles fósiles, a la de biomasa (etanol y biodiesel), la denominada *agro-energía*.

Centramos el análisis en el primero de estos procesos, presentado inicialmente a nivel global, para luego explicar las transformaciones a nivel regional. Presentamos fundamentalmente al caso de Argentina, por lo emblemático del mismo; apuntando de manera complementaria a características comunes a ese proceso que se manifiestan también en el Centro-sur de Brasil, Oriente de Bolivia, Paraguay y Uruguay. Se trata de un espacio regional, convertido en un mercado condicionado por una demanda global, centrada en la provisión de materia prima destinada a la producción de carne para el mantenimiento y abaratamiento de la fuerza de trabajo de sociedades crecientemente industrializadas (como notablemente la china) que estimulan y promueven los intereses de acumulación de los capitales del agro-negocio (en estos casos, fundamentalmente sojero), con toda su cadena de producción y distribución, su base tecnológica, y de financiamiento.

Consideramos paralelamente la incidencia de la crisis ambiental (manifiesta a nivel global en los límites de auto-regulación y reproducción de los sistemas bióticos en que se encuentra nuestro planeta); expresado regionalmente – para el caso de bastas zonas de Argentina, por ejemplo – en nuevos ciclos de sequía y creciente carencia de agua, vinculados éstos de forma directa con los altísimos índices de deforestación por ampliación de la frontera agropecuaria sobre los bosques nativos y selvas; así como la reconversión de áreas riverseñas y de humedales, y de áreas silvestres a zonas de producción pecuaria.

Con referencia global, Houtard (2012), da cuenta de las “múltiples” caras de la crisis planetaria: la financiera y económica, la alimentaria y la crisis climática. Respecto a esta última, señala que tiene dos aspectos: uno coyuntural y un segundo estructural. El primero se manifestó con el notorio y súbito aumento de los precios de los productos de alimentación en 2007 y 2008. El segundo, se ubica en uno de nuestros focos de análisis, trata de la expansión, durante los últimos años, del monocultivo, resultando en la concentración de las tierras, es decir en términos históricos, de una verdadera contra-reforma agraria, donde la agricultura campesina o familiar de menor escala, se destruye en el mundo entero bajo el pretexto de su baja productividad, frente a los monocultivos, sin tener en cuenta la destrucción ecológica producida por esta manera de producir.

En consideración de este marco, abordamos cuáles son las vías de territorialización capitalista, que actualizan la *Cuestión Agraria*, donde en términos productivos, encontraremos la monocultura de transgénicos, deforestación, uso de agro-tóxicos, la eliminación de biodiversidad, con todas las consecuencias nefastas sobre la reproducción de la vida.

De la clásica y la actual *Cuestión Agraria*

Para luego arribar a la actualidad de la *Cuestión Agraria*, es necesario precisar de qué estamos hablando, y cuáles han sido las vías que nos pueden orientar en la caracterización de las actuales características del fenómeno.

En sentido clásico, la *Cuestión Agraria* refiere a la presencia y expansión de las relaciones capitalistas en el espacio agrario. Así, el origen del análisis más acabado, lo podemos encontrar en “La llamada acumulación primitiva”, de Marx en su Cap. XXIV del Tomo I del *El Capital*, pasando por la acuñación del concepto en la obra de Kautsky (1899) referida al problema de desarrollo del capitalismo en la Alemania del siglo XIX. Como señala en una ya clásica referencia Martins:

“la *Cuestión Agraria* nació de la contradicción estructural del capitalismo que produce simultáneamente concentración de riqueza y expansión de la pobreza y de la miseria. Esa desigualdad es resultado de un conjunto de factores políticos y económicos. Es producida por la diferenciación económica de los agricultores, predominantemente del campesinado, por medio de la sujeción de la renta de la tierra al capital” (Martins 1982: 175).

En estos procesos, podemos encontrar Vías clásicas, o la Vía “indirecta”. En las primeras, opera la disputa con clases o sujetos portadores de los intereses externos al espacio social no capitalista, tal como la irrupción de la burguesía; o bien, ya desplegadas aún de manera incipiente las relaciones capitalistas, podemos verificar la presencia de procesos de diferenciación interna (tal como lo señalara Lenin) entre campesinos “médios”, “ricos” y “pobres”, es decir, la simultánea transformación de una pequeña parte, en capitalista, que comprará tierra y demandará trabajo asalariado, frente a quienes en un proceso de pauperización se conviertan en proletarios rurales.

En las Vías clásicas del desarrollo capitalista en la agricultura, encontraremos las variantes “Inglesa”, “Prusiana” o *Junker*, y la Vía “Americana” o *Farmer*. En éstas, el capital impone condiciones de existencia (y reproducción) al campesinado, mediante la violenta o paulatina integración al circuito monetario-capitalista y la ruptura tecnológica (incorporación a la base productiva propia del proceso de trabajo capitalista), sintetizadas en la formación del mercado interno.

En tanto como Vías “indirectas” (y por tanto no “clásicas”), encontraremos al trabajo del campesino como espacio indirecto de valorización del capital (subsunción indirecta, generalmente en su variante/etapa *formal*, y no *real*), a través de “mediaciones” como son: la venta de producción campesina, la

venta estacional de fuerza de trabajo, y el crédito, esto fundado en el carácter de clase del campesinado (Bartra, 2002).

Históricamente, en los países de nuestro continente podemos verificar el desarrollo de todas y cada una de estas Vías. Argentina es un claro ejemplo de ello, pudiendo situar las Vías clásicas en la zona núcleo de la región pampeana, aquella circundante en unos 600 km. del puerto de Buenos Aires, en la cual dada las condiciones agroecológicas (y por la tecnología incorporada), fue posible la irrupción de formas capitalistas orientadas casi explosivamente, desde mediados del siglo XIX, a la producción de alimentos (básicamente carne y cereales) con destino europeo. Por otra parte, en las regiones anteriormente “marginales” a los factores mencionados, el capital agrario se desplegó mediante el desarrollo de diversas producciones agro-industriales (como caña de azúcar, tabaco, yerba mate, te, vino, aceite de oliva, etc., además de la explotación de tipo minera de inmensas superficies de bosque nativo) todas orientadas fundamentalmente al mercado interno, valorizando los factores señalados para la Vía indirecta (productos campesinos y/o fuerza de trabajo estacional), ya sea respectivamente para la provisión de alimentos a bajo costo para la creciente clase obrera industrial, y la participación en labores rurales a tiempo parcial.

Ya sea mediante las Vías clásicas y/o en la Vía indirecta, se basa en la explotación de hombres/mujeres y la naturaleza orientada a la producción de alimentos, con la presencia de distintas fracciones burguesas que se constituyen en capital agrario.

Es importante remarcar que de forma conexas a estas vías (salvo la *farmer*) la estructura de tenencia de la tierra dominante para esta parte del continente ha sido el latifundio, heredado ya sea del sistema de plantación (cuenca amazónica) o de hacienda (zona andina); ambas dominantes en las fases previas al desarrollo del capitalismo periférico, pero con continuidades que hacen de cada uno de nuestros países los de mayor concentración en la propiedad, y mayor desigualdad en la distribución de la tierra. Endonde, a su vez, la mayoría de las Reformas Agrarias han sido - además de trunca o fallidas - procesos de modernización complementarios al desarrollo de ese capitalismo periférico dependiente.

Actualmente - y hacia esa dirección continúa el presente abordaje - opera una complejidad de procesos de territorialización capitalista, mediante la irrupción de otras ramas del capital (energético, minero, de desarrollo de infraestructura vial y turística, de especulación inmobiliaria, etc.) y junto a esto, la configuración de un nuevo y más complejo bloque de poder, como mencionamos en la Introducción.

Así, contextualizada conceptual e históricamente, la *Cuestión Agraria*, damos paso a puntualizaciones referidas a la producción alimentaria actual, como fenómeno central de los procesos desplegados en el campo, a los efectos de ilustrar el cómo y porqué de las transformaciones que a nivel local enfrentan al campesinado y a comunidades indígenas con las nuevas formas capitalistas; es decir cómo y frente a quienes, se renueva el conflicto social y socio-ambiental.

Transformaciones en la producción alimentaria global/regional/nacional y agro-energía.

Las transformaciones socio-económicas y políticas a nivel global y las que encuentran su espacio en el mundo rural, han tenido notables cambios en torno a la producción mundial de granos (tanto de cereales como de oleaginosas), la cual ha crecido de manera casi ininterrumpida en los últimos 30 años. Según datos de la FAO, a comienzos de la década de los 80, la producción de cereales rondaba las 1.500 millones de toneladas y la de oleaginosas las 150 millones. En la actualidad la producción llega a las 2.250 millones de toneladas para los primeros, y a las 450 millones para las oleaginosas. Dentro de los cereales, se destacan el maíz y el trigo, con una producción de 820 y 650 millones de toneladas respectivamente en el año 2010, representando el 68% de la producción total de cereales. Si se agrega el arroz, estos tres granos generan casi el 90% de la producción mundial de cereales.

Para el mismo período, se observa un aumento porcentual de las oleaginosas. En 1980 representaban un 9,3% del total, llegando al 17% en el 2010. Cabe marcar que la mayor participación relativa de las oleaginosas no se debe a un retroceso en la producción de cereales, sino a un mayor ritmo de crecimiento de la producción de los primeros respecto de los segundos. Gran parte del crecimiento relativo, se explica por el cambio producido en la composición de las dietas alimenticias de parte de la población mundial, consistente en un aumento de la composición calórica, volviéndose éstas más ricas en aceites y grasas, en carnes, en productos lácteos, y menos intensas en cereales y vegetales.

Con respecto a las carnes, las que han pasado a ser de mayor consumo en el mundo son la aviar y la porcina. Hacia fines de los años 60 la producción de carne bovina dominaba las otras dos carnes, siendo su consumo tres veces superior al de la carne aviar. Actualmente se consumen más de 100 millones de toneladas de carne porcina, 75 millones de toneladas de carne aviar y 56 millones de toneladas de carne bovina. Mientras que el consumo de carne bovina creció al 1,3%

en los últimos 40 años, el consumo de carne porcina creció al 3,5% promedio anual y el de carne aviar al 6% anual.²

Cuadro 1. Evolución del consumo mundial de carne bovina, aviar y porcina.



Fuente: Puricelli (2011).

El vínculo entre este cambio en la dieta, consistente en un aumento en el consumo de calorías de origen animal (y la producción de oleaginosas), se debe en que estas carnes (y sus derivados animales como huevos y leche) son producidas en general bajo sistemas de tipo intensivos que utilizan en general harinas ricas en proteínas (caso de la harina de soja) como componente importante de las dietas alimenticias de los animales.

Así, la demanda de soja es una demanda derivada de la demanda de harina de soja, y a su vez que la demanda de harina de soja es una demanda derivada de la demanda de carnes aviar y porcina.

Los países de mayor producción de soja son Estados Unidos, Brasil, Argentina y China. En conjunto representan más del 85% de la producción mundial

2 De las tres carnes, la aviar es la de mejor tasa de conversión (menor cantidad de kilos de granos necesarios para producir un kilo de carne), luego le sigue la carne porcina y por último la carne bovina. La carne aviar es también la que más rápido se produce, luego la porcina y por último la bovina. A mejor tasa de conversión y menor tiempo de producción, menor costo de producción y menor precio de venta. El hecho de que ésta sea considerablemente más barata que la carne porcina y que a su vez ésta última sea más barata que la carne bovina, explica las diferentes trayectorias que han seguido sus consumos en el mundo. Por lo anterior, no debe sorprender porqué el consumo de carne aviar creció más que el de carne porcina y el consumo de carne porcina más que el consumo de carne bovina.

de este grano. Aunque a tasas diferentes, y no siempre constantes, cada uno de ellos en consonancia con los referidos índices a nivel mundial, aumentaron su producción sojera en los últimos 30 años.

Las posiciones relativas dentro de la producción mundial sufrieron cambios con el transcurso de las décadas. En el caso del primer productor mundial, Estados Unidos, la producción de soja creció poco más del 73% en las últimas tres décadas, pasando de las casi 52 millones de toneladas de los años 1980/1981 a las 89 millones de toneladas promedio en la campaña 2010/2011. Por su parte, China aumentó un 71% su producción en el mismo período, pasando de 8 millones de toneladas a 15 millones en la actualidad. Casos muy destacables en el enorme aumento relativo son Argentina y Brasil. El primero pasó de 4 millones de toneladas a 50 millones en la campaña (2010/2011), y el segundo de 14 millones de toneladas a 74 millones de toneladas (2010/2011). En Brasil la producción creció un 424%, y en Argentina alcanzó un índice récord de 1239% en el período.

El resultado directo, es la transición de la diversidad alimentaria a la producción de bienes exportables. Como muestra del caso argentino, hasta en inicio de la paulatina instauración del dominio sojero, en la fértil llanura pampeana de Argentina, las explotaciones rurales extensivas se caracterizaban por sus ciclos de agricultura y ganadería (mixtas), que aportaban a la fertilidad de los suelos por la rotación y sucesión de una variedad de cultivos, tales como: trigo, lino, maíz, girasol, etc. A esto se sumaba la multiplicidad de cultivos desarrollados de manera complementaria, que aportaban de manera directa a la dieta de las familias rurales.

En las regiones “extra-pampeanas” se producían una diversidad de cultivos asociados a las agro-industrias, orientados en su mayor parte hacia el mercado interno: caña de azúcar en el Noroeste (provincias de Tucumán, Salta y Jujuy); tabaco, yerba mate y té en el Noreste; frutales diversos (manzanas, peras, duraznos, uvas) en el Alto Valle del Río Negro patagónico, y Cuyo (provincias cordilleranas de Mendoza, San Juan) notoriamente de producción de vino, que hacia fines del siglo XX, comenzaron también a proveer al mercado exportador. Salvo algunos productos tropicales de consumo amplio como el café, bananas, etc., en Argentina se producía la casi totalidad de los alimentos que consumía su población.

Se suma a esta estructura agraria, la complementaria diversidad de producción fruti-hortícola (además de los cultivos tradicionales con sus numerosas variedades de papa y maíces nativos) de los espacios domésticos y peri-urbanos.

No abordamos en este trabajo (pero lo señalamos dada su importancia en un país donde históricamente la carne vacuna forma parte de la base alimentaria)

lo relativo a la transformación en la producción de carnebovina; donde se observa un doble fenómeno: primero, el desplazamiento (cuantitativo y espacial) de la producción ganadera, a manos del proceso de agriculturización sojera; y en segundo término, el cambio en las áreas y modos de producción, pasando de la producción extensiva (en base a cultivos forrajeros combinados con pasturas naturales) a la producción *enfeet lot* (engorde a corral), con una consecuente variación en la calidad nutricional de la carne (debido al alto suministro de hormonas y medicamentos, que lo asemejan a la producción industrial de aves).

Apuntamos, el contrastante de aquella diversidad (de “otro tiempo”, previo al período referido, o de “otro espacio”, como el aún reservado a pobladores del “campo profundo” de territorios campesinos / indígenas) en la producción alimentaria, y la consecuente actual homogeneización de las dietas.

A la hora de analizar la cuestión alimentaria, además de lo señalado, es necesario remarcar el grado de toxicidad que la casi totalidad de los alimentos industrializados que pueblan la mesa de los consumidores, especialmente de trabajadores-as y sectores subalternos urbanos (imposibilitados de acceder a los selectivos “mercados orgánicos”). Saturación de medicamentos y hormonas (y stress de los propios animales) para la producción de carnes, y abundancia en aplicación de agro-tóxicos para la producción de granos, vegetales y frutas. Así se constituye un binomio consistente en menor variedad y peor calidad de alimentos.

Como apuntamos de manera introductoria, respecto a la *cuestión agraria* actual, los cambios en la matriz alimentaria (en sus dimensiones espaciales global/regional/local), se entrelazan con las transformaciones que se están produciendo en la matriz energética. Ésta consiste en una transición de la base de combustibles fósiles, a la de biomasa (etanol y biodiesel), la denominada *agro-energía*, de lo que en este escrito referiremos sólo algunos aspectos centrales, donde se despliegan nuevas formas de territorialización del capital, con un reacomodo en las relaciones sociales y de poder por intermedio de la tecnología, donde opera la incorporación de una retórica ambiental (unida al reconocimiento de la crisis ambiental y una argumentación respecto a la mitigación de los efectos del cambio climático), buscando, así, prestar legitimidad a una nueva matriz energética. Se trataría, como plantea Porto-Gonçalves (2008) de una nueva bifurcación en el interior de la Revolución Verde, diferenciando dos etapas. En la primera, la revolución industrial, al extender al campo su matriz energética, puso, la biomasa fósil mineralizada hace millones de años atrás (el carbón y el petróleo), al servicio de la producción de alimentos, con el uso generalizado de máquinas y fertilizantes. La segunda, es una articulación más compleja, donde

la agricultura se pone a servicio de la producción de combustibles. No más el petróleo al servicio de la producción de alimentos; prefigurando otra profunda transformación en las relaciones sociales y de poder, de implicaciones ecológicas planetarias sin igual.

Nuevo ciclo de expansión del capital, agrarismo modernizado y bloque corporativo.

En el transcurrir de finales del XX se produjeron profundas reconfiguraciones del mapa de poder y de la dinámica del capital a escala global (destacando la descomposición del bloque soviético, y con ésta, la virulenta reconversión al capitalismo de la nueva Federación Rusa, de países del Este europeo, así como la posterior entrada de China a la órbita de las economías capitalistas), con profundos corrimientos de los ejes geopolíticos, como consecuencia del fin de la “Guerra fría”. Así, el Capitalismo Histórico (Wallerstein, 2012), entra a en otra fase con desarrollo de nuevos circuitos económicos, y la aparición de agentes con ingreso creciente del capital financiero en actividades extractivas y de producción primaria, en complementariedad y complejización con el aparato industrial y mediático. Claramente, el sociólogo mexicano Gonzáles Casanovale categoriza como Capitalismo Corporativo, donde:

“Las nuevas políticas permitieron al capital corporativo quitar las principales facultades soberanas a los Estados, hasta disponer de un nuevo tipo de Estado privatizado cuyos jefes de gobierno hacen de la “competitividad”, de la “eficacia”, la “eficiencia” y la “gobernanza” su principal tarea: atraer a los capitales con exenciones de impuestos, con subsidios, con aplicación del presupuesto para fortalecer sus infraestructuras, con desregulación de los trabajadores, con políticas de “dejar hacer, dejar pasar” o de “lavado de dinero” que contribuyen sin el menor obstáculo a la compraventa y el trasiego de armas y narcóticos. Sus beneficiarios contribuyen por su parte a la recolección de regiones y países”. (Gonzáles Casanova, 2012: 6).

Principalmente en países del Cono Sur, y como reacción a la ola privatizadora de los 90’, y sus consecuencias socio-económica, en el marco de revueltas y protestas protagonizadas por movimientos de todo tipo (obreros, trabajadores desocupados, campesinos, indígenas, capas medias, etc.), produjo en ascenso de gobiernos de tinte progresista que pusieron en cuestión (al menos discursivamente) el paradigma neoliberal y el dominio imperial norteamericano en la región, y habilitaron sucesos políticamente muy significativos:

- Consolidación de lazos a nivel regional, mediante la institucionalización e integración de espacios como la Unión de Naciones del Sur (UNASUR), el (ALBA) y la (CELAC), con el objetivo de contraponerse a los designios imperialistas de los EEUU, y/u otros organismos transnacionales subsidiarios como el FMI, Banco Mundial, etc.
- Propiedad pública/estatal de recursos naturales, y empresas (de hidrocarburos en Bolivia, parcial re-estatización de YPF en Argentina, re-estructuración de PDVSA, etc.).
- Mejoras en la distribución de la renta, y ampliación de las redes de cobertura social³.
- Reactivación de modelos “desarrollistas” con la matriz nacional-popular⁴.

Iniciado el presente siglo, paralela y -hasta cierto punto- contradictoriamente, se ha producido una notable re-primarización de la economía, con la expansión del modelo extractivo-exportador, e intensificación del neo-extractivismo, y el despliegue de grandes proyectos de infraestructura como soporte vial y energético de aquellas, expresados en la IIRSA (Iniciativa para la Infraestructura Regional Sud Americana), y materializados en una inmensa red de carreteras, hidrovías, puertos, represas hidroeléctricas, etc.

Enormemente favorecidas por los altos precios internacionales de los productos primarios (*commodities*); esta coyuntura “favorable”, se asienta y no se aparta de los hechos que acentúan claramente una visión productivista del desarrollo. Asociado a clásicos lemas del más puro liberalismo: la “teoría del derrame” (primero acumular, para luego re-distribuir).

3 Discutibles, fundamentalmente el primer punto, en tanto la concentración de la riqueza ha aumentado. También “discutible” el segundo, si incluimos en el análisis el papel retractorlo de las luchas y movimientos sociales frente al efecto de políticas y programas (desde “Fome Cero”, en Brasil, “Juancito Pinto” en Bolivia, a la serie de políticas de contención social desplegadas en Argentina). Consideraciones que pueden ser válidas a la luz de las dinámicas que han tenido movimientos sociales discímiles como el MST en Brasil, o los piqueteros de Argentina. Al respecto, Gudynas (2011: 85-86) puntualiza que “esos programas sociales sirven para pacificar la protesta social. Por ejemplo, en el caso de Brasil, De Oliveira (2009) muestra la paradójica situación donde si bien el gobierno Lula abandonó las metas de reforma agraria y no brinda más tierras a colonizadores y sin-tierra, el número de personas envueltas en esas luchas está en caída. Este «reflujo de los movimientos de masas y el flujo de los recursos financieros gubernamentales canalizados para las políticas compensatorias (paquetes de ayuda de todo tipo y estilo, etc.), están apaciguando a aquellos que lucharon enérgicamente por la reforma agraria en los últimos 30 años”.

4 Como lo señala, Svampa (2011), se trata de una tradición que se inserta en la “memoria mediana” (las experiencias populistas de los 30, 40, y 50), sobre la afirmación de un Estado redistributivo, contado en algunos casos con un notable liderazgo carismático. Citamos a Presidentes tales como Luis Ignacio Lula da Silva, Hugo Chávez Frías, Néstor Kirchner, Evo Morales, Fernando Lugo, Rafael Correa, Michele Bachelet, José Mujica, etc.).

En este escenario, gran parte del Cono Sur, no obstante la crisis del consenso neoliberal, la re-legitimación de los “discursos críticos”, e incluso alternativos (como Buen Vivir, Sumak Kausay, Sumaj Qamaña, etc.), y la reactivación de la tradición nacional-popular; los procesos se insertan claramente en una nueva fase de acumulación del capital, donde se acentúa el carácter financiero/especulativo, o la dependencia del desarrollo capitalista de nuevos centros de dominación económica (tal como el capitalismo chino), en la cual uno de sus núcleos centrales es la expropiación de los recursos naturales (en tanto bienes comunes), cada vez más escasos, en el marco de una depredación ambiental.

El patrón económico dominante continúa con incremento notable en la producción de *commodities* (bienes exportables que cotizan en Bolsas internacionales) y el crecimiento - exponencial - de las industrias extractivas, donde por ejemplo, en el Mercosur Ampliado (Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay y Venezuela) se duplicaron las exportaciones provenientes de la minería, pasando de 20 mil a 40 mil millones de Dólares entre los años 2004 y 2007⁵. A esto se suma lo puntualizado en el apartado anterior respecto a la producción y exportación de granos y sus derivados primarios como aceites y biodiesel. Este neo-extractivismo progresista (y más allá de los impactos socio-ambientales) implica consecuentemente continuidades, más allá de la fractura con el dominio imperial norteamericano que supone la creación de los bloques regionales liderados por estos gobiernos⁶. A su vez, la lógica extractivista responde a las variaciones de los precios internacionales de

5 En Argentina – por caso - se observa el énfasis puesto en la mega-minería como una estrategia de desarrollo, que data de los años '90, diseñada la arquitectura jurídica para facilitar la radicación de inversiones mineras de gran escala. Entre el 2003 y el 2010, los proyectos mineros pasaron de 18 a 572, las inversiones de U\$ 660 millones a U\$ 10.850 millones, la producción de U\$ 4080 millones a U\$ 27.286 millones, las exportaciones de U\$ 3.300 millones a U\$ 13.822 millones. Y Argentina ha pasado a ocupar el 6° puesto mundial en potencial minero. El desarrollo minero abarca directamente a 12 Estados provinciales (y de manera indirecta, 15). En algunos estados provinciales ha implicado un vuelco en su perfil socio-económico: San Juan “aumentó sus exportaciones en un 1326% entre 1998 y 2010 pasando de un 0,5 % a un 3,1 % en las exportaciones a nivel del país. Como ejemplo específico, la mina La Alumbraera, insume 1200 litros de agua por segundo y consume aproximadamente el 25% de la energía que se consume en las cuatro provincias del noroeste.

6 Si bien puede considerarse como un hito histórico el fracaso de la pretendida implantación del ALCA en el año 2005 liderado por el Presidente Jorge Bush, cabe apuntar lo que señalado por Gudynas (2011: 80) respecto a ciertas continuidades del modelo: “todo esto desemboca en defender la institucionalidad global, tal como la que descansa en la Organización Mundial de Comercio (OMC). Esto significa aceptar un papel subordinado en los mercados globales, donde las naciones sudamericanas son tomadoras de precio, dependen fuertemente de los intermediarios y brokers comerciales internacionales, y de los flujos de capital, donde sus decisiones domésticas quedan acotadas a las oportunidades comerciales. A su vez, esto desemboca en una sorda competencia entre los países sudamericanos en atraer inversión extranjera”.

las materias primas, subordinando los requerimientos del mercado interno, condicionando la oferta, precios y calidad de alimentos para los consumidores nacionales.

El patrón económico se asienta tanto en la forma de transnacionalización de capitales privados, y también de base estatal⁷; tal como el caso de lo que ya ha tomado forma de bloque hegemónico de alcance transnacional constituido por mega-empresas con origen nacional (Brasil es el caso destacado, habiendo convertido al “gigante sudamericano” en la sexta economía del mundo); o bien los casos en que Estado ha reafirmado o retomado el control de la renta, en la regulación de la actividad, y en algunos casos, como agente productivo.

En este contrapunto y combinación de formas empresariales (ya sean transnacionales o estatales) se asientan las vías de territorialización capitalista que actualizan la *Cuestión agraria*. Esto es: las nuevas formas y espacios desplegados por el *agro-negocio* (ya sea de soja, caña de azúcar, eucaliptus, etc.), el extractivismo minero en su moderna forma de mega-escala a cielo abierto; y como asociado a éstas, las variadas formas de desarrollo de infraestructura, ligadas a su vez a otras fórmulas de especulación inmobiliaria. Reforzando en el “sector agropecuario”, el notorio proceso de concentración, centralización y extranjerización del capital en la producción agroindustrial y distribución final, así como la formación de oligopolios en segmentos clave de diversos complejos agroindustriales.

Se agudizan algunas de las contradicciones que genera el desarrollo de un capitalismo de cuño corporativo en el agro en particular, y en el espacio rural en general, con la convergencia de sujetos no exclusivamente “agrarios”, donde supera y queda como el trazo de una historia pasada el “tradicional” terrateniente, *tatifundiário*, *gamonal*, o *coronel*, que se corporiza en un cuerpo que va más allá de ruralista modernizado (dejando atrás – en este sentido – lo que sería la figura del *junker*). Estamos frente a un todo complejo donde se confunde el *agro-negocio* para la producción de alimentos, de agro-combustibles, del complejo petroquímico asociado a los agro-tóxicos, de la minería, del complejo industrial de maquinarias (y automovilístico). Se asocia al de los medios masivos de comunicación como pieza fundamental de un modelo que se asienta en combinación de un capitalismo financiero.

7 El BANADES, Banco Nacional de Desarrollo de Brasil, financista destacado en la expansión de empresas privadas de ese país. En Argentina, la ANSES (Administración Nacional de Fondos de Pensión) como promotor de crédito para inversiones productivas a nivel nacional.

Como señala Gonzales Casanova (2012: 3) en esta constitución y modos de operar del actual capital corporativo, actúa también la “ciencias hegemónicas”⁸, integrando a los “modelos tecno científicos”, que se encuentra anclado en fundamento filosófico antropocéntrico propio de la modernidad europea, la racionalidad instrumental y el industrialismo. Aún en este marco, se crean nuevos conceptos y dispositivos simbólicos (como la sustentabilidad, las alternativas encuadradas en el multiculturalismo, las múltiples expresiones con el prefijo “eco-”, la responsabilidad social-empresaria, etc.) reproducidos por redes corporativas para lograr el consenso de la población sobre la bondad de estos emprendimientos.

Vale destacar el papel protagónico de intelectuales y académicos acrílicos de nuestras Universidades, y fundamentalmente de instituciones dedicadas a la investigación y desarrollo, tales como el INTA de Argentina, EMBRAPA de Brasil, etc. Pioneras en nuestro continente (como la primera creada a fines de los 50’) en la promoción de la Revolución Verde. Posteriormente en agro-combustible como lo es el destacado ejemplo del Programa militar Pro-alcohol (en el caso de ésta, a principio de los 70’)⁹. Ambas actualmente lanzadas – y laidas – en el desarrollo de la biotecnología y transgénicos).

Como mencionamos en el apartado anterior, se despliega una compleja relación a alianzas estratégicas entre los emprendimientos de empresas del sector de alimentos y energía, inclusive del petróleo (innovación tecnológica de los “motores *flex*”) con implicancias políticas y sociales de la revolución tecnológica en torno a los agro-combustibles (Porto-Gonçalves, 2008).

El complejo corporativo se articula con alianzas supranacionales entre enormes empresas: productoras de semillas de agro-tóxicos y fertilizantes (como Monsanto, Cargill, Bunge, Basf, Bayer, Du Pont), del complejo automotriz y maquinaria agrícola (como John Deere, Pirelli, Goodyear), hidrocarburos y petroquímica (Petrobras, Petroquímica Bahía Blanca, etc.), constructoras (Odebrech, Techint, y otras), además de las asociaciones de grupos inversores y bancos, o

8 “Las ciencias hegemónicas no son sólo ideologías. Son también tecnologías y tecnociencias para la dominación y la acumulación. Su desarrollo no se limita, se corresponde al de las ciencias de la comunicación y de la organización destinadas a alcanzar los objetivos del capitalismo corporativo y de sus sistemas de organización para la maximización de ganancias y la minimización de pérdidas”. Gonzales Casanova (2012: 3).

9 En Brasil, a partir de la crisis del petróleo, la dictadura desencadenó un programa de gran envergadura de producción de combustible a partir de biomasa: el Pro alcohol, basado en los viejos latifundistas con sus monocultivos de caña de azúcar. Pro alcohol selló una alianza estratégica entre industriales de azúcar, gestores estatales, centros de investigación e industria automovilística. El Pro alcohol, no por motivos ecológicos, pues al mismo tiempo invertían en un proyecto nuclear brasileño. (Porto-Gonçalves, 2008).

de destacados “emprendedores” como Gustavo Grobocopatel¹⁰ o Blairo Maggi, los denominados “Reyes de la soja”, en Brasil y Argentina respectivamente.

Así, estas instituciones se han consolidado y están asociadas en grado diverso a “redes de complejos empresariales-militares-políticos y mediáticos” y que “operan como unidades integradas que constituyen el poder detrás del Estado”, donde, por ciento se destaca el rol de gestores de esos intereses, desempeñado por los – malos – gobernantes de turno. Ya instalada desde los 90’ la “fórmula” de exitosos empresarios o gerentes, devenidos en políticos de los asuntos públicos¹¹, veremos entrado el siglo XXI, que en el devenir de sucesivas administraciones, se integran gremialistas defensores de los más optimistas intereses patronales, “exguerrilleros-as” y dirigentes indígenas, devenidos en fervorosos desarrollistas (con distintos matices carismáticos y portadores de luchas históricas) que actúan en nombre del pragmatismo y posibilismo político de nueva época. Asentados en la tradición nacional-populista, como destaca Svampa (2011), se establece un neo-desarrollismo progresista. Todos (y todas) configurando un complejo de poder que en su base material, no muy diferencia continuismos, de progresismos¹². Un campo – en términos bourdieanos - que se convierte en sustancia del capital corporativo, constituido por el referido complejo de poder¹³.

Si bien no lo hemos abordado en este recorrido, es muy importante resaltar que a la par de lo apuntado, emergen y se consolidan movimientos

10 Por caso: “Gustavo Grobocopatel oficializó junto a Cristina Fernández de Kirchner el anuncio de la adquisición de AGROFINA, una empresa que hasta hace poco pertenecía a capitales brasileños, y con la cual “El Rey de la Soja” pretende desembarcar en la producción de agrotóxicos a gran escala, tratamiento de semillas y venta de know-how agroindustrial. Este anuncio se suma a otros no menos alarmantes, como la Soja HB4 resistente a la sequía y el lanzamiento del primer trigo transgénico, producto de la estrecha relación entre Gustavo Grobocopatel y su “think tank” con Lino Barañao, Ministro de Ciencia y Tecnología y lobbyista de las grandes transnacionales de la biotecnología, la farmacéutica y la nanotecnología”. (GRR, 2013)

11 Cabe destacar – por su vinculación con la esfera de lo mediático- la complementariedad e integración en esta “fórmula” de personajes devenidos del mundo del espectáculo y/o deportistas destacados. Argentina ha sido también un caso emblemático bajo el gobierno de Carlos Saúl Menem (1989-1999).

12 Abundan los ejemplos, con matices y cargas históricas muy disímiles, desde los sucesivos Presidentes de la “Concertación” a Piñera, en Chile, pasando por Luis Ignacio Lula da Silva y Dilma Rousseff, al gobierno del Frente Amplio, con Tabaré Vázquez y Pepe Mujica en Uruguay. Por no introducirnos en otras referencias cercanamente “frustrantes” a los ojos, sentimientos y luchas sociales (destacadamente indígenas) traicionadas aún en el marco de procesos de cambios políticos estructurales, como lo son los gobiernos de Rafael Correa en Ecuador, y de Evo Morales y García Linera en Bolivia.

13 Que como bien advierte Don Pablo Gonzáles Casanova (2012:6) “se sirven también de intermediarios o grupos de cooptación, corrupción, presión y represión que, entre otros, Constituyen los “lobbies” cuyos miembros operan en los círculos políticos, o forman y contratan a agentes abiertos y encubiertos a los que se asignan esporádica o sistemáticamente acciones legales e ilegales, entre las que se esconde el crimen organizado y subrogado”.

socio-territoriales y socio-ambientales, desde colectivos autónomos a redes globales¹⁴, que intentan poner límites y generar alternativas al mencionado desarrollo, tanto a nivel de los frentes de despojo más violentos (que llegan a ser justificados bajo el esquema de “zonas de sacrificio”), a los diversos impactos ambientales por contaminación, como frente a las mediaciones de políticas públicas de los gobiernos de tinte progresista en su versión neo-desarrollista, y del continuismo privatista de los siempre consecuentes conservadores y reaccionarios (tal como en Colombia, Chile y oportunamente Perú), unos y otros en esta parte de nuestro continente, el *Abya Yala*, viabilizando en el campo formas de expansión del despojo y profundizando modos de explotación cada vez más excluyentes.

Cierre

Conforme lo planteado, se observa la agudización de algunas de las contradicciones históricas que genera el desarrollo del capitalismo en el agro, y que alimentan el conflicto de clases en el campo, como la concentración en la propiedad, uso y control de la multiplicidad de factores que intervienen en la producción (tierra, agua, semillas, tecnologías, etc.). Se produce la convergencia de sujetos no exclusivamente “agrarios”, que supera al “tradicional” terrateniente, *gamonal*, o *coronel*, que se corporiza en un cuerpo que va más allá de ruralista modernizado (dejando atrás – en este sentido - a la figura del *junker*), pasando a un complejo corporativo donde se confunde el *agro-negocio* para la producción de alimentos, de agro-combustibles, la presencia del complejo petroquímico asociado a los agro-tóxicos, de la mega-minería, del complejo industrial de maquinarias (y automovilístico). Éstos, asociados al de los medios masivos de comunicación como pieza fundamental de un modelo que se asienta en combinación de un capitalismo financiero en un orden civilizatorio que basa su expansión en la expansión del consumo (y he aquí la vinculación directa con las políticas promovidas por los gobiernos “progresistas” de la región).

La expansión de la producción de monocultivos transgénicos y agro-combustibles, articula y fortalece la alianza de grupos industriales, financieros, latifundistas/terratenientes, de intelectuales acríticos, tanto de Universidades, como las instituciones de investigación y desarrollo y áreas ministeriales de

14 Las referencias son numerosas, en nuestro continente, van desde el zapatismo en Chiapas, y sus múltiples expresiones territoriales en México, y a ambos lados de nuestro continente; pasando por el MST, y la CONAIE en Brasil y Ecuador, el MNC-I en Argentina, la APG en Bolivia, etc.; espacios regionales como la COICA en Colombia, hasta otros de alcance global, como la Vía Campesina. Pueblos y organizaciones que en más de veinte años construyen en sus territorios el ideal de “un mundo donde quepan muchos mundos”, o de “otro mundo posible”, como materialización de transformaciones sociales estructurales.

gobierno, así los medios de comunicación masiva, y los gestores (gobernantes o ex-gobernantes).

Se profundiza la re-primarización de la economía, y su perfil neo-extractivista, lo cual, como sostiene Prada (2012) no beneficia a los países exportadores de materias primas, sino a las corporaciones de las finanzas, del mercado, de la producción tecnológica y del poder militar. Se trata de un modelo colonial y como tal, sostiene el proceso de acumulación de capital mediante la explotación de los recursos naturales, el método de despojo, que no es otro que reiterar la acumulación originaria del capital. Produciendo nuevas formas de territorialización que acordando con Houtart (2008), permiten el control de la tierra por los grandes propietarios o empresas capitalistas. Reproducen el modelo de dependencia del Sur hacia al Norte. Son lugares privilegiados para el capital especulativo y finalmente dan una nueva legitimidad al capital.

Mas no dejamos de puntualizar – aunque no fuera objetivo de este trabajo – la existencia, consolidación y/o renovado surgimiento, de movimientos socio-territoriales y socio-ambientales, desde colectivos autónomos a redes globales, de resistencia y construcción hacia otro horizonte social o incluso civilizatorio.

Referências

- BARTRA. Campesinado, base económica y carácter de clase. In: *Colección Indios vivos para estudiar antropólogos muertos*. México, ENAH, 2002.
- HOCSMAN, L. D. Dinámica productivista y territorialización del capital agrario. Impactos y transformaciones socioeconómicas en el espacio rural argentino. *Revista Ciencias Sociales*, Escuela de Sociología y Ciencia Política, Universidad Central de Ecuador, n. 33, 2012.
- GONZÁLES CASANOVA, P. Capitalismo corporativo y ciencias sociales. Conferência apresentada em CLACSO, Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales, México. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=159732>>.
- GUDYNAS, E. 2011. El nuevo extractivismo progresista en Américas del Sur. Tesis de un viejo problema sobre nuevas expresiones. In: VV.AA. *Colonialismo del siglo XX. Negocios extractivos y defensa del território en America Latina*. Barcelona, Icarina Editorial, 2011.
- GRR. (2013). Grobocopalel y Cristina Kirchner anuncian millonaria inversión em agrotóxicos. Parar el Mundo. Portal de notícias do Grupo de Reflexion Rural, 18 jun. 2013. <http://www.pararelmundo.com/noticias/grobocopatel-y-cristina-kirchner-anuncian-millonaria-inversion-en-agrotoxicos/>.

- HOUTARD, F. El discurso sobre los agro-combustibles y la lógica del capital. México, IIS-UNAM, 2008. Disponible em: <http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/401trabajo.pdf?PHPSESSID=ffc42510e755335c76404a255913b8ab>.
- HOUTARD, F. *De los bienes comunes al bien de la humanidad*. Quito, Ruth, 2012.
- KAUTSKY, K. *La cuestión agraria*. México, Siglo XXI, 1974 [1899].
- LENIN, V. 1973. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Buenos Aires, Estudio.
- MARTINS DE SOUZA, J. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- MARX, K. *El capital*. Libro I. Moscú, Progreso, 1971, cap. XXIV, La llamada acumulación originaria.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Otra verdad inconveniente: la nueva geografía política de la energía en una perspectiva subalterna. *Polis. Revista de la Universidad Bolivariana de Chile*. v. 7, n. 21, 2008.
- PRADA ALCOREZA, R. El círculo vicioso del extractivismo. In: MASSUH, G. (Ed.). *Renunciar al bien común. Extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina*. Buenos Aires, Mardulce, 2012.
- PURICELLI, E. Las carnes en el mundo. *Brangus*, Buennos Aires, Instituto de Estudios Económicos Bolsa de Cereales, n. 33, 2011.
- RUBIO, B. La crisis alimentaria y el nuevo orden agroalimentario financiero-energético mundial. *Mundo Siglo XXI*, México, CIECAS-IPN, n. 13, 2008.
- SVAMPA, M. 2011. Extractivismo neo-desarrollista y movimientos sociales ¿Un giro eco-territorial hacia nuevas alternativas?. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. *Más allá del Desarrollo*. Quito, Fundación Rosa Luxemburgo/Abya Yala, 2011.
- TEUBAL, M. *Agro y alimentos en la globalización*. Buenos Aires, La Colmena, 2006.
- WALLERSTEIN, I. *Análisis de sistemas-mundo. Una introducción*. México, Siglo XXI, 2005.
- WALLERSTEIN, I. *El capitalismo histórico*. Madrid, Siglo XXI, 2012.
- ZIBECHI, R. *Brasil potencia. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. México, Bajo Tierra Ediciones, 2012.

Recibido em: 28/03/2014

Aprovado em: 14/04/2014

Como citar este artigo:

HOCSMAN, Luis Daniel. Cuestion agrária actual en perspectiva regional/global: bloque de poder agrario modernizado y complejo corporativo. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v.4 n. 1, jan.-jun, 2014. pp. 43-60.

La urbanización del espacio rural en los países desarrollados¹

Hubert C. de Grammont²

Resumen: En este trabajo nos proponemos reflexionar sobre las condiciones históricas que prevalecieron en los países industrializados y permitieron primero la separación de la ciudad del campo con la concentración de la actividad económica y de la población en la ciudad, y ahora propician un proceso de contraurbanización, o descentralización industrial y demográfica, hacia los espacios rurales. Postulamos que son los cambios en los mercados de trabajo provocados por las nuevas tecnologías de información y comunicación (TIC), los que explica nesta contra urbanización.

Palabras claves: Espacio rural, urbanización, mercado de trabajo, contraurbanización, nueva ruralidad.

The urbanization of rural space in developed countries

Abstract: *In this paper we discuss the historic conditions in industrialized countries which first allowed separating the city from the countryside, with concentrations*

1 Este trabajo es parte de una investigación sobre “Mercados de trabajo, migración campo-ciudad y estructura ocupacional en el campo: una visión histórica”, financiada por el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (beca 171623) y por la Dirección General de Asuntos del Personal Académico de la UNAM (PASPA). Agradezco la Cátedra Nycole Turmel de la Universidad de Quebec en Montreal (UQÀM) por haberme recibido durante mi año sabático (2012) y haberme dado todas las facilidades necesarias al buen desarrollo de esta investigación.

2 Instituto de Investigaciones Sociales -Universidad Nacional Autónoma de México - Cidade do México - México - hubert@unam.mx.

of the economic activity and population within the city, and which now favor a counter-urbanization process, or industrial and demographic decentralization through rural space. We suggest this counter-urbanization tendency can be explained by the changes in labor markets provoked by new information and communication technologies (ICT).

Keywords: *Rural space, urbanization, labor market, counter-urbanization, new rurality.*

A partir de la década de 1970 diferentes autores llaman la atención sobre la aparición de una novedosa tendencia de desconcentración de la población desde las áreas metropolitanas hacia las zonas rurales debido a un saldo migratorio favorable a estas últimas. Este importante descubrimiento contraviene la secular tendencia de la concentración de la población en las ciudades a partir de la revolución industrial. En contra-posición con el concepto de “urbanización” que consiste en la concentración de la población en las grandes ciudades a partir de la revolución industrial, en 1976 el conocido geógrafo norteamericano Brian Berry apuntala el concepto de “contraurbanización” para destacar el surgimiento de un proceso de migración neta favorable a las zonas menos pobladas de los Estados Unidos (Berry, 1976). La observación del autor queda en un nivel muy general. Habla de desconcentración de la población de las áreas metropolitanas hacia las áreas no metropolitanas y se pregunta si esta contratendencia no se debe a una predisposición cultural típicamente norteamericana marcada por el espíritu de colonización, el gusto por la naturaleza, la movilidad y el individualismo.

A pesar de sus limitaciones, la observación de Berry marca el inicio de un fructífero ciclo en los estudios urbanos en todos los países industrializados, pero también en países pobres y algunos del mundo socialista. A partir de esta sorpresiva constatación, se afinan las metodologías para captar los movimientos de la población, y, si bien durante los años ochentaciertos autores ponen en duda la existencia de una tendencia de largo plazo, a la vuelta del siglo existe un consenso sobre la desconcentración de la población en tres escalas geográficas: en la periferia de las grandes ciudades (su zona de influencia), en pequeñas ciudades dispersas y hasta en localidades rurales alejadas. También, con la aparición del fenómeno de los *commuters* por la modernización de los medios de transporte y de telecomunicación, se pone en evidencia la necesidad de diferenciar el lugar del trabajo del lugar de residencia de los individuos (Ferrás Sexto, 2009; Nelson, Oberg, Nelson, 2010).

Los estudiosos de la contraurbanización se han preocupado por elaborar metodologías adecuadas para medir de manera cada vez más fina los

movimientos de población en diferentes espacios (local, regional, nacional, internacional) y han logrado precisar el planteamiento inicial hecho por Berry. Para explicar este proceso contra-cíclico se aducen dos tipos de argumentos. Por un lado, se destaca que la modernización del transporte permite mayor movilidad de la población mientras los nuevos medios de telecomunicación (telefonía, internet) permiten estar en comunicación permanente y en tiempo real. Por otro lado, se plantea que muchos ciudadanos optan por salir de la ciudad para conseguir una mejor vivienda y un estilo de vida más agradable. Pueden ser personas en edad productiva que deben combinar su lugar de vida con su lugar de trabajo, cuyas posibilidades van desde trabajar en casa hasta ser *commuters*, o personas jubiladas que solamente buscan un espacio de vida agradable y barato.

De manera paralela a los estudios urbanos sobre la contraurbanización pero sin conexión con ellos, los ruralistas franceses estudian las profundas transformaciones del mercado de trabajo en el campo. Un año antes del trabajo de Berry, Alain Berger (1975) publica su libro *La nouvelle économie de l'espace rural* en el cual analiza los cambios en las actividades económicas rurales. Apunta tres procesos que van de la mano. Primero, destaca la constante disminución de la población agrícola por la tecnificación, al punto que, a menudo, las granjas no alcanzan a dar trabajo a una persona de tiempo completo, y que las familias de los agricultores, aprovechando la disponibilidad cada vez mayor de mano de obra familiar, emprenden negocios propios no agrícolas (turismo u otro) o trabajan como asalariados en pequeñas y medianas empresas manufactureras establecidas en el campo. Segundo, observa que, a pesar de la expulsión de la mano de obra de la agricultura, el « éxodo rural », entendido como la migración masiva de la población del campo hacia la ciudad, ha terminado. En su lugar se han establecido flujos migratorios más complejos tanto del campo hacia la ciudad como de la ciudad hacia el campo. Si bien el saldo migratorio suele ser negativo para el campo en las regiones esencialmente agrícolas, es positivo en las regiones en donde la industria coexiste con la agricultura. Tercero, constata el crecimiento de la población no agrícola en las regiones rurales. Recalca el cambio en las actividades económicas rurales en donde la agricultura tiene cada vez menos importancia frente a las actividades del sector manufacturero y de servicios. Destaca que el fortalecimiento del sector secundario y terciario se da en las regiones con infraestructura adecuada y es propio de pequeñas o medianas empresas, a menudo subcontratistas de grandes compañías. El autor precisa que es una situación propia de los países industrializados y, además del caso francés, lo ejemplifica con Inglaterra, Italia y los Estados- Unidos.

Este libro abre una nueva perspectiva sobre el mundo rural. No solamente aparecen numerosos estudios sobre las transformaciones del campo, sino que se realizan diferentes propuestas metodológicas para abandonar la tradicional clasificación bipolar entre las localidades rurales y urbanas. Con esas nuevas herramientas el gobierno francés pone en marcha políticas de descentralización cada vez más efectivas para apoyar la diversificación de las actividades rurales. Según los autores, esta nueva situación en el campo se conoce como la nueva ruralidad, la rurbanización o la multifuncionalidad (C. de Grammont, 2010).

Las razones aducidas para explicar estos cambios son las mismas que para la contraurbanización: modernización del transporte y de las telecomunicaciones (telefonía, internet), descentralización de la industria o de los servicios, adquisición de una mejor vivienda y un estilo de vida más agradable. Sin embargo, la diferencia en la perspectiva de la contraurbanización (desde la ciudad) y de la nueva ruralidad (desde el campo) establece sesgos propios a cada enfoque. En la perspectiva de la contraurbanización aparece más claramente la difusión de la urbanización desde la periferia cercana (periurbanización) hasta las regiones rurales lejanas, mientras en la perspectiva de la nueva ruralidad se tiene una visión más precisa de la dinámica de la población rural, en particular de la población agrícola que no aparece en los estudios desde la ciudad, y de los diferentes procesos de industrialización difusa. La contraurbanización y la nueva ruralidad representan entonces las dos facetas de una nueva relación entre el campo y la ciudad que corresponde al fortalecimiento de procesos de descentralización de la producción así como de la desconcentración de la población hacia el campo. Aunque durante la década de los ochenta numerosos estudiosos pusieron en duda la permanencia de este nuevo fenómeno, atribuyéndolo a un simple fenómeno coyuntural por la crisis económica, hoy podemos hablar de un claro consenso sobre la profundidad de los cambios en la relación campo-ciudad, los cuales marcan una verdadera mutación de estos espacios sociales (Champion, 1989; Keeble, 1989; Fielding, 1989; Fuguitt and Beale, 1996; Font, 2000; Hoggart and Keith, 2007; Ferrás Sexto, 2009; Nelson, Oberg and Nelson, 2010; Champion, 2011). Los procesos analizados por ambas perspectivas, la anglófona y la francófona, marcan una ruptura y esto es un hecho mayor que debemos reflexionar con cuidado.

Sin embargo, hasta ahora los estudios, tanto sobre la contraurbanización como sobre la nueva ruralidad, se han dedicado esencialmente a medir la naturaleza y profundidad de los cambios, tarea necesaria para establecer los parámetros de los procesos en curso, pero estos esfuerzos de instrumentalización no desembocaron en una reflexión teórica suficiente para establecer el alcance de estos cambios.

Si bien algunos autores han señalado que este proceso se debe al paso del fordismo al postfordismo, a la “japonización” o a la globalización (Vartiainen, 1989; Champion, 1989; Fielding, 1987; Cloke and Goodwin, 1992), sólo unos pocos desarrollan su argumento (Font, 2000; Murdoch, 2006). Sin embargo, si asumimos que nos encontramos frente a una ruptura similar a la que se dio durante la revolución industrial con la separación entre la ciudad y el campo como lo afirma A. G. Champion (1989), ampliar nuestra reflexión teórica sobre esta transformación es una tarea necesaria.

Por eso, en este trabajo nos proponemos reflexionar sobre las condiciones históricas que prevalecieron en los países industrializados y permitieron primero la separación de la ciudad del campo con la concentración de la actividad económica y de la población en la ciudad, y ahora propician un proceso inverso de revitalización del espacio rural. Primero estudiaremos la paulatina conformación de ambos espacios sociales durante la revolución industrial y su consolidación a lo largo del siglo XX con la concentración de la industria en la ciudad y la especialización del campo en la agricultura, procesos que propician la migración de la población rural y la concentración demográfica en la ciudad. Luego, estudiamos cuales son las condiciones que propician la sorprendente inversión de esta relación de centralización urbana a una descentralización ahora favorable al medio rural, descubierta de manera simultánea por Brian Berry en los Estados Unidos y por Alain Berger en Francia a mediados de los setenta.

James Steuart (1767) es el primero en demostrar que la separación de la ciudad industrial del campo es el resultado de la división del trabajo propiciada por los avances tecnológicos. Luego Adam Smith y Karl Marx retoman, cada uno a su manera, esta problemática pero reconocen que la relación entre estos dos espacios sociales se define esencialmente por los movimientos de población impulsados por las necesidades de mano de obra que se generan en los diferentes sectores productivos: el sector agrícola en el campo, el sector manufacturero y de servicios en la ciudad. Retomando este planteamiento, postulamos que son los mercados de trabajo los que determinan, en grandes líneas, los flujos migratorios entre el campo y la ciudad. Así, durante el largo período que va de la revolución industrial hasta el surgimiento de la sociedad del conocimiento, estos flujos se dan desde el campo hacia la ciudad por un doble proceso complementario: la disminución del empleo agrícola en el campo y la concentración del empleo industrial y de servicios en la ciudad. Siguiendo esta premisa, son los cambios en los mercados de trabajo en la sociedad del conocimiento los que explican los procesos de contraurbanización, con sus migraciones en cascada

desde las grandes ciudades inicialmente hacia sus periferias, luego hacia localidades cada vez más lejanas hasta inmiscuirse en localidades rurales alejadas pero con buena infraestructura de transporte y telecomunicación. Planteamos también que los mercados de trabajo se construyen a partir de la relación que se establece entre los aparatos productivos y las formas de organización del trabajo. Ambos elementos son indisolubles ya que las tecnologías permiten cierto tipo de organización del trabajo pero, a su vez, la organización del trabajo permite el uso de ciertas tecnologías (Gollac, 1989; Greenan, 2002). Es en este contexto que los trabajadores construyen sus “estrategias de empleo” y los patrones sus “estrategias de demanda de trabajo” (Garza de la, 2008). El eje de reflexión de este trabajo se centra, entonces, en el análisis de la evolución de los mercados de trabajo urbanos y rurales y sus efectos primero sobre los procesos de concentración, luego de desconcentración económica y demográfica, a partir de la revolución industrial y hasta la fecha.

Distinguimos tres etapas en la conformación de los mercados de trabajo: la revolución industrial, el capitalismo industrial y la sociedad del conocimiento. En cada período encontramos la existencia de un mercado de trabajo específico que conforma una relación campo-ciudad particular. Concluimos que son las actuales condiciones de los mercados de trabajo en la sociedad del conocimiento las que permiten el surgimiento de la contraurbanización gracias a la modernización del campo (transporte y servicios) pero más que todo a las nuevas tecnologías de información y comunicación (TIC) que permiten ahora la descentralización industrial hacia las zonas rurales, acabando así con la vieja dicotomía campo-ciudad planteada por Henry Maine (1861) y retomada hasta Robert Redfield (1960), pasando por Emile Durkheim (1893). Para la revolución industrial ejemplificamos con el caso paradigmático de Inglaterra, mientras para los dos siguientes períodos nos referimos a los países industrializados, esencialmente los Estados Unidos y Europa occidental. Optamos por dejar en nota de pie de página los datos concretos que nos permiten ilustrar las afirmaciones hechas en el texto para aligerar nuestro argumento.

La revolución industrial

Es la revolución tecnológica la que permite la generalización de la división social del trabajo y, por ende, la concentración de la industria en la ciudad mientras en el campo queda esencialmente la producción primaria (agropecuaria, silvicultura y minería) que no es disociable de su entorno natural. Sin embargo, hay que ver este proceso de conformación de los dos grandes espacios

sociales, el rural y el urbano, como una tendencia asintótica que tiene diversas maneras de desarrollarse según las peculiaridades históricas de cada país.

En Inglaterra, primer país en iniciar este proceso, en el siglo XVII el trabajo manufacturero-artesanal se da esencialmente en el campo, en el marco de la “industrialización doméstica” (Dobb, 1975), aprovechando la mano de obra familiar de los campesinos pobres que no encuentran empleo en la agricultura. En las ciudades, que no son más que pequeñas localidades, los talleres artesanales ocupan unos pocos trabajadores, que normalmente no son asalariados sino que tienen el estatuto de aprendiz.³ Estos talleres producen esencialmente bienes de consumo para las élites, incluyendo las armas necesarias al ejercicio del poder. No se trata aún de un consumo masivo, propio del capitalismo, sino de un consumo de lujo destinado a un muy reducido grupo de la población con cierto poder económico y esencialmente ubicado en la ciudad. Todavía cada unidad de producción produce la mayoría de sus herramientas que son muy sencillas. La separación entre la fabricación de los bienes de producción y los bienes de consumo se hará necesaria sólo hasta alcanzar cierto nivel de complejidad en el desarrollo tecnológico.

Es con el incremento de las innovaciones tecnológicas que se crean talleres de mayor tamaño en los cuales se inician relaciones asalariadas entre el capital y el trabajo. Sólo los grandes comerciantes y terratenientes pudientes pueden realizar las inversiones necesarias para la construcción de esos talleres. Sin embargo, por un largo tiempo subsisten dos factores que limitan la posibilidad de su desarrollo en la ciudad. La primera es la dependencia, por el bajo desarrollo tecnológico, de las fuentes de energía o de insumos provenientes de la naturaleza (carbón, minerales, madera, agua, etc). Retomando una terminología actual, ese período se caracteriza por un proceso de pequeña industrialización difusa. El caso más difundido es el de la pequeña industria textil, pero toda la producción manufacturera se inicia de esta manera. La segunda es que la mano de obra disponible forma parte de un numeroso campesinado de autosubsistencia que sobrevive gracias a la combinación de sus magras actividades agrícolas con el trabajo a domicilio o en los talleres artesanales cercanos. Durante un largo tiempo la escasez de mano de obra es una grave limitante para el crecimiento de la producción artesanal y su transformación en manufacturas. Es por eso que desde este período se busca subsanar esta falta de trabajadores gracias al desarrollo de herramientas más eficientes, tendencia que se ampliará luego con la mecanización de la producción (Ibid).

3 El aprendiz vive con la familia del artesano en condiciones miserables y no recibe salario.

Es solamente en la medida en que se resuelven estos dos problemas, hasta la segunda mitad del siglo XVIII, que la industria puede abandonar el campo para ubicarse en la ciudad. La primera, gracias al invento del motor de combustión que permite mover todo tipo de maquinaria y romperla subordinación de la manufactura con su entorno natural que le proveía la fuerza motriz (viento, agua, combustible) necesaria a su funcionamiento. La segunda, gracias a dos notables cambios en la legislación inglesa que facilitan el crecimiento de la mano de obra disponible para el capital. Primero el cercamiento (enclosure) de las tierras a partir de finales del siglo XV y luego la derogación de las Leyes de los pobres. Si bien los cercamientos se expanden de manera desigual en el país (Mingay, 1963), aceleran el despojo de los campesinos de sus tierras con lo cual liberan mano de obra para el capital industrial y a la vez liberan sus tierras para permitir el crecimiento de la agricultura capitalista (Dobb, 1975).⁴ Más tarde, la cancelación de las Leyes de Pobres promulgadas a partir del siglo XVII para prohibir el vagabundeo de la población sin tierra y mantenerla atada a sus lugares de origen. Además de su aspecto social, estas leyes tienen por objetivo la fijación de la mano de obra en su circunscripción administrativa de origen para abastecer los talleres manufactureros todavía dispersos en pequeñas localidades rurales.⁵ Sin embargo, con la creciente separación de la agricultura (campo) y de la industria (ciudad) gracias al desarrollo tecnológico, al principio del siglo XIX es la manufactura urbana en pleno crecimiento la que padece de una gran escasez de trabajadores. Se plantea entonces la necesidad de cancelar esas leyes, en particular la de domicilio que prohíbe a los pobres salir de su comarca, para facilitar la movilidad de la población rural hacia la ciudad. Es notorio que los principales críticos de las leyes de los pobres son los economistas clásicos, en particular Smith, Malthus y Ricardo, que argumentan que se oponen a la libertad de circulación, favorecen la holgazanería y limitan la competitividad (Himmelfarb, 1988; Castel, 2004). Así, con la derogación de la ley de domicilio en 1834 los menesterosos se ven liberados de su atadura territorial para poder migrar a

4 El cercamiento de las tierras se desarrolla paulatinamente desde el fin del siglo XV durante el período de la dinastía de los Tudores. Consiste en cercar los bienes comunales para su apropiación privada. En general son tierras agrícolas que se transforman en prados ganaderos, esencialmente para la cría del borrego lanar muy demandado por la industria textil naciente. Este proceso de privatización de los bienes comunales se incrementa con el desarrollo de la revolución industrial a la vuelta de los siglos XVIII y XIX.

5 Las Leyes de pobres conforman un sistema de caridad institucionalizada por diferentes medidas legales que se van sumando a lo largo del tiempo, desde el siglo XVI hasta el XVIII. La primera ley oficial de pobres conocida como Ley de Isabel se promulga en el año de 1601. El principio general es que cada parroquia tiene la obligación de recabar fondos para dar sustento a sus pobres que, por su lado, no tienen derecho de vagabundear, o sea salirse de su comarca.

la ciudad y conformar la clase obrera urbana. En adelante las migraciones del campo hacia la ciudad se incrementan constantemente y conforman el principal vínculo entre el espacio rural y el espacio urbano. Mientras no existe una red de comunicación eficiente estas migraciones son de corta distancia pero paulatinamente la capacidad de atracción de la ciudad se amplía, tanto por su mayor demanda de trabajo como por la expansión de la red ferroviaria, con lo cual los flujos migratorios son cada vez más extensos. Estos flujos crecen de tal manera que, a pesar del incremento de la tasa de natalidad urbana, durante el auge de la revolución industrial el aumento de la población urbana se debe más a las migraciones que a su crecimiento natural (Redford, 1968).

Durante el siglo XIX la relación entre la oferta y la demanda de mano de obra cambia radicalmente. Por el lado de la demanda, la industria fabril conoce un auge sin precedente gracias al incremento del desarrollo tecnológico. Si bien las innovaciones implementadas suelen ahorrar mano de obra, el crecimiento industrial es tal que la población ocupada también crece constantemente. Por el lado de la oferta el crecimiento demográfico conoce un largo período de expansión de tal forma que no sólo se satisface la demanda de empleo nacional sino que una importante fracción de la población queda desempleada.⁶ Parte de esta población sobrante encuentra salida en la migración internacional hacia las colonias del imperio británico esencialmente hacia los Estados Unidos, país en pleno crecimiento y con una gran necesidad de mano de obra tanto para las necesidades de la industria urbana como para poblar el campo (Massey, 1988).⁷

Si el dinamismo de la revolución industrial inglesa no tiene equivalente es porque se beneficia de tres factores claves: insumos baratos de sus colonias, tecnologías que incrementan enormemente la productividad del trabajo, mano de obra abundante y barata. En ese mismo período Francia tiene la tecnología y la mano de obra, pero, por no tener aún un sistema colonial tan consolidado, no tiene acceso a tantos insumos baratos. Los Estados Unidos, por su lado, se

6 De mediados del siglo XVI a mediados del siglo XVIII la población de Inglaterra crece muy poco (de 3,5 a 5,5 millones) (Dobb, 1975: 268), pero durante el siglo XIX, en gran medida gracias a la disminución de la mortalidad por el mejoramiento de las medidas sanitarias en la ciudad, conoce un verdadero boom demográfico pasando de 9 millones de habitantes en 1801 a 41 millones en 1901. A esto se debe agregar los 15 millones de migrantes que abandonaron su país durante este período para migrar hacia los Estados Unidos y Australia (Simon, 2008: 32).

7 Durante el siglo XIX las migraciones nacionales son mucho más importantes que las internacionales (Redford, 1968). En cuanto a estas últimas, los Estados Unidos absorben 60% de los flujos europeos, mientras otro 25% va hacia Argentina, Australia, Canadá y Nueva Zelanda (Massey, 1988). De 1841 a 1890 migran 12,4 millones de europeos a los Estados Unidos de los cuales 4,3 de Alemania, 3,2 de Irlanda, 1,6 de Inglaterra, 312 mil de Francia (<http://www.latinamericanstudies.org/immigration-statistics.htm>, 15-05-2012).

benefician de un medio natural con una riqueza incomparable, pero padece de una gran penuria de mano de obra que no logrará subsanar sino hasta la primera mitad del siglo XX (Dobb, 1975; Gordon, 2003).

Así nacieron primero las manufacturas normalmente dispersas en el campo, y luego la industria fabril concentrada en la ciudad. A lo largo de este proceso la “industria domestica” y el taller fabril desaparecen de las actividades del campo porque se realizan con mayor eficiencia en la industria urbana. Por su lado, la agricultura aparece ahora como la principal actividad productiva del campo. Siguiendo este desplazamiento de la producción del campo hacia la ciudad, la población rural empobrecida migra definitivamente para conformar la masa de trabajadores necesaria al crecimiento industrial. En esa época, cuando el trabajo vivo es la principal fuente de creación de la riqueza, la concentración de los trabajadores en la ciudad es una condición *sine qua non* para la conformación del capital industrial en ascenso.

En Inglaterra, cuando estalla la crisis de 1929, la división social del trabajo entre campo y ciudad ha culminado: en el campo predomina la agricultura empresarial, en la ciudad la industria. La ciudad “capitalista”, en donde prevalece la relación capital-trabajo, domina el conjunto de la sociedad. La clase obrera se conforma a partir de las migraciones definitivas de todos los desarraigados del campo. El proceso de acumulación originaria, de una violencia social extrema que duró alrededor de tres siglos, ha concluido (Marx, 1975).⁸ Los demás países en vía de industrialización, esencialmente los países europeos occidentales y los Estados Unidos, seguirán este proceso de disociación entre el campo y la ciudad, cada uno con sus particularidades definidas por la historia de sus relaciones sociales (Castel, 2004).

La sociedad industrial

Durante la revolución industrial los procesos de producción se transforman profundamente por la introducción de la maquinaria. Si bien, como lo plantea Marx (1975), el hombre se vuelve una extensión de la máquina, no es menos cierto que, por la complejidad de la maquinaria, el trabajador mantiene a menudo una alta calificación técnica para poder trabajar con ella. Por eso el proceso de aprendizaje puede ser largo para adquirir todas las habilidades propias del oficio. Durante este período, la modernización se concibe como el mejoramiento de la tecnología, sin prestar mucha atención

8 La acumulación originaria consiste en la separación del productor de sus medios de producción y de la consecuente creación del trabajador “libre”.

al proceso de trabajo mismo: hay un incremento de la eficiencia técnica más que organizacional.

A la vuelta del siglo XX, es en los Estados Unidos que surge la preocupación por optimizar el uso del trabajo con el taylorismo luego con el fordismo y el sloanismo. Con la organización científica del trabajo Frederick Taylor plantea dos postulados: primero, separar las tareas de concepción y de realización; segundo, en el ámbito de la realización, descomponer las tareas complejas en una sucesión de tareas simples, fácilmente realizables, que permiten pasar del trabajo calificado al trabajo especializado. Por su lado, en su búsqueda de popularizar el uso del automóvil, Henry Ford agrega a la organización científica del trabajo de Taylor la línea de producción que racionaliza aún más el proceso productivo, incrementando las economías de escala, y permite controlar el ritmo de trabajo del obrero (Coriat, 1982).⁹

La eliminación del trabajo calificado permite incrementar el ritmo de trabajo pero también, en tiempos de escasez de mano de obra como es el caso en los Estados Unidos en esta época, facilita la contratación de los obreros. En particular, se puede contratar los migrantes del campo, y reducir los problemas provocados por la rotación del personal que suele ser muy elevada por las pésimas condiciones del trabajo. También, en un país en pleno proceso de colonización y sin tradición obrera, permite disciplinar con mayor facilidad al trabajador (Siegfried, 1956). Con el taylorismo no sólo se incrementa la productividad del trabajo, sino que el trabajador mismo se vuelve una mercancía fácilmente sustituible lo cual permite presionar los salarios a la baja.¹⁰ Con el Fordismo surge la producción estandarizada en serie así como el consumo masivo que dan lugar a la consolidación de empresas fabriles cada vez más grandes. De la misma manera que la industria textil inglesa fue el ejemplo de la manufactura decimonónica, la industria automotriz norteamericana se vuelve el símbolo del gigantismo fabril del siglo XX con sus miles de obreros trabajando en la línea de producción.¹¹ Este gigantismo fabril se sustenta en las migraciones rurales hacia la ciudad.

9 Paralelamente, la General Motors, dirigida por Alfred Sloan, plantea la posibilidad de aplicar el trabajo en línea con una gama variada de vehículos, para un público con mayor ingreso y más exigente. Para lograrlo se concibe máquinas polivalentes con una mano de obra más calificada. Además, GM implementa políticas organizacionales, comerciales y laborales que le permiten mantener una alta competitividad durante un largo tiempo. Este modelo productivo se conoce como sloanismo. Tanto en el caso del fordismo como del sloanismo lo novedoso es la aplicación sistemática de la organización del trabajo a la producción masiva.

10 De hecho, Taylor plantea la necesidad de pagar los obreros a destajo para incrementar aún más la intensidad de su trabajo.

11 Destaca la industria automotriz en Detroit en donde se encuentran los tres mayores productores: General Motors, Ford y Chrysler.

La mayor aportación del taylorismo y del fordismo, que marcará el proceso de industrialización durante todo el siglo XX, es que la productividad no sólo es el resultado de la tecnificación como lo fue esencialmente durante la revolución industrial, sino también de la organización racional del trabajo.

Después de la crisis de 1929, el fordismo se difunde en los Estados Unidos permitiendo una pronta recuperación del crecimiento nacional, pero su aplicación en los países industrializados europeos (Inglaterra, Francia, Alemania, Italia y los países nórdicos) es escasa. Cobra importancia después de la Segunda Guerra Mundial con el Plan Marshall para la reconstrucción de la planta productiva destruida por el conflicto bélico, y marca la pauta en el sector industrial hasta la crisis de producción de los años setenta. Si bien el fordismo se vuelve el modelo productivo dominante que marca la pauta de la acumulación, siguen existiendo otros modelos productivos basados en formas de trabajo artesanales o cooperativistas (Piore y Sabel, 1984; Boyer y Freyssenet, 1995). Sin embargo, el fordismo inicia una nueva época en la acumulación de capital basada en un paradigma novedoso que domina la producción industrial: la productividad es el resultado de un aparato productivo combinado con una forma de organización del trabajo.

En el sector industrial, las tecnologías cada vez más sofisticadas junto con formas de organización del trabajo cada vez más precisas inducen un crecimiento productivo nunca visto antes. Los Estados Unidos, en la culminación de su proceso de colonización de su propio territorio, conocen una larga época de bonanza basada tanto en su enorme potencial de recursos naturales (en particular sus tierras agrícolas, sus bosques y su petróleo) como en su capacidad de mecanizar su agricultura y su sector fabril para mitigar su recurrente escasez de mano de obra. Si bien apenas empieza su expansión colonial hacia el exterior, se beneficia de un enorme mercado interno en pleno crecimiento que le asegura un consumo de masa. Impone su predominio económico sobre el mismo imperio británico que acaba de vivir un largo período de bonanza durante la época victoriana (1837-1901). Por su lado, los países del Viejo Mundo, con pocos recursos internos pero con grandes riquezas en sus colonias, se enfrentan a inercias históricas difíciles de resolver, en particular su estructura agraria de origen medieval dominada por la pequeña producción campesina. Además, en su competencia por imponer su hegemonía, atraviesan por dos guerras mortíferas que destruyen su infraestructura productiva. Aún así, y pese a las fuertes variaciones en su crecimiento, logran fortalecerse como países industriales gracias al aumento de su productividad. Luego de la Segunda Guerra Mundial, conocen una rápida recuperación económica (Gordon, 2003). Esta es la tendencia

de estos países durante todo el período marcado por el fordismo, a la cual hay que agregar el importante desarrollo del sector de servicios.

En la agricultura la situación es diferente debido tanto a la inelasticidad de la demanda de productos alimenticios como a las limitaciones del crecimiento agrícola impuestas por la tierra. Su modernización consiste esencialmente en su mecanización, en el uso de agroquímicos y de semillas, mejoradas. La mecanización tiene un fuerte efecto sobre el empleo gracias a la introducción del tractor, que se inicia hacia finales del siglo XIX en los Estados Unidos y se generaliza rápidamente después de la Segunda Guerra Mundial en todos los países industrializados (Dorel, 1985; Lara Flores, 1998).

Así, durante el siglo XX el progreso tecnológico junto con la organización científica del trabajo transforman profundamente los mercados de trabajo que se conformaron paulatinamente a partir del siglo XVI. En primer lugar, por la desaparición de la industria doméstica del espacio rural, por no resistir la competencia de la industria fabril urbana, en segundo lugar, por la mecanización de la agricultura. Inexorablemente, ambos procesos propician la expulsión de la mano de obra rural sobrante, tanto fabril como agrícola, hacia la ciudad. Sin duda, la migración masiva del campo hacia la ciudad es una característica sobresaliente del fordismo.¹²

Es durante este período que aparece el problema de la incontrolada concentración económica y demográfica en unas pocas ciudades, especialmente en las capitales de los Estados. Con ello surgen graves desequilibrios territoriales no sólo entre el campo y la ciudad sino entre las ciudades mismas. La generalización y modernización de los transportes amplía este proceso. Aún en Francia, que conoce durante el siglo XIX un particular proceso de industrialización difusa, en 1947 aparece un estudio premonitorio, *Paris et le désert français* (J.F. Gravier), que denuncia la concentración industrial en la región parisina mientras se deteriora la economía en muchas regiones del país. Es para revertir esta situación, que se juzga inadecuada para el crecimiento nacional, que en el marco de la recuperación posbélica de la economía se inician en los años sesenta las políticas de desarrollo territorial que se centran en la modernización de la infraestructura rural, en particular del transporte y de los servicios. También se intenta promover la descentralización industrial, aunque con resultados poco alentadores (Veltz, 1996). Si bien Francia se exhibe a menudo como un ejemplo

12 En Francia, país que se caracteriza tanto por la importancia de su industrialización difusa durante el siglo XIX como por su amplia agricultura familiar, la población rural es de 74,5% en 1851, de 59,1% en 1901 y de 28,5% en 1975 (Beaujeu-Garnier, 1976: 124), mientras que el éxodo rural entre 1946 y 1982 afecta a 4,5 millones de personas (Robert, 1987, citado por Font, 2000: 42).

de ordenamiento territorial, no es menos cierto que, tarde o temprano, todos los países industrializados promueven la modernización de sus espacios rurales en cuanto el crecimiento de su economía se lo permite. Este proceso se da en los Estados Unidos a partir del New Deal, pero en los demás países industrializados hasta después de la segunda Guerra Mundial. Es una condición previa a la posibilidad de la descentralización industrial propia del periodo de la sociedad del conocimiento.

Sin embargo, a pesar del decrecimiento de la tasa poblacional, la oferta de empleo no es suficiente para absorber la demanda total. La salida a esta situación, aunque en menor medida que en el período anterior, sigue siendo la migración hacia los países poco poblados.¹³ Por su lado, las migraciones sur-norte no son todavía significativas, con la excepción de las históricas migraciones de los mexicanos hacia los Estados Unidos y de la población Hindú hacia Inglaterra.

La producción masiva da señales de agotamiento desde la década de los sesenta con la sobreproducción de productos estandarizados que saturan el mercado y limitan la posibilidad de consumo, el incremento de los stocks y de los costos administrativos, la disminución de la productividad de la mano de obra, etc., de tal manera que, en 1973 con el repentino incremento del precio del petróleo en el mercado internacional que provoca un aumento generalizado de los costos de producción, el proceso de acumulación entra en crisis.

Si bien durante la década de los sesenta del siglo XX los países industrializados modernizan notablemente su infraestructura (Transportes y comunicaciones, electricidad, etc) a nivel nacional, logrando así reequilibrar en buena medida las condiciones de desarrollo entre el campo y la ciudad, es durante esta década que se agota la capacidad productiva del fordismo. Al igual que décadas antes con el taylorismo-fordismo, la recuperación de la productividad industrial se encuentra en la capacidad de incorporar en los procesos de producción tecnologías emergentes nuevas formas de organización del trabajo.

La sociedad del conocimiento

Es otra vez en la industria automotriz que surge el nuevo paradigma productivo que permite trascender los problemas del fordismo. Ahora es la empresa japonesa Toyota la que busca crear un modelo productivo adaptado a su mercado interno, el único al cual tiene acceso en los años de la posguerra, con dos

13 La migración anual media hacia los Estados Unidos es de 621 mil inmigrantes de 1900 a 1930 y de 53 mil de 1930 a 1950. Luego son las migraciones de los países pobres las que predominan (Massey, 1995 y 2003). Ver también Simon, 2008.

características estructurales particulares que no permiten la masificación de su producción. Su punto de partida es que, a falta de poder incrementar la productividad a partir de las economías de escala gracias a la producción masiva, se puede lograr el mismo resultado eliminando los costos propios a la abultada gestión de los stocks y al control del personal inherentes al modelo fordista, así como disminuyendo las inercias en el trabajo propios de la híper especialización del obrero taylorizado gracias a la cooperación entre los trabajadores. Así, mientras el principio rector del fordismo fue la no-comunicación entre los trabajadores y el individualismo en el trabajo, la comunicación y cooperación es la base del nuevo modelo productivo (Veltz, 2002).¹⁴ Al igual que con el fordismo en su momento, el toyotismo se transforma en el único modelo productivo posible para superar la crisis del consumo de masas, pero es un importante referente por su capacidad innovadora que le permitió incorporar con gran éxito a sus procesos productivos las nuevas tecnologías de la informática (TIC) y la robotización, combinándolas con nuevas formas de organización del trabajo, para recuperar la rentabilidad de la empresa.

La generalización de las TIC permite romper con la producción concentrada y masiva, gracias a la creación del trabajo flexible y de las cadenas productivas en red que se basan en la subcontratación con pequeñas empresas autónomas, en particular con las que elaboran las partes menos intensivas en capital. Sin embargo, en el caso de los Estados Unidos se ha demostrado que aún las industrias de punta (high-technology manufacturing) se pueden descentralizar cuando sus procesos de producción se han estandarizado (Barkley, 1988). En un primer momento esta descentralización productiva, también conocida como de industrialización difusa, se da al interior de los países industrializados. Rebase los límites de las periferias de las grandes ciudades no sólo para alcanzar las pequeñas ciudades regionales, sino para penetrar también en regiones rurales que ofrecen buenas condiciones de infraestructura y mano de obra adecuada (Champion, 1989; Keeble, 1989; Font, 2000). Una consecuencia fundamental de este novedoso proceso de contraurbanización, según el concepto apuntado

14 Para lograr este modelo de "lean production", "fábrica ligera" en palabras de Benjamin Coriat, los principales principios del toyotismo son: 1) la flexibilidad laboral, 2) el trabajo en equipo o círculos de calidad, 3) la implicación de los obreros con su trabajo, 4) el suministro justo a tiempo (just-in-time) y, 5) la calidad total, o cero defecto, en el trabajo gracias a un sistema de información que fluye a lo largo del proceso productivo (sistema Andon). Sin embargo, la principal innovación es que mientras en el fordismo los trabajadores deben realizar individualmente, de manera aislada, tareas definidas por el staff de los directivos, el toyotismo plantea la necesidad de la estrecha comunicación entre ellos para lograr un trabajo de conjunto en una cadena de producción altamente robotizada (Coriat, 1992; Womack et al, 1992).

por Berry, es el paulatino acercamiento en la configuración de los mercados de trabajo rurales y urbanos.¹⁵

Pronto, en búsqueda de la contratación de mano de obra siempre más barata, este proceso se extiende a nivel internacional hacia los países pobres que ofrecen condiciones favorables a la inversión extranjera. Sin embargo, es importante señalar que la posibilidad de la descentralización depende del nivel de modernización de la infraestructura alcanzado en las regiones rurales. Como lo señalamos en el inciso anterior, en los países industrializados la modernización del campo se lleva a cabo desde los años de la posguerra gracias al auge económico alcanzado entonces, mientras en los países atrasados, caracterizado por un gran desarrollo desigual, sólo algunas pocas regiones se incorporan a la dinámica del desarrollo. Así, la industrialización difusa puede generalizarse en la gran parte del espacio rural de los primeros países, pero tiene alcances muy delimitados en los segundos.

Si bien a finales del siglo pasado existió una fuerte polémica para saber si se trataba de un simple proceso de dispersión urbana esencialmente periférico a la ciudad (*urbansprawl* y *commuters*) o de un proceso de descentralización productiva que alcanzaba regiones rurales, los datos actualmente disponibles apuntalan claramente hacia la segunda situación.¹⁶ Retomando la formulación de los geógrafos anglófonos, se da un proceso de descentralización, industrial y de los servicios, hacia abajo de la jerarquía urbana (hacia localidades cada vez más pequeñas). De esta manera, se rompe con la vieja ecuación establecida por los demógrafos que establece la existencia de una relación positiva entre el tamaño (o la densidad) de una localidad y su índice de crecimiento (Fielding, 1982; Moseley, 1984).

15 Para el caso de Inglaterra, Hoggart (2007) demuestra que los mercados de trabajo rural y urbano son similares. En ambos espacios el sector más importante en términos del empleo, es el de la manufactura seguido por los servicios, mientras la agricultura no representa que una muy pequeña proporción (6%) del empleo rural. Además, precisa que la estructura generacional y de género en los mercados de trabajo rural y urbano es la misma. Algunos datos sobre el espacio rural francés hacia el final del siglo pasado apuntalan una situación similar: entre 1982 y 1990 en el espacio rural “profundo” (fuera del ámbito económico de una ciudad) la población activa agrícola disminuye en 27% mientras la población industrial crece en 3.3%, en el comercio crece en 16% y en el sector de los servicios a empresas (pequeñas empresas integradas en redes de subcontratación) crece en 39%. En el espacio rural periurbano (incorporado en la dinámica de una red urbana) las tendencias son mucho más marcadas ya que el sólo sector de servicio a empresas crece en 62% (Font, 2000). En el caso norteamericano, debido a una particular tradición ruralista, para fin del siglo pasado sólo el 6% de la población rural trabaja en la agricultura, el resto labora en los sectores secundarios o terciarios (US Census Bureau, Population Division, 2001).

16 En Francia, al inicio de este siglo, mientras el empleo a nivel nacional crece sólo en 3,5%, el empleo rural no agrícola crece en 8% (DATAR, 2003).

Sin embargo, esta vez las nuevas tecnologías y formas de organización del trabajo no resuelven el problema del empleo debido al alto nivel derobotizaci3n alcanzado tanto en la industria como en el sector de los servicios. Adem1s, la hist3rica salida de la poblaci3n sobrante hacia los pa3ses poco poblados se agota porque estos llegaron al l3mite de su capacidad de absorci3n demogr1fica. Por si fuera poco, gracias a la mayor movilidad adquirida por sus poblaciones, ahora predomina la ola migratoria de los pa3ses pobres hacia los pa3ses ricos que conocen un crecimiento exponencial al punto de transformarse en una problem1tica mundial a la vuelta del siglo XX.

Es durante este per3odo que la agricultura vive su mayor transformaci3n porque pierde las caracter3sticas que la hac3a esencialmente diferente del sector industrial en dos aspectos claves estrechamente vinculados: el tecnol3gico y el patrimonial. En cuanto al primero, sus tecnolog3as son cada vez m1s sofisticadas y permiten controlar mejor sus procesos productivos para depender cada vez menos de la naturaleza. Si en el per3odo anterior el proceso de modernizaci3n no pudo desvincular la producci3n agr3cola de su medio natural, ahora podemos hablar del surgimiento de una verdadera industrializaci3n de la agricultura en donde la biotecnolog3a, la inform1tica y los nuevos materiales son tecnolog3as ampliamente difundidas.¹⁷ Este proceso est1 estrechamente controlado por las agroindustrias transnacionales. En cuanto al aspecto patrimonial, los efectos de la modernizaci3n tecnol3gica son tales que propician un notable crecimiento del tama1o de las unidades de producci3n, en buena medida como resultado de la creaci3n de numerosas asociaciones productivas entre productores.¹⁸ En Europa occidental en donde hist3ricamente la agricultura familiar ha tenido una gran importancia, se dan diferentes modalidades de asociaci3n entre peque1os productores, mientras en los Estados Unidos, en donde predomina la gran agricultura empresarial, prevalecen las sociedades an3nimas. Sin embargo, el nivel de tecnificaci3n es tal que, a pesar de este importante crecimiento de la superficie, la agricultura deja de ser esencialmente una actividad

17 Por ejemplo, la llamada "plasticultura" o "agricultura de cubierta" utiliza materiales pl1sticos de alta tecnolog3a que han permitido convertir tierras antes improductivas en tierras de alta productividad. A este respecto, Israel y Holanda fueron pa3ses pioneros, pero esas tecnolog3as se han difundido ampliamente. Un ejemplo de ello es la regi3n des3rtica de Almer3a, Espa1a, que es ahora una de las principales regiones productoras de hortalizas de Europa con una superficie de unas 30 mil ha de invernaderos.

18 En 1960 el tama1o medio de la unidad de producci3n agr3cola francesa es de 16 ha., en 2007 es de 78 ha. Para esa fecha, un poco m1s de la mitad de las granjas son el resultado de asociaciones productivas entre varios productores individuales (Agreste Primeur, n. 215, octubre 2008). En el nivel de mayor concentraci3n surgen sociedades agr3colas que controlan miles de hect1reas en diferentes regiones, incluso diferentes pa3ses de la Uni3n Europea, al estilo de la gran agricultura norteamericana (Hervieu, 1993).

del conjunto de la familia para transformarse en una actividad a tiempo parcial que se combina con la pluriactividad del trabajo familiar fuera de la granja. Este proceso es tan dinámico que la parte del ingreso familiar que corresponde al trabajo no agrícola es cada vez más importante.¹⁹

Es también durante este período que se agota el éxodo rural por tres razones: la población agrícola representa ahora una proporción mínima de la población trabajadora total, la industria que sigue localizada en la ciudad no necesita más de este flujo de mano de obra para crecer, una parte cada vez más importante de la actividad industrial y de servicios se descentraliza hacia las zonas rurales para encontrar mejores condiciones de rentabilidad.²⁰ Si el empleo agrícola baja fuertemente durante la segunda mitad del siglo XX, también la demanda de empleo en el sector industrial es poco dinámica mientras es el sector de servicios el que más crece. A partir del agotamiento del fordismo, en todos los países industrializados la tasa de desempleo mantiene una tendencia a la alza hasta alcanzar niveles peligrosos durante la primera década del siglo XXI.²¹

La hypermodernidad de la sociedad

Desde los trabajos de James Steuartsobre la división del trabajo se acepta que el espacio industrial es propio de la ciudad mientras en el espacio rural domina la agricultura. Si bien hubo, y hay hasta la fecha, amplias discusiones sobre el concepto de división social del trabajo, nadie ha puesto en duda que provoca inevitablemente la migración de la población rural sobrante hacia la

19 En el conjunto de las granjas de Europa occidental, 59% dependen casi exclusivamente del trabajo familiar, mientras en la mitad de ellas el ingreso agrícola representa sólo el 30% del ingreso total del hogar (Mackinnon et al, 1991). En los Estados Unidos, ya en 1978 se reporta que 55% de las granjas son pluriactivas con más de 100 días de trabajo fuera del predio (Dorel, 1985; Buttel, 1982).

20 Para el caso francés, Font (2000) señala que a partir de 1975 se puede considerar que el éxodo rural ha terminado porque el saldo migratorio nacional rural-urbano es favorable a las regiones rurales. En 1982 sólo trece departamentos (de noventa y seis) tienen un saldo migratorio negativo, todos ubicados en el centro del país (región de sierra semi-árida), mientras en más de la mitad de los departamentos la población rural crece. En la década de los ochenta, la periurbanización absorbe la mitad del crecimiento de la población rural, el resto corresponde a las regiones alejadas de las ciudades. En 1990, el crecimiento demográfico rural atañe a 90% de los departamentos.

21 Al inicio de los años setenta en Francia, o sea al final del período de crecimiento económico de la posguerra, el desempleo se encuentra en 3%, sube hasta casi 10% en los noventa y baja un poco (7-8%) durante la primera década del siglo XXI. La situación es similar en todos los países de Europa. En 2012, los dos extremos son España con más de 25% de desempleo y Alemania, el país con mayor crecimiento económico, con 6%. En USA, a inicios de los noventa el desempleo sube a 8%, y si bien baja un poco a la vuelta del siglo, a partir del 2006 se ubica también en 10% (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>; *france-inflation.com*, 21-11-2012).

ciudad. Por población sobrante se entiende tanto a la que ya no encuentra trabajo en el sector fabril rural, por su incapacidad de competir con la industria urbana, como en la agricultura, por su modernización. En esta perspectiva, se supone que la migración de la población rural hacia la ciudad es un fenómeno inherente al capitalismo. El límite a esta migración está representado por las necesidades en mano de obra de las actividades agropecuarias y forestales así como por la existencia de un restringido sector de la población urbana con residencias secundarias o por los *commuters*.

En contraposición a este planteamiento, en este trabajo intentamos poner en evidencia que la relación campo-ciudad está definida por la forma dominante de producción industrial y que, por lo tanto, esta relación cambia profundamente con el desarrollo del capitalismo. De esta constatación desprendemos cuatro ideas esenciales. La primera es que la base de la división social del trabajo no sólo se encuentra en el desarrollo tecnológico sino en su combinación con cierta forma de organización del trabajo, y que si bien no es unívoca existe en cada período del desarrollo capitalista (revolución industrial, sociedad industrial y sociedad del conocimiento) una tendencia que marca la pauta en la evolución de los mercados de trabajo. La segunda es que con la revolución industrial y el fordismo la tendencia en la relación campo-ciudad es la concentración de la industria en la ciudad, pero que con la producción flexible es hacia la desconcentración, o descentralización, de la industria hacia las zonas rurales gracias a la aplicación de las TIC a las cadenas productivas, tanto en la industria como en los servicios y en la agricultura. Por lo tanto, si bien durante un largo período se concentra la población en la ciudad, con el predominio de la producción flexible y en redes productivas la tasa de crecimiento de la población rural es superior a la tasa del crecimiento urbano. En consecuencia, durante el fordismo la población rural disminuye a causa de la migración hacia la ciudad y se concentra paulatinamente en la agricultura hasta que el espacio rural se confunde con la actividad agropecuaria-forestal. Sin embargo, a partir de la producción flexible, la población rural se diversifica a tal punto que hoy predomina el trabajo en el sector de los servicios, luego en el sector secundario, mientras la población ocupada en el sector primario ocupa un muy modesto tercer lugar. La tercera es que no sólo la agricultura se vuelve una actividad entre otras en el campo, sino que se combina estrechamente con otras actividades no agrícolas porque la pluriactividad de las empresas familiares es la estrategia más eficiente para mejorar su nivel de vida. De esta manera, no sólo los tres sectores de la economía (primario, secundario y terciario) comparten el mismo mercado de trabajo

sino que los mercados de trabajo rurales y urbanos se asemejan cada vez más. La cuarta idea es que la histórica homogeneidad social propia de la vida pueblerina centrada en la producción agrícola y anclada en lo local hace implosión con la industrialización difusa para dar paso a una sociedad rural diversificada y abierta hacia el exterior, similar a la sociedad urbana.

Así, las nuevas tecnologías de la información y comunicación no sólo provocan una verdadera mutación en la relación campo-ciudad porque la tradicional diferenciación entre ambos espacios construida a partir de la revolución industrial se desvanece, sino que revolucionan las nociones mismas de tiempo y espacio (Veltz, 1996). Si las diferencias entre el espacio rural y el espacio urbano fueron socialmente construidas a partir del inicio del capitalismo y hasta el ocaso del fordismo, es posible que las diferencias que las caracterizarán en el futuro se deban más a sus rasgos naturales que sociales. Por lo pronto, retomando la propuesta de Copus (2001) sobre la necesidad de pensar en conceptos espaciales, proponemos que si la modernidad se caracteriza por la separación de la ciudad del campo y el dominio de la primera sobre el segundo, la hipermodernidad puede definir la situación actual de los países industrializados caracterizada por el acercamiento de las condiciones de desarrollo en ambos espacios.

Referências

- BARCKLEY, David L. The Decentralization of High-Technology Manufacturing to Nonmetropolitan Areas. *Growth and Change*, v. 19, n. 1, 1988, pp. 13-30.
- BENJAMIN, Catherine, The Growing Importance of Diversification Activities for French Farm Households. *Journal of Rural Studies*, v. 10, n. 4, 1994, pp. 331-342.
- BERGER, Alain, *La nouvelle économie de l'espace rural*. Paris, Cujas, 1975.
- BERRY, Brian J. L. The Counterurbanization Process: Urban America since 1970. *Urban Affairs Review*, Sage, v. 11, 1976, pp. 17-30.
- BOYER, Robert e FREYSSINET, Michel. *L'émergence de nouveaux modèles industriels: problématique et démarche d'analyse*. Acte du GERPISA, n. 15. Université d-Evry-Val d'Essonne, 1995.
- BUTTEL, Frederick H. The Political Economy of Part-time Farming. *GeoJournal*, v. 6, n. 4, 1982, pp. 293-300.
- GRAMMONT, Hubert C. de. Nueva ruralidad. ¿Un concepto útil para repensar la relación campo-ciudad en América Latina. *Revista Ciudades*, RNIU, n. 85, jan.-mar. 2010, pp. 2-6.
- CASTEL, Robert. *Las metamorfosis de la cuestión social*. Buenos Aires, Paidós, 2004 [1997].

- CHAMPION, Anthony. The Changing Nature of Urban and Rural Areas in the United Kingdom and other European Countries. In: *Population Distribution, Urbanization, Internal Migration and Development: An International Perspective*. United Nations, 2011, pp. 144-160.
- CHAMPION, Anthony. Counterurbanization in Britain. *The Geographical Journal*, Wiley Blackwell, v. 155, n. 1, 1989, pp. 52-59.
- CLOKE, Paul e GOODWIN, Mark. Conceptualizing Countryside Change: from Post-fordism to Rural Structured Coherence. *Transactions*, Institute of British Geographers, v. 17, 1992, pp. 321-336.
- COPUS, Andrew K. From Core-periphery to Polycentric Development: Concepts of Spatial and Aspatial Peripherality. *European Planning Studies*, v. 9, n. 4, 2001, pp. 539-552.
- CORIAT, Benjamin. *Penser à l'envers. Travail et organisation dans l'entreprise japonaise*. Paris, Christian Bourgois, 1992.
- CORIAT, Benjamin. *Latelier et le chronomètre*. Paris, Christian Bourgois, 1982.
- DATAR. *Quelle France rurale pour 2020?*. Paris, Ministère de la fonction publique, de la reforme de l'État et de l'aménagement du territoire, 2003.
- DOBB, Maurice. *Estudios sobre el desarrollo del capitalismo*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1975 [1946].
- DOREL, Gérard. *Agriculture et grandes entreprises aux États-Unis*. Paris, Económica, 1985.
- DURKHEIM, Emile. *De la division du travail social*. Paris, PUF, 1967 [1893].
- FERRÁS SEXTO, Carlos. Is the Counterurbanization Process a Chaotic Concept in Academic Literature?. *Geographica Pannonica*, v. 13, n. 2, 2009, pp. 53-65.
- FIELDING, A. J. Counterurbanisation in Western Europe. *Progress in Planning*, Great Britain, Pergamon Press, v. 17, n. 1, 1982, pp. 1-52.
- FIELDING, A. J. *Population Redistribution in Western Europe: Trends 1950-80 and the Debate about Counterurbanisation*. Stirling, Paper Brit/Sect. Reg. Sci. Assoc., 1987.
- FIELDING, A. J. Migration and Urbanization in Western Europe since 1950. *Geographical Journal*, Wiley Blackwell, v. 155, n. 1, 1989, pp. 60-69.
- FONT, Édouard. *Les activités non agricoles dans la recomposition de l'espace rural*. Paris, L'Harmattan, 2000.
- FUGUITT, Glenn V. e BEALE, Calvin L. *Population Change in Nonmetropolitan Cities and Towns*. Agriculture Economic Report n. 323. U.S. Department of Agriculture, 1996.
- GARZA, Enrique de la. Notas acerca de la construcción social del mercado de trabajo: crítica de los enfoques económico y demográfico. In: PÁRAMO, Teresa (Coord.). *Nuevas realidades y dilemas teóricos en la sociología del trabajo*, Plaza y Valdés, UAMIzt, 2006, pp. 43-65.

- GOLLAC, Michel. Les dimensions de l'organisation du travail: communications, autonomie, pouvoir hiérarchique. *Économie et Statistique*, v. 224, n. 1, 1989, pp. 27-44.
- GORDON, Robert J. Deux siècles de croissance économique: L'Europe à la poursuite des États-Unis. *Revue de l'OFCE*, Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, v. 84, n. 1, 2003, pp. 9-45.
- GREENAN, Nathalie. Organisational Change, Technology, Employment and Skills: An Empirical Study of French Manufacturing. *Cambridge Journal of Economic*, Oxford University Press, v. 27, n. 2, 2002, pp. 287-316.
- GRAVIER, Jean-François. *Paris et le désert français*. [s.l.] Le Portulan, 1947.
- HERVIEU, Bertrand. *Les champs du futur*. Paris, François Bourin, 1993.
- HIMMELFARB, Gertrude. *La idea de la pobreza. Inglaterra a principios de la era industrial*. México, Fondo de Cultura Económica, 1988.
- HOGGART, Keith. The Diluted Clases of Rural England and Wales. *Journal of Rural Studies*, v. 23, n. 3, 2007, pp. 305-317.
- KEEBLE, David. The Dynamic of European Industrial Counterurbanization in the 1980s: Corporate Restructuring or Indigenous Growth?. *Geographical Journal*, Wiley Blackwell, v. 155, n. 1, 1989, pp. 60-69.
- LARA FLORES, Sara María. *Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana*. México, Juan Pablos Editor/ Procuraduría Agraria, 1998.
- MACKINNON N., BRYDEN J. M., BELL C., FULLER A. M. e SPEARMAN M. Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability in Western Europe. *Sociologia Ruralis*, v. 31, n. 1, 1991, pp. 58-71.
- MAINE, Henry James Sumner. *Ancient Law. Its Connection with the Early History of Society and its Relation to Modern Ideas*. London, Beard Books, 2000 [1861].
- MARX, Karl. *El capital*. Madrid, Siglo XXI, 1975.
- MASSEY, Douglas S. International Migration and Economic Development in Comparative Perspective. *Population and Development Review*, v. 14, n. 3, 1988, pp. 383-414.
- MASSEY, Douglas S. The New Immigration and the Meaning of Ethnicity in the United States. *Population and Development Review*, v. 21, n. 4, 1995, pp. 631-652.
- MINGAY, Gordon E. The "Agricultural Revolution" in English History: A Reconsideration. *Agricultural History*, Agricultural History Society, v. 37, n. 3, 1963, pp. 123-133.
- MOSELEY, Malcolm J. The Revival of Rural Areas in Advanced Economies: A Review of some Causes and Consequences. *Geoforum*, Great Britain, v. 15, n. 3, 1984, pp. 447-456.
- MURDOCH, Jonathan. Networking Rurality: Emergente Complexity in the Countryside. In: CLOKE, MARSDEN, MOONEY (Eds.). *Handbook of Rural Studies*. SAGE, 2006, pp. 171-184.

- NELSON, Peter B., OBERG, Alexander e NELSON, Lise. Rural Gentrification and Linked Migration in the United States. *Journal of Rural Studies*, v. 26, n. 4, 2010, pp. 343-352.
- PIORE, Michael J. e SABEL, Charles F. *Les chemins de la prospérité*. Paris, Mutation, 1984.
- REDFIELD, Robert. *The Little Community. Peasant Society and Culture*. Chicago, The University of Chicago Press, 1960.
- REDFORD, Arthur. *Labour Migration in England 1800-1850*. New York, Augustus M. Kelley, 1968.
- SIEGFRIED, André. L'esprit et les méthodes de la production industrielle aux Etats-Unis. *Norvois*, v. 10, n. 10, 1956.
- SIMON, Gildas. *La planète migratoire dans la mondialisation*. Paris, Armand Colin, 2008.
- STEUART, James. *An Inquiry into the Principles of Political Economy*. Printed by A. Millar and T. Cadell, 1767. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/subject/economics/steuart/>>.
- VARTIAINEN, Perttu. Counterurbanisation: A Challenge for Socio-theoretical Geography. *Journal of Rural Studies*, v. 5, n. 3, 1989, pp. 217-225.
- VELTZ, Pierre. *Des lieux et des liens*. La Tour-d'Aigues, Éditions de l'Aube, 2002.
- VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et territoires*. Paris, PUF, 1996.
- WOMACK, James P., JONES, Daniel T. e ROSS, Daniel. *La máquina que cambio el mundo*. Madrid, MIT/McGraw-Hill, 1992.

Recebido em: 28/03/2014

Aprovado em: 14/04/2014

Como citar este artigo:

GRAMMONT, Hubert C. de. La urbanización del espacio rural en los países desarrollados. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun., 2014, pp. 61-83.

Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas¹

MARIA A. MORAES SILVA²

JULIANA DOURADO BUENO³

BEATRIZ MEDEIROS DE MELO⁴

Resumo: A hipótese central do artigo gira em torno das (novas) configurações do trabalho no atual contexto da mecanização nos canaviais paulistas. Os achados da pesquisa revelam que à intensificação da exploração dos operadores das máquinas soma-se outra relacionada às atividades subsidiárias – recolha de pedras, tocos, restos de cana, distribuição de veneno, vinhaça – que implicam rearranjos da divisão sexual do trabalho, constituindo a simbiose tecnologia/degradação do trabalho. O atual avanço tecnológico é analisado tanto do ponto de vista econômico como das estratégias de controle vigentes segundo as particularidades históricas dessa produção em São Paulo.

1 Este artigo é resultado da pesquisa: Novas configurações do trabalho nos canaviais. Um estudo comparativo entre os estados de São Paulo e Alagoas. Edital Universal do CNPq (processo: 474696-2011-1), sob a coordenação de Maria A. Moraes Silva.

2 Professora visitante sênior da CAPES junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil. Pesquisadora do CNPq – maria_moraes@terra.com.br

3 Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – bolsista de doutorado do CNPq – São Carlos – Brasil – julidourado@uol.com.br

4 Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – bolsista de pós-doutorado da FAPESP – São Carlos – Brasil – mmelobeatriz@gmail.com

Palavras-chave: mecanização; produção canavieira; trabalho; gênero/etnia.

When the machine “shows off” the bodies make silence: technology and degradation of work at the São Paulo’s canebrakes

Abstract: *The central hypothesis of this article involves the (new) workplace configuration under the current São Paulo’s canebrakes mechanization context. Research findings reveal the increase of machine operators exploitation summing up to subsidiary activities exploitation - collection of stones, stumps, distributing poison, vinasse -, which implies a readjustment of the sexual division of labor and ultimately constitutes the symbiosis technology/degradation of work. Ongoing advance in technology will be analyzed from both the economics point of view and the one of actual control strategies according to historical particularities of this production in São Paulo.*

Keywords: *mechanized agriculture; sugarcane production; work; gender/ethnicity.*

“Na semana passada fui a uma fazenda em Cravinhos-SP, que conheci alguns anos atrás. Lá chegando, fiquei espantado, pois não vi mais os morros, as minas d’água e nem as árvores que ali havia. Era uma fazenda com mais de 1.000 hectares com muitas pastagens e muitas árvores. Era uma paisagem bonita de se ver. Eu me perguntei: onde estão os morros? A área fora arrendada para a usina para o plantio da cana mecanizado, que necessita de terreno plano. Hoje, tudo é cana. Não acreditava no que estava vendo” (Sr. José, sitiante. Altinópolis, 25/1/2014).

|

Para quem percorre as estradas paulistas, a paisagem que se descortina é o monocromático da cana-de-açúcar, ora verde, ora enegrecida pela queima das palhas. No meio dela, com frequência cada vez menor, silhuetas de trabalhadores rurais, migrantes, negros, provenientes dos estados do nordeste ou do norte de Minas Gerais – são esmaecidas pelas nuvens de cinza e poeira, que as encobrem, após a sequência de milhares de golpes de facão desferidos durante a jornada de trabalho. De abril a dezembro, o céu do interior paulista era até alguns anos atrás parcialmente visto por seus habitantes, pois achava-se encoberto por milhões de toneladas de gases advindos da queima da biomassa. Seguramente, essa paisagem escurecida e poluente seria considerada uma gigantesca irracionalidade por pessoas de outras plagas, preocupadas com o

meio ambiente. Ademais, durante a safra de cana, os médicos alertavam para o agravamento de doenças respiratórias e o crescimento de internações de pessoas mais vulneráveis, como crianças, idosos e portadores de enfermidades crônicas. O Ministério Público e representantes de muitas entidades civis clamavam a favor do fim das queimadas e em alguns municípios esta prática foi até mesmo proibida.

No entanto, cada vez mais, ano após ano, aumentavam as áreas com cana e também as queimadas. As justificativas da classe patronal assentavam-se nos lucros, pois com a queima a quantidade de água da cana se reduz, diminuindo assim os custos com o transporte até as moendas das usinas. Outra justificativa repousava no fato de que os trabalhadores preferiam (*sic*) esta prática porque, assim, logravam aumentar a quantidade de cana cortada e, por meio do salário por produção, seus ganhos seriam maiores. Também se livrariam dos riscos de ser picados/atacados por animais peçonhentos (*sic*) – tatus, ratos, capivaras, lobos, cobras, coelhos etc. –, os quais seriam mortos durante a queima em virtude de ficarem encurralados pelo fogo nos talhões de cana. Essa prática, portanto, *beneficiava* tanto os trabalhadores como os patrões. Aliás, os representantes sindicais também a defendiam. As questões relativas aos baixos salários, à superexploração imposta, que em muitos casos levou à morte ou à invalidez permanente muitos trabalhadores, não eram objeto de pautas da reivindicação sindical. A partir de 2002, quando entraram em operação os chamados carros *flex fuel*, movidos a etanol e a gasolina, a demanda de cana-de-açúcar cresceu, gerando o aumento vertiginoso da expansão dos canaviais não somente no estado de São Paulo como também em outros estados⁵. Neste contexto, aprofundou-se a exploração da força de trabalho por meio da intensificação dos níveis de produtividade exigidos – metas de produção –, em razão da impossibilidade do corte manual noturno, visando atender à demanda crescente de cana para as moendas. A partir de então, várias pesquisas, juntamente com a participação da

5 Segundo a estimativa da CONAB, a área cultivada com cana-de-açúcar colhida e destinada à atividade sucroalcooleira na safra 2013/14 foi estimada em 8.799.150 mil hectares. O estado de São Paulo permanece como o maior produtor, com 51,31% (4.515.360 hectares) da área plantada, seguido por Minas Gerais, com 8,0% (781.920 hectares), Goiás, com 9,3% (818.390 hectares), Paraná, com 7,04% (620.330 hectares), Mato Grosso do Sul, com 7,09% (624.110 hectares), Alagoas, com 5,02% (442.590 hectares), e Pernambuco, com 3,25% (286.030 hectares). Nos demais estados produtores as áreas são menores, com representações abaixo de 3,0%. A área de cana-de-açúcar destinada à produção neste ano/safra deve apresentar um crescimento de 3,70%, ou 314.150 hectares, em relação à safra passada. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_08_09_39_29_boletim_cana_portugues_-_abril_2013_10_lev.pdf>. Acesso em 01/02/2014>.

Pastoral do Migrante (sediada em Guariba [SP])⁶, trouxeram à superfície a barbárie que estava ocorrendo nos canaviais em virtude das mortes de trabalhadores supostamente motivadas pelo excesso de trabalho (Silva et al., 2006; Alves, 2006; Laa, 2010; Barbosa, 2010; Silva, 2006; Silva; Martins, 2010; Silva; Verçoza; Bueno, 2013), sem contar que essa realidade extrapolou os muros da universidade, chegando aos meios de comunicação nacionais e até internacionais e, sobretudo, ao Ministério Público do Trabalho. Enfim, chegara o momento de impor alguns limites aos capitalistas no que se referia aos níveis de dilapidação da força de trabalho e da natureza, pelo menos aparentemente.

Dois arranjos institucionais – o Protocolo Agroambiental, firmado pelo governo estadual e representantes da UNICA em 2007, e o Compromisso Nacional Para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar, firmado pelos representantes dos trabalhadores, CONTAG e FERAESP, governo federal e representantes do patronato em 2009 – marcaram a presença política do Estado em relação às queimadas, aos problemas ambientais, de um lado, e, de outro, à situação dos trabalhadores. Estes dois arranjos institucionais (estadual e federal) visavam, sobretudo, à consolidação da ideologia segundo a qual o etanol, extraído da cana, seria a solução para os problemas ambientais do planeta na medida em que seu uso causaria a diminuição de gases poluentes na atmosfera, responsáveis pelo efeito estufa, garantindo assim a segurança energética.

No que tange aos empresários, pressionados pelas notícias veiculadas nos países compradores de açúcar e etanol, o que poderia comprometer suas vendas, pelo Ministério Público e, ainda, pela resistência dos trabalhadores por meio de milhares de processos trabalhistas, a solução encontrada foi mascarar a realidade social e ambiental existente por meio da assinatura desses acordos e do incremento do processo de mecanização, aliás em marcha ascendente desde a década de 1990⁷. Assim sendo, os limites naturais dessa produção seriam transpostos na medida em que o campo fosse paulatinamente transformado numa verdadeira fábrica funcionando diuturnamente. Segundo dados do INPE, a área com cana no estado de São Paulo teve um incremento de 51,1% no período de 2006

6 Jadir Damiano Ribeiro, aluno de IC do CNPq, sob orientação da primeira autora deste artigo, então agente leigo da Pastoral do Migrante, foi quem primeiro denunciou as mortes nos canaviais, em função da *birola* (termo usado pelos trabalhadores para se referir à seqüência de câibras provocadas pelo dispêndio excessivo de energia).

7 Segundo dados do Projeto Canasat, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), dos 4.658.316 hectares de cana colhidos na safra 2012, 1.277.003 hectares (27,4%) foram por queima e 3.381.313 (72,60%) mecanicamente. Em 2006, 65,76% dos canaviais foram colhidos com o uso de fogo e 34,24% com o uso de máquinas. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/noticia/38156175920320868796/colheita-mecanizada-de-cana-produz-queda-nas-emissoes-de-gases-causadores-do-efeito-estufa/>>. Acesso em: 3 fev. 2014.

a 2012. Em contrapartida, o número de trabalhadores não qualificados – os que não operam as máquinas – decresceu de 154.254 em 2007 para 110.188 em 2012, enquanto os empregados na mecanização agrícola passaram de 34.142 em 2011 para 35.825 em 2012, segundo os dados CAGED e RAIS (Baccarin, 2013).

Em 2009, durante a assinatura do Compromisso Nacional em Brasília, com a presença dos representantes da chamada Comissão Tripartite (governo, empresários e trabalhadores), foi montado o cenário para a veiculação da “nova imagem” do setor canavieiro. O Compromisso firmado visava ao seguimento da NR31 (Norma Regulamentadora 31, que normatiza o ambiente de trabalho no campo) e à implantação do chamado trabalho decente, por meio da verificação do cumprimento dessa norma. Entre os vários itens desse acordo, destaca-se a regulamentação do mercado de trabalho por meio da contratação no lugar de origem dos trabalhadores, evitando assim a vinda espontânea de migrantes para a safra de cana. Criou-se, portanto, um mercado de trabalho migrante temporário regulado pelas empresas com o aval do Estado. Este fato se constitui num elemento importante para entender o avanço do processo de mecanização e a eliminação de milhares de postos de trabalho, sem a ocorrência da propaganda ideológica de um possível desemprego em massa. Desde suas origens, os migrantes representaram a maior fatia do conjunto de trabalhadores das usinas (Silva, 1999). Desta sorte, eles estão sendo descartados paulatinamente e substituídos pelas máquinas, enquanto uma pequena parte é destinada a outras tarefas subsidiárias das máquinas, sob o manto da contratação direta e formal. Os descartados tomaram a rota de seus locais de origem, livrando, assim, as cidades canavieiras paulistas *dos problemas sociais causados pelos migrantes*, segundo palavras de um engenheiro agrônomo.

||

Ao analisar a literatura sobre a mecanização do corte da cana⁸, observam-se as seguintes preocupações: a) explicações técnicas relacionadas ao funcionamento operacional de máquinas, tratores, transbordos e carregadeiras, geralmente provenientes da área da engenharia agrônômica e mecânica; b) explicações que visam a apontar as vantagens da maquinaria, relacionando os custos de produção, tais como consumo de combustíveis, vida útil dos

8 As informações a respeito da mecanização são inúmeras. Selecionamos aquelas que nos auxiliaram na análise dos depoimentos recolhidos durante a pesquisa, a saber: Ramão, Schineider, Shikita, 2007; Cano, Vergínio, 2010; Veiga Filho et al, 1994; Scheidl, Simon, 2012. Os principais sites consultados foram: <www.unica.com.br>; <www.conab.gov.br>; <www.inpe.br>; <www.dsr.inpe.br/mapdst/>.

equipamentos, rendimentos, cuidados operacionais etc. De modo geral, tais explicações se estendem também a outras fases da produção, como preparo do solo, subsolagem, nivelamento, profundidade dos sulcos, distribuição de herbicidas e adubos, atividades prévias ao plantio da cana. Muitos são os *sites* da internet de empresas, fabricantes, associações de plantadores de cana, além dos artigos técnicos e científicos que divulgam tais informações. Enfim, a maquinaria, como mercadoria, é cuidadosamente exposta para atrair a atenção de futuros consumidores. O auge de seu fetichismo ocorre durante a realização das *agrishows*, feiras anuais visitadas por consumidores nacionais e internacionais, além de por representantes de partidos políticos, governadores e presidentes da república e, obviamente, dos meios de comunicação. É importante ressaltar que dessa exposição não fazem parte os trabalhadores. Eles permanecem ocultados e, assim, a maquinaria parece dotada de um poder anímico, pelo qual ela sozinha é responsável por toda a produção.

Os achados de nossa pesquisa trazem ao palco, no entanto, esses atores escondidos atrás das cortinas pelos fabricantes da imagem da produção canavieira – proprietários, técnicos, meios de comunicação, cientistas, fabricantes de máquinas etc. Assim sendo, objetivamos ao entendimento desse processo à luz não apenas dos aspectos econômicos como também das estratégias de dominação que asseguram o poder da classe patronal e desvendam formas de submissão ao capital que são tão ou mais perversas do que aquelas até então vigentes. Desta feita, além de tornar visível a presença de trabalhadores, nossos achados de pesquisa mostram que a mecanização não só eliminou postos de trabalho como também aprofundou a exploração da força de trabalho daqueles que foram empregados. Para tanto, analisaremos a situação dos operadores de máquinas, considerados qualificados e os mais bem pagos, e também a daqueles(as) que desempenham tarefas como: a recolha de pedras para evitar que estas danifiquem as lâminas das máquinas; a extração do colmo nas fileiras de cana com a utilização de enxadões; a distribuição de veneno com bombas costais de até 20 ou 30 quilos no meio das canas; a recolha da bituca (restos de cana) deixada pelas máquinas; a limpeza das curvas de nível e dos canais de vinhaça; o plantio da cana por meio da retapagem dos sulcos ou até mesmo por meio do plantio manual. É preciso, de antemão, ressaltar que essas atividades (exceto a dos operadores) não são tornadas visíveis, inclusive pelos estudos que levam em conta o trabalho, nos quais a ênfase recai somente sobre os operadores de máquinas (Scopinho et al., 1999; Vergínio; Almeida, 2013) ou sobre a quantificação do mercado de trabalho (Veiga Filho et al., 1994; Baccarin; Gebara; Borges Junior, 2011; Baccarin; Gebara; Silva, 2013);

Outro ponto importante a ser ressaltado é que esse processo de mecanização não é homogêneo. Assim, há, de um lado, usinas cujo progresso técnico é maior do que em outras. Isto está em sintonia com o grau de concorrência entre os capitais, por meio da qual são definidas a taxa de lucro e a produtividade média do trabalho. Por outro, trata-se de um processo técnico-científico que se acha combinado à permanência/recriação de atividades aparentemente anômalas (e impensáveis) como a recolha de pedras. Essa combinação é definidora da “nova” morfologia do trabalho nos canaviais paulistas e produz a dialética da racionalidade/irracionalidade, cuja essência é a busca da reprodução ampliada dos capitais assentada na dilapidação da natureza e da força humana de trabalho (Silva; Martins, 2010).

III

Antes de iniciarmos a análise das mudanças do processo de trabalho nos canaviais paulistas, teceremos algumas reflexões teóricas capazes de apontar outros caminhos interpretativos sobre essa realidade.

Num importante artigo, Gaudemar (1991) analisa a disciplina no processo de trabalho como sendo inscrita nas transformações sociais capitalistas:

E se, na verdade, a disciplina constitui o ponto nevrálgico da relação de subordinação do trabalho ao capital, a análise da evolução das formas dessa disciplina (por exemplo, as formas de controle do processo de trabalho) pode ser um indicador fundamental da evolução da relação social em seu conjunto (p. 88; trad. MAMS).

Ao estabelecer um diálogo crítico com outros marxistas, o autor ressalta a importância de uma releitura de Marx, sobretudo do capítulo da maquinaria e da grande indústria, para se entender o estatuto teórico da disciplina do trabalho na atual fase do capitalismo. Desta feita, retoma as passagens referentes a esta temática em Marx, mostrando a necessidade do controle como meio de assegurar a produção da mais-valia. Na fase anterior, os capatazes eram os responsáveis pela disciplina do trabalho parcelado e cooperativo entre os trabalhadores. Na fase da maquinaria, o controle não se acha encarnado em figuras humanas, subjetivas, como a do capataz, por exemplo, porém numa força muito mais diabólica – a de um mecanismo objetivo: “O que eu denomino maquinaria maquinadora” (p. 91). Na sequência, o autor afirma:

Levando-se em conta que a formação social é sempre imperfeita, no que diz respeito às possibilidades que o pensamento teórico lhe oferece, existiriam

dois níveis disciplinares da mão de obra. Um que designaria a tendência progressiva, a da fábrica automatizada, e outro que suporia a permanência dos velhos modos de dominação; um que conduziria ao futuro capitalismo, e outro que permaneceria ancorado em suas origens, em seu passado (p 91-92; trad. MAMS).

Mais adiante, Gaudemar retoma as considerações de Marx acerca da divisão do trabalho, onde há uma separação nítida entre o trabalho dos engenheiros, dos técnicos especializados, dos vigilantes das máquinas, dos operadores e aquele dos peões, dos ajudantes, que naquele momento eram representados pelas crianças e mulheres. Para Gaudemar, a maquinaria gera um processo de autovigilância que, no limite, poderia suprimir o pessoal encarregado exclusivamente da vigilância. Desse modo, o *panoptismo* da primeira fase poderia ser substituído pelo maquinismo por meio de um processo de objetivação-interiorização da disciplina (p. 93). Na contramão de outros marxistas, o autor afirma que essa divisão não é puramente tecnológica, ainda que esta seja uma tendência. “Pelo contrário, tal disciplina se reproduz amplificando os modos de dominação social: a fábrica é um lugar ‘fora da lei’, porque o capitalista faz nela a sua lei” (p. 94).

Essas reflexões nos permitem enxergar além do eito dos canaviais, isto é, analisar as mudanças do processo de trabalho no contexto da dominação social imposta aos trabalhadores. Entendemos a realidade social enquanto processo, cuja dinâmica se reproduz por meio de elementos históricos determinados, segundo as particularidades de cada sociedade. Inspiradas nas reflexões teóricas de Marx e Gaudemar, sugerimos quatro ciclos do desenvolvimento de estratégias de dominação social nos canaviais no estado de São Paulo, a saber:

A história brasileira durante quase quatro séculos foi marcada a ferro pela escravidão de negros e índios. Durante os primeiros séculos, o centro da economia colonial situava-se no nordeste, cujo solo massapé da costa era propício à plantação canavieira. No estado de São Paulo, os primeiros engenhos surgiram em São Vicente; mais tarde, em meados do século XVIII, com a decadência da mineração e o retorno de muitas famílias, houve no chamado quadrilátero do açúcar – Piracicaba, Sorocaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí – a implantação de muitos engenhos (Petrone, 1968). Os escravos eram a base do trabalho nesses engenhos de cana, produtores de cachaça e rapadura. A cidade de Itu também desenvolveu essa produção. As estratégias disciplinares eram por meio da coerção física, da chibata e outros instrumentos de tortura.

Durante o colonato (as primeiras cinco décadas do século XX) o controle do trabalho era exercido pelo chefe da família. O processo de trabalho consistia no

trabalho manual em todas as fases do processo produtivo, incluindo preparo do solo, por meio de arados tracionados por animais, plantio e corte da cana crua (não queimada). Após o corte realizado por homens e mulheres, as canas eram amontoadas em feixes pelas crianças, que os amarravam com a folha da cana, os quais, em seguida, eram transportados nos ombros dos homens até os carrões puxados por bois ou burros nos carreadores. Dali a cana era levada até os vagões de trens que a conduziam aos pátios das usinas (Silva, 2008). As relações sociais do patriarcado reproduziram-se no interior dos canaviais, investindo os chefes de família da função de capatazes⁹.

A partir do surgimento das usinas na década de 1960 e do desmonte do sistema do colonato, as formas do controle passaram para um grupo especial de vigilantes do processo de trabalho, como feitores, fiscais, empreiteiros de mão de obra (*gatos*), que refletiam as mudanças nas formas de gestão e organização do trabalho. Instalou-se, assim, um sistema *panóptico* de controle tanto no espaço produtivo como no reprodutivo. Com o surgimento das cidades canavieiras no estado de São Paulo, por meio da vinda de milhares de trabalhadores dos estados de Minas Gerais, Paraná e do nordeste do país, criou-se um sistema disciplinar no eito dos canaviais e também em seu exterior, modelando, assim, a casa e o eito. No colonato, esse controle duplo existia, embora fosse exercido pelo “pai-patrão”, além de pelos fiscais. Com as usinas, essa duplicidade de controle caberá a um grupo especializado definido pelas estratégias das empresas, segundo códigos da moralização social, por meio do controle do mercado de trabalho desde as regiões de origem dos trabalhadores, até suas condutas morais (uso de bebidas alcoólicas, absenteísmo) e políticas – participação em greves (Silva, 1999).

Em meados da década de 1990, inicia-se o chamado paradigma da maquinaria nos canaviais, no contexto social, econômico e ambiental exposto no início deste artigo. De forma cada vez mais sistemática, a maquinaria será o principal instrumento de objetivação do processo de trabalho, embora neste momento combine formas subjetivas de controle por meio de capatazes (encarregados), prevalentes nas fases anteriores. Seguindo as reflexões de Gaudemar, a alienação que deriva da maquinaria consiste na

9 Essas informações vêm da pesquisa levada a cabo pela primeira autora deste artigo em meados da década de 1990, com apoio da FAPESP e do CNPq, na usina Amália (Santa Rosa de Viterbo), pertencente à família Matarazzo, que operou a partir da década de 1930, por meio do trabalho dos colonos, constituídos por afrodescendentes, provenientes do nordeste e de Minas Gerais e também de imigrantes italianos. Na usina Tamoio (Araraquara), (Caires, 2008), o sistema era o mesmo.

interiorização do processo de trabalho objetivado por meio de um ciclo de disciplina maquinadora (p. 103).

A periodização das estratégias disciplinares postas em prática nesse longo período histórico dessa atividade produtiva nos permite afirmar que esses ciclos não são excludentes entre si, justapondo-se uns aos outros, ainda que em cada ciclo seja possível verificar a tendência da estratégia dominante de cada um deles. A particularidade histórica do país, marcada por quatro séculos de escravidão, imprimiu marcas profundas nas relações de trabalho pós-escravidão, cujos rastros ainda vigem, embora escamoteados sob o manto do trabalho livre. A chibata hoje foi substituída pelo “gancho”, pela imposição das metas de produção, pela suspensão do vale-refeição e por tantos outros mecanismos de controle que serão descritos mais adiante. Uma análise que privilegiar o recorte étnico encontrará no eito dos canaviais, desde o colonato até os dias de hoje, uma classe trabalhadora constituída de negros e não provenientes do estado de São Paulo. Este dado histórico é de suma importância para a compreensão dos quatro ciclos de tecnologias de disciplina impostos, além de para uma análise que aponte para a mudança da mais-valia absoluta para a relativa, o crescimento da produtividade do trabalho com as máquinas e o aumento da produção. Tal como afirmou Marx, o capitalista compra a força de trabalho e não o trabalhador, mas não podemos olvidar que a primeira não existe sem o segundo, do mesmo modo que a lesma não vive sem a concha.

Portanto, as razões das estratégias disciplinares encontradas no eito dos canaviais paulistas em tempos do paradigma da maquinaria fornecerão os elementos para o entendimento da tecnologia *per se* e não o contrário. Desta feita, analisaremos o atual processo de trabalho, enfatizando a organização do trabalho, a divisão do trabalho, segundo os gêneros e as formas de controle impostos.

IV

Tal como descrito por Marx, o espaço da compra e venda da força de trabalho é o reino da liberdade onde estão pessoas juridicamente iguais. Todavia, essa aparência de liberdade desaparece no momento da produção. Segundo Marx, observa-se aí uma mudança *na fisionomia dos personagens desse drama*.

Enquanto o homem do dinheiro caminha à frente, o possuidor da força de trabalho lhe segue atrás como seu trabalhador. Aquele possui um ar altivo e este tímido, hesitante, retido, como alguém que levou sua própria pele ao mercado e só pode esperar uma coisa: ser tosquiado (Marx, 1976: 135; trad. MAMS).

Essa passagem de *O capital* ilustra bem as relações de poder que existem no espaço produtivo, mormente quando o saber técnico-científico domina o processo de trabalho, aprofundando a divisão do trabalho e a alienação do trabalhador. A metáfora marxiana nos faz lembrar a situação dos trabalhadores no interior das minas de carvão descritas por Émile Zola na obra-prima *Germinál*. Somente penetrando nas entranhas da terra era possível extrair o carvão e também conhecer as condições de trabalho lá vigentes. Ainda que a produção canavieira seja feita na superfície da terra, o conhecimento do trabalho que aí é realizado só se faz pelo escutar das vozes e pelo compartilhar das emoções advindas das profundezas não da terra, mas dos interiores daqueles(as) que aí labutam¹⁰.

Linhas atrás mencionamos que a implantação das máquinas implicou largas mudanças no processo produtivo da cana-de-açúcar. Como já salientaram outros estudos (Veiga Filho et al., 1994; Scopinho et al., 1999; Scheidl; Simon, 2012), há uma interdependência entre as diferentes fases do processo produtivo: desde a escolha de variedades de cana que se adaptem às condições edafoclimáticas, passando pelo preparo do terreno, pelo plantio, pela colheita, até o carregamento e o transporte para as moendas da indústria. Por outro lado, o avanço da tecnologia impõe cada vez mais mudanças em todo o processo. Antes do plantio, prepara-se rigorosamente o terreno com tratores, niveladores, gradeadores, escavadeiras, sulcadores. O terreno necessita ter grandes dimensões em virtude não só do tamanho das máquinas, mas também para facilitar e diminuir os gastos com combustível para as suas manobras durante a colheita. Em casos de áreas novas, há a necessidade de retirar árvores, cercas, pomares, casas, corrigindo a declividade, secando as nascentes d'água, além de nivelar o terreno porque as saliências podem causar acidentes, como o tombamento¹¹. E mais ainda. A demolição das casas ocorre após a saída de seus moradores – trabalhadores, sitiantes ou até mesmo fazendeiros, que arrendaram ou venderam suas terras para as usinas (Melo, 2012; Reis, 2013). A demolição das casas, sedes de fazendas nada mais é do que o apagamento das marcas sociais e coletivas de quem ali viveu, portanto do patrimônio material e histórico. Ela determina também o *quantum* de cortadores manuais que perderá o emprego com sua chegada. Enfim, a máquina, ou melhor, a figura da máquina, determina como e o que

10 Marx afirmou que no espaço da fábrica não é permitida a entrada de pessoas estranhas. Do mesmo modo, os pesquisadores não têm acesso ao eito dos canaviais. Todavia, sabiamente, aproveitando um descuido dos vigilantes, em duas ocasiões foi possível adentrar esse espaço e seguir os trabalhadores da vinhaça, do preparo da terra e da distribuição de venenos.

11 Aqui podemos entender o desaparecimento dos morros citado na passagem em epígrafe deste artigo. As árvores são enterradas – cemitério das árvores – em gigantescos buracos escavados pelos tratores.

deve ser feito para que ela opere. Ela é a *persona* central do processo produtivo e é para ela que as atenções, os olhares, os *flashes* se dirigem. Ela é custosa (em torno de R\$ 1.000.000,00), luxuosa (com cabines refrigeradas e computador de bordo). Sua etiqueta de fabricação (modelo, capacidade de colheita, consumo de combustível, graxa, óleo) a coloca no centro da passarela¹². Uma verdadeira *top model*, que desfila sem parar, descansando apenas alguns minutos para o abastecimento e a reparação de peças danificadas. O tempo todo ela exige que os olhares sejam a ela dirigidos e seus desejos satisfeitos, até mesmo à noite. Embora sendo produzida para operar na terra, ela não o faz durante o período chuvoso, pois a lama não combina com seus pés esteirados. Mesmo que os tratores tapem as minas d'água, sequem as áreas pantanosas, seus artífices não conseguiram ainda impedir as chuvas. Neste momento o desfile se interrompe. Ela descansa, enquanto seus operadores são destinados a outras atividades.

Sigamos as indicações desta metáfora. O preparo da passarela, como vimos, exige planejamento prévio dos técnicos em relação ao terreno, à variedade de cana, à distribuição de fertilizantes, herbicidas, à largura entre as fileiras da cana e à profundidade dos sulcos. Preparar o terreno significa limpá-lo de todas as impurezas e anomalias, tanto naturais como sociais. Esta fase é feita pela frente de trabalho dos tratoristas e seus ajudantes. Esses profissionais, em geral, já tinham uma trajetória laboral na usina, eram bons cortadores de cana, dóceis, que, assim que *surgiu a oportunidade, fizeram o curso* e foram selecionados. Há ainda aqueles que são filhos de sitiantes e desde crianças aprenderam a *lidar* com o trator, juntamente com os pais¹³. Neste caso, não necessitam *fazer o curso*. Os ajudantes aprendem com os tratoristas, havendo a captura do saber e da experiência dos trabalhadores por parte das empresas, diminuindo os custos com a qualificação da força de trabalho.

Há ainda os mecânicos, soldadores que trabalham nas oficinas de apoio às máquinas e no campo, quando são chamados para o reparo daquelas que estão em operação. Neste momento contam com o apoio dos operadores e ajudantes das máquinas em situação de reparo. A comunicação é feita pelo pessoal do controle, os chamados encarregados, por meio de rádios amadores, pois o uso de celulares pelos trabalhadores é proibido nos canaviais. As estratégias da disciplina são feitas pelos computadores de bordo dos tratores e também pelos encarregados, os capatazes, supervisionados pelos técnicos.

12 A marca John Deere é a mais cobiçada, segundo os operadores.

13 Situação encontrada em Santa Albertina na região de Jales-SP.

A feitura da passarela exige um acabamento final, desempenhado por outra frente de trabalho, totalmente invisibilizada pelos estudos – constituída por homens e mulheres considerados não qualificados, trabalhadores da diária, polivalentes, tais como a turma da pedra ou do toco. Mais adiante, veremos que esta atividade é mormente desempenhada por mulheres. Vale enfatizar que se trata de uma atividade importantíssima, pois a recolha das pedras impede a quebra das *faquinhas* (lâminas) das máquinas. Essa frente é controlada pelos encarregados.

Todavia, nossos achados de pesquisa revelaram que a frente da pedra trabalha também antes da operação das colheitadeiras, porque, segundo uma depoente, *as pedras brotam do chão; quanto mais a gente recolhe, mais elas aparecem*. De todo modo, há aqui a combinação da tecnologia avançada com o trabalho humano degradado, *um trabalho da época da escravidão*, segundo uma trabalhadora¹⁴.

Terminada a construção da passarela entra em campo outra frente de trabalho, a do plantio. A tecnologia dessa etapa varia muito de uma usina para outra. Há aquelas que combinam o trabalho manual com o mecânico, enquanto em outras o processo é todo ele feito por máquinas. No primeiro caso, a cana crua é cortada manualmente, transportada até as áreas de plantio e depositada em montes. Nos sulcos previamente adubados e abertos por tratores, as canas vão sendo depositadas pelos(as) trabalhadores(as), seguidos de outra frente que pica os gomos e, finalmente, pelos tratores que realizam a cobertura com terra. Essa atividade exige muito esforço e agilidade, pois a distribuição das canas nos sulcos e o corte dos gomos são realizados segundo a velocidade dos tratores e caminhões que transportam as canas, que na maior parte das vezes pertencem a firmas terceirizadas, cuja forma de remuneração é pelo *quantum* de cana plantada. Essa atividade provoca muitas dores no corpo, pois exige a postura curvada ou até mesmo ajoelhada para cortar os gomos.

No plantio mecanizado, todas essas etapas são realizadas pelas máquinas e seus operadores: as colheitadeiras cortam e picam as canas cruas que, após ser transportadas, são distribuídas nos sulcos já adubados por outros tratores com caçambas, que também realizam a tapagem dos sulcos¹⁵. Caso os encarregados

14 Consultando os sites sobre as máquinas, vimos que há um modelo de colhedora de pedras na Austrália.

15 Até há alguns anos vigorava outro sistema de plantio, embora, ainda seja praticado, porém, interdito pelo Ministério Público. O sistema é o mesmo no que tange ao preparo dos sulcos. Os caminhões transportavam a cana e chegando aos locais do plantio, cinco homens dispostos sobre a cana iam lançando as mesmas nos sulcos, à medida que o caminhão avançava. No chão, as mulheres cortavam os toletes nos sulcos e atrás delas, os tratores faziam a operação de tapagem. As mulheres, assim, eram pressionadas pelos tratores e pelos caminhões, além de inalarem os gases expelidos dos escapamentos. Em razão da movimentação das canas, eram frequentes os acidentes graves, resultando em quedas dos homens e também atropelamento das mulheres pelas máquinas.

julguem necessário, uma turma de trabalhadores(as) será mobilizada para realizar a retapagem dos sulcos. É importante ressaltar que as *frentes da diária* são constituídas por trabalhadores manuais, polivalentes, os quais desempenham atividades complementares às máquinas e são deslocados para diferentes áreas de trabalho, segundo as necessidades da produção. Daí surge a forma como definem seu trabalho: *trabalho na roça*. Juridicamente, são registrados como *trabalhadores rurais*. Na verdade, são, além de polivalentes, ambulantes. A mudança do tropo semântico é importante na medida em que são distinguidos em relação aos qualificados – tratoristas e operadores –, e a natureza do trabalho realizado é camuflada e não paga, segundo a NR31. É o caso dos trabalhadores na distribuição da vinhaça e do veneno, que não recebem a complementação correspondente à insalubridade.

Finda essa etapa aguarda-se o ciclo natural da cana – brotação, crescimento e maturação. Todavia, há necessidade de muitos cuidados para esse ciclo se completar. Ou seja, a cana é o tapete verde que se estende sobre a passarela da máquina, que necessita de planejamento técnico-racional. É a fase de *cuidar* da cana. É a vez dos(as) que executam o *trabalho na roça*: frentes da pedra, *bituca*, veneno e vinhaça, que certificam a combinação da racionalidade/irracionalidade mencionada linhas atrás.

V

Pretendemos apresentar nas linhas que se seguem a degradação do trabalho que circunda as grandes máquinas colheitadeiras e a forma pela qual as normas referentes aos padrões de gênero não só diferenciam o emprego de homens e mulheres nas diversas etapas do processo de produção da cana como acabam por estabelecer o momento em que as fronteiras devem ser abertas e fechadas para a contratação de mulheres.

Entre as atividades que ainda empregam mulheres está o recolhimento das pedras nos canais, como já foi mencionado. Tal processo pode ser descrito como um dos movimentos de “abre-alas” para a máquina colheitadeira passar. Isso porque o terreno precisa ficar livre de pedras que possam danificar as lâminas das enormes e potentes máquinas colheitadeiras. Essa atividade consiste na retirada de pedras de diferentes tamanhos. Primeiramente, as pedras são recolhidas e colocadas em baldes, para depois serem depositadas em uma pequena carreta puxada por um trator no canal. Essa atividade é realizada pela assim chamada “turma da pedra” ou por uma turma que está trabalhando na “diária”. A turma da “diária” muitas vezes chega no eito do canal sem saber ao certo qual atividade desempenhará naquele dia. Pode ser enviada para a recolha de

bituca e pedra, a abertura de eito ou até mesmo a retirada de cercas que marcavam as áreas recém-arrendadas pelas usinas. Na recolha de pedras, geralmente as mulheres se encarregam de recolher as pedras menores, colocá-las em um balde, enquanto os homens puxam o trator que carrega a carreta e são responsabilizados também por puxar as pedras maiores que ficam “escondidas” na terra. Eles usam uma enxada para retirar as pedras que estão parcialmente fincadas no solo. Muitas vezes, em razão do tamanho e do peso das pedras, elas precisam ser carregadas por um grupo de pessoas.

Neusa¹⁶: De primeiro a gente usava bastante pedra, colocava no carreador. Sabe o que é carreador? Assim, é um caminho. Porque eles falam que a pedra protegia muito o caminho, o local. Acho que para as barreiras não cair terra porque perdia muito. Só que por causa das máquinas é obrigatório tirar as pedras por causa das máquinas pra cortar as canas. E quebra muito a lâmina da máquina, então eles põem os trabalhadores para catar as pedras. A gente cata as pedras, joga pra fora, uns vão pegando e fazendo aqueles montes. Outros vão atrás pegando e pondo num caminhão, levando pra outro lugar e jogando num buraco. É assim. Mesmo que puder catar as miudinhas, tem que catar. As grandes os homens iam lá, ajudavam, catavam pra jogar pra fora, por causa da máquina.

[...]

Eu entrei na *bituca*, aí como acaba a *bituca* aí tinha dia que a gente ia na *bituca* e tinha dia que a gente ia na pedra. Então quando chovia bastante que não tinha como eles se... Por causa das canas que o caminhão não andava por causa da terra molhada, então a gente ia catar pedra. A gente ia catar pedra. Tirar pra fora (7 de novembro de 2012).

A atividade é controlada por um fiscal de turma, que destina a cada trabalhadora um número e uma “rua de cana” para que a recolha de pedra seja feita. Ele passa nos canaviais olhando para saber se alguma pedra foi deixada para trás. Caso isso aconteça, uma vez identificada a rua em que a pedra foi deixada, o fiscal tem acesso também à pessoa que estava encarregada de realizar aquele trabalho. Essa é mais uma das formas de controlar o trabalho nos canaviais. Nos trechos seguintes, as trabalhadoras descrevem a divisão do trabalho na atividade.

Neusa: Vão umas pessoas na frente e vai catando as pedras e colocando naqueles montes. Aí vem uns homens mexer na caçamba, na carriola, sei lá,

sabe? Vai pegando por cima daquela caçamba. Aí vai levando pro tratorista que está com a caçamba lá atrás, e vai levando pro terreno ali. Tem um bucação e vai jogando, sempre. E a maioria levava balde. Sabe esses baldes de casa mesmo? Aí a maioria das mulheres levava de balde, apanhava aquelas pedras de balde pra puxar pra fora pra juntar. Levava baldes de casa mesmo.

Rita: É que fica aquelas pedrinhas pequenininhas...

Neusa: É pedrinha grande assim. Era tão grande que às vezes era de três, quatro homens pra arrastar ela. Só que as pequenas eles pediam pra gente levar balde. Tinha vez que não tinha balde, tinha vezes que as mulheres que não sabiam que iam trabalhar lá, elas pegavam a roupa e colocava lá. A gente até zuava com elas. A gente falava: “Não faz isso não, mais tarde você vai estar toda suja!”. A gente que já era acostumada fazia de outro jeito pra não se sujar. Elas colocavam tudo na roupa. É sempre assim (7 de novembro de 2012).

Para além da divisão de tarefas, os excertos das narrativas evidenciam uma prática abusiva por parte dos empregadores: delegar às trabalhadoras a responsabilidade por levar os instrumentos de trabalho de suas casas para o canavial. Levando-se em consideração que o trabalho na “recolha das pedras” é realizado muitas vezes pela “turma da diária”, algumas trabalhadoras, por desconhecer o trabalho de recolha das pedras, acabam utilizando as próprias blusas para armazenar as pedras e transportá-las até as carretas.

Outra atividade subsidiária à máquina reporta-se à distribuição de herbicidas, formicidas e também à extração do colômbio¹⁷. No tocante a esta última, foram encontradas mulheres que, com o uso do enxadão, arrancavam as touceiras do capim no meio das fileiras de cana. Por serem resistentes, elas não são eliminadas pelos herbicidas, sendo, portanto, necessário arrancá-las, garantindo assim o crescimento da cana. Trata-se de um trabalho pesado, dado que exige muito dispêndio de energia para extrair as raízes profundas do capim. A preferência por mulheres deve-se ao fato de elas “serem mais cuidadosas”, segundo os fiscais do controle. Por outro lado, quando as canas estão crescidas, o trabalho é executado longe do olhar *panóptico* dos fiscais, pois em razão do tamanho delas as mulheres ficam totalmente invisíveis, camufladas por elas. Todavia, assim que logram percorrer as fileiras de cana e chegam até

17 O *Panicum maximum* Jacq CV Colômbio, conhecido como capim colômbio é originário da África. É uma planta perene, forma touceiras grandes e densas e pode atingir até três metros de altura. Exige altas temperaturas e umidade para crescimento; é pouco resistente a geadas e tem resistência regular à seca e não é resistente ao fogo. Definição disponível em: http://www.agronomia.com.br/conteudo/artigos/artigos_gramineas_tropicais_panicum_colon.htm. Acesso em 10/02/2014.

os carregadores (espaços de trânsito das máquinas e limites dos talhões), lá estão eles à espera. A estratégia disciplinar, neste caso, é medida pelo cálculo do tempo para o arranque do capim. Em virtude do diminuto espaço (entre 1,50 m e 1,90 m) e do crescimento das folhas, “as ruas” da cana ficam totalmente fechadas. Esse ambiente inóspito, agravado pelo perigo de cobras, além do calor excessivo, faz que as mulheres trabalhem em duplas, sobretudo para evitar que o medo ou mesmo a picada de cobras possa afetar o rendimento do trabalho. A estratégia é colocar as mulheres mais arrojadas à frente das “medrosas”. Inúmeros foram os relatos de mulheres que mataram cobras. Nota-se que, neste caso, não há mais o discurso de “proteção aos trabalhadores” contra os chamados animais peçonhentos, descrito linhas atrás, justificando a mecanização. Há ainda aquelas que vão “amassando o colômbio” com os pés para facilitar o arranque. Esta operação é penosa, pois exige que as mulheres portem botas especiais com canos acima dos joelhos, o que lhes provoca deformações nos pés, varizes, além da queixa de pressão arterial alta, devido ao calor. No inverno, quando as folhas da cana estão ainda orvalhadas, logo no início da jornada de trabalho, elas são obrigadas a adentrar as fileiras de cana. Muitas reclamam que ficam com a roupa molhada durante muitas horas, o que lhes provoca muitas doenças respiratórias, inclusive pneumonia.

No que se refere à turma do veneno, encontramos homens que distribuem formicida e mulheres que distribuem herbicidas. Ambos portam bombas costas, que pesam de 20 até 30 kg. Do mesmo modo que a turma do colômbio, eles trabalham no meio da cana, no mesmo ambiente penoso, agravado pelo cheiro dos venenos e pelo peso das bombas nas costas. Os depoimentos revelam o sofrimento do trabalho, as dores na coluna, de cabeça, enjoos, vômitos, inapetência, desmaios, alergias, perturbações visuais, além de outras queixas.

O que constatamos é que mormente as mulheres “não aguentaram” ou “não estão aguentando” essa atividade por muito tempo. A grande maioria solicitou a transferência para outras funções, afastaram-se por razões de doença ou manifestaram desejo de deixar o emprego. “A gente quer que a usina nos mande embora, mas eles não mandam.” Esta frase revela outra face dessa realidade. O ciclo atual do paradigma da máquina, ao impor novas estratégias de controle, produziu também mudanças nas formas de contratação. As frentes de trabalho são constituídas por trabalhadores com registro formal e por tempo indeterminado. Não há mais (exceto para os cortadores manuais de cana queimada) os contratos de safra e entressafra. Portanto, eliminaram-se, naqueles casos, os contratos sazonais. Desta feita, ao ser despedidos não por justa causa, os patrões seriam obrigados ao pagamento dos direitos trabalhistas. Na medida em

que “eles não mandam a gente embora”, eles não pedem demissão para assegurar esses direitos, na esperança de que “eles mandem a gente embora”.

Para completar a descrição da feitura do tapete verde da passarela, analisamos em seguida os trabalhadores da vinhaça.

VI

A vinhaça, também conhecida por “restilo ou vinhoto”, é o produto oriundo da destilação do licor de fermentação do álcool de cana-de-açúcar¹⁸. As usinas aproveitam esse líquido residual para aplicar no sistema de fertirrigação nas plantações de cana. Dependendo do solo e da quantidade de vinhaça aplicada no terreno, o líquido pode contaminar as águas superficiais e subterrâneas. A contaminação se dá, em parte, em razão de uma concentração específica de fosfato e nitrato. A aplicação da vinhaça tem efeitos diretos na saúde humana e animal e também influencia no crescimento de plantas e na qualidade do ambiente (Silva; Griebeler; Borges, 2007). O poder poluente da vinhaça

decorre da sua riqueza em matéria orgânica, baixo pH, elevada corrosividade e altos índices de demanda bioquímica de oxigênio (DBO), além de elevada temperatura na saída dos destiladores; é considerada altamente nociva à fauna, flora, microfauna e microflora das águas doces (Silva; Griebeler; Borges, 2007: 109).

Szmrecsányi (1994: 73) também apresenta as consequências ambientais do uso da vinhaça *in natura*: poluição hídrica dos cursos d'água e dos lençóis freáticos e uma progressiva salinização dos solos. Esses estudos mostram os riscos ambientais do despejo da vinhaça no solo e também de seu uso na cultura de cana-de-açúcar como fertilizante. Traz, inclusive, risco de doenças para os peixes dos rios próximos a essas áreas e também o risco de disseminação de endemias como a malária e a esquistossomose. O elemento oculto nessas referências é o risco para quem trabalha diretamente com a vinhaça. Recorremos à experiência laboral do Sr. Edson, que trabalha há sete anos na aplicação da vinhaça nas plantações de cana. Sua narrativa traz elementos fundamentais para a compreensão de elementos como a dinâmica do trabalho, o esquema de revezamento de turnos, o protagonismo das máquinas e os riscos para a saúde do trabalhador. Em sua trajetória laboral estão presentes

18 Cada litro de álcool produzido pela usina gera cerca de dez a dezoito litros de vinhaça (Silva; Griebeler; Borges et al., 2007).

ao menos três atividades distintas na cultura canavieira: controle biológico de pragas nos canaviais, corte de cana manual e aplicação da vinhaça. Após dois anos de atividade no corte de cana, Edson começou a sentir fortes dores no braço que fazia o movimento de “abraçar a cana”. Após passar por perícia médica e tentar afastamento, foi encaminhado de volta à usina para dar continuidade ao trabalho. Entretanto, não podia mais cortar cana; por esse motivo, foi destinado para a “turma da vinhaça”.

A turma da vinhaça é responsável pela construção dos canais que ligam a usina aos canaviais. Os canais são constituídos por dutos feitos na superfície do terreno. Em seguida, é colocada uma lona preta para facilitar o escoamento da vinhaça. Existem ao menos duas frentes de aplicação da vinhaça. Uma delas é feita por aspersão de canhão. Uma máquina puxa a vinhaça que sai do canal e o trabalhador responsável tem que inclinar o canhão em diferentes ângulos para que a irrigação seja feita. Na outra frente de trabalho da vinhaça a aspersão é feita por meio do carretel enrolador. Nessa modalidade de aspersão, a vinhaça é armazenada em um caminhão tanque, a partir do qual sai uma mangueira que se liga em outra máquina que abastece o carretel. O carretel tem um comprimento de trezentos metros e consegue jogar a vinhaça a uma distância de cinco metros.

A aplicação desse produto é feita ininterruptamente, o que implica um esquema de revezamento que faz que os trabalhadores passem por três turnos distintos durante o mês. Desse modo, seus corpos precisam se readaptar, semanalmente, a novos ordenamentos de rotina, com distintos horários para alimentação, sono e trabalho. Além da confusão mental e orgânica gerada por readaptações constantes, o ambiente de trabalho apresenta alguns fatores de risco, como o ruído elevado emitido pelos motores das máquinas que fazem o carregamento e a aspersão, e o contato direto com o líquido da vinhaça, que tem um odor bastante acentuado, chegando a ficar impregnado na pele dos trabalhadores, mesmo depois que eles chegam em casa e tomam banho. A despeito de os trabalhadores realizarem suas atividades com protetores auriculares e roupas reforçadas para não entrar em contato com o líquido, em alguns momentos a substância entra em contato direto com a pele dos trabalhadores, como mostra o seguinte trecho da narrativa de Edson:

Edson: Pra falar a verdade pra você ela [a vinhaça] é química. É soda, é soda... é uma química, eu vou falar a verdade para você. [...]. A roupa da gente – de você trabalhar muito tempo com ela – apodrece tudo [...] ela come a roupa da gente.

[...] Já teve até vez de eu tomar banho nele, não vou mentir pra você. Porque tem uma tal de motobomba, e essa tal de motobomba é tipo de uma dessa máquina aí. Então, você liga a motobomba assim [...] você liga a motobomba, e essa motobomba joga ela sozinha, não vai cano, não vai nada nela. E ela joga a vinhaça lá assim, joga sozinha. E tem vez que ela enrosca o cano dela, e você é obrigado a tomar um banho pra desligar aquela máquina. [A máquina] está esticada trabalhando, sabe? Ela estava trabalhando, o cano dela trabalhando, e enroscou, parou. O cano dela, e ela não desarma. E se ela não desarmou você é obrigado a ir embaixo dela, pegar um cabo de enxada e bater ali no canhão dela para desarmar. E nisso aí você já se molhou tudo. Você sai com a roupa, todo molhado. Se você levou roupa, você troca, se você não levou é obrigado a trabalhar no turno molhado ali. E eu não vou mentir não, já aconteceu de eu trabalhar a noite todinha molhadinho de vinhaça, vou falar o que é verdade [...] trabalhei a noite toda molhadinho-molhadinho.

P: E essa coisa de contato com a vinhaça, então, o senhor acha que nunca deu nenhum problema para o senhor?

Edson: Não, não [...] falar o que é pleno e é verdade...

Márcia¹⁹: Pra ele [...], ele não sabe dos outros.

Edson: Só teve uma coisa que deu. Um rapaz ficou cego. Menino. Olha, nós estávamos trabalhando das 11 [...] das 3 às 11. Aí nós chegamos na usina, nós passamos o crachá na usina, chega e espera o ônibus da usina vir aqui trazer... vem um ônibus [...] trazer os profissionais aqui na [...]. Aí, quando nós pegamos e chegamos lá, descemos todo mundo de dentro do ônibus, ele estava quase assim dentro do ônibus, ó. Ele é gente boa, brincava com a gente [...] ele se batendo dentro do ônibus, assim, ó... e eu falei: “Ô, rapaz, que brincadeira é essa?!” Falei [...] e ele ficou assim. Aí ele foi e falou que não estava enxergando mais. Aí, levaram ele na casa dele, chamaram a esposa dele, pegaram os documentos dele, e levaram ele em Campinas num médico lá... Aí chegou lá, o médico falou, “Óia, ele perdeu a vista”. Não sei quantos por cento. Inclusive, alguém leva ele pros lugares, é a esposa dele (14 de abril de 2013).

Durante nossas pesquisas de campo, em entrevistas e conversas com homens trabalhadores dos canaviais paulistas, nas diferentes ocupações, ouvimos muitos relatos de pessoas que conheciam alguém que tinha se machucado no trabalho, mas dificilmente a doença tinha acometido o narrador, principalmente no caso dos homens. Em seu estudo sobre psicopatologia do trabalho,

19 Esposa de Edson.

Dejours (1987) mostra que o corpo só é aceito enquanto está “silencioso”, isto é, enquanto é capaz de produzir valor. De acordo com o autor, a situação ocasionada por uma doença advinda do trabalho gera uma “ideologia da vergonha”, que causa no trabalhador angústia e sofrimento, não em razão da doença em si própria, e sim pela “destruição do corpo enquanto força capaz de produzir trabalho” (Dejours, 1987: 34).

A situação de trabalho na vinhaça gera ainda um desconforto para o trabalhador, na medida em que as máquinas se tornam protagonistas na aplicação da vinhaça e o trabalho é destituído de conteúdo. Durante uma situação de pesquisa de campo, quando acompanhávamos o processo de plantio da cana, passamos por diferentes pontos dos canaviais e visualizamos algumas frentes de trabalho. Uma delas era composta por uma dupla de trabalhadores. Eles estavam sentados em uma valeta próxima ao canal da vinhaça. Ao lado deles, uma máquina grande com um canhão fazendo a irrigação no canavial que a circundava. Conversamos durante alguns minutos com os trabalhadores, que relataram uma experiência de submissão à máquina.

P: Aí vocês têm que montar um cano, como é que vocês fazem?

Afonso: Não, por enquanto não. Essa máquina aí bombeia direto. Esse canhão aí *trabalha* [...] (27 de maio de 2013).

As reflexões de Marx (1984) nos fornecem a base para a compreensão do processo de protagonismo das máquinas. Como destacado no excerto acima, é o canhão que atua, é ele que trabalha. Portanto, nesse cenário o trabalho é destituído de conteúdo. Aí se manifesta o poder anímico da máquina.

Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, na medida em que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável (Marx, 1984: 43).

O trabalho na vinhaça é quase que exclusivamente masculino. Assim como o é a operação das máquinas colheitadeiras de cana. A ausência das mulheres na colheita mecanizada é justificada pela periculosidade oferecida pela máquina. É possível verificar que muitas vezes o discurso reforça a ausência de

mulheres em atividades consideradas perigosas. Entretanto, na prática, elas também estão na linha de frente de ocupações com alto risco de acidentes de trabalho, como no caso de mulheres que recolhem as bitucas ao lado das máquinas que retiram as canas cortadas manualmente para o caminhão de transbordo. No seguinte trecho da entrevista fica evidente o risco na atividade desenvolvida pelas mulheres:

P: E na *bituca* era recolher só a sobra da cana?

Rita: Era. Na *bituca*? Era correndo atrás das máquinas também. Pra poder... É muito difícil. [...] É, correr atrás das máquinas. Ficava que nem boba correndo atrás das máquinas [risos contidos] [...] Vai catando a cana e colocando no caminhão, e às vezes elas derrubam também, aí a gente ajudava a máquina a catar a cana, picava e jogava dentro do caminhão. É, tinha que jogar dentro do caminhão. [...] Uma vez [...]. Morreu bastante gente na usina. Na *bituca*. O caminhão passou por trás, a pessoa não vê. Só se tiver muita coisa [...]. Isso aí é muito perigoso, sabia? É muito errado esse serviço aí. Mandar a gente atrás das máquinas. Eu acho que não devia de fazer isso. Porque a gente vai alcançando a máquina e como que a gente vai alcançar uma máquina? [...] (7 de novembro de 2012).

A atividade de recolha de bituca “acompanhando o caminhão” é realizada predominantemente por mulheres, assim como aquela referente à recolha das pedras nos canaviais²⁰. De acordo com os fiscais de turma, as mulheres são empregadas nas atividades de recolha das bitucas e pedras porque são mais delicadas que os homens. Entretanto, é preciso lançar um olhar crítico sobre essas considerações acerca das características que seriam inerentes a homens e mulheres. As pesquisas desenvolvidas por Olaizola (2009; 2012) reforçam essa postura crítica. A autora mostra a necessidade de “compreender dialeticamente como as ideologias sexuais vão se materializando nos processos de trabalho e como as condições materiais de existência formatam e condicionam essas ideologias, as quais não são estáticas e sim cambiantes” (Olaizola, 2009: 254-255).

A materialização das ideologias sexistas se expressa não só na divisão das tarefas nos canaviais, mas também nas exigências referentes ao processo de seleção para trabalhar em alguns setores da agroindústria canavieira. Nos

20 Em Silva (2011) é possível encontrar uma descrição detalhada acerca do trabalho das mulheres na recolha das *bitucas* nos canaviais.

seguintes trechos da entrevista com Rita e Neusa, as trabalhadoras justificam os motivos pelos quais as usinas estão contratando poucas mulheres nas turmas.

Neusa: Eu acho mais por causa da máquina. Das máquinas [...]. Eles estão olhando também que as mulheres estão engravidando muito. Tão engravidando muito. Porque... Não sei se faz uns dois anos atrás ou um ano atrás que a Usina X também só pegava mulher se a mulher fosse – se fosse casal. De preferência a mulher que tivesse feito laqueadura e que não podia ter mais filho. Porque entrava e engravidava. Se afastava e então... Por mais que a usina não pagasse... Porque agora diz que é o INSS que paga. Mesmo que a usina não pagasse, a usina estava sendo prejudicada, então eles não estavam mais querendo pegar mulher.

[...]

Rita: Tinha aquele papel que eles fazem na laqueadura, aí tinha que mostrar pra eles lá. Levar o papel que você já fez a laqueadura.

Neusa: Ou só pegava casal, homem e mulher. É que teve uma época também. Não foi, Rita? Então o que tinha ali arrumava vaga pra quem estava desempregado, né. E eu só entrava se eu fosse casada e se eu tivesse o meu marido pra entrar junto comigo. Aí fiquei até sem emprego, não foi? Naquele tempo... Não sei por quê. Só pegavam o casal junto, ou só mulher que não tivesse mais filho [...]. Eles não estavam tendo futuro com as mulheres (7 de novembro de 2012).

No início do excerto da narrativa de Neusa a máquina é citada como principal responsável pelo número reduzido de mulheres empregadas nos canaviais. Ela segue a argumentação e acrescenta os empecilhos da usina para a contratação de mulheres, com base em um critério sexista. Em uma das tentativas de Neusa de procurar trabalho na usina, ela estava solteira, motivo suficiente – naquele momento – para que a empresa recusasse o trabalho a ela. Trata-se, na verdade, de uma das implicações do patriarcado, aqui entendido como “um dos sistemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo” (Saffioti, 1990: 22). Se, por um lado, a tecnologia das máquinas colheitadeiras tira o trabalho de homens e mulheres, a ideologia sexista estabelece o momento em que as mulheres devem ou não ser chamadas para o trabalho nos canaviais, lançando mão do argumento de que as trabalhadoras são “mães” em potencial. Chodorow (1990) assim define as implicações da categorização de homens e mulheres no que diz respeito ao posicionamento na família e na

organização da produção. Para esta autora, as “mulheres estão posicionadas primeiro no sistema sexo-gênero e os homens primeiro na organização da produção” (Chodorow, 1990: 223).

Isso fica bastante evidente quando consideramos que as usinas solicitam que as mulheres entrem no processo seletivo somente se estiverem acompanhadas²¹ e desde que comprovem que a gravidez não é um risco a ser encarado pela usina.

VII

Findas as construções da passarela e do tapete verde, chegamos ao momento do início do desfile da *top model*: a colheitadeira.

Linhas atrás, mostramos que há uma interdependência entre as diferentes fases do processo produtivo que se intensificam com o paradigma da máquina. Todas as atividades analisadas dão sustentação à “entrada” da máquina no canavial. O trabalho de Scopinho et al. (1999) analisa as condições de trabalho e saúde dos operadores nos finais da década de 1990. Comparando nossos achados de pesquisa com esse estudo, notamos que, de modo geral, ainda que tenha havido significativo avanço tecnológico das colheitadeiras, a situação dos operadores não sofreu mudanças significativas. A trajetória laboral dos operadores é a mesma dos tratoristas. Iniciaram o trabalho em outras funções e em razão do “bom comportamento” e da produtividade foram selecionados para, primeiramente, trabalhar com tratores, depois com as máquinas. Seguiram o curso profissionalizante oferecido pelas usinas e pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e, em meio a tantos outros, graças aos seus bons desempenhos, foram selecionados. No início foram ajudantes dos operadores mais experientes e logo em seguida assumiram o controle da máquina. Descrevem esse momento com muito orgulho, agraciados por Deus, por terem logrado um posto tão importante como aquele. Sentem-se felizes, realizados. Falam da casa, do carro, dos eletrodomésticos, enfim, das mercadorias que possuem como resultado desse trabalho. Sentem-se, tal como a máquina, no topo em relação aos demais trabalhadores, principalmente dos cortadores manuais, considerados “coitados ou sofredores”.

Todavia, ao ser inquiridos sobre o trabalho, paulatinamente vão revelando outra face dessa realidade. Trabalham em três turnos (oito horas) alternados semanalmente. A tecnologia sofisticada exige atenção continuada durante

21 O mesmo critério não é utilizado na contratação de homens. Homens podem entrar na usina “desacompanhados”.

todo o processo de trabalho, sem contar que trabalham ao lado dos tratoristas dos chamados transbordos, cujas caçambas recebem a cana cortada²². A maneira de conduzir tanto dos operadores quanto dos tratoristas precisa ser totalmente sincronizada, caso contrário haverá perdas em razão de canas caídas fora das caçambas²³. Completadas as caçambas, seu tratorista, por sua vez, encaminha-se até o local onde estão os caminhões, enquanto outro toma o seu lugar, e assim ininterruptamente. É o sistema CCT (Corte, Carregamento e Transporte)²⁴. Portanto, a movimentação de máquinas, tratores, caminhões, que operam segundo o tempo do chamado “bate-volta”, é intensa e contínua, onde o domínio da *maquinação maquinadora* atinge o auge, pois “a máquina não pode parar”.

Além da atenção exigida neste trabalho cooperativo (colheitadeira, transbordo e caminhão), há que se considerar que a velocidade da máquina é programada pelos computadores, bem como suas paradas, tal como pode ser visto na foto (Figura 1) do painel de controle de uma delas, com 34 códigos de comandos²⁵. Quanto ao tempo de parada para as refeições os entrevistados afirmaram que se alimentam enquanto a máquina está parada (troca de peças, abastecimento, limpeza de palhas etc.). Portanto, é a máquina que determina quando e quanto podem se alimentar. O mesmo ocorre em relação às necessidades fisiológicas. “Se estiver com dor de barriga, não pode trabalhar, o encarregado põe outro no lugar. Afinal, a usina paga a gente para trabalhar e não para cagar, disse o encarregado”, segundo um depoente.

Além do controle exercido pela *maquinação maquinadora* – computadores, rádios amadores, satélites, GPS – há ainda a presença dos chamados encarregados. Portanto, há a duplicidade das estratégias de disciplina, por meio da interiorização da objetivação, que atinge até o funcionamento orgânico dos operadores (fome, apetite, necessidades fisiológicas), e também da presença subjetiva dos capatazes que controlam se a máquina está deixando tocos altos (soqueira alta) ou se as faquinhas estão afundando muito na terra e causando impurezas às canas, sem contar os acidentes provocados por manobras rápidas ou curvas de nível (tombamento), ou ainda a quantidade de palha (embuchamento) que pode, com o calor, provocar incêndio na máquina²⁶.

22 Para cada máquina, há um trator com dois transbordos.

23 As possíveis perdas, assim como os tocos altos, são reparados pela frente da “bituca”.

24 Ver a respeito da terceirização do CCT: Scheidl; Simon, 2012; Barreto, , 2013.

25 A foto foi feita por Lúcio Vasconcellos de Verçoza, durante a pesquisa de campo.

26 Recentemente, ao participar de um evento na UFG, a primeira autora deste artigo foi informada de que em Goiás, em razão das altas temperaturas, as máquinas incendeiam-se com muita frequência.

Figura 1. Códigos e comandos da máquina colheitadeira de cana.

Operações - CB Colhedoras (Colheita Mecanizada) mar/12

Código	Descrição	TP	Grupo
117	Corte de Cana Mecanizado	AT	Produtiva
832	Manobra	AT	Produtiva
201	Abastec. e lubrificação	O	Auxiliar
218	Troca de Motorist/Operad.	O	Auxiliar
228	Limpeza / Lavagem	A	Auxiliar
245	Troca de Faquinha	A	Auxiliar
259	Recebendo Instruções	O	Auxiliar
264	Check list	O	Auxiliar
833	Deslocamento	AT	Auxiliar
207	Aguardando Mecânico	O	Manutenção
211	Falta de Comb./Lubrif.	O	Manutenção
216	Manutenção Mecânica	M	Manutenção
243	Aguardando Eletricista	O	Manutenção
244	Manutenção Eletrica	M	Manutenção
246	Troca de facão picador	A	Manutenção
253	Aguardando Peças	M	Manutenção
254	Manut.Mecanica Externa	M	Manutenção
260	Revisão	M	Manutenção
265	Manutenção pelo Operador	O	Manutenção
208	Chuva Solo Umido/Seco	O	Perdida
209	Enchado	O	Perdida
212	Falta de Motorist/Operad.	O	Perdida
213	Patio / Reserva	O	Perdida
217	Refeição / Café	O	Perdida
222	Aguard Transporte-Prancha	O	Perdida
227	Usina parada	O	Perdida
232	Sendo Transportada	O	Perdida
236	Falta de Transbordo	O	Perdida
237	Falta de Caminhão	O	Perdida
258	Embuchamento	O	Perdida
266	Moagem Reduzida	O	Perdida
834	Sem apontamento	AT	Perdida
835	Indetermiando	AT	Perdida
845	Visita Externa Demonstração	O	Perdida

TP: O - Operador / M - Manutenção (Mecânico e Eletricista) / A - Ambos (Operador e Manutenção) / AT - Operação Automática

[...] Pegou fogo, queimou inteira. Não deu tempo para o operador tirar a mochila dele [...] Estourou uma mangueira que trabalha com seis mil pecinhas de pressão. A pressão é tão terrível que se ela fizer apenas um furinho na mangueira com os implementos ligados, ela nem precisa estar em duas mil rpm de rotação. Se aquele furinho for direcionado numa pessoa traça uma pessoa igualzinho uma bala, é muito forte. Óleo quente ainda. Aí ela pegou fogo, estourou uma mangueira em cima da turbina quente, aí ela explodiu e queimou inteira (Antônio, 26/5/2013).

Este mesmo operador apontou outras situações de risco, provenientes da troca das *faquinhos* (lâminas), a cada 80 horas, isso se não houver pedras. A troca é feita com luvas de aço, pois as lâminas “raspam até cabelo de tão afiadas”, sem contar a troca dos parafusos que enroscam na terra, bem como a simples saída da cabine, que pelo fato de estar numa posição elevada pode causar quedas com lesões.

Outra estratégia de controle existente advém da forma de organização do trabalho dos operadores. Pelo fato de trabalharem em três turnos, há um sistema de premiação, PAM (prêmio para atingir a meta), que consiste no seguinte: a média diária estipulada para cada operador é 718 toneladas. Se um deles não cumprir a meta, o prêmio (30% do salário em carteira) será diminuído. Além da coação que um acaba exercendo sobre o outro, há também o controle de qualidade da cana colhida – impurezas, tais como palha, terra, capim –, que interferirá no montante do bônus a ser recebido. Se houver uma falta, eles perdem 50% do bônus; duas faltas implicam perda total. “Assim, eu me esforço e meu parceiro também faz o mesmo. Há uma combinação entre nós. Um não pode prejudicar o outro.” Por esse motivo, há conflitos entre operadores que “não trabalham combinados”, sobretudo quando há terceirização dos tratoristas dos transbordos. Nos períodos chuvosos, a máquina não opera, mas os operadores permanecem no seu interior, vigiando-a para evitar possíveis roubos.

No que diz respeito à saúde, aos transtornos psicossomáticos em virtude da alternância de turnos da jornada de trabalho somam-se as dificuldades para dormir durante o dia e o ruído (*zum*) dos motores que permanece constantemente nos ouvidos, a falta de apetite e os prejuízos relativos à sociabilidade da família, pois, além da alternância dos turnos, o sistema vigente é o 5 x 1, ou seja, cinco dias trabalhados e um de descanso.

VIII

Por fim, os resultados desta pesquisa revelaram o avesso do processo de mecanização nos canaviais paulistas. A análise do paradigma da máquina *vis-à-vis* as estratégias disciplinares resultantes da simbiose tecnologia/degradação do trabalho foi importante para a compreensão das particularidades históricas dessa atividade econômica, bem como das razões da permanência do *habitus* das formas de dominação que asseguram os níveis da acumulação desses capitais.

Neste momento, os leitores podem nos perguntar: E a resistência? Ela não existe? Nos limites deste texto não nos sobrou espaço para essa análise. Compreendendo a história como processo, a resistência – greves ou a revolta cotidiana

–foi detectada em vários momentos durante a pesquisa. Greves de operadores de máquinas em Sertãozinho, de cortadores manuais em Fernandópolis, além de centenas de processos trabalhistas coligidos nas Varas da Justiça do Trabalho em Matão, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Jaboticabal, Araraquara, Franca, Bata-tais e Campinas. Ademais, foram captadas muitas formas de resistência miúda, nem por isso menos importantes, como “encher a memória dos computadores”, obrigando a máquina a parar, “não pedir para ser mandado embora” para receber os direitos, não recolher todas as pedras dos canaviais, deixar o emprego de tratorista e voltar ao trabalho da família nos sítios, não aceitar os preços pagos pelo corte da cana e voltar ao local de origem (migrantes), abandonar o trabalho de distribuição de veneno e assim por diante.

Seguindo as pegadas de Harvey (2011), o sistema de dominação precisa existir em função da tensão existente no processo de trabalho, onde o capitalista é “basicamente dependente do trabalhador” (88). É o(a) trabalhador(a) que trabalha, que opera as máquinas, que distribui veneno, que recolhe pedra, que cata *bituca*, que entra em tanque com vinhaça, que corta cana até a morte... e não o capitalista e seus adeptos. Por mais que os capitalistas organizem o processo de trabalho, o trabalhador é o agente criador. O processo de trabalho é um campo de batalha perpétuo, segundo Harvey.

Quando “enfrentam o canavial”, consideram a recolha de pedras como trabalho escravo, quando são postos no gancho, como amarrados ao pelourinho, quando sentem câibras por todo o corpo, inclusive na língua, em função do excesso de trabalho, os trabalhadores têm consciência do campo de batalha onde estão. Nas palavras de Harvey:

Um dos tópicos mais persistentes da história da inovação tecnológica tem sido o desejo de enfraquecer o trabalhador tanto quanto possível e passar os poderes de movimento e decisão para dentro da máquina, ou pelo menos “para cima”, em alguma sala com controle remoto (89).

Todavia, para saber o que ocorre além dessa sala com controle remoto, é preciso escutar as vozes daqueles(as) que aí trabalham.

Hoje eu sei o quanto na cana é bruto. Trabalho com a *top* de linha, a John Deer, com motor de 477 cavalos, e, mesmo assim, a gente vê que o motor “sente” uma cana de 18 meses, enraizada [...] A gente fala: “meu Deus do céu, como é bruto isso aqui. Como eu aguentei trabalhar nisso durante onze anos?”. Eu trabalho pensando nisso [...] (*Antônio*, 26/5/2013).

Referências

- ALVES, Francisco José da Costa. Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade*, v. 15, 2006, pp. 90-98.
- BACCARIN, José Giacomo; GEBARA, José Jorge; BORGES, Júlio Cesar. Expansão canavieira e ocupação formal em empresas sucroalcooleiras do centro-sul do Brasil, entre 2007 e 2009. *Revista Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 49, n. 2, abr./jun. 2011, pp. 493-505.
- BACCARIN, José Giacomo; GEBARA, José Jorge; SILVA, Bruna Matsufugi. Aceleração da colheita mecânica e seus efeitos na ocupação formal canavieira no estado de São Paulo, de 2007 a 2012. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 43, n. 5, set./out. 2013, pp. 19-31.
- BACCARIN, José Giacomo; GEBARA, José Jorge; SILVA, Bruna Matsufugi. *Boletim da ocupação formal sucroalcooleira no centro-sul*. Vários números. Disponível em: <www.fcav.unesp.br/baccarin>. Acesso em: jan. 2014.
- BARBOSA, Cristiane Maria Galvão. Avaliação cardiovascular e respiratória de trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar no estado de S. Paulo. Tese de doutorado, Pneumologia, Faculdade de Medicina, USP, 2010.
- BARRETO, Maria Joseli; THOMAZ JÚNIOR, A. A terceirização do trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar da região do Pontal de Paranapanema-SP. *Anais II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente, UFSCar, 2013*. Disponível em CD-ROM.
- CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. O colonato na usina Tamoio. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). *Formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo/Brasília, Edunesp/NEAD, 2008, p. 163-184 (História social do campesinato brasileiro).
- CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1990.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Trad. Ana Isabel Paraguay, Lúcia Leal Ferreira. São Paulo, Cortez-Oboré, 1987.
- FACIOLI, Inês (Org.). *Vozes do eito*. Guariba, Eco das Letras, 2009.
- LAAT, Erivelton Fontana. F. Trabalho e risco do corte manual da cana-de-açúcar. Tese de doutorado, Engenharia de Produção, Universidade Metodista de Piracicaba, 2010.
- GAUDEMAR, Jean Paul. Preliminares para una genealogía de las formas de disciplina en el proceso capitalista del trabajo. In: FOUCAULT, Michel et al. *Espacios de poder*. 2. ed. Madrid, Ediciones de La Piqueta, 1991, p. 85-122.
- HARVEY, David. *O enigma do capital*. São Paulo, Boitempo, 2011.

- MELO, Beatriz Medeiros. História e memória na contramão da expansão canavieira. Um estudo das formas de resistência dos sitiantes no noroeste paulista. Tese de doutorado, Sociologia, UFSCar, 2012.
- MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia; a maquinaria e a indústria moderna. In: MARX, Karl. *O capital*. 8. ed. São Paulo, Difel, 1984, v. I.
- MARX, Karl. *Le capital* (livre premier). Paris, Éditions Sociales, 1976.
- OLAIZOLA, Alicia Reigada. Agricultura industrial en Andalucía y feminización del trabajo en las cadenas agrícolas globales. *Regiones. Suplemento de Antropología*., n. 47, jan.-mar. 2012, pp. 22-26.
- OLAIZOLA, Alicia Reigada. Las nuevas temporeras de la fresa em huelva. Flexibilidad productiva, contratación en origen y feminización del trabajo en una agricultura globalizada. Tese de doutorado, Antropologia Social, Universidad de Sevilla, 2009.
- PETRONE, Maria Teresa. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo, Difel, 1968.
- RAMÃO, Fernanda Pamplona; SCHENEIDER, Iara Elisa; SHIKIDA; Pery Francisco Assis. Padrão tecnológico de cana-de-açúcar: um estudo de caso no estado de Paraná. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 54, n. 1, jan.-jun. 2007, pp. 109-122.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. *Anais do XIV Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 22-26 de outubro de 1990.
- SCHEIDL, Herbert Abude; SIMON, Alexandre Tadeu. Avaliação do processo de terceirização do corte mecanizado, carregamento e transporte de cana-de-açúcar. *Revista de Ciência e Tecnologia*, UNIMEP, v. 17, n. 33, 2012, pp. 103-118.
- SCOPINHO, Rosimeire Aparecida et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, jan. 1999, pp. 147-161.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo, Edunesp, 1999.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A morte ronda os canaviais paulistas. *Abra*, v. 33, n. 2, ago.-dez. 2006, pp. 111-142.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. Texto elaborado para apresentação no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, Curitiba, 2011.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. *Nera*, ano 9, n. 8, 2006, pp. 74-109. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/revista.php>>.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Greve na fazenda. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). *Formas tuteladas de condição camponesa*. São Paulo/Brasília, Edunesp/NEAD, 2008, p. 207-232 (História social do camponato brasileiro).

- SILVA, Maria Aparecida de Moraes, MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da cultura canavieira paulista. *Sociologias*, n. 24, mai.-ago. 2010, pp. 196-241.
- SILVA, Mellissa A. S. da; GRIEBELER, Nori P.; BORGES, Lino C. Uso de vinhaça e impactos nas propriedades do solo e lençol freático. *Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental*, Campina Grande, PB, DEAg/UFCG, v. 11, n. 1, 2007, pp. 108-114.
- SOUZA, Tainá Reis. Propriedade e renda fundiária: configurações contemporâneas do rural paulista. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2013.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Tecnologia e degradação ambiental: o caso da agroindústria canavieira no estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 24, n. 10, out. 1994.
- VEIGA FILHO, Alceu de Arruda et al. Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar no estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 24, n. 10, out. 1994, pp. 43-59.
- VERGÍNIO, Cléber José; ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo. Exploração do trabalho na cana-de-açúcar: estudo de caso de uma usina localizada no município de Ouroeste, estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 43, n. 5, set.-out. 2013, pp. 5-18.

Recebido em: 28/03/2014

Aprovado em: 14/04/2014

Como citar este artigo:

- SILVA, Maria A. Moraes; BUENO, Juliana Dourado; MELO, Beatriz Medeiros de. Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 85-115.

Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas¹

Leonilde Servolo de Medeiros²

Mariana Trotta Dallalana Quintans³

Silvia Aparecida Zimmermann⁴

Resumo: O artigo analisa como, ao longo da história brasileira, foi ganhando forma nos marcos legais um olhar sobre o meio rural que o vê principalmente como espaço de produção. Procuramos mostrar como nas duas últimas décadas iniciou-se uma mudança na percepção do rural, fruto dos conflitos no campo, da emergência de novos atores e de seu progressivo reconhecimento. A partir de três situações específicas, destacamos alguns impasses existentes nas incipientes políticas de valorização do rural em razão dos contornos legais prevaletentes.

Palavras-chave: ruralidade; marco legal; políticas públicas.

Rural and urban spaces in Brazil: legal frameworks and political strategies

1 Neste texto apresentamos alguns aspectos do estudo Marcos jurídicos das noções de rural e urbano, parte do Projeto Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas, patrocinado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e coordenado por Tania Bacelar.

2 Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) – bolsista do CNPq e do Programa Cientistas do Nosso Estado da Faperj – Rio de Janeiro – Brasil – leonildemedeiros@gmail.com

3 Faculdade de Direito da UFRJ e da PUC-Rio – Rio de Janeiro – Brasil – maritrott@yahoo.com.br

4 Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) – Foz do Iguaçu – Brasil – silviazcpda@yahoo.com.br

Abstract: *The article analyses how an approach that sees the rural field mainly as production space gained force within legal frameworks. We aim to show how, in the last two decades, the perception of the rural has changed as a result of field conflicts, new agents emergency and growing acknowledgement of it. From three specific situations, we highlight some stalemates in the initial rural valuation policies due to prevalent legal guidance.*

Keywords: *rurality; legal framework; policy.*

Introdução

Nos últimos anos, ocorreram transformações significativas nas políticas públicas brasileiras, abrindo espaço para ações de valorização dos espaços rurais. Desde o final dos anos 1970, a multiplicação dos conflitos por terra, as lutas por melhores preços para produtos agrícolas, por direitos previdenciários, pelo reconhecimento de grupos específicos revelaram facetas de um rural até então pouco conhecido: *sem-terra, seringueiros, posseiros, atingidos por barragens, pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas*, entre outros, vieram à cena pública, mostraram-se como atores que recusavam os efeitos perversos do processo de modernização da agricultura sobre seus modos de vida e trouxeram demandas que, em seu conjunto e em suas especificidades, abriram possibilidades de afirmação de outra concepção de rural.

No final dos anos 1980 começou a ser mais claramente verbalizada a ideia de um novo modelo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar, refletindo o incipiente protagonismo político dessa categoria diversificada internamente. Reivindicações pontuais, em grande parte ligadas a condições de produção (terra, crédito diferenciado, assistência técnica), se inseriram numa nova articulação de atores que colocava em questão o modelo hegemônico. O tema ganhou os espaços públicos e se desdobrou em mudanças institucionais no interior do próprio governo, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrav), assim como com a produção de textos, com o selo ministerial, chamando a atenção para o fato de que “o Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento”, título de uma publicação, datada de 2001, que faz a crítica às noções de rural e urbano até então utilizadas (Veiga et al., 2001). Um pouco mais tarde, firmou-se a ideia de um “Brasil rural com gente” (Brasil, 2008), contraponto à tese da inevitabilidade do esvaziamento dos espaços rurais.

Ao longo dos últimos anos, diversos autores atualizaram e problematizaram a forma como o rural vinha sendo concebido, e entraram na ordem do dia: o cruzamento da questão agrícola com a ambiental; a discussão sobre o que é ser moderno; reflexões sobre a importância da produção de alimentos mais saudáveis, sem altas doses de insumos químicos; a defesa da soberania alimentar; a qualidade de educação, habitação, saúde, infraestrutura disponível no campo. Iniciou-se, assim, um processo lento, mas significativo, de ressignificação do rural, que pouco a pouco começou a deixar de ser visto como residual e trouxe para a pauta política demandas de melhoria das condições de quem lá permanecia, sem destruir modos tradicionais de vida e organização.

As concepções de rural e urbano devem, pois, ser lidas em sua historicidade e sua inter-relação. Como apontam Wanderley e Favareto (2013), há um vazio institucional na forma de regular o rural brasileiro, reflexo do caráter periférico e residual conferido a estes espaços nas estratégias e na própria ideologia do desenvolvimento brasileiro. No presente texto procuramos identificar como essas noções foram se constituindo no plano legal, refletindo percepções vigentes em cada época. Nosso interesse na dimensão jurídica do processo remete à tese de que o direito “fixa regras e procedimentos que balizam, previamente, o campo das ações e das interações [...] comanda as regras do jogo e fornece o formato de coordenação entre os atores, destinando soluções a certos tipos de disputas e litígios” (Agricoliansky, 2010: 225). O suposto é que nos marcos legais reguladores da vida social estão contidas relações de força, concepções de mundo, formas de divisão da sociedade. Elas expressam relações de poder, cristalizam situações, mas também têm capacidade de produzir realidades, naturalizar determinadas concepções e forjar uma percepção de que é natural o que na realidade é social, produto de relações históricas. Ao codificar as relações sociais, as leis têm um papel importante em sua consolidação e sua afirmação, na medida em que definem critérios e regras de inclusão e exclusão, bem como os marcos por meio dos quais as relações sociais devem operar (Cefai, 2011). Seguindo a conhecida afirmação de Robert Merton (1970) sobre as profecias que se auto-cumprem, se o rural é percebido como equivalente a atividade agropecuária, portanto espaço de produção, que vem se reduzindo em termos populacionais, ou o lugar do atraso que necessita intervenção para se modernizar, a legislação e as políticas públicas acabam tendo o poder de fazer que a realidade se transforme e confirme a própria previsão, reafirmando o diagnóstico inicial.

O presente texto está dividido em quatro partes, além desta introdução. Inicialmente apresentamos as noções de rural e urbano nos marcos legais numa perspectiva histórica. Na segunda abordamos o processo de redemocratização, a

emergência de novos atores e demandas e seus reflexos sobre as leis. Na terceira, tecemos considerações sobre o tema a partir de três estudos de caso. Finalmente, nas considerações finais, tentamos tirar algumas ilações do processo analisado.

1. O rural e o urbano nos marcos legais da constituição da nação

No período colonial, a economia urbana era quase inexistente e a vida se concentrava no campo (Prado Junior, 1977). As cidades eram polos eminentemente administrativos e religiosos. De acordo com Suzuki (2007), em meados do século XIX os aglomerados urbanos passaram por um processo de resignificação e transformações materiais, incorporando a centralidade das atividades econômicas, sobretudo por conta da expansão do comércio e das atividades fabris e bancárias. Esse processo se deu em formas, tempos e ritmos diferenciados segundo as diferentes regiões do país, mas seu centro foram as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Para o autor, três corpos legais, quase que simultâneos no tempo, foram importantes nesse processo: a Lei de Terras, a Lei Eusébio de Queiroz e a Lei do Comércio.

A Lei de Terras, aprovada em 1850, proibia a aquisição de terras devolutas por outro meio que não a compra. Sua regulamentação, feita em 1854, atribuiu às províncias o comando do processo de medição, legitimação e titulação de terras, respeitando os direitos dos posseiros e sesmeiros. No entanto, a iniciativa primeira, que desencadearia todo o processo de demarcação, estava nas mãos dos particulares, que resistiam a fazer essa delimitação (Silva, 1996). A lei Eusébio de Queiroz, por sua vez, proibia o comércio de escravos, colocando para os fazendeiros a questão de como equacionar a sempre crescente necessidade de mão de obra, tendo em vista a expansão vertiginosa das lavouras de café, mas também liberava recursos investidos no tráfico humano. Finalmente, a Lei do Comércio, também de 1850, contribuiu para o crescimento de atividades econômicas restringidas durante o período colonial e o início do império, tais como a fabril.

Alguns autores ressaltaram o significado da transformação da terra em mercadoria, promovida pela Lei de Terras, para a mudança da lógica de expansão urbana, com a introdução das noções de lote e loteamento (Suzuki, 2007). Assim, o crescimento das cidades se fez por meio da contínua transformação de áreas antes rurais em urbanas, uma expansão complexa e carregada de tensões, que marcou a formação dos subúrbios e de áreas de transição, caracterizadas pela sobreposição da expansão de empresas especializadas em transformar a terra em mercadoria por meio de loteamentos, a moradia irregular quanto à posse da terra e a delimitação e o registro precários das propriedades. De acordo com Maricato,

a legislação urbana não surgirá senão quando se torna necessária para a estruturação do mercado imobiliário urbano, de corte capitalista. Os Códigos Municipais de Posturas, elaborados no final do século XIX, tiveram um claro papel de subordinar certas áreas da cidade ao capital imobiliário, acarretando a expulsão da massa trabalhadora pobre do centro da cidade. A nova normatividade contribuiu para a ordenação do solo de uma parte da cidade, mas também contribuiu, ao mesmo tempo, para a segregação espacial. A escassez alimenta a extração da renda imobiliária (2003: 154).

Como resultado das mudanças em curso, o texto constitucional aprovado após a proclamação da república introduziu a diferença entre imóvel rural e urbano, sem nenhuma definição mais precisa, mas refletindo a importância que as atividades urbanas vinham adquirindo. O Código Civil (lei 3.071 de 1/1/1916), que vigorou até 2002, trazia vários dispositivos que tratavam da destinação dos imóveis “urbanos” e dos “rústicos”. Como destacado por Bernardes (1983), esse Código, ao tratar dos imóveis rurais, preocupava-se com as relações jurídicas relativas à sua destinação produtiva, o que vai consolidando a percepção de rural como espaço eminentemente de produção.

As cidades, no início do século XX, eram vistas como a possibilidade de modernidade em relação ao campo, que representava o Brasil arcaico (Maricato, 2003). Camargo (1981) chama a atenção inclusive para a dissociação, nesse período, entre as formas de protesto rural e a contestação urbana: os cangaceiros, por exemplo, eram “considerados como facínoras, que quando mortos serão expostos nas cidades a um público indiferente ou hostil” (Camargo, 1981: 132). Revoltas ocorridas nos “sertões”, mobilizando milhares de pessoas, foram lidas como expressão da ignorância e da barbárie, como nos casos do Contestado e de Canudos.

Nos anos que se sucederam, aos poucos ganhou visibilidade uma crítica sistemática à grande propriedade e ao que ela representava em termos econômicos, sociais e políticos. Para o tenentismo, por exemplo, tratava-se de alterar a estrutura fundiária, para romper com o poder dos grandes proprietários, representantes do atraso, e tornar possível a democratização do país (Camargo, 1981). No entanto, essa proposta foi derrotada nos embates políticos dos anos 1920. Na década de 1930, se houve um sopro modernizador nas relações de trabalho nas cidades, nem mesmo a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo foi conseguida, dada a forte pressão dos proprietários de terra⁵. Segundo

5 Para ter mais detalhes sobre os debates de então em torno do tema e suas implicações, ver Medeiros, 1995; Camargo, 1981.

Camargo (1981), o texto constitucional de 1934 esteve aquém dos debates ocorridos na Constituinte, onde se propunha a extensão dos direitos trabalhistas ao campo, estímulo à educação de base, direito a condições de subsistência. Nas décadas seguintes a colonização foi sempre pensada como recurso para resolver problemas de falta de trabalho e ocupação de terras novas, ainda não controladas pelas grandes propriedades⁶. Embora já então fosse estabelecida a possibilidade de desapropriação de terras, com base no princípio do interesse social, a legislação complementar a esse artigo nunca foi editada.

A Constituição de 1937 manteve as condições de permanência da estrutura fundiária, as precárias condições de trabalho no campo e a falta de mecanismos de acesso à posse da terra, contribuindo para o aumento do fluxo migratório para as cidades. A menção ao rural apenas aparece no artigo 148, que estabelecia a possibilidade de obtenção da propriedade por usucapião. No capítulo da ordem econômica, são reconhecidos um rol de direitos aos operários urbanos, mas não havia nenhuma proteção específica ao trabalhador rural, categoria sequer mencionada no texto constitucional.

O processo de centralização política que marcou o Estado Novo aponta para uma preocupação com o progressivo controle do Estado sobre o território e a economia nacionais, do qual é exemplo a criação de vários institutos ou organismos voltados para a codificação de algumas esferas e o planejamento da produção. Fez parte desse esforço de racionalização da intervenção do Estado a criação, em 1936, do Instituto Nacional de Estatística, que em 1938 fundiu-se ao Conselho Nacional de Geografia, passando a chamar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Logo depois surgiu o hoje polêmico decreto-lei 311, de 2 de março de 1938, que estabelecia formalmente o que era cidade, bem como as condições para a criação de municípios. Em seu artigo 11, é definido que “nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbanos e suburbanos da sede, onde haverá pelo menos trinta moradias”. No artigo seguinte é estabelecido que “nenhum município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias”⁷. Ou seja, qualquer aglomerado populacional passou a ser considerado área urbana. O documento que justifica esse decreto traz informações importantes sobre as preocupações que lhe eram subjacentes. É enfatizado o fato de que até então não havia critérios para determinar o que eram vilas e cidades: havia vilas que eram sedes de comarca, termos e municípios, como também vilas que nem

6 Lembramos que essas terras eram, via de regra, habitadas por grupos indígenas e por posseiros.

7 O tema foi tratado por Veiga em diversos trabalhos: Ver Veiga, 2002, entre outros.

mesmo eram sedes de distritos rurais. É ressaltado o desconhecimento do território de grande parte dos municípios, “tendo sua ubiquação e suas condições topográficas inteiramente ignoradas dos próprios administradores municipais”. A essa situação de “desordem e confusão” é atribuída a precariedade das apurações censitárias e a dificuldade de distinguir entre zona urbana e zona rural. A delimitação aparecia como uma medida racionalizadora, capaz de criar condições para um melhor conhecimento do país, por meio da obtenção de informações censitárias mais sólidas. Consolidava-se, assim, a forma de pensar o rural por exclusão, ou seja, o que estava fora do urbano e espaço de precariedade e ausência de serviços públicos (Veiga, 2002; Wanderley, 2010).

Ao longo dos anos 1950 foram intensos os debates políticos em torno do desenvolvimento e seu significado. Grande parte do que se discutia relacionava-se a concepções do rural, entendido como lugar de produção, mas também de reprodução de relações arcaicas, de opressão. Alguns dos temas propostos pelos “tenentes” voltavam, atualizando a discussão sobre a melhoria das condições de vida dos que viviam no campo, a necessidade de criação de mercado interno, e chamando a atenção para os riscos políticos da manutenção do *status quo* agrário. Nesse quadro, o tema da reforma agrária ganhou projeção como forma de superação do atraso, visto como atributo do rural.

Nesse contexto, em que também as mobilizações dos trabalhadores do campo em torno da luta pela terra e de direitos trabalhistas começavam a fazer eco, ganhou centralidade o debate sobre as condições de vida da população rural. Essas preocupações estavam também intimamente ligadas à emergência de uma “questão urbana”, visibilizada inicialmente da perspectiva do crescimento desordenado das cidades, relacionado à criação de loteamentos para habitações populares, por vezes sobrepondo-se a loteamentos clandestinos e avançando sobre as áreas rurais periféricas (Quinto Jr., 2003). Já então era pautado o tema da função social da propriedade urbana.

O golpe civil militar não tirou esse debate da pauta política. No que se refere ao agrário, a Constituição de 1946 sofreu grande mudança nas regras da desapropriação, por efeito da Emenda Constitucional nº 10, de 9 de novembro de 1964, que estabeleceu que o imóvel objeto de desapropriação para fins de reforma agrária seria indenizado em títulos da dívida agrária (e não mais em dinheiro, como antes previsto) e transferiu para a União o Imposto Territorial Rural (ITR), pensado como instrumento capaz de provocar a desconcentração da propriedade fundiária e estimular sua modernização, por meio da taxaçaõ progressiva. Simultaneamente, foi enviado ao Congresso Nacional o projeto de Estatuto da Terra, em que a reforma agrária aparecia como exigência em razão do “crescimento da

população e das profundas modificações organizacionais geradas pela industrialização e pela concentração urbana” (Mirad/Incrá, s/d: 12). Esse foi o primeiro diploma legal brasileiro a apresentar uma concepção de desenvolvimento rural. Ele tinha por pressupostos a valorização da função social e econômica da terra, o estímulo à racionalização da agropecuária, a conservação do meio ambiente e a garantia de recursos financeiros à União, aos estados e municípios para que desenvolvessem projetos de reforma agrária (artigo 47). A política de colonização, também incentivada nesse período, seguiu essa lógica de estímulo ao aumento da produtividade, com a modernização da base técnica e produtiva da agricultura e o gerenciamento empresarial dos estabelecimentos. Não por acaso, parte significativa dos projetos era destinada aos *colonos* sulinos, vistos como portadores da racionalidade que deveria ser implantada em outras regiões.

No que se refere ao meio urbano, a criação do Banco Nacional da Habitação reiterava a percepção da questão urbana pelo ângulo habitacional, indicando uma determinada forma de ler as crescentes tensões sociais que desaguaram no golpe militar.

Outra lei importante nesse momento de reordenação do aparato jurídico do Estado brasileiro foi o Código Tributário Nacional (CTN), lei nº 5.172, aprovado em 25 de outubro de 1966 e ainda em vigor⁸. O CTN se afastou do critério da destinação do imóvel adotado pelas legislações brasileiras anteriores e passou a utilizar o critério da localização para a definição dos impostos. Para ser considerada zona urbana, a área deveria ser dotada de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado (artigo 32). O que estivesse fora de áreas urbanas seria considerado rural. Manteve-se, assim, a ideia de que a presença de saneamento, educação e energia elétrica etc. são atributos da cidade, reforçando a concepção de precariedade como característica do meio rural. Como apontam Wanderley e Favareto (2013), o CTN definia ainda que os impostos municipais seriam arrecadados nas áreas urbanas e os federais nas áreas rurais⁹. É tese recorrente que, sendo a

8 As alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 118, de 9 de fevereiro de 2005, não alteraram significativamente o CTN no que se refere à tributação dos imóveis urbanos e rurais. Entretanto, com a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, foi facultada aos municípios a arrecadação do ITR.

9 A transferência do ITR para a União coadunava-se com as disposições do Estatuto da Terra, que o incluía como um dos instrumentos para a realização da reforma agrária. Dessa forma, era central que a União detivesse o poder de estabelecê-lo e cobrá-lo.

arrecadação do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) atribuído às prefeituras e o ITR ao governo federal (embora com repasse de parte aos municípios), os municípios foram estimulados a aumentar artificialmente suas áreas urbanas para aumentar suas rendas. Como veremos mais adiante, esse argumento deve ser relativizado.

No que se refere à regulamentação da propriedade urbana, somente em 1979 foi promulgada a Lei nº 6.766, denominada Lei de Parcelamento do Solo Urbano, a primeira em âmbito federal a regular o tema, conferindo aos municípios a responsabilidade pela aprovação dos loteamentos e sua fiscalização e fornecendo as bases para a regularização de assentamentos informais urbanos (Fernandes, 2010).

2. Redemocratização, conflitos sociais e novos parâmetros do rural e do urbano

A redemocratização do país foi um processo marcado, desde o final da década de 1970, pela multiplicação dos conflitos fundiários, tanto no meio urbano como nas áreas rurais. Na década de 1980, o debate e a mobilização em torno dos problemas urbanos cresceram, assim como as discussões sobre a necessidade de intervir sobre as formas de posse e uso da propriedade rural, por meio da reforma agrária. Nesse contexto, em 1983, o Executivo federal encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de Lei do Desenvolvimento Urbano (PL 775/83), que propunha a recuperação pelo poder público de investimentos cujo resultado tivesse sido a valorização imobiliária; a possibilidade de realização de desapropriações visando à renovação urbana ou para combater a estocagem de solo ocioso; a taxação da renda imobiliária resultante de fatores ligados à localização do imóvel; o direito de superfície, regulamentando a possibilidade de alguém realizar uma edificação em imóvel de propriedade de outrem; o controle do uso e da ocupação do solo; a compatibilização da urbanização com os equipamentos disponíveis; o condicionamento do direito de propriedade, com uso do imposto progressivo e edificação compulsória; a regularização fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda; o reconhecimento jurídico da representação exercida pelas associações de moradores; o estímulo à participação individual e comunitária; o direito de participação da comunidade na elaboração de projetos de desenvolvimento urbano; a legitimação do Ministério Público para propor ações em defesa do ordenamento urbanístico (Bassul, 2010: 76). O projeto sofreu forte oposição e nunca foi votado no Congresso Nacional, mas indicava o conjunto de questões em pauta no debate sobre o que se definia como “questão urbana”. A continuidade das lutas populares por melhorias urbanas culminou

na criação do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), para articular e elaborar uma proposta para a Constituinte de 1987/88 (Silva, 2003).

Paralelamente, os movimentos sociais rurais questionavam o modelo de desenvolvimento implementado pelos governos militares, baseado em grandes unidades produtivas modernizadas que tendiam a esvaziar os campos e reafirmavam suas demandas por reforma agrária, com a multiplicação das ocupações de terra. Em resultado, logo após o fim do regime militar, foi nomeada uma comissão para elaborar uma proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A proposta levava ao limite a possibilidade desapropriatória contida no Estatuto da Terra e se apresentava também como uma contribuição para a solução do problema urbano, pela retenção de trabalhadores no campo, evitando o êxodo rural. As severas críticas e as pressões feitas junto ao governo por parte do setor empresarial rural, de setores militares e outras entidades da sociedade civil desconfiguraram a proposta original, o que resultou em possibilidades mais limitadas para a reforma agrária¹⁰.

Não por acaso, na Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1987, a propriedade foi um dos temas mais polêmicos e colocou em confronto aberto o interesse de proprietários e de movimentos sociais articulados em torno do MNRU e da Campanha Nacional de Reforma Agrária (CNRA), que apresentaram suas propostas por meio de emendas populares, em seminários temáticos ou por deputados ligados a essas bandeiras (Pilatti, 2008; Bassul, 2010).

A Constituição Federal de 1988, pela primeira vez na história constitucional brasileira, estabeleceu um capítulo específico sobre a política urbana (artigos 182 e 183) e outro sobre política e reforma agrária (artigos 184 a 191). Também estabeleceu a função social da propriedade como um princípio fundamental da cidadania (artigo 5º, XXIII). No caso das propriedades rurais, a função social seria cumprida quando realizasse simultaneamente as funções econômica (produtividade), ambiental, trabalhista e do bem-estar de proprietários e empregados (artigo 186). A Lei 8.629/93, que regulamentou a Constituição no que diz respeito à reforma agrária, no artigo 4º, inciso I, define o imóvel rural como “o prédio rústico de área contínua, *qualquer que seja a sua localização*, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial” (destaque nosso). Em relação à política de reforma agrária, manteve-se a competência da União para promovê-la por meio da desapropriação de imóveis que descumprissem a função social (artigos 184 e

10 Para análise detalhada dela e do debate que gerou, ver Gomes da Silva, 1986; Medeiros, 2002; Graziano da Silva, 1985.

186) e preservou-se dessa possibilidade a propriedade produtiva, bem como a pequena e a média (artigo 185). Devido a esse dispositivo, o único critério utilizado para a desapropriação tem sido o descumprimento da função econômica da propriedade. Ou seja, reafirmou-se a permanência de uma leitura do rural como espaço de produção. A partir de então, um novo elemento torna-se essencial para a compreensão dos desdobramentos políticos da questão agrária brasileira: o papel do Judiciário, com seu poder de determinar despejos, definir a legalidade das desapropriações, arbitrar valores etc., uma vez que a legislação firmou a necessidade de ação judicial de desapropriação.

No que se refere à política urbana, foi estabelecida a competência dos municípios para promover o desenvolvimento urbano com o objetivo de organizar a função social da cidade e o bem-estar de seus habitantes (artigo 182, *caput*). Para tanto foi considerado instrumento básico o Plano Diretor, a ser elaborado pelo municípios (artigo 182, § 1º). Nele se explicitariam os parâmetros da função social (artigo 182, § 2) e instrumentos para sua garantia, como a desapropriação, o parcelamento compulsório e o IPTU progressivo (artigo 182, § 3º e 4º). A Lei nº 10.257, promulgada em 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, regulamentou a Constituição e estabeleceu, em seus artigos 39 a 42, as regras a serem observadas na realização do Plano Diretor, estabelecendo ainda que ele deveria abranger a totalidade do município, portanto áreas rurais e urbanas (artigo 40, § 2º), ser elaborado e ter sua execução fiscalizada com ampla participação da sociedade civil (artigo 40, § 4º), com a criação de conselhos, realização de audiências públicas, consultas e garantia de transparência das informações pelo poder público.

Um pouco mais tarde foram criados ministérios específicos: o do Desenvolvimento Agrário, em 1999, valorizando o tema do desenvolvimento rural e o das Cidades, em 2003, com a tarefa de sistematizar a política urbana do país.¹¹

A Constituição de 1988 consolidou, assim, concepções diferentes sobre a propriedade rural e urbana. Se a função social da propriedade urbana está ligada à moradia e ao bem-estar, a função social da propriedade rural está relacionada à produção, aspecto que acabou por prevalecer sobre os direitos dos que nela trabalham e a preservação ambiental, relativizando assim a noção de função social da propriedade. Além disso, mantém-se a tensão no interior do município: responsável pelo desenvolvimento de sua parte urbana, tem poucos

11 O MDA foi criado pela MP 1.911-12, de 25 de novembro de 1999, dando estabilidade e estrutura ministerial ao Gabinete de Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, instituído em abril de 1996, em razão do agravamento dos conflitos agrários e do massacre de Eldorado dos Carajás. Em 14 de janeiro de 2000, por decreto foi formalizado o Ministério. Cf.: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1999-13.htm>.

poderes sobre a parte rural, na medida em que a dinâmica do desenvolvimento rural é estabelecida na esfera federal.

Em que pesem esses aspectos, há alguns traços inéditos da Constituição, tais como a introdução da função social da propriedade entre os direitos fundamentais, a proteção à pequena propriedade, que reverbera fortemente as demandas dos então chamados *pequenos agricultores*, e a equiparação dos direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos e rurais. Esses aspectos marcam pontos importantes para uma incipiente revalorização do rural.

Os anos 1980 e principalmente 1990 foram períodos de grande mobilização no campo. A literatura tem dado grande destaque às ocupações de terra, à luta pela reforma agrária e ao papel do MST, mas tende a obscurecer um segmento fundamental, que teve um papel decisivo na ressignificação do rural: os agricultores familiares. Desde o início dos anos 1990, vinha se desenhando no interior das organizações sindicais (Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais/CUT, Contag e mais recentemente Fetraf) propostas de desenvolvimento com base na agricultura familiar, deixando de reivindicar apenas políticas de crédito. Suas demandas, configuradas nos Gritos da Terra e em uma série de outras mobilizações, redundaram quer no reconhecimento legal da categoria “agricultor familiar”, quer na definição de uma série de políticas públicas que vêm colocando em destaque o lugar do rural e redesenhando seu significado: políticas de crédito, educação, habitação, saúde (inclusive com a valorização das formas de medicina tradicionais). Em que pesem as disputas por representação dos trabalhadores do campo e a diversidade de identidades políticas revelada ao longo dessas décadas, o fato central é que da confluência de suas demandas e de suas lutas começou a se desenhar uma nova concepção de rural, que se explicita, muitas vezes de forma contraditória, em uma série de políticas públicas, destacadas a seguir.

A política de desenvolvimento territorial, iniciada em 2003, representa uma significativa inovação para pensar o rural. Os territórios, de acordo com a definição oficial, constituem-se em um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais. Para a delimitação dos chamados *territórios de identidade*, utilizaram-se critérios que visaram a identificar municípios com baixa densidade populacional, maior concentração do público prioritário do MDA (agricultores familiares, famílias assentadas, beneficiários do reordenamento agrário) e alguma governança pública (Delgado; Leite, 2011). Tratava-se de executar políticas de apoio aos segmentos prioritários não por meio de ações municipais, mas sim de maior abrangência. Conforme apontado em Medeiros e Dias (2011),

a construção social da inferioridade do rural e a suposição da necessidade de sua padronização/modernização nos moldes das formas urbanas e capitalistas de organizar a economia e a vida, que encontram expressão nos marcos legais, representam um pano de fundo em que se desenrolam os atritos com o conjunto de normas vigentes. Assim, a política territorial e suas concepções enfrentam os limites impostos por antigas – mas ainda vigentes – concepções de rural, de desenvolvimento, além de pela força limitadora que nossa tradição municipalista impõe à afirmação das novas institucionalidades propostas¹².

Outra esfera de políticas foi a da educação. Uma política de educação do campo, capaz de valorizar as dimensões culturais e de vida das áreas rurais, tem sido uma importante demanda dos movimentos sociais nas duas últimas décadas. Iniciada com a criação de escolas em assentamentos rurais, apresentada pelo MST, desdobrou-se, em 1998, na Articulação Nacional por uma Educação do Campo, “entidade supraorganizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional” (Henriques et al., 2007: 12). O suposto é a superação do antagonismo entre cidade e campo, que passaram a ser vistos como complementares e de igual valor, embora com tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir. A proposta contraria, pois, a pretensa superioridade do urbano sobre o rural e admite variados modelos de organização de educação e de escola (Henriques et al., 2007).

Também ganha destaque o Programa Luz para Todos, que se propõe a universalizar o acesso à energia elétrica, condição básica para o bem-estar das populações rurais e também fundamental para o estabelecimento de projetos educacionais e produtivos.

No que diz respeito à habitação, o programa Minha Casa, Minha Vida estabeleceu uma política habitacional e novas normas de regularização fundiária de imóveis urbanos. Ela compreende o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). No entanto, se nos parâmetros estabelecidos para o urbano há clara preocupação com um mínimo de equipamentos de educação, saúde, lazer, transporte público e infraestrutura básica de vias de acesso, iluminação pública e esgoto, com relação ao PNHR não existe a mesma previsão, apontando para a manutenção da lógica anterior de não valorizar os serviços básicos nas áreas rurais. A diferença de tratamento também aparece na política nacional de saneamento, que tem alguns serviços destinados especificamente às áreas urbanas, como o manejo de águas pluviais

12 Para uma análise detalhada dos marcos jurídicos dos territórios de identidade, ver Medeiros e Dias, 2011. Para uma análise mais ampla da política territorial ver Miranda e Tibúrcio, 2011.

urbanas adequado à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado. No que se refere às áreas rurais, os termos são mais vagos: a legislação estabelece que a União garantirá “meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares” (inciso VII). Também está previsto “proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados”.

O tema da saúde também gerou políticas específicas para populações das áreas rurais, por meio da instituição, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, com o objetivo de promover a saúde desses grupos, reconhecendo suas especificidades e garantindo o acesso a serviços de saúde que proporcionem a melhoria dos indicadores e da qualidade de vida.

Esse conjunto de políticas aponta, mesmo que sua efetividade possa ser questionada, para uma redefinição, embora ainda pouco visível, do lugar do rural. Ele passa a ser mencionado de maneira mais afirmativa e as populações que habitam nesse espaço passam a ser consideradas sujeitos de direitos.

3. Entre a legislação e a realidade: reflexões a partir de três estudos de caso

Como mencionado anteriormente, a atual Constituição federal brasileira exigiu uma lei orgânica própria a cada município e os dotou de competência para legislar e executar a política de desenvolvimento urbano por meio da elaboração de um Plano Diretor. No entanto, este é obrigatório somente para as cidades com mais de 20 mil habitantes, para municípios que integrem regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, para aqueles onde o poder público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do artigo 182 da Constituição Federal (como a desapropriação como sanção e o IPTU progressivo, entre outros), para os que integrem áreas de especial interesse turístico e, finalmente, para os que estejam em área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. Segundo o Ministério das Cidades (Brasil, 2005b), estavam obrigados a fazer Plano Diretor 2.342 municípios. Não tinham essa obrigação 3.218, ou seja, 58% dos municípios brasileiros, provavelmente aqueles com características eminentemente rurais¹³.

13 Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), que apresenta dados mais recentes da situação dos municípios no país, 75% deles têm até 20 mil habitantes, o que significa um total, nada desprezível, de 33,9 milhões de pessoas.

Como apontado, o Estatuto da Cidade estabelece as regras a ser observadas na realização do Plano Diretor e afirma que ele deverá englobar “a totalidade do território do município”, ou seja, incluir as áreas rurais. No entanto, suas competências voltam-se sobretudo para a política de desenvolvimento urbano. Por essas ambiguidades legais, entender a dinâmica das relações rural/urbano passa por uma reflexão sobre as leis e políticas municipais. Seleccionamos três casos para um estudo exploratório que nos ajudam a melhor pensar as tensões que as atravessam e as implicações quer para as políticas públicas de âmbito municipal, quer para as possibilidades de desenvolvimento rural¹⁴. Nosso ponto de partida foi a análise dos planos diretores, da legislação que os complementou e entrevistas com pessoas-chave que participaram, de alguma forma, da elaboração dos planos, procurando entender que desenho de cidade estava sendo produzido. Foram seleccionados três municípios:

- a) Nova Iguaçu, situado na região metropolitana do Rio de Janeiro e marcado por importantes conflitos por terra entre as décadas de 1950 e 1970, quando posseiros que viviam da produção agrícola dirigida para mercados locais resistiram ao processo de expropriação pela expansão metropolitana. O município voltou a ser palco de conflitos nos anos 1980, no momento em que uma série de ocupações de terras por populações que, muitas vezes, já viviam nas cidades gerou a criação de assentamentos rurais, sob a alçada quer do governo estadual, quer do governo federal. Paradoxalmente, o Plano Diretor, realizado em 1997, decretou Nova Iguaçu cidade, ou seja, município sem áreas rurais. Na revisão do Plano, nos anos 2000, isso foi revertido, por pressão de associações locais de agricultores.
- b) Caxias do Sul, município de porte médio, situado no Rio Grande do Sul, importante produtor de uva e hortifrutigranjeiros, mas também com uma intensa atividade industrial e de serviços, em especial o turismo rural. O município tem um histórico de leis que regem o uso de seu espaço urbano: seu primeiro Plano Diretor foi elaborado em 1972. Novos planos foram feitos em 1979, 1996 e 2007, este ainda vigente.
- c) Belterra, situado no noroeste do Pará, com menos de 20 mil habitantes, apresenta a singularidade de ter sido palco, no final dos anos 1930, de um dos empreendimentos da Ford na Amazônia, constituindo-se numa cidade-empresa planejada, conhecida como Fordlândia. Abandonado o

14 As visitas aos municípios da pesquisa foram realizadas entre o período de fevereiro e abril de 2013, em que foram entrevistados 46 representantes da sociedade civil e de órgãos de governo. Quando foi o caso, procuramos entidades que pouco ou mesmo não participaram do processo, mas tinham expressividade política.

empreendimento em 1945, suas terras foram incorporadas pela União (situação que perdura até hoje em boa parte do município). Além disso, Belterra abriga a Floresta Nacional do Tapajós, que ocupa expressiva área de seu território. Trata-se de um município com características eminentemente rurais que no final do século XX começou a ser ocupado pelo cultivo de soja, introduzida por empresários de origem sulina, mas vindos de experiências de cultivo em Mato Grosso. Singulariza-se por ter elaborado um Plano Diretor altamente participativo, com forte preocupação em contemplar necessidades da população rural.

Os planos diretores, com previsão de revisão a cada dez anos, são instrumentos fundamentais para que os municípios projetem seu futuro. Desse ponto de vista, aparecem como lugares de disputa, onde se confrontam interesses locais por meio de uma linguagem técnica. O tema da expansão urbana foi central nesses debates que cercaram sua elaboração. Nos três municípios estudados, as áreas urbanas crescem e pressionam as áreas rurais, embora com intensidade distinta. Há neles um forte movimento de especulação imobiliária, que intensifica disputas pela terra. A construção de uma estrada ou avenida ou mesmo a pavimentação de alguma via já existente induz a novos loteamentos e, como a autorização para fragmentação e construções nas áreas urbanas só pode ser dada pelas prefeituras, é compreensível a pressão para que áreas rurais sejam transformadas em urbanas. Parece também haver nos casos estudados uma tendência à fragmentação do solo antes mesmo de qualquer regulamentação, conforme apontado por Maricato (2003): proliferam os loteamentos clandestinos, fora de qualquer controle, parte deles sobre áreas rurais.

As reconfigurações das áreas urbanas e rurais pelos planos diretores têm implicações, em alguma medida, para as receitas tributárias dos municípios. Como já apontado, o CTN dispõe que os impostos sobre a propriedade arrecadados nas áreas urbanas (IPTU) devem ser geridos pelos municípios, enquanto os impostos arrecadados nas áreas rurais (ITR) devem ser destinados à União, com o repasse de 50% aos municípios ou a possibilidade de eles optarem pela arrecadação integral desse imposto¹⁵. Essa diferença na destinação das receitas tem levado a que alguns pesquisadores afirmem que ela estimula os municípios a aumentar artificialmente suas áreas urbanas, visando a ampliar sua renda. Embora essa hipótese não possa ser descartada, chamou-nos a atenção o fato de que, nos três municípios que visitamos, os entrevistados nos indicaram

15 Apesar da possibilidade legal, nenhum dos municípios estudados fez tal opção.

alguns elementos que relativizam essa ideia. De um modo geral, os gestores públicos sugeriram que a renda proveniente do IPTU não é a mais significativa para as administrações municipais e destacaram que o Imposto sobre Serviços (ISS) tem valores mais expressivos, o que é confirmado pelos dados do Tesouro Nacional disponíveis no *site* IBGE@idades. Com efeito, a receita do IPTU nos municípios estudados é menor que a do ISS e, ao mesmo tempo, muito pouco expressiva na receita orçamentária total das municipalidades. Muitas vezes, o IPTU sequer é cobrado com a rigidez que a lei prevê. Em outros casos, a expansão urbana se faz por meio de loteamentos clandestinos e o IPTU tarda a chegar, pois depende de regularização e instituição de alguns serviços básicos. Os códigos tributários municipais, por sua vez, podem sofrer ajustes para atender às demandas específicas. É o caso de Nova Iguaçu, onde nos foi relatado que, quando o Plano Diretor de 1997 considerou todo o município como cidade, os agricultores que procuravam a prefeitura alegando que já pagavam ITR conseguiram uma redução da tributação urbana, por meio de um processo administrativo para revisão do valor venal da área, base de cálculo do IPTU. Segundo um entrevistado, apenas quem já não pagava ITR passou a pagar IPTU. Lembramos, no entanto, que nossos entrevistados em Nova Iguaçu, ao mesmo tempo em que nos relataram esses fatos, diziam que, na verdade, ninguém pagava IPTU, a cobrança era pouco rigorosa e as dívidas regularmente perdoadas. Em Caxias do Sul, o agricultor morador de área urbana que comprove utilizar a área para destinação agrícola se torna isento do IPTU. No município de Belterra alguns entrevistados relataram que a expansão da área urbana no Plano Diretor teve como finalidade barrar a expansão da produção de soja em direção a áreas mais habitadas. Diante desses indícios, a arrecadação do IPTU parece não se configurar em motivação suficiente para a ampliação das áreas urbanas.

Nos casos estudados, o enfoque esboçado nos planos secundariza a área rural, quando não a desconsidera: nos municípios visitados não foi feita menção a especificidades de políticas de educação, saúde, transporte, cultura, entre outras, para as áreas rurais, exceto no que se refere a Belterra. Não se trata somente de ter ou não acesso a políticas públicas, mas da presença de preocupações que considerem especificidades de modos de vida. Mas há nuances interessantes. Caxias do Sul, por exemplo, apresenta um espaço urbano consolidado onde há forte concentração populacional e oferta de serviços. A área rural é caracterizada por uma importante produção agrícola e uma menor oferta de serviços públicos. Nesse cenário, foram exaltados pelos entrevistados o Programa de Asfaltamento do Interior e o fato de todos os distritos terem maquinário para nivelamento das estradas. Dessa perspectiva, a melhoria das vias do interior

do município contribui para facilitar a circulação entre o rural e o urbano e garantir o acesso da população do campo aos serviços públicos que, embora presentes em menor quantidade no meio rural, ou mesmo ausentes, se tornam disponíveis pela facilidade da mobilidade de seus cidadãos. Ela também permite o escoamento da produção agropecuária, o trabalho em atividades urbanas de pessoas que moram no meio rural e ainda contribui para estimular o turismo rural, setor de enorme potencial no município. Nas entrevistas realizadas, foram reclamadas políticas públicas que dessem conta de especificidades dessas áreas. Apareceu, por exemplo, a demanda para que o programa Luz para Todos forneça infraestrutura para energia trifásica, essencial para algumas atividades agrícolas, e para que as escolas tenham currículos voltados à realidade rural e de estímulo para que os jovens permaneçam no meio rural, através da qualificação da comunicação por internet e rede de telefonia. Foi inclusive mencionado com preocupação o fato de que algumas indústrias do município busquem jovens em suas localidades, ofereçam emprego, transporte e ensino superior para que eles trabalhem nas empresas e se formem em áreas ligadas à produção industrial. Se, por um lado, há a oferta de novas oportunidades de emprego qualificado para os jovens, por outro, parece não haver políticas disponíveis que possibilitem àqueles que desejam permanecer na propriedade capacitar-se para atuar no meio rural.

Em Belterra não existe uma urbanização consolidada, semelhante à que encontramos em Caxias do Sul ou em Nova Iguaçu. Nesse município, a fronteira entre o rural e o urbano mostra-se tênue e os traços de ruralidade são muito presentes na cidade (quintais grandes, criação de animais, atividades extrativas e até mesmo lavouras comerciais, como a soja, na área definida como de expansão urbana). Também é notório o grau de informalidade no comércio local. Embora a carência de serviços públicos seja visível, verifica-se no Plano Diretor um esforço para que eles sejam descentralizados. Uma evidência foi a criação de regiões administrativas municipais, agregando comunidades em cuja sede estão sendo oferecidos serviços básicos de educação. Há também estratégias para contenção da expansão da monocultura da soja nas proximidades do centro urbano. No entanto, consolidar o Plano esbarra em outras limitações que extrapolam as condições socioeconômicas enfrentadas pelas municipalidades com população reduzida e que sobrevivem de receitas baseadas em transferências do estado e da União. Belterra não tem controle sobre parte substancial de seu território, uma vez que parte dele está em mãos do governo federal, como é o caso da Floresta Nacional do Tapajós, dos assentamentos rurais e de parte substancial da antiga Fordlândia, cuja área só foi passada à prefeitura parcialmente.

Nova Iguaçu, por sua vez, é um município de urbanização consolidada, embora precária, caracterizada pela informalidade e irregularidade típicas das grandes cidades brasileiras, tal como descrito por Maricato (2003). Seu processo de expansão urbana foi influenciado pela industrialização e pela urbanização do município do Rio de Janeiro, o que fez que muitas pessoas passassem a trabalhar nesta última cidade, transformando o município em cidade-dormitório, com habitações precárias, utilizadas por pessoas de baixa renda. A visão dos elaboradores do primeiro Plano Diretor era a de que as áreas rurais eram insustentáveis econômica e ambientalmente. Além disso, alguns entrevistados nos chamaram a atenção para o fato de que, diante das sucessivas emancipações, que geraram a criação de outros municípios, e da perda de renda em função delas, havia uma preocupação de não haver mais criação de novos distritos que pudessem, futuramente, se emancipar. Assim, tornar Nova Iguaçu cidade constituiu-se numa estratégia também de evitar novas partilhas do território e, ao mesmo tempo, de consolidar a economia da cidade. Com essa decisão, localidades onde havia assentamentos rurais ou a presença de pequenos agricultores que combinavam atividades agrícolas com empregos urbanos passaram a compor as áreas de expansão urbana. Pela mobilização de algumas associações de produtores, esse quadro se reverteu na revisão do Plano Diretor realizada alguns anos mais tarde. No Plano atual foram restabelecidas as áreas rurais. Também foi estabelecido, entre os objetivos gerais e estratégicos, o estímulo ao desenvolvimento econômico das áreas com vocação rural (artigo 9º, XII). Essa mudança reflete uma luta cotidiana por reconhecimento dos produtores rurais pela cidade.

Com o intuito de mostrar algumas incongruências das políticas, apresentamos resumidamente como as áreas da educação no campo, saúde, saneamento básico, energia elétrica, mobilidade urbana e habitação aparecem nos planos diretores dos três municípios visitados.

No que se refere à educação, apesar da criação de uma política de educação do campo, as escolas concentram-se nas sedes urbanas¹⁶. Nos planos diretores dos municípios de Nova Iguaçu e Caxias do Sul não há preocupação expressa com o tema. Mas no de Belterra há a previsão de transporte escolar alternativo gratuito, seguro e com regularidade aos alunos da rede pública municipal de ensino na área urbana e na área rural, adoção e manutenção de programas de ensino para tratar de educação ambiental, educação no campo, questões relativas a gênero e relações interétnicas, promoção da inclusão digital nas escolas

16 Não tivemos condições de visitar escolas e verificar currículos.

– tendo estas como porta de entrada da tecnologia para as comunidades das áreas urbana e rural –, incorporação da pedagogia da alternância, de modo a garantir a participação de jovens provenientes de famílias rurais, ampliação de programas de elevação de escolaridade de jovens e adultos no município, especialmente para o meio rural.

Quanto à saúde, verificamos que em Caxias do Sul e Belterra há unidades de atendimento básico de saúde nos distritos e não apenas na sede municipal, mas não identificamos referências a programas de saúde no campo.

No que se refere a saneamento básico, o Plano Diretor de Caxias do Sul estabelece regras mencionando o rural, especialmente em itens que tratam dos cuidados com conservação da água, do solo e de efluentes. O Plano traz ainda dispositivos específicos para tratar do saneamento nas áreas rurais em seu artigo 73, onde há menção ao tratamento dos resíduos domésticos. Em Nova Iguaçu, o Plano Diretor estabelece regras para o saneamento básico, destacando, entre seus objetivos, o de estender para todo o município o sistema de água, esgoto e coleta de lixo. O Plano Diretor de Belterra define a necessidade de “ampliação da coleta na sede municipal e nas vilas dos municípios e a adequação da disposição final de resíduos sólidos urbanos, rurais e especiais, com a implantação de sistemas de recolhimento dos resíduos compatíveis com as características de cada vila, incluindo a disponibilidade de um barco coletor de resíduos para uso sistemático pelas populações ribeirinhas que não disponham de adequado destino final”. No mesmo artigo aparece a preocupação com a “coleta seletiva de recipientes de produtos químicos e/ou potencialmente perigosos à saúde humana e ao ambiente, como os utilizados na agricultura”.

Sobre energia elétrica, em Belterra há a proposta de garantir a universalização do acesso à rede de energia elétrica e de redes de comunicação nas áreas urbanas e rurais, a oferta de serviços de telefonia celular e convencional em todo o município, a inclusão digital para benefício da gestão municipal e a capacitação da população com adequação de tecnologia para as áreas urbana e rural. No Plano Diretor de Caxias do Sul, a política de energia e comunicação (inclusive de inclusão digital) não faz menção expressa ao rural, nem ao urbano. Entretanto, as diretrizes de iluminação pública apresentam preocupação com a totalidade do município, sinalizando para a universalização de serviços, apesar de não fazer menção expressa à área rural. Conforme foi relatado nas entrevistas, o Programa Luz para Todos melhorou muito as condições de acesso à energia elétrica nas áreas rurais, mas existe uma limitação: a demanda pela energia trifásica, que evita quedas inoportunas e momentâneas de

energia, principalmente quando se usa equipamentos como câmara fria, triturador para silagem, secador de grãos etc., bastante utilizados na área rural do município. Em relação aos meios de comunicação, o acesso à internet e à rede de telefonia é limitado no meio rural. Isso, na opinião de um entrevistado, é um problema tanto para os agricultores, que deixam de acessar *sites* na internet e manter-se atualizados quanto a informações relativas à agricultura, quanto para os jovens, que deixam de utilizar a internet como canal de qualificação profissional e também de informação e lazer.

No que se refere à mobilidade urbana, em Caxias do Sul o Plano estabelece como objetivo ampliar a cobertura das áreas atendidas pelo sistema, de modo a universalizar o acesso ao transporte público no território do município. Com relação à área rural, percebemos uma preocupação específica em garantir a melhoria da malha viária para garantir o escoamento da produção. Em Nova Iguaçu também há referência no Plano Diretor à necessidade de expansão do transporte coletivo para a totalidade do município.

Quanto à habitação, as relações entre os programas federais e as políticas municipais também não são lineares. No caso de Belterra, depois da elaboração do Plano Diretor houve a criação do Plano de Habitação Municipal. Caxias do Sul possui um Fundo da Casa Popular (Funcap), administrado pela Secretaria Municipal da Habitação, com o objetivo de contribuir na construção de habitações populares. Não há preocupação expressa do referido Fundo com as habitações rurais. Durante as entrevistas, percebemos que não tem ocorrido a construção de casas populares no meio rural, nem com recursos do Funcap, nem do Programa Minha Casa, Minha Vida. Gestores públicos e representantes de entidades da sociedade civil local apontaram que a demanda atual por habitação se encontra na área urbana, que concentra maior pobreza. O Plano Diretor de Nova Iguaçu estabelece regras para a política habitacional, expressando preocupação com a habitação popular urbana, mas define como objetivos da Política Municipal de Desenvolvimento Rural a garantia de condições básicas de habitação para a população moradora na área rural e a promoção de regularização fundiária dos assentamentos rurais em parceria com a União.

Cabe ressaltar, entretanto, que, apesar de muitas vezes os Planos não fazerem menção expressa à área rural, ao trabalhar com a totalidade do município, sinalizam para a preocupação com a universalização de serviços e o atendimento de todos os seus cidadãos. Por outro lado, se consideramos que o Plano Diretor está voltado para a política urbana, a ausência da sinalização do rural em seu marco jurídico ratifica a ausência do rural no planejamento do município.

4. Considerações finais

Este rápido e sintético percurso pela legislação federal e pelos planos diretores de alguns municípios aponta para importantes continuidades na concepção de rural consagrada na legislação. É notória a persistência da leitura do rural fundamentalmente como espaço de produção, o que tende, evidentemente, a fazer que não se leve em conta as populações que lá vivem, a não ser a partir da óptica produtiva. No entanto, há indícios, embora incipientes, de seu reconhecimento como espaço de vida, para usar uma expressão de Maria Nazareth Wanderley (2009). Parece haver uma inflexão nas demandas das populações do campo, que cada vez mais tendem a trazer ao espaço público uma série de reivindicações que, sem deixar o aspecto produtivo, ampliam-se, impondo temas em torno de educação, saúde, lazer, acesso a informações, mobilidade.

O estudo dos planos diretores também nos fez ver a enorme variedade de questões que aparecem nos espaços locais, dificultando generalizações e levando à necessidade de olhar a relação rural/urbano também em suas particularidades, conformando múltiplas delimitações e configurações da relação rural/urbano.

As diferentes formas de ruralidade presentes nos municípios visitados evidenciam os limites dos planos diretores enquanto mecanismos de planejamento do conjunto de seu território, dado o enfoque do desenvolvimento urbano a que estão sujeitos. Conforme Maluf (2004: 38), para elaborar um plano que englobe a área rural e tenha objetivos mais amplos que o desenvolvimento urbano, é necessário enfrentar questões preliminares, relacionadas ao enfoque a ser adotado nessa elaboração e aos instrumentos selecionados. Na opinião do autor, trata-se de estabelecer uma compreensão sobre o mundo rural e as atividades nele desenvolvidas que supere o nítido viés urbano do enfoque adotado no Estatuto da Cidade, que toma o rural como uma extensão do urbano e propõe como diretriz a urbanização do rural.

Destacamos alguns aspectos relacionados ao planejamento do desenvolvimento rural nos municípios brasileiros no momento contemporâneo. O primeiro é o fato de que o rural continua a ser considerado como residual. Até o momento, coube à União elaborar políticas públicas para nele intervir, bem como a legislação atribui à União o poder de desapropriação das áreas rurais, de recolher o Imposto Territorial Rural, de reconhecimento das populações tradicionais que nele habitam e, conseqüentemente, de assegurar seu território. O planejamento, no entanto, tem sido feito ou sob a óptica da produção (políticas de estímulo ao aumento da ocupação do solo de modo a torná-lo produtivo), da intervenção voltada para a resolução de conflitos (criação de assentamentos

rurais, delimitação de territórios indígenas ou quilombolas) e, portanto, movido por urgências, ou para a delimitação de reservas ambientais, em suas diferentes formas. Não há tradição dos municípios de executar esse planejamento, nem há instrumentos legais para isso. Mesmo com as possibilidades que se abriram com a descentralização da execução das políticas públicas federais após a Constituição de 1988, o dilema não se resolveu, uma vez que elas encontraram municípios sem cultura administrativa ou competência institucional e financeira para lidar com determinadas ordens de problemas.

O segundo ponto a ressaltar diz respeito ao entendimento vigente do rural, notadamente o viés produtivista, que se mostra insuficiente para explicar as dinâmicas econômicas e sociais do rural contemporâneo. Em virtude das reflexões sobre o mundo rural nos anos 1990 e das pressões sociais das organizações de trabalhadores do campo, a concepção sobre esse espaço reclama uma nova leitura, que valorize suas múltiplas faces nas sociedades contemporâneas, relacionadas à preservação de comunidades e do patrimônio natural e cultural, da biodiversidade etc., o que coloca a questão fundiária no centro da pauta.

O terceiro aspecto refere-se à lógica que rege os planos diretores e sua chegada às municipalidades: como já destacado, eles foram pensados como instrumento de política urbana, em que o rural é secundário ou sequer considerado. Em que pesem essas limitações, no entanto, a determinação de pensar o município como um todo, presente no Estatuto da Cidade, forçou um diálogo, que não pode ser menosprezado, entre o rural e o urbano nos marcos legais dos municípios.

O quarto refere-se à questão ambiental: muitos planos diretores ressaltaram o rural quando trataram da questão ambiental em seus municípios. Há tensões entre preservação e ampliação de áreas quer para agricultura, quer para expansão urbana. Assim, demandas para flexibilizar a legislação ambiental aparecem como constantes, colocando em risco a possibilidade de um desenvolvimento sustentável. Por outro lado, a preservação ambiental exige políticas e ações que ultrapassam as fronteiras administrativas, sendo compartilhadas pelos municípios limítrofes, numa escala mais ampla, muitas vezes regional. A atuação nessas áreas requer diálogos políticos entre as municipalidades e suas diferentes formas de ruralidade.

Por fim, entendemos que a dinâmica da criação das leis não pode ser separada do mundo social. A possibilidade que se abre hoje de pensar uma nova ruralidade e dar-lhe reconhecimento legal não pode ser entendida fora da nova dinâmica que o meio rural vem ganhando, em especial desde os anos 1980, projetando novos temas e atores que, aos poucos, vão constituindo a ideia de um rural como espaço de moradia, de vida econômica, social, política e cultural.

Referências

- AGRIKOLIANSKY, Éric. Les usages protestataires du droit. In: FILLIEULE, Olivier; AGRIKOLIANSKY, Eric; SOMMIER, Isabelle. *Penser les mouvements sociaux. Conflits sociaux et contestations dans les sociétés contemporaines*. Paris, La Découverte, 2010, pp. 225-243.
- ARAÚJO, Rosane Lopes de; Vainer, Alice. Análise dos impactos da legislação urbanística – Planos Diretores e Leis de Zoneamento – na estrutura urbana do município de Nova Iguaçu. In: LAGO, Luciana Correia (Org.). *Olhares sobre a metrópole do Rio de Janeiro: política urbana e gestão pública*. Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrôpoles/IPPUR-UFRJ/FASE, 2010.
- BASSULL, José Roberto (2010). Estatuto da cidade: a construção de uma lei. Disponível em: <<http://www.conselhos.mg.gov.br/conedru/page/publicacoes/estatuto-das-cidades-1>>. Acesso em: 30 jan. 2013.
- BERNARDES, Lysia et al. *Redefinição do conceito de urbano e rural*. Curitiba, Ipardes, 1983.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano Diretor Participativo. Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Ministério das Cidades/Confea, 2005a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – CONDRAF. *1ª Conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável*. MDA/Condraf, 2008.
- CAMARGO, Aspásia Alcântara de. A questão agrária, crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: BORIS, Fausto (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1981; t. III: *O Brasil republicano*; v. 3: *Sociedade e política (1930-1964)*, pp. 121-224.
- CEFAÍ, Daniel. Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse em Paris. In: CEFAÍ, Daniel et al. (Orgs.). *Arenas públicas. Por uma etnografia da vida associativa*. Niterói, Editora da UFF, 2011.
- DELGADO, Nelson; LEITE, Sérgio. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno (Orgs.). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília, IICA, 2011.
- FERNANDES, Edésio (2010). O Estatuto da cidade e a ordem jurídico-urbanística, 2010. Disponível em: <<http://www.conselhos.mg.gov.br/conedru/page/publicacoes/estatuto-das-cidades-1>>. Acesso em: 30 jan. 2013.
- GOMES da SILVA, José. *Caindo por terra*. São Paulo, Busca Vida, 1986.
- GRAZIANO DA SILVA. O PNAREX, aquele que parece o PNRA mas não é. *Revista da ABRA*, ano 15, n. 3, abr.-dez. 1985, pp. 13-21.
- HENRIQUES, Ricardo et al. (Org.). *Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília, MEC, 2007 (Cadernos Cead 2).

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de informações básicas municipais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/>>. Acesso em: 16 ago. 2013.
- MALUF, Renato. Plano diretor rural, estratégias de desenvolvimento rural e política municipal de segurança alimentar e nutricional em Piracicaba. In: SANTORO, P.; PINHEIRO, E. (Orgs.). *O município e as áreas rurais*. São Paulo, Instituto Pólis, 2004. Pp. 37-40.
- MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, ano 17, n. 48, 2003, pp. 151-166.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp, 1995.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Seropédica, Editora da Universidade Rural/Unrisd, 2002.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; DIAS, Marcelo Miná. Bases para a construção de um marco jurídico-normativo do desenvolvimento territorial no Brasil. In: Carlos Miranda; Breno Tibúrcio. (Org.). *Políticas de desenvolvimento territorial: desafios para a construção de um marco jurídico-normativo*. Brasília, IICA, 2011.
- MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1970.
- MIRAD/INCRA. *Estatuto da Terra*. Brasília, Mirad/Incrá [s.d.].
- MIRANDA, Carlos; Tibúrcio, Breno (Orgs.). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília, IICA, 2011.
- PEREIRA, José Carlos Matos; LEITE, Márcia. A “fala do desenvolvimento” em Belterra e a transformação do lugar em dois contextos de modernização. *Novos Cadernos NAEA*, v. 14, n. 2, dez. 2011, pp. 197-217.
- PILATTI, Adriano. *A constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. Rio de Janeiro, Editora da PUC-Rio/Lumen Juris, 2008.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- QUINTO Jr., Luis de Pinedo. Nova legislação urbana e os velhos fantasmas. *Estudos Avançados*, 17 (47), 2003, pp. 187-196.
- SILVA, Éder Roberto da. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana e o processo de democratização do planejamento urbano no Brasil. Dissertação de Mestrado, UFScar, 2003.
- SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.
- SUZUKI, Julio Cesar. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. *Revista Nera*, n. 10, jan.-jun. 2007, pp. 134-150.
- VEIGA, José Eli et al. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília, Nead/MDA, 2001

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural no Brasil: acesso a bens e serviços e processo de integração. In: DELGADO, N. G. (Org.). *Brasil rural em debate – Coletânea de artigos*. Brasília, CONDRAF/MDA, 2010, v. 1, p. 79-102.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel e FAVARETO, Arilson. A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e elaboração de políticas públicas. In Miranda, Carlos e SILVA, Heithel (orgs.). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília, IICA, 2013, pp. 413-472.

Recebido em: 28/03/2014

Aprovado em: 14/04/2014

Como citar este artigo:

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun 2014, pp. 117-142.

Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações

Irlys Alencar F. Barreira¹

Resumo: As manifestações ocorridas recentemente no Brasil, conhecidas por “jornadas de junho”, caracterizaram-se pela amplitude, rapidez de difusão e capacidade de poder de impacto em vários campos da atividade social. Diferente dos movimentos sociais da era da redemocratização, as manifestações tornaram a ação direta e o uso das redes sociais estratégias capazes de permitir expressividade e visibilidade na esfera pública. Os protestos disseminados em várias cidades brasileiras utilizaram-se de repertórios culturais e políticos oriundos de experiências antigas e recentes. O desafio sociológico de entendimento das manifestações e sua simbologia da ação direta constitui o principal objetivo deste artigo.

Palavras-chave: ação direta – linguagem - manifestações – espaço público - repertório político

Direct action and symbols of “jornadas de junho” : indications for a sociology of events

Abstract: *The manifestations occurred recently in Brazil, known as “Jornadas de Junho”, were characterized by the amplitude, speed of dissemination and impact*

1 Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza – Brasil
– Pesquisadora do CNPq – ialencar21@uol.com.br

power capacity in various fields of social activity. Unlike the social movements of the era of democratization, manifestations became direct action and the use of social networking strategies that allow expressiveness and visibility in the public sphere. Protests spread in several Brazilian cities were used for cultural and political coming of old and recent experiences repertoires. The sociological challenge of understanding of the events and the symbology of direct action is the main objective of this article.

Keywords: *direct action–language - manifestations – public space- political repertoires*

Em sugestivo texto nomeado *O grande massacre dos gatos*, Robert Darnton² sugere um caminho metodológico de reflexão interessante sobre como interpretar uma mobilização de trabalhadores ocorrida de maneira nada convencional. O protesto, feito em uma gráfica francesa do século XVIII, assumiu ares de brincadeira e se exprimiu em metáforas alusivas indiretamente às condições precárias de trabalho. Os gráficos ostentavam expressões teatrais sobre uma matança dos gatos ordenada pelos proprietários do estabelecimento por conta de algazarra noturna desses animais. Esta aguçada por imitação de miados provocada sorrateiramente pelos próprios trabalhadores: se eles não podiam dormir, tampouco os patrões teriam noites sossegadas. Excitados com a ordem dos proprietários da gráfica de “matar todos os gatos” espalhados pelas ruas, os trabalhadores incluíram, em represália, o felino de estimação da patroa. Durante a jornada de trabalho eram feitas simulações de julgamento com veredicto e enforcamento dos animais. Risos e encenações pontuavam aquele momento no qual os patrões torciam o nariz, mas não podiam controlar a dramatização grotesca da ordem de matança. O acontecimento tomou o cotidiano da gráfica, com reedição do ocorrido por meio de mímicas e risos que se prolongaram por muitos dias.

As encenações uniram símbolos e linguagens advindos de diferentes repertórios culturais. O momento, precedente à criação de sindicatos e outros modos de mediação de conflitos, tornava aquela forma irônica de descontentamento a expressão inusitada do que mais tarde iria se configurar como lutas operárias por direitos e melhores condições de trabalho.

O que se pode apreender sobre a teatralidade do “grande massacre dos gatos” refere-se às manifestações e aos protestos como linguagens da política. Embora alusivas a sentidos e aportes culturais que acompanham atos de indignação nas situações do antigo regime, as ações de protesto e sua simbologia indicam uma

2 Ver Darnton, 1988.

perspectiva interessante de análise passível de ser recuperada para entender outros momentos e situações.

É partindo dessa inspiração analítica que busco retirar alguns aportes para pensar sobre as manifestações recentes ocorridas no Brasil, tendo por referência a simbologia das mobilizações em sua expressividade. Evidente que as dimensões históricas do conflito analisadas por Darnton são muito diferentes das condições efetivas de atuação institucional e possibilidades de mediação que caracterizam uma democracia consolidada. No entanto, a linguagem do protesto e suas expressões simbólicas permeadas de repertórios culturais e políticos indicam um promissor caminho metodológico.

As manifestações ocorridas recentemente no Brasil, conhecidas por “jornadas de junho”, caracterizaram-se pela amplitude e pela rapidez de difusão, com uso frequente de ação direta e capacidade de poder de impacto na esfera pública. Tatear sentidos, linguagens e expressividade que caracterizaram essa forma de protesto na busca de contribuir para uma sociologia das manifestações constitui o principal objetivo deste artigo.

Os “indignados” brasileiros

É consenso entre inúmeras reportagens jornalísticas, também reiterado por analistas e participantes dos eventos, que as mobilizações de junho de 2013 presentes no cenário brasileiro tiveram como estopim o aumento dos preços das passagens de ônibus³. Após duas semanas de protesto, os governos de São Paulo e de outras capitais, em ritmos diferentes, recuaram da decisão de aumento das tarifas (de R\$ 3,00 para R\$ 3,20), fato interpretado pelos manifestantes como sinal de vitória. As demandas da contestação, inicialmente restritas ao tema “transporte e mobilidade urbana”, ampliaram-se, agregando direitos de saúde, educação e outras reivindicações básicas. As críticas à corrupção também pontuaram a agenda das rebeliões, fundamentando o descrédito nas instituições políticas do país.

Uma espécie de efeito demonstração fez que protestos aparentemente localizados se difundissem a outros espaços citadinos, adquirindo a condição de um fenômeno em cadeia. A identificação de experiências concretas similares, em contextos urbanos diversificados, contribuiu para a legitimação de um coletivo de

3 É relevante mencionar que as manifestações sobre o preço das passagens tiveram precedentes. A revolta do BUZU, de 2003, foi o nome dado a uma série de contestações ocorridas previamente em Salvador, envolvendo 15 mil estudantes secundaristas que defendiam tarifa zero para o transporte público. O movimento do “Passe livre” foi formalizado em 2005, no Fórum Mundial de Porto Alegre, tendo por objetivo lutar por transporte gratuito de qualidade.

manifestantes. A afirmação oportuna da categoria, “os brasileiros”, emergida no fluxo das mobilizações, tornou-se fruto de ação simbólica, nos termos propostos por Champagne (1990), referindo-se a eventos dessa natureza como característicos das manifestações no espaço público presentes em sociedades contemporâneas⁴. Se as mobilizações no espaço urbano brasileiro contribuíram para a construção de coletivos marcados pela expressividade, a juventude tornou-se a principal protagonista do que foi nomeado “sentimento brasileiro de indignação”.

Não obstante a dispersão do cenário de protestos no espaço territorial brasileiro, houve um momento de condensação: duas semanas de passeatas, concentrações e manifestações variadas tornaram as ruas espécies de palcos iluminados, nem sempre pacíficos, pois atravessados por tensões e conflitos envolvendo manifestantes e operadores da segurança pública.

As manifestações assumiram o caráter de uma agenda coletiva de demandas e a disseminação dos eventos teve amplo registro nos meios de comunicação de massa⁵, espaço no qual jornalistas assinalavam opiniões sobre as ocorrências. Eliana Catanhede, jornalista da *Folha de S.Paulo*, em reportagem publicada em 21 de junho de 2013, comentava à época que “os governos recuaram, mas a guerra continua mais forte que nunca. Os manifestantes se descobrem com imenso poder, multiplicam-se pelo país, desdenham os partidos e, notem, ameaçaram cercar o palácio do planalto”. Dia seguinte, o mesmo periódico⁶, na seção Cotidiano designada “País em protesto”, anunciava que o Brasil tinha manifestações marcadas em doze cidades durante o fim de semana. A maioria das mobilizações posicionava-se contra a corrupção e a PEC 377.

Segundo estimativa do Data Folha, 65 mil pessoas protestaram em 17 de junho, em discursos propagados em cartazes e redes sociais contendo críticas aos gastos contundentes com a copa do mundo em 2014. As informações do Ibope⁸

4 Discutindo as manifestações na França como ação simbólica, Champagne (1990) considera que os atos de protesto no cenário público não estão separados das transformações sociais e políticas efetivadas ao longo da história, permitindo a substituição da violência física pelas formas de dominação simbólica.

5 É importante ressaltar o efeito das manifestações no campo jornalístico, cuja cobertura sistemática dos acontecimentos em jornais e noticiários de maior audiência emprestou aos eventos o caráter de reportagem extraordinária, com registro de matéria de capa e editoriais nos principais meios de comunicação dentro e fora do país.

6 O mesmo jornal também noticiava “atos de vandalismo”, depredação de prédios públicos e confronto entre manifestantes e policiais.

7 Proposta de emenda à constituição que limita os poderes de investigação do Ministério Público. As manifestações contra a PEC 37 se fizeram presentes em várias cidades, agregando-se a outras mobilizações contra a corrupção e as más condições de saúde e educação no país.

8 Tendo por objetivo fazer um mapeamento do perfil dos participantes nas manifestações, por solicitação da Rede Globo, o Ibope Inteligência ouviu 2002 manifestantes, em oito capitais brasileiras (São Paulo, Rio

acerca do perfil político dos manifestantes agregaram novas informações acerca da clivagem entre protesto e mediações institucionais: 96% dos manifestantes entrevistados afirmaram não estar filiados a nenhum partido político e 83% disseram não se sentir representados por nenhum político brasileiro⁹.

É importante enfatizar a natureza estratégica das manifestações com a escolha de momentos, lugares e a rapidez de mobilização potencializadas pelo uso intensivo das redes sociais¹⁰. Marilena Chauí referiu-se à dimensão mágica dos protestos, que adquirem essa feição porque “basta apertar um botão para tudo aparecer, assim também se acredita que basta querer para fazer acontecer” (*Teoria e Debate*, jun. 2013)¹¹.

As manifestações, uma vez disseminadas, transformaram-se em espécie de ritual presente em várias cidades brasileiras, repercutindo fortemente no campo jornalístico e televisivo. Para além dos fatos, as opiniões assumiram um caráter de avaliação da política governamental. Distinções acerca da ação de “baderneiros” e participantes das mobilizações que lutavam por direitos eram frequentes, apontando a separação entre o que era considerado “justa reivindicação” e o que era denunciado como “atos de vandalismo” e demonstração da falta de um estadista¹². A própria amplitude das manifestações era significativa de que algo mais profundo se passava, para além da pontualidade do protesto.

A disseminação dos eventos produziu também cenários de tensão no âmbito governamental, agregando avaliações e interpretações. Em resposta aos acontecimentos, o discurso da presidente Dilma Rousseff, alusivo à necessidade imediata de um plebiscito e da aceleração da reforma política, foi objeto de crítica da oposição, revelando o efeito das manifestações no campo do poder.

A “onda de indignação” que assumiu ares de um ciclo de confronto, para usar a terminologia de Tarrow (1998), reacendeu outras formas de protesto urbano. A

de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Distrito Federal), no dia 20 de junho. A margem de erro estabelecida foi de dois pontos percentuais com o intervalo de confiança de 95%.

- 9 As formas de congregação e capacidade de adesão às manifestações foram também registradas na pesquisa do Ibope. Entre os manifestantes, 65% afirmaram ter ido aos protestos acompanhados de amigos ou colegas, 22% foram sozinhos, enquanto 11% estavam na companhia do cônjuge e 8% protestavam ao lado de irmãos ou parentes. O engajamento nas redes sociais foi decisivo, considerando-se que 75% dos manifestantes convocaram outras pessoas para participar das manifestações pelo Facebook e pelo Twitter.
- 10 Refletindo sobre o caráter oportuno das manifestações, Nascimento (2013) afirma que a Copa das Confederações criou o palco de visibilidade da opinião pública, pois mais de cem milhões têm acesso à internet. Ver Nascimento “Decifra-me ou eu te devoro”, www.unb.br
- 11 São manifestações que permanecem como eventos, considera Chauí, pois recusam as mediações, sendo às vezes pautadas pela interpretação dos meios de comunicação de que os partidos são corruptos por essência.
- 12 Ver a esse respeito a revista *Época*, de 1º de julho de 2013, em reportagem de capa: “Cadê o estadista? O povo toma as ruas, a economia desaba, os políticos batem cabeça e o governo muda de assunto”.

mobilização ocorrente na capital cearense intitulada “Fortaleza apavorada”, ocorrida em 13 de junho de 2013, caracterizou-se pela presença significativa de jovens vestidos de preto, com mãos pintadas de vermelho, tendo como demanda fundamental a melhoria das condições de mobilidade urbana e segurança pública na capital cearense. Os apelos à participação contidos na convocatória apresentavam depoimentos, denúncias e opiniões sobre o medo de morar e transitar nas ruas da cidade. As redes sociais registravam uma cadeia sucessiva de relatos sobre situações de violência: todos tinham uma história para contar. O medo era suporte das manifestações, incitando a ocupação dos espaços públicos e a intolerabilidade da situação de moradia na cidade: a certeza de que era preciso “fazer algo”.

Outras mobilizações mais amplas e impactantes, ocorridas durante a Copa das Confederações de 2013, em Fortaleza, reproduziram o cenário brasileiro de protestos, com registro de conflitos entre polícia e manifestantes ocorridos na via de acesso ao estádio Arena Castelão.

As mobilizações recentes que aconteceram e vêm acontecendo em importantes capitais do país diferem do que ficou classicamente definido como movimentos sociais. Prefiro designar por manifestações esse conjunto de eventos que se fez presente na esfera pública, baseando-me na definição de Pierre Favre (1990), que qualificou os cenários de protesto na França como fruto de um deslocamento coletivo organizado sobre a via pública com a finalidade de produzir um efeito político de uma opinião ou reivindicação. Distingue o autor a manifestação da procissão, do motim e da reunião, considerando sua inscrição legítima no âmbito das demandas oriundas de múltiplas esferas da vida social. No intuito de elaboração de uma tipologia estariam as manifestações classificadas em iniciadoras, agregando ações que desejam reconhecimento de uma reivindicação reprimida, as que expressam crise e as expressões rotineiras associadas a datas significativas¹³.

As manifestações referentes à crise afrontam diretamente o Estado, incorporando um público amplo de participantes que nem necessita de pedir apoio à imprensa, pois esta não pode ignorar o evento. A dinâmica mobilizadora é intensa e cada evento promove ações subsequentes, criando um ciclo de manifestações.

É possível pensar que os protestos ocorrentes no cenário brasileiro se aproximariam dessa última forma de expressão, embora não diretamente associados à ideia de uma crise pontual. Puseram em suspenso a ideia de representação política,

13 As manifestações iniciadoras podem ser exemplificadas nos primeiros movimentos feministas, atingindo inicialmente um grupo potencial que ainda não dispõe de organização. Os homossexuais constituem outro exemplo. O objetivo deste tipo de manifestação é construir a recepção de novos sentidos. A estratégia de busca de reconhecimento na imprensa é forte. Na manifestação rotineira as ações se extinguem em sua temporalidade, pois encontram seu princípio em eventos do passado.

explicitando valores, princípios e formas de organização distintos de outros movimentos sociais, a exemplo dos sindicais, populares (urbanos e rurais), diferindo também dos movimentos de identidade (mulheres, quilombolas, indígenas etc.).

O caráter efusivo e irradiador das manifestações, com uso frequente da ação direta, evidenciou linguagens de protesto configuradas pela simbologia da força e da visibilidade.

Ação direta: expressividade e visibilidade das “jornadas de junho”

A ação direta é quase sempre avessa ao princípio da mediação, tendo como característica o uso da ostentação radical e da visibilidade como elementos indutores de aparecimento público. Dotadas de intenso poder de difusão e impacto, as “jornadas de junho” moldaram-se nas redes sociais e no espaço público, tornando a expressividade e a visibilidade não apenas uma estratégia pontual, mas o próprio modo de ser dos eventos. As ruas, enquanto lugar de intensa ostentação, funcionaram como um grande palco no qual as ações desenvolveram-se, reunindo repertórios coletados de um conjunto de amplas experiências, algumas das quais advindas dos próprios movimentos sociais: o quebra-quebra dos transportes, as “diretas já”, os saques e outras manifestações.

É possível afirmar que a ação direta vem se desenvolvendo sob o princípio de uma busca da justiça premente que não se restringe à ordem legal. Comporta um repertório variado de indignação que às vezes se traduz na luta contra um “sistema”. Luta que possui uma historicidade.

Analisando a economia moral da multidão inglesa do século XVIII, Thompson (2005) trabalhou a hipótese de que as manifestações que faziam uso da ação popular direta buscavam sobretudo legitimar-se no cenário público. Os motins da fome, cuja prática evocava os temas da cultura, do costume e da razão, eram caracterizados pela explosão massiva de revolta contra o preço dos produtos agrícolas, afirmando a convicção da falta de respeito aos valores morais. A ideia de um bem-estar comum acima de interesses corporativos e a própria noção de “povo” produziam uma eficácia simbólica difícil de ser negada como justa. O autor, na busca de recuperar os repertórios culturais subjacentes às manifestações, referiu-se à mentalidade, à cultura política, às superstições e às tradições de trabalhadores como móveis da mobilização. O peso simbólico dos protestos conectava-se às profundas emoções despertadas pelo desabastecimento: alguns a lucrar em situações de emergência que ameaçavam a vida.

O pressuposto de ordem moral e a eficácia simbólica dos motins constituíram, na visão de Thompson, uma alternativa analítica às explicações lineares de natureza econômica e política, suscitando uma importante agenda de pesquisa.

A dimensão moral dos protestos encontra-se também presente na versão dos participantes das manifestações brasileiras, em depoimentos que comparam os gastos feitos com a copa e as verbas destinadas a serviços de educação e saúde. Moralidade também extensiva ao tema da corrupção, que pontuou parte significativa das falas de manifestantes.

É justamente a dimensão expressiva das manifestações e seus repertórios, ressaltada no cômputo da ação direta, que importa reter para se pensar sobre as “jornadas de junho”. Nessa perspectiva é também relevante dialogar com as ideias de Tilly (2008) a respeito das possibilidades de entendimento das ações coletivas de protesto. O autor arquitetou sua teoria da ação política criticando abordagens deterministas, seja de caráter econômico ou psicológico, tendo como chave analítica o conceito de “repertório” de ações coletivas. Supunha o repertório um registro de padrões de conflitos (greves, petições etc.) compilados da imprensa e desdobrados em uma tipologia de ações¹⁴ baseadas em rotinas e interesses. Posteriormente, o analista de mobilizações coletivas valorizou a perspectiva dos atores sociais. Para além dos padrões estruturais de comportamento, incorporou como variáveis de análise a criatividade e o improviso, associados à modularidade de símbolos que facilitaria a transposição de bandeiras de vários movimentos, incluindo ainda a própria narrativa dos agentes. Os atores em litígio lidariam com repertórios a ser reinterpretados, assim como os músicos de *jazz* fazem com suas partituras.

O repertório cultural e político presente nas manifestações brasileiras inclui a experiência dos movimentos sociais, outros registros de ação direta (saques e quebra-quebras), incorporando também linguagens contemporâneas provenientes de sociabilidades juvenis.

Embora as manifestações diferenciem-se dos movimentos sociais da época da redemocratização, algumas práticas semelhantes podem ser encontradas. As mobilizações dotadas de visibilidade e os usos das ruas como lugar de expressão de descontentamento fazem parte da trajetória dos movimentos sociais das décadas de 1970/1980. O processo de disseminação de organizações em diferentes recantos do país, com a participação da imprensa escrita e televisiva, caracterizou um momento no qual se observou a busca de legitimação de atores no espaço público.

Os quebra-quebras de transporte¹⁵ que pontuaram momentos variados de conflitos urbanos e os saques constituem referentes mais antigos que merecem ser mencionados. Posteriormente, as mobilizações contra o governo Collor, com a

14 Para uma exposição sobre a trajetória do conceito de repertório em Tilly ver Alonso, 2012.

15 Ver Moisés; Verena, 1977.

participação de jovens denominados “caras pintadas”, evidenciaram a construção de uma estratégia de impacto com uso mais incisivo dos meios de comunicação.

A onda de saques e mobilizações com repercussões em todo o país¹⁶ ocorrida em 5 de abril de 1983, na cidade de São Paulo, constitui uma outra experiência de impacto a ser registrada no acervo dos repertórios políticos brasileiros. Após manifestação de 2.500 pessoas contra o desemprego, ocorrida no largo Treze de Maio, espaço tradicional de encontro de migrantes e desempregados em São Paulo, os participantes dirigiram-se à administração do bairro de Santo Amaro. Pelo caminho iniciaram-se saques com assalto de roupas, calçados e alimentos¹⁷. Os saques e outras expressões de protesto (derrubada das grades do Palácio do Governo) estenderam-se, no período da manhã, pelo bairro de Santo Amaro, espalhando-se pela cidade em episódios dispersos, demonstrando que as mobilizações oscilavam entre ações de revolta espontânea e tentativas de dar uma diretriz política ao conjunto das práticas de contestação. O evento que ficou registrado como o “movimento dos desempregados”, não obstante ter utilizado o recurso da ação direta, buscou organizar-se por meio de lideranças que assumiram o papel de interlocutores junto aos poderes institucionais. Distinguiu-se, portanto, das manifestações mais recentes, havendo os sindicatos atuado como canal de negociação.

A ação direta vem se tornando uma linguagem recorrente no âmbito das manifestações brasileiras atuais. Observa-se nessa forma de aparecimento no cenário público o uso do corpo, a linguagem da não tolerabilidade ou a indignação presentes na palavra “basta”. As expressões “não queremos mais”, ou “não toleramos mais” são significantes que caracterizam as práticas contestatórias, impondo-se não apenas como estratégia, antes indicando o próprio modo de ser das manifestações que abdicam da lógica processual das demandas e negociações. A forte presença das redes de comunicação e a capacidade de mobilizar manifestantes, em curto espaço de tempo, diferem do uso estratégico que faziam os movimentos sociais de táticas de acampamento em edifícios públicos, greves de fome e outras ações de impacto como formas pontuais de exigências de negociação.

As manifestações atuais são em sua totalidade dotadas de visibilidade, tornando-se expressão generalizada e móvel. O trajeto no espaço urbano publiciza conteúdos, valores e símbolos como uma espécie de “carteira de identidade coletiva” (Canevacci, 1988: 191). Primam pelo poder coletivo de aparecimento,

16 A pesquisa sobre o evento foi publicada em Barreira; Stroh 1984.

17 O periódico *Folha de S. Paulo*, de 5 de abril de 1983, assim descreveu a ocorrência: “Pelos corredores, entre as paredes e as duas portas de aço arrombadas, um corre-corre de gente desesperada para levar o que conseguisse, nos carrinhos, nos cestos, em caixas, em sacos plásticos, nas prateleiras de ferro arrombadas das paredes ou nos braços”.

ênfatisando o sentido de uma prática que se organiza em sistema de redes. A participação numericamente ampliada teatraliza a força do coletivo, “ao vivo e em cores”, concretizando o sentido da participação. A dimensão de visibilidade torna-se aí fortemente presente¹⁸, fazendo que a linguagem do protesto que se apresenta nas ruas conecte-se ao tema da visão.

A ocupação das ruas por manifestantes cria um espaço de enunciação de “atos de fala pedestres”¹⁹ (Certeau, 1994: 179), comportando relações entre posições diferenciadas. É possível assim pensar que o caminhar sob forma de protesto representou, na situação brasileira, uma espécie de reconquista não só das ruas, mas do país. Embora o estudioso da percepção da caminhada como linguagem se referisse às práticas ordinárias mais que à eclosão de protesto, registrava em sua análise os procedimentos multiformes, astuciosos, resistentes e teimosos que escapam à disciplina do planejamento urbano sem ficar fora do campo onde se exercem. A ação direta pode ser vista como a linguagem nativa e hiperbólica das manifestações exprimindo as tensões de um coletivo²⁰.

Imprimem também as manifestações o sentido de retomada da cidade: a rua como lugar de se fazer política. A esse respeito Harvey (2013) observa a rua como lugar no qual os direitos, ao transformar-se em públicos, tornam também os cidadãos públicos em suas demandas. Diz ele: “foi nas ruas que os checos se libertaram em 1989, foi na praça da Paz Celestial que o movimento chinês buscou alternativa de direitos e foi através de massivos comícios que a guerra do Vietnã foi forçada a terminar”. Outros exemplos enumerados pelo autor indicam as ruas como espaço de construção de demandas coletivas e linguagens reivindicativas (Harvey, 2013: 33).

Na condição de atores de uma cena da qual se sentem excluídos, os manifestantes buscam imprimir uma marca, tornando o corpo uma espécie de bandeira de luta. O corpo é também signo de uma temporalidade, tal como pensou Mauss (1986) referindo-se ao modo como os homens dele se servem em várias sociedades. As formas de andar, de falar e escutar afirmam expressões nas quais se ligam o biológico, o moral, também o físico e o intelectual. As manifestações, poder-se-ia acrescentar a essa formulação inaugural, exprimem um modo

18 Refletindo sobre o tema da visibilidade, Merleau Ponty (1980) considera que há uma forma de conhecer que é irredutível ao pensamento falante, mas inerente ao exercício das faculdades humanas sensíveis. Na pintura as qualidades de luz, cor, profundidade seriam sensíveis porque ecoam em todo o corpo.

19 As reflexões de Michel de Certeau (1994) a respeito do uso do espaço urbano como linguagem apontam aspectos interessantes à análise. Os usos representariam uma maneira de exercitar uma linguagem que subverte a disciplina dos espaços, instaurando uma retórica que condensa e desloca sentidos.

20 A prática de barricadas parta trancar as ruas, impedindo a passagem de carros para a reunião da Organização Mundial do Comércio em Seattle, pode ser considerada um exemplo significativo de ação direta.

peculiar de uso do corpo, ostentando o desafio de “fazer a hora”, construir o acontecimento. O uso de máscaras e outras formas de encobrimento não revela só o medo de ser reconhecido mas também a relação paradoxal de diluir-se em um aparente coletivo carnavalesco. A forma direta de exigir direitos mescla, por outro lado, o desejo de reconhecimento e realização²¹. Desejo de apresentar-se na sociedade brasileira.

Os *Black Blocs*, embora não representem a totalidade dos integrantes das manifestações, podem ser considerados expressão ideal típica no sentido weberiano da ação direta, ostentando, de forma radical, a teatralidade dos conflitos. Um dos líderes²² assim se posiciona: “Considero a ação direta uma estratégia tão importante quanto a não direta. Nossa sociedade vive permeada por símbolos e saber usá-los é essencial a qualquer demanda, seja ela política ou cultural. Participar de um *Black Bloc* é fazer uso desses símbolos para quebrar preconceitos e condicionamentos. Não só do alvo atacado, mas até da própria ideia de vandalismo. [...] A sociedade tende a considerar a depredação como algo ‘errado’ por natureza. Mas se nós sabemos que os alvos atacados, em sua maioria agências bancárias, até o momento não foram realmente prejudicados – ou seja, os danos financeiros são irrisórios –, qual é o real dano de uma estratégia *Black Bloc*? Por que deveria ser considerada errada *a priori*? Não há violência no *Black Bloc*, há *performance*”²³.

Esta fala é indicativa de que a ação direta porta uma linguagem complexa de símbolos a ser decifrados e uma estratégia que se associa à ideia de enfretamento. A versão de que a “violência era a resposta a um sistema violento” permeou algumas falas de participantes em episódios diversos ocorridos no espaço urbano²⁴.

Uma análise sobre os cartazes e as palavras de ordem proferidas durante as manifestações revela outros pontos interessantes a ser abordados.

21 Ridenti observa que os manifestantes se expressam como espetáculo e usam a internet para massificar uma cultura de celebridade, tirando fotos de si mesmos. <http://www.unicampm>

22 Ver entrevista concedida à *Carta Capital* do dia 8 de dezembro de 2013. Ver também: Para citar *black bloc*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/522441-nao-ha-violencia-no-black-bloc-ha-performance>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

23 As estratégias de depredação e outras manifestações dessa ordem são bastante discutíveis do ponto de vista de sua legitimidade. A pesquisa feita pelo Ibope anteriormente citada revela que para a maioria dos manifestantes (66%) as depredações de bens públicos e privados nunca são justificadas, independentemente das circunstâncias do protesto, ao passo que para 28% as depredações são legítimas em certas circunstâncias e para 5% elas são sempre justificadas.

24 Um vídeo feito por equipe de jornalistas, sob direção de Pedro Rocha, registrou depoimentos e conflitos entre manifestantes e policiais nas ruas de Fortaleza. A filmagem apresenta não só as ações de protesto em suas formas radicais como a atuação da polícia, também acusada de vandalismo pelos manifestantes. Ver: Com vandalismo, página do coletivo Nigéria: <<https://www.facebook.com/Nigériafilms>>.

As vozes das ruas: a linguagem das palavras de ordem

Afaste de mim esse cale-se.
Uma cidade muda não muda!
Paz sem voz é medo!

São muitos os cartazes e as palavras de ordem proferidas durante as manifestações. As falas do protesto, dotadas de diferentes conteúdos temáticos, são indicativas do caráter difuso das demandas. Ao contrário da economia simbólica de cartazes e dizeres que acompanham tradicionalmente as ações coletivas públicas dos movimentos sociais tradicionais, a profusão de frases nas manifestações, algumas das quais elaboradas individualmente pelos participantes, indica a diversidade cultural e política que caracterizou as “jornadas de junho”. Vale a pena apresentar alguns exemplos agrupados aleatoriamente segundo temáticas.

Referências à tarifa dos transportes

Ceci n'est pas une transporte; Se não baixar, a cidade vai parar.
Ah, mas que vergonha, o ônibus está mais caro que a maconha.
Vem pra rua, vem, contra a tarifa! Ô, motorista, ô, cobrador, me diz aí se seu salário aumentou; Não é mole, não! Dormir com fome pra pagar a condução!
Se a passagem não baixar, olê, olê, olá, eu vou protestar! Catracas vão rolar!
A tarifa abaixou, mas o povo não calou.

Referências à copa

Copa do mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação.
Brasil! Vamos acordar, o professor vale mais que o Neymar!
Copa pra quem?
Fifa, *go home*.
Ei, Neymar, a Copa é pra roubar.
Futebol que nada, acabou a palhaçada.

Referências ao governo e a políticas públicas

O povo unido não precisa de partido!
Todos contra a corrupção.
Menos vândalos no Congresso Nacional.
Meu partido é um coração partido.
Parasita, otário! Não percebeu que o movimento é apartidário?
Queremos direitos, não direita!
Fora, militante.

Hoje eu tô feliz! Saí na rua pra mudar o meu país!!!!
 Ô, seu prefeito, governador! A sua batata já assou.
 Não é a Grécia, não é a Turquia, é o Brasil que sai da letargia.
 Desculpem o transtorno, estamos tentando mudar o país.
 Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio!
 Quando seu filho ficar doente, leve ele ao estádio.
 Professor, te desejo o salário de um deputado e o prestígio de um jogador
 de futebol.

Convocatória

Ei, perua, sai do *shopping* e vem pra rua.
 Você aí de gravata, vem pra passeata.
 Saímos do Facebook, quem falou que era impossível?
 Recalque de ditadura bate na minha geração e volta!
 Somos a rede social.
 Obrigado por lutarem pelo meu futuro!
Closing streets to open ways.
 O movimento é *sexy*.
 A geração Coca-cola acordou

Observa-se em cartazes e palavras de ordem interpelações feitas de forma irônica a distintas categorias sociais: *motorista, cobrador, parasita, otário, militante, prefeito, governador, perua, indivíduo de gravata* etc. Elas exprimem o sentido de uma convocação ampla diferente de apelos alusivos à representação (falar em nome de) referentes a categoria de trabalhadores ou classes sociais nos movimentos urbanos da era da redemocratização.

A linguagem atual dos manifestantes é também advinda de experiências e lugares diferentes. Incorpora repertórios provenientes de sociabilidades juvenis com a tônica de paródias na forma *rap*. Também acervos apropriados e ressignificados dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, mesclados com falas utilizadas nas redes sociais. São registros formulados por uma bricolagem de símbolos e atores: torcida organizada, jovens partidários da filosofia anarquista, integrantes de grupos juvenis da periferia, jovens de classe média etc. Trata-se de uma variabilidade de expressão que vai tomando a forma de cada contexto urbano, apresentando-se ora como unidade, ora como diversidade, assumindo também a forma de multidão²⁵ com várias faces.

25 Cava (2014; ver artigo citado nas Referências), amparando-se na filosofia de Spinoza, discute o termo multidão para referir-se à diversidade dos participantes nas manifestações. Excluindo a difícil ideia por

Uma *performance* juvenil mostrou-se no uso de artefatos, de pinturas que seguiam a estética *dark*, observando-se também trechos ou títulos de músicas²⁶, gírias, piadas, paródias. Configuram-se expressões típicas de uma geração que vivencia, em grande parte, a prática da contestação pela primeira vez e o faz reproduzindo nas ruas encontros que se dão em redes, irradiando palavras que são fruto de imaginação e improviso²⁷. Redes que também transcendem nacionalidades. Analisando as mobilizações da Tunísia e da Islândia, Castells (2012) observa que elas transformaram-se em modelos de inspiração para outros contextos sociais, transitando entre o ciberespaço e os espaços públicos. Refletindo sobre a criatividade político artística das manifestações observa o autor, tendo como exemplo a Síria, a presença de um *design* gráfico inovador que criou imagens de avatares, minidocumentários, *web* séries do You tube, montagens fotográficas etc. Os indignados da Espanha, por exemplo, notabilizaram-se pela existência de múltiplos discursos, um “ecossistema de linguagem indicativo de novas subjetividades” (Castells, 2012: 99).

O sentido de inovação deve também ser relativizado na situação brasileira. Frases contidas nos cartazes das manifestações evidenciaram também a influência dos meios de comunicação de massa na reiteração de princípios que deduziam da atuação de políticos, considerada negativa, a percepção avessa e desacreditada da política e das instituições da sociedade democrática.

Uma espécie de bricolagem caracteriza a linguagem variada das manifestações, com frases marcadas pela pontualidade sintética, com propósito de impactar, fazendo uso do humor e da ironia²⁸. Trata-se do poder de exacerbar palavras de ordem do passado e/ou ironizar crenças nas instituições. As falas são também ressignificadas. Nos movimentos sociais de 1970 a ideia do “povo unido jamais será vencido” constituía um ideal de unidade, novamente apropriado nas manifestações com a conotação de paródia indutora de radicalidade contra as instituições: “O povo unido não precisa de partido”.

A amplitude da agenda de reivindicações, tornando as mobilizações mais indicativas de descontentamento que mediações com a finalidade de

ele defendida de exercício de uma democracia constituinte, é importante recuperar a reflexão sobre a multidão como redes de singularidades.

26 Ver as músicas “Cálice”, de Chico Buarque, e “Minha alma (A paz que eu não quero)”, do Rappa.

27 A ideia de que os núcleos funcionariam como nós de rede, focos de proliferação, mensagens e emoções está presente em Domingues, 2013.

28 Comparando as manifestações brasileiras com os movimentos do Oriente Médio, Gohn (2013; ver seu artigo nas Referências) destaca a estética particular de vestuários, cartazes e comunicação baseada em redes e formas horizontais com dinâmica que evoca um laboratório de experimentação. Trata-se, na percepção da autora, de novas formas de fazer política, tendo como uma das especificidades o vínculo com as redes sociais e a feição antipartidária.

negociação, pode ser percebida na seguinte frase: “É muito motivo!!! Não cabe aqui no cartaz!”.

Repertórios e sentidos: Tateando fragmentos rumo a uma sociologia das manifestações

Falar sobre as mobilizações que ocorreram e continuam ocorrendo na sociedade brasileira é realizar uma espécie de sociologia no “calor da hora”, considerando serem muitas as possibilidades de interpretação, assim como correr o risco de conclusões apressadas.

O cenário das mobilizações no Brasil, com forte agenciamento de participantes e o impacto das ocorrências, gerou a busca de explicações. Qual a grande surpresa desses eventos?

No campo intelectual as manifestações produziram debates e opiniões significativas. Os congressos da Anpocs, da SBS e eventos, amplos ou específicos, em várias universidades²⁹ impuseram aos intelectuais a tarefa de refletir sobre os acontecimentos, considerados surpreendentes³⁰.

De fato, por conta de uma suposta apatia da população brasileira, ou homologia entre movimentos sociais e Partido dos Trabalhadores no poder, as “jornadas de junho” soaram como uma espécie de retomada da capacidade de contestação popular: o despertar de um *sono*, iniciado desde o momento em que lideranças representativas de setores organizados da sociedade civil passaram a ocupar funções importantes em cargos de representação política.

No conjunto das interpretações proferidas por intelectuais, duas hipóteses com variações parecem sintetizar explicações para a amplitude dos eventos. A primeira refere-se à baixa representatividade de lideranças políticas, associada à não legitimidade das instituições. A segunda diz respeito à crise do sistema econômico,

29 Tive oportunidade de proferir conferência na Universidade Federal de Porto Alegre em 23 de setembro de 2013 intitulada “Vozes das ruas: interpelações a uma sociologia das manifestações”. O 37º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em 23-27 de setembro, em Águas de Lindoia, tratou o tema na mesa denominada “Conjuntura”. No XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 10-13 de setembro de 2013, na UFBA, Salvador, coordenei a mesa-redonda “A sociedade em movimento: as vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais”. Na Mostra SESC Cariri de Culturas, IV Seminário Arte e Pensamento: Reinventando o Nordeste, 11-12 de novembro de 2013, em Juazeiro do Norte (Ceará), coordenei outra mesa com o mesmo título da apresentada no Congresso da SBS. O Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC, em 12 de fevereiro de 2014, apresentou mesa sobre as manifestações como parte da semana de abertura do semestre.

30 Com o sugestivo título “O que está acontecendo?”, o debate ocorrido no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo reuniu intelectuais cujas áreas de atuação e pesquisa estavam conectadas ao tema, com o objetivo de refletir sobre as manifestações ocorrentes no cenário brasileiro. Foram ressaltadas no debate, entre outras, reflexões sobre a natureza explosiva da juventude sem liderança ou partido, os elementos de festa e inserção de participantes inaugurais no espaço público, o caráter inusitado das mobilizações e os seus efeitos nos meios de comunicação.

incapaz, no momento, de absorver as exigências do aumento de padrão de consumo e a ampliação do mercado de trabalho, sobretudo para a categoria de jovens³¹. A falta de representatividade e legitimidade política ganhou reforço sobretudo por conta das declarações de manifestantes sobre a feição antipartidária dos eventos³².

A conjunção das duas hipóteses está também presente na busca de explicação do fenômeno. O sociólogo português Boaventura de Souza Santos, pronunciando-se sobre as manifestações no Brasil, afirmou, por exemplo, ser “necessário que as duas narrativas (democracia participativa e inclusão social intercultural) retomem o dinamismo que já tiveram. Se assim for, o Brasil estará a mostrar ao mundo que só merece a pena pagar o preço do progresso aprofundando a democracia, redistribuindo a riqueza criada e reconhecendo a diferença cultural e política daqueles para quem progresso sem dignidade é retrocesso”³³.

As hipóteses sobre a crise econômica e/ou precariedade da legitimação política são interessantes na busca de ultrapassar a dimensão fenomenológica dos eventos, embora não expliquem como problemas de longa existência só em determinado momento são capazes de desencadear ações coletivas de protesto, sobretudo de magnitude considerável.

Nesse sentido, torna-se importante substituir a difícil e complexa explicação acerca dos “porquês” dos eventos para buscar entender a linguagem (sentidos e repertório) dessa prática contestatória no espaço urbano que se irradiou de modo generalizado, tendo como característica a forte presença da ação direta.

Protestos no cenário público não são, entretanto, um objeto de fácil decifração. Referindo-se às dificuldades de pesquisar e teorizar sobre o objeto “manifestações”, Offerlé (1990) considera que as análises não dão conta dos odores, das cores e do prazer de estar juntos, sendo as emoções do momento nem sempre passíveis de explicações imediatas. A escritura dos eventos deveria permitir observar que as manifestações seriam, ao mesmo tempo, uma interação concreta e uma construção simbólica feita por agentes que se articulam e lhes dão sentido. Os desfiles se dão não só nas ruas, mas nos jornais e noticiários. As ruas têm seu simbolismo, tornando-se lugar legítimo de investimento político.

31 Antunes afirma que as rebeliões constituem o fim da letargia e o transbordamento de múltiplos descontentamentos. Segundo suas palavras: “E podemos dizer que tal processo de desenvolvimento chegou próximo à sua exaustão. A população não suporta mais o transporte privatizado, a saúde precarizada, degradante (e também privatizada em parte), o ensino público profundamente degradado e abandonado” (2013: 38).

32 O livro de Nobre (2013) *Choque de democracia* desenvolve a hipótese de que as manifestações demonstram a incapacidade de diálogo entre representantes e oposição. O diálogo estaria rompido desde a existência de pacto entre esquerda e PMDB, que, em nome da governabilidade, limitou a expressão das forças de oposição criando partidos sem direção e reformas sem continuidade.

33 Ver: <<http://www.cartamaior.com.br>>, Debate Aberto, Boaventura de Souza Santos: O preço do progresso.

Em síntese, as manifestações constituiriam um conjunto de ações dotadas de múltiplas significações e muitos usos. A questão não seria apenas saber o que se passou, mas compreender o ponto de vista dos diversos agentes que contribuem para a construção de um coletivo sobre a via pública.

Além dos sentidos atribuídos aos eventos pelos participantes, não é possível esquecer o caráter amplo que assumem os protestos em escala mundial. Se o sentido das manifestações encontra-se associado a interpretações dos agentes sobre o seu significado, como encontrar uma chave de leitura capaz de abdicar da linearidade explicativa e incorporar a complexidade das práticas de protesto no cenário público?

A passagem das carências às reivindicações é um tema clássico na sociologia dos movimentos sociais, e são vários os estudiosos interessados em superar a questão das determinações³⁴, tanto de ordem econômica como política. Atualmente, a presença marcante das redes sociais vem acionando um outro fator considerado determinante que pode também simplificar a ideia de que as ações coletivas são frutos de uma sociedade hiperconectada. Isso não impede pensar sobre a importância das redes sociais como elemento de adesão à ação coletiva que interfere decisivamente na dimensão expressiva das manifestações.

Uma sociologia das manifestações deveria buscar o entendimento das ações em sua expressividade, para além da relação causa e efeito. Entendê-las como práticas e linguagens dotadas de sentidos múltiplos que não podem se resumir a ausências de cidadania, racionalidade, estratégia política, direção ideológica etc. As manifestações são inclusive emanadas da própria democracia, portando novos e antigos repertórios culturais e símbolos provenientes de sociabilidades diversas.

A profusão de sentidos não é também algo evidente, considerando-se a diversidade dos participantes das manifestações, a polifonia das vozes e a dificuldade de “tradução” e enquadramento das demandas. A esse respeito Zizek (2013) propõe, para analisar os protestos de Wall Street, uma atitude analítica de silêncio à pergunta “o que eles querem?” direcionada geralmente aos participantes. Considera que a formulação dessa questão³⁵ termina por exigir dos protestos a necessi-

34 Na busca de entender as motivações de agentes para participar de mobilizações, Tarow (2009) observa que o confronto estaria mais relacionado a oportunidades de ação coletiva, aumentando quando as pessoas têm recursos externos para escapar da submissão e encontram oportunidade para usá-los. A categoria oportunidade política permitiria entender como a mobilização estende-se de pessoas com grandes queixas e recursos para outras com menos queixas e recursos. A perspectiva da oportunidade permitiria também a busca de mediações analíticas voltadas para entender o que seria o contexto específico da mobilização. Ressalta-se dessa reflexão a importância de não associar, de forma dedutiva, carências sociais e manifestações.

35 Evocando uma interpretação baseada na psicanálise, o autor busca combinar apoio e distância analítica, supondo que os protestos são um ato histórico a ser decifrado no curso do processo. São atos que denegam

dade de uma resposta articulada, em contraponto às formas abertas e indefinidas de expressão do descontentamento que caracterizam as manifestações atuais.

A perspectiva surpreendente, difusa e descontínua das manifestações, que não dizem respeito a uma categoria social exclusiva ou a uma faixa etária única, constitui um dos elementos provocadores nas análises de cunho mais diretamente político ou sociológico.

É importante não esquecer que os movimentos sociais das décadas de 1970, 1980 e 1990 foram também acionadores da busca de supostos analíticos capazes de entender mobilizações que não estavam restritas à esfera fabril. Várias incursões empíricas e teóricas sobre categorias sociais explicativas para o entendimento das mobilizações e a capacidade de imprimir efeitos na vida social e política pontuaram as discussões (Scheren-Warren, 1999; Gohn, 2000; Barreira, 2011 etc.). Com muita frequência, observou-se na literatura sociológica a referência à “novidade”, tanto atribuída ao que era considerado emergente, em termos de práticas políticas, como ao que aparecia como inusitado nas explicações analíticas. Fatores de ordem motivacional ou normativa, capazes de engendrar lutas simbólicas em torno de formas de reconhecimento (Honnet, 2003) e acionar comunidades morais, têm provocado caminhos teóricos importantes, tendo em vista superar explicações lineares sobre as expressões coletivas de indignação social.

Se as práticas de protesto constituem um processo descontínuo, dotado de sentidos e repertórios múltiplos, essa constatação não significa abdicar da ideia de que as manifestações convocam a uma reflexão sobre o tema das mediações institucionais e da capacidade de canalização de demandas³⁶. O pressuposto de que as manifestações são portadoras de uma linguagem política implica, por outro lado, reconhecer a dificuldade de uma “tradução” teórica para o entendimento dessa ação coletiva.

Para além das dificuldades de enquadramento analítico e político, buscar entender os sentidos e o repertório subjacentes às “vozes das ruas” torna-se um desafio a ser enfrentado pelos interessados na complexidade dos confrontos e símbolos da indignação.

a linguagem exclusiva dos poderes de delimitar os termos de como deve ser a resposta. Ver Žizek, 2012.

36 O tema das mediações foi tratado por Sergio Adorno em exposição feita na mesa do Congresso da SBS, ocasião na qual se referiu à interrupção de comunicação política entre os atores do confronto, subtraindo a interlocução como o elemento fundamental da ação política. Nessa perspectiva, as manifestações apresentam uma nova linguagem na qual a violência está de alguma forma incorporada, reproduzindo o sentido de encenação política mais como espetacularização: um teatro, tragédia, drama ou comédia.

Referências

- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Revista Sociologia e Antropologia*, v. 2/3, 2012, pp. 21-41.
- ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. *Observatório Social da América Latina*, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, ano XIV, n. 34, 2013, p. 38.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. Social Movements, Culture and Politics in the Work of Brazilian Sociologists. *Latin American Perspectives*, v 38, n. 3, maio 2011, pp. 150-168.
- BARREIRA, Irllys; STROH, Paula. Movimento dos Desempregados, uma prática fora de tempo e lugar, *Espaço e Debates*, 10, ano III, n. 10, 1984.
- BARREIRA, Irllys; STROH, Paula. Saques e desemprego. *Ciência Hoje*, v. 2, n. 12, 1984, pp. 42-60.
- BERAPA, Marcelo. Após atos, governantes não tem interlocutores. *Estado de S.Paulo*, 14 jul. 2013.
- CANEVACCI, Massimo. *Antropologia da comunicação visual*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança, movimentos na era da internet*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.
- CAVA, Bruno. A multidão contra o estado, mas também contra o vanguardismo, 19 fev. 2014. Disponível em: <www.quadradosloucos.com.br>.
- CHAMPAGNE, Patrick. (1990). La manifestation comme action symbolique. In: FAVRE, Pierre (Org.). *La manifestation*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, pp. 329-350.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- DOMIGUES, José Maurício. (2013). Las movilizaciones de junio de 2013: explosión fugaz o novíssima história de Brasil? *OSAL*, Buenos Aires, n. 34, nov. 2013, pp. 103-136.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano, artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FAVRE, Pierre (Org.). *La manifestation*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Loyola, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. (2013) As manifestações de junho de 2013 e os movimentos sociais, 2013. Disponível em: <<http://unipress.blog.br>>.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: HARVEY, David. *Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2013, pp. 27-34.
- HONNET, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34, 2003.

- MAUSS, Marcel. *Sociologia. Dos estudos sobre las formas de socialización*. Espanha, Alianza Editorial, 1986.
- MERLEAU-PONTY, M. (1980). O olho e o espírito. In: *Merleau-Ponty*. São Paulo, Abril Cultural, p. 85-111 (Os Pensadores).
- MOISÉS, José Alvaro; ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos, ou patrão, o trem atrasou. In: MOISÉS, José Álvaro. *Contradições urbanas e movimentos sociais*, São Paulo, Cedec/Paz e Terra, 1977, p. 9-86.
- NASCIMENTO, Elimar. Decifra-me ou eu te devoro, 24 jun. 2013, seção Opinião. Disponível em: <www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo>.
- NOBRE, Marcos. *Choque de democracia. Razões da revolta*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
- OFFERLÉ, Michel. (1990). Descendre dans la rue: de la “journée” à la “manif”. In: FAVRE, Pierre (Org.). *La manifestation*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politique, pp. 90-121.
- RIDENTI, Marcelo. Pesquisadores analisam manifestações, *Jornal da Unicamp*, 27 set. 2013. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp>>.
- SCHEREN, Warren Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999.
- TAROW, Sidney. *O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Vozes, 2009.
- TILLY, Charles. *Contentious Performances*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.
- ZIZEK, Slavoj. (2013). O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo, Boitempo, 2012, pp. 15-25.

Recebido em: 25/02/2014

Aceito em: 23/04/2014

Como citar este artigo:

BARREIRA, Irllys Alencar F. Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 145-164.

Sujeito, território e propriedade: tecnologias digitais e reconfigurações sociais

Henrique Z. M. Parra¹

Resumo: Neste artigo, partimos de uma abordagem sociológica que analisa os fenômenos de mediação técnica sob o duplo aspecto da construção sociopolítica da tecnologia e de sua tecnicidade específica. Em seguida, investigamos as reconfigurações sociais, em três domínios distintos (o sujeito, o território e a propriedade), relacionadas à mediação das tecnologias digitais de comunicação. Interessamos observar a maneira como essa mediação técnica específica modifica algumas das fronteiras (conceituais e práticas) historicamente construídas sobre cada um desses elementos. Concluímos indicando a emergência de um novo campo político que tem como objeto de disputa as configurações (sociais e técnicas) que governam o funcionamento dos dispositivos digitais.

Palavras-chave: tecnologias digitais; sociotécnica; tecnicidade; mediação; política.

Subject, territory and property: digital technologies and social reconfigurations

Abstract: *The article begins with a sociological approach that analyse the technical mediation phenomena from a duple perspective: the sociopolitical construction of technology and its specific technicity. Afterwards, the article investigates the social reconfigurations in three different domains (the subject, the territory and property) in relation to the mediation of digital communication technologies. We are interest in observe how this specific technical mediation modifies the historical*

1 Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Guarulhos – Brasil
– polart@riseup.net

constructed boundaries (theoretical and practical) of each domain. The article concludes indicating the emergence of a new political arena which has as its object of dispute the configuration (social and technical) that governs the functioning of digital apparatus.

Keywords: *digital technologies; sociotechnical; technicity; mediation; politics.*

Introdução

Investigaremos aqui as relações entre as tecnologias digitais de comunicação e as correspondentes mutações contemporâneas em três domínios da vida social: o sujeito, o território e a propriedade. Interessa-nos observar a maneira como a crescente mediação das tecnologias digitais de comunicação modifica algumas das fronteiras (conceituais e práticas) historicamente construídas sobre cada um desses elementos. Neste sentido, apontaremos como as tensões que emergem em torno das reconfigurações de cada um desses domínios expressam a constituição de um novo campo político que tem como objeto de disputa as definições socio-técnicas que regulam o funcionamento dos dispositivos digitais. Esta disputa dá-se sob diversas formas e poderá ser investigada tanto através das novas regulamentações jurídicas que afetam os indivíduos, as organizações privadas e mesmo o Estado no uso que fazem das tecnologias digitais como no conflito de escolhas entre tecnologias com propriedades alternativas, expressão da codeterminação entre o mundo econômico, social e político. Concentramo-nos, portanto, mais nos aspectos relacionados à tecnopolítica, enquanto política das tecnologias digitais, do que na ciberpolítica, entendida como as práticas políticas ciberneticamente mediadas².

Para citar um exemplo do problema, basta pensarmos nas controvérsias geradas em torno da definição pelo governo brasileiro do padrão tecnológico a ser adotado para o funcionamento da televisão digital no país. Neste caso, cada opção tecnológica expressa uma configuração sociopolítica na sociedade, uma vez que privilegia a força (econômica, política e comunicativa) de alguns atores em detrimento de outros. Neste artigo, de maneira mais abstrata e um pouco distanciada de casos isolados, pretendemos indicar algumas tendências dessas transformações em curso para formular possíveis caminhos de interpretação sociológica.

Indicaremos, portanto, num movimento ainda exploratório, algumas especificidades desta forma de mediação surgida com as tecnologias digitais. Conforme

2 Sérgio Amadeu da Silveira, em *Novas dimensões da política* (2009), refere-se a essas duas dimensões como “política da Internet” e política na Internet”. Exploramos em maior detalhe a relação entre a tecnopolítica e a ciberpolítica no artigo Controle social e prática hacker (Parra, 2012).

problematizado por Latour, a mediação técnica é “uma forma de delegação que nos permite mobilizar, durante interações, movimentos realizados alhures, antes, por outros actantes” (Latour, apud Ferreira, 2010: 52). Nesta acepção, a tecnologia pode ser entendida como a atualização e a manifestação reiteradas de um conjunto de relações entre actantes; é a sociedade tornada “durável”. Portanto, ao analisar alguns problemas que se evidenciam com a introdução das tecnologias digitais em certos domínios da vida social, pretendemos tomá-los como índices da “*tecnicidade*”³ própria aos dispositivos digitais. Tal abordagem tem aproximações e afastamentos com trabalhos anteriores que analisaram a relação entre a tecnologia e a sociedade nas tradições sociológicas mais conhecidas.

Benjamin, em seu célebre artigo “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, depara-se exatamente com este desafio diante do surgimento de máquinas capazes de reproduzir imagens através de processos químicos e físicos com relativa autonomização em relação à ação humana (Benjamin, 1996). Naquele contexto, a câmera fotográfica introduz novos problemas não apenas para a teoria estética, mas também para a teoria filosófica e social. Se para Benjamin a tecnologia é pensada enquanto um objeto paradoxal (portador de novas formas tanto de dominação como de resistência), esta tensão adquire outros contornos graças a uma especificidade desta tecnologia de imagem: a combinação do automatismo maquinal com os processos semióticos. Tal característica foi compreendida de maneira mais aguda por Vilém Flusser, que problematizou o equipamento fotográfico como o primeiro aparelho a conter todas as virtualidades do mundo pós-industrial: “toda intenção estética, política ou epistemológica deve, necessariamente, passar pelo crivo da conceituação, antes de resultar em imagem. O aparelho foi programado para isto. Fotografias são imagens de conceitos, são conceitos transcodificados em cenas” (Flusser, 2002: 32).

Flusser toma o equipamento fotográfico como o exemplo acabado daquilo que ele denominará aparelho: “aparelhos são caixas pretas que simulam o pensamento humano, graças a teorias científicas, as quais, como o pensamento humano, permutam símbolos contidos em sua ‘memória’, em seu programa. Caixas pretas que brincam de pensar” (Flusser, 2002: 28). Nossa abordagem, ao destacar

3 Para Simondon (*Du mode d'existence des objets techniques*, pp. 20-21, 23, 27), o objeto técnico “não é esta ou aquela coisa, dada *hic et nunc*, mas aquilo de que há gênese”, ele “existe então como tipo específico obtido ao final de uma série convergente” e, “oriundo de um trabalho abstrato de organização de subconjuntos, [ele] é o teatro de um certo número [ou “uma multidão”] de relações de causalidade recíproca”. O objeto técnico, inicialmente abstrato – isto é, dependente de uma ação direta por parte de um operador –, se concretiza gradualmente – isto é, ganha autonomia, agência própria – a partir do desdobramento relacional de suas causalidades recíprocas, sendo tal desdobramento orientado pelo princípio genético da tecnicidade (apud Ferreira, 2010).

os aspectos tecnopolíticos da mediação digital, visa exatamente a abrir a “caixa-preta” e dar visibilidade para essas dinâmicas opacas: como as pré-configurações das tecnologias digitais pré-informam os modos de interação possíveis?

O desenvolvimento tecnológico, nesta direção, está imerso na dinâmica social, sendo simultaneamente determinado pelas condições históricas de sua produção e fator de determinação dos modos de ação social tecnicamente mediados. Ou seja, a tecnologia materializa certas relações sociais e pré-informa os modos de sua utilização. Em Marcuse, ambas as dimensões estão presentes, porém a noção de racionalidade tecnológica manifesta-se como uma forma própria de instrumentalização (domínio do homem sobre a natureza) que irá adquirir contornos específicos no interior de um modo de organização social (capitalista e burocrático). A tecnologia, em Marcuse, ainda que problematizada em seus aspectos políticos, oscila entre dois polos, mas sempre sob um viés que lhe é particular:

a técnica impede o desenvolvimento individual apenas quando está presa a um aparato social que perpetua a escassez, e este mesmo aparato liberou forças que podem aniquilar a forma histórica particular em que a técnica é utilizada. [...] O progresso tecnológico possibilitaria diminuir o tempo e a energia gastos na produção das necessidades da vida, além de uma redução gradual da escassez. A abolição dos objetivos competitivos poderia permitir que o Eu se desenvolvesse a partir de suas raízes naturais (Marcuse, 1999: 101, 103).

Mesmo que para Marcuse a tecnologia expresse o “pensamento e padrões de comportamento dominantes” e funcione como um instrumento de controle, sua busca por uma outra unidade entre sociedade e natureza acaba por neutralizar a constituição política de toda tecnologia, como se numa sociedade emancipada a tecnologia estivesse livre de suas condicionantes sociopolíticas.

Em Jürgen Habermas a situação também é paradoxal. Conforme analisado por Feenberg, para Habermas a tecnologia é tomada como um projeto genérico da espécie humana. Nesta perspectiva, pode-se pensar em uma “tecnologia” abstrata e em suas manifestações empíricas específicas que seriam socialmente determinadas (Feenberg, 1996). O principal problema para Habermas é quando o modo de ação instrumental mobilizado pela tecnologia invade outros domínios da vida. Em sua própria esfera, segundo a interpretação de Feenberg, a tecnologia seria neutra. Na acepção habermasiana, a tecnologia não seria dotada de conteúdo comunicativo, sendo apenas portadora de racionalidade instrumental. Feenberg propõe, numa releitura generosa da teoria habermasiana dos meios, estabelecer uma analogia entre tecnologia e lei, o que permitiria recuperar outras contribuições de Habermas para o debate. Assim como a lei em Habermas,

a tecnologia faz a mediação entre o sistema e o mundo da vida, atuando em dois níveis (comunicativo e instrumental). Ela transmite símbolos, informa algo e prescreve normas. Nesta direção, conclui Feenberg, seria possível pensar a tecnologia como manifestação de princípios técnicos socialmente específicos.

Nossa investigação insere-se, portanto, em um contexto histórico específico onde a expansão dos processos informacionais (crescente informatização, convergência digital e comunicação ciberneticamente mediada) se realiza com maior intensidade e capilaridade em diferentes campos da vida social: o trabalho, a sociabilidade, o exercício do poder estatal e corporativo, os processos de valorização econômica, a produção científica, entre outros. São diversos os autores⁴ que descrevem de maneira complementar esse cenário mais amplo em que a pesquisa está inserida. Será no interior dessa paisagem que faremos um recorte em três dimensões, objetivando indicar que horizontes sociopolíticos estão sendo engendrados nesse ambiente tecnocultural.

1. Sujeito expandido e controle

O ciberespaço tem sido frequentemente descrito como um lugar que potencializa as possibilidades de experimentação subjetiva e identitária. Observa-se tal fenômeno em uma diversidade de situações em que o indivíduo cria e vive uma pluralidade de expressões subjetivas (seus múltiplos avatares), participando de diferentes processos de identificação propiciados pelos ambientes e modos de interação virtual. Ao mesmo tempo, como bem descrito por Arlindo Machado (2007) e Edmond Couchot (1998), o indivíduo torna-se o centro de tensão de um processo de aparelhamento subjetivo em face do automatismo conduzido pelos dispositivos técnicos. Couchot, seguindo um argumento semelhante aos de Flusser (2002) e Paul Virilio (2002), argumenta que as tecnologias de produção simbólica caminham no sentido de uma maior autonomização do processo enunciativo, fazendo que o sujeito em sua relação com a máquina passe a “funcionar” num modo cada vez mais impessoal (*Sujeito-Se*). Neste sujeito aparelhado (*sujet appareillé*) o Eu tenderia a ficar enfraquecido, despersonalizado. Ao mesmo tempo, no interior dessas experiências tecnoestéticas, o indivíduo passa a dispor de outros meios que também inauguram outras possibilidades de individuação. Portanto, seria no interior desta tensão entre um sujeito aparelhado (*Sujeito-Se*), onde predomina uma espécie de inconsciente maquinal-programado,

4 Ver: Gorz, 2005; Himanen, 2001; Rifkin, 2001; Castells, 2003; Benkler, 2006.

e um *Sujeito-Eu*, como expressão da subjetividade irredutível à máquina, que os novos modos de subjetivação teriam lugar na relação homem-máquina.

De maneira diversa, um outro processo de tensionamento sobre a constituição do sujeito em face das novas mediações tecnológicas também irá se manifestar no campo científico. Pensamos aqui no fortalecimento de uma “*metafísica da informação*”⁵ que tem se nutrido no encontro das ciências cognitivas, da computação e das bionanotecnologias. Se levarmos adiante os fundamentos mais ortodoxos que aproximam esses campos, como a possibilidade de redução dos processos mentais, sociais, psíquicos e orgânicos a um conjunto de processos essencialmente informacionais, estaremos diante de outras modalidades de individuação onde as próprias noções de sujeito e consciência são redefinidas. Segundo Laymert Garcia dos Santos (2003; 1999), a radicalização de tais argumentos, manifestos nas diversas expressões de um “ufanismo tecnológico” e dos hibridismos homem-máquina, estaria levando a uma superação epistemológica e política da própria noção do Humano.

Para o sociólogo Hermínio Martins (2003), essas tendências manifestam-se no que ele denomina *ciborgues epistêmicos*, em que a crescente exigência social e econômica de ampliação de nossa “capacidade” de “processar” informações implicaria o aumento necessário das capacidades cognitivas dos seres humanos. Tal objetivo só poderia ser alcançado através da introdução de próteses e/ou aparelhos capazes de “superar” as capacidades de nossos órgãos sensoriais. Aqui, as noções de “capacidade” e “processamento” aplicadas aos processos humanos já indicam um reducionismo político em curso.

Tais dinâmicas – a vida social cibermediada e o novos sujeitos-objetos da tecnociência – compartilham com os mecanismos contemporâneos de controle e vigilância os mesmos processos de indexação e modulação inaugurados pelas tecnologias de informação digital. Num outro artigo (Parra, 2008) analisamos algumas formas recentes de exercício de um poder de controle difuso (individual e coletivo) que se efetiva a partir dos dispositivos de monitoramento em tempo real e da gestão de uma massa infinita de dados coletados nas redes informáticas. Deleuze (2007) refere-se a esta situação em termos da produção de um sujeito

5 Se a partir do final do século XIX o conceito de “energia” foi o elemento unificador das ciências e das engenharias (presente posteriormente também nos conceitos de trabalho, utilidade e dinheiro), nas últimas décadas do século XX a noção de “informação” emergiu como o novo fator unificador (Martins, 2003: 37). Para Martins, a centralidade atribuída a um determinado conceito de informação e a legitimidade alcançada por tais mecanismos configura o que ele chama de “*metafísica da informação*”. Essa “metafísica”, no entanto, implica um entendimento essencialista ou mecanicista do que é informação, influenciando a constituição das novas disciplinas da filosofia da mente.

dividido (*divíduo*), que se torna apto para certas atividades e inapto para outras, autorizado a determinadas ações e impedido para outras. É uma divisão que se dá no próprio indivíduo, tornando-o múltiplo negativamente, sendo, portanto, uma modulação e fragmentação que se exerce sobre o sujeito.

Dillon e Reid (2002) desenvolvem este mesmo argumento numa direção complementar para analisar a imbricação da tecnociência e dos dispositivos de controle com as novas tendências de organização e práticas militares (RAM – revolução em assuntos militares), descrevendo como todos incorporaram as noções de informação, cibernética, rede e desenvolvimento não linear para analisar e gerir as ações humanas. Com relação ao humano, da mesma forma que a fragmentação promovida pela ciência, a combinação de tais dispositivos se traduz na passagem dos “corpos pré-formados” aos “corpos-in-formação”, ou seja, corpos que apontam para uma tendência, um vir-a-ser que pode ser descrito em termos de informação. Portanto, uma matéria (corpo) que também deixa de ser um referente estável. Como não há mais corpos estáveis, o ser torna-se devir, mas um vir-a-ser perigoso que irá exigir ações biopolíticas preventivas:

O discurso estratégico biopolítico incorpora uma concepção cibernética do mundo, preocupada com os princípios geradores da formação, codificação, decodificação, algoritmos e processos que compreendem e guiam redes de informação, em especial nas situações em que os “efeitos de real” podem ser simulados [...] Uma vez que a “vida crua” é reduzida a esses processos de in-formação, o núcleo científico, o poder da digitalidade e molecuralidade, volta-se então para o controle e a manipulação destes processos informacionais. [...] Informação, como princípio-chave gerador da formação de montagens contingentes, é poder (Dillon; Reid, 2002: 96).

Diante da aceleração e da intensificação crescentes de nossa relação com os fluxos informacionais, alguns autores⁶ argumentam que o corpo passa a sofrer com as tendências de “desmaterialização”, entrando em crise como *locus* comunicacional. Um bom exemplo disso seriam as diversas formas de hibridismo homem-máquina que apontam para o desejo de superação do próprio corpo, interrogando o estatuto do humano em sua relação com o próprio organismo

6 É interessante observar como por um caminho alternativo pesquisadores de outras áreas do conhecimento chegam às conclusões complementares sobre os impactos das tecnologias digitais a respeito do corpo no interior dos processos comunicacionais. Tratado por Norval Baitello (2005) como o “*primeiro medium*”, o corpo é simultaneamente o *locus* de produção, interpretação e recepção de linguagens e sensações; ou, nos dizeres de Hans Belting (2005), é o corpo que performatiza e medeia nossa relação com o mundo simbólico, através da externalização de imagens endógenas e da internalização de imagens exógenas.

biológico. Metaforicamente, da mesma maneira como o *medium* digital nos apresenta um suporte desencarnado, na era digital o corpo se tornaria, nesta acepção, cada vez mais dispensável.

Trata-se de uma situação, no mínimo, paradoxal. De um lado, estamos diante de forças de dissolução corpórea (tendências do pós-humano), multiplicação identitária ou de divisão do sujeito (*ser dividual*), que poderiam apontar para a superação ou desaparecimento do sujeito de direito (indivíduo cidadão) tal qual o conhecemos (por exemplo, como definir os limites entre vida e morte, as novas questões de titularidade e imputabilidade jurídicas?). Neste cenário é como se os indivíduos que compõem o Estado tivessem sido reduzidos a categorias populacionais genéricas, eliminando suas singularidades. Por outro lado, esses mesmos mecanismos de controle e, no limite, a possibilidade de exercício do poder pelo Estado exigem novamente a individualização, a identificação e a territorialização do sujeito. Para o “poder” ter validade ele precisa acontecer, se atualizar em determinados momentos sobre o corpo. Nesta situação, o poder precisa novamente fundir aquela diversidade de expressões individuais, tornadas possíveis pelas tecnologias de comunicação digital, a um único corpo através de sua identificação para que tal poder possa ser materialmente exercido. Analogamente, é como se o poder objetivasse reunir e estabilizar as imagens do sujeito (ou a diversidade de suas expressões identitárias) sobre um *medium* único (o corpo).

A situação nos parece problemática, porque sob essa configuração o indivíduo passa a existir apenas como “sujeito” num dos polos de exercício do poder, como sujeito assujeitado, enquanto na outra extremidade ele é esvaziado de sua dimensão política, seja sob a forma *dividual*, entidade informacional-biológica, ou inserido numa categoria populacional biopolítica. Ou seja, estariam sendo gestadas novas formas de identificação sem individuação, ou ainda novas categorias sociais esvaziadas de sua dimensão política autônoma.

Existem, certamente, ações de resignificação e “subversão” desses processos, uma vez que não se trata de encadeamentos monolíticos. As novas gerações que iniciaram a utilização da internet ainda nos primeiros anos da alfabetização e que hoje começam a se estabelecer como a primeira geração *informacional* expressam outros modos de interpretação relativos às práticas e aos valores das relações sociais tecnicamente mediadas. Tais transformações demandam novos estudos e mesmo o desenvolvimento de metodologias e de um referencial teórico adequado para analisar um contexto em que muitas de nossas categorias estão se transformando.

Nessa direção, preocupam-nos as dinâmicas que visam a domesticar as relações cibermediadas num espaço de gestão (vida administrada) sobre as

potências inauguradas pelo virtual⁷. Na medida em que o virtual e o atual, o futuro e o presente se aproximam, graças à expansão dos processos e ambientes simulacionais, confrontamo-nos com novas possibilidades de produção de afetos e desejos, comportamentos sociais e forças de controle que se misturam à própria análise das tendências em curso; resultado da imbricação entre representação e simulação. Tal aproximação (atual-virtual), para dar outro exemplo, manifesta-se no deslocamento do conflito político para os próprios mecanismos de simulação computacional. Basta lembrar das divergências em torno dos modelos de análise climática sobre o aquecimento global; das disputas sobre as metodologias de análise econômica sobre o impacto das decisões dos atores no mercado de investimentos financeiros; ou ainda da construção de tipos sociais com comportamentos futuros indesejáveis que podem ser identificados a partir de parâmetros previamente definidos no modelo de análise de dados populacionais.

Do ponto de vista das novas formas de controle e de exercício do poder, é interessante destacar que a atual tendência de interatividade nas redes digitais, seja nas plataformas (proprietárias ou livres) de redes sociais, seja nas diversas formas de produção de conteúdo pelo usuário é fortemente marcada pela disponibilização voluntária e gratuita de informações pessoais dos usuários. Em muitos casos, não se trata de um desejo egoico de automostração – como muitos se apressam a julgar –, mas de uma percepção real de que o engajamento pessoal nessas redes de informação traz benefícios concretos. O problema é que muitas vezes não está claro para os usuários qual é a contrapartida dessa participação nesses grandes sistemas de informação.

Tais fenômenos também podem ser apreendidos a partir de todo um conjunto de novas regulamentações sobre a comunicação eletrônica em redes digitais e dispositivos móveis, e sobre as possibilidades de registro, acesso e controle de informações pessoais pelas corporações e pelos Estados. Pensamos especialmente nas políticas de retenção de dados pessoais que invadem espaços anteriormente considerados arena da privacidade⁸. Em cenários de conflito social radicalizado não é difícil observar a utilização de um sofisticado aparelho de

7 Neste caso, refiro-me às “potências do virtual” em amplo sentido, enquanto um campo de possibilidades (materiais ou simbólicas) futuras e infinitas. Tomo o virtual, no sentido dado por Levy, enquanto modo de existência que está em oposição ao atual e não ao real (Levy, 1998).

8 A este respeito ver: DIRECTIVE..., 2006. No Brasil, o Ministério de Justiça realizou (em abril de 2011) uma consulta pública *online* sobre uma proposta de lei que regulará as condições de “proteção de dados pessoais”. O projeto de lei ainda não foi levado a votação e encontra-se disponível para consulta neste em: <<http://www.culturadigital.br/dadospessoais>>.

captura de dados, capaz de identificar comportamentos e tendências emergentes para intervir preventivamente sobre eles⁹.

Neste contexto, é interessante observar como as tecnologias digitais criam um novo campo de disputa política para redefinir as possibilidades de uso e apropriação dessas tecnologias e das novas informações que passam a ser produzidas. Na medida em que a mediação digital cria novos campos de visibilidade e invisibilidade, novas formas de enunciação e controle também se manifestam. As configurações técnicas de qualquer tecnologia de comunicação são portadoras de uma pré-configuração de caráter sociopolítico. Ao utilizarmos, por exemplo, um determinado *software* para a comunicação, frequentemente desconhecemos como são definidas as fronteiras entre o que é informação pública e o que é informação privada. Tudo dependerá de uma dupla regulação: o código legal (que disciplina as práticas sociais) e o código digital (que pré-informa as possibilidades de uso). Entre as novas formas de controle, a combinação das tecnologias digitais aos dispositivos de identificação biométrica do corpo humano reflete bem essas tendências que atingem de maneira paradoxal o indivíduo. Na biometria atual, conforme analisado por Galloway (2004), o ser humano deixa de ser considerado em termos “essenciais” (alma, subjetividade, reflexividade ou consciência) e passa a “contar” apenas em termos quantificáveis daquilo que pode ser formalizado e codificado digitalmente. A biometria é um interessante objeto de reflexão porque reúne dois processos aparentemente contraditórios. Por um lado, os mecanismos de controle digital não estão mais interessados em vigiar um indivíduo “A” ou “B”. Graças à economia informacional propiciada por esses novos meios, o controle se dirige à observação dos fluxos e tendências que podem ser estabelecidos a partir da análise de uma tipologia de perfis construídos a partir de grandes massas de dados. Aqui, trata-se de estabelecer perfis potenciais e tendências comportamentais, e, portanto, a identificação do corpo individual pouco importa para o estabelecimento desses padrões. Por outro lado, há um momento em que esses dados se cruzam com a materialidade do corpo, que é exatamente quando o poder se exerce para “verificar” a adequação daquele indivíduo “A” ou “B” aos padrões previamente definidos. Para isso, é necessário novamente definir a autenticidade, a origem e a unicidade daquele indivíduo.

9 Em 2009, enquanto a grande imprensa internacional destacava a importância dos celulares e da internet nos protestos contra as eleições presidenciais no Irã, pouco foi discutido sobre a utilização pelo governo iraniano de um programa de monitoramento da comunicação eletrônica desenvolvido e fornecido pela Nokia. Tal sistema de vigilância contribuiu para a prisão de diversos oponentistas. Ver o artigo de Amy Goodman (2009). Em 2010, o governo de Moçambique implementou restrições ao uso de celulares diante dos protestos crescentes. Veja o artigo de Amanda Rossi (2010).

Em suma, o que procuramos descrever neste bloco é a maneira como a própria noção de sujeito (ser biológico, sujeito de direitos ou em sua expressão identitária), em sua relação com as tecnologias digitais, participa de algumas dinâmicas – por vezes contraditórias e outras complementares – que dão forma a um campo de disputas políticas em torno das reconfigurações entre um sujeito físico e um sujeito informacional: os processos de subjetivação autônoma *versus* o aparelhamento subjetivo nas interações humano-máquina (semióticas-cibernéticas); as dinâmicas de multiplicação identitária e os mecanismos de controle e disciplinamento; os processos de extensão ou dissolução corporal (ciborgue, pós-humano) em face das dinâmicas de fixação identitária. Ao mesmo tempo, trata-se de ações que apontam para uma disputa dirigida simultaneamente ao presente e ao futuro (tecnologias de simulação e gestão de padrões emergentes). Portanto, a mediação cibernética adquire as características de um novo campo político - no sentido dado por Rancière (2005) a uma nova partilha do sensível - ao reconfigurar o sujeito (individual e social) nos seus modos de enunciação, reconhecimento e participação.

2. Território informacional e território físico

Problemas semelhantes a esses, em torno das definições de um sujeito material e informacional, refletem-se nas relações entre o espaço informacional gerado pela comunicação em redes digitais e o espaço físico do Estado-nação. Esta questão é de extrema importância para o poder estatal, uma vez que ela tem impacto direto sobre a definição de seu território de exercício e legitimação, ou seja, sobre um dos pilares de sua constituição soberana. Aqui, o problema é bastante complexo, pois articula as diversas camadas que dão existência à internet e às redes de comunicação eletrônico-digital: camada física (infraestrutura); camada lógica (protocolos); camada de conteúdos (conforme a tipificação proposta por Benkler, 2006).

Como gerir, controlar, fiscalizar e responsabilizar ações, organizações e indivíduos que agem num espaço informacional onde as localizações e fronteiras não correspondem aos limites definidos pelo Estado-nação? Quais leis se aplicam? Qual Estado é responsável por julgar o que e de que maneira?

O exemplo a seguir foi extraído da Ação Civil Pública¹⁰ movida pelo Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em agosto de 2006 contra a Google Inc., empresa proprietária do *site* de relacionamentos Orkut. Esse processo tinha por objetivo fazer a Google cumprir decisões

10 Ação Civil Pública, 22 de agosto de 2006, Ministério Público Federal, Procuradoria da República do Estado de São Paulo, Portaria 198/96.

judiciais que a obrigavam a fornecer informações de usuários possivelmente envolvidos em ações criminosas através do Orkut. Entretanto, como a empresa não é brasileira e os servidores que hospedam as informações solicitadas não estão em território nacional, criou-se um interessante problema político-jurídico que interroga as noções de autor, território, soberania e propriedade de capital. Este caso é um bom exemplo de atualização poder soberano e dos limites que se apresentam à sua efetivação no atual marco jurídico:

A lamentável conduta dos representantes da corporação está contribuindo para que indivíduos e organizações criminosas que se utilizam do serviço Orkut possam aliciar crianças, comercializar entorpecentes, incitar o ódio racial e divulgar mensagens neonazistas e permanecer completamente impunes. Caso não haja a firme intervenção do Estado brasileiro em defesa de seu poder soberano (1) de investigar e punir os nacionais que praticam crimes cibernéticos em seu território, estaremos contribuindo para a consolidação do estado hobbesiano de natureza (2) também no universo virtual (ACP –198/96: 23 e 24).

Nota do processo:

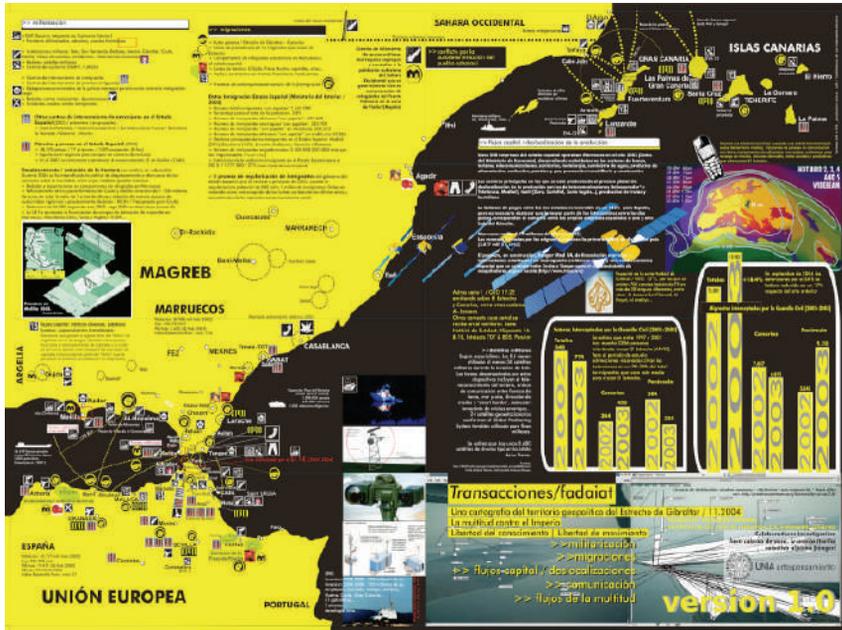
(1) “[...] é confiado ao soberano o direito de recompensar com riquezas e honras, e o de punir com castigos corporais ou pecuniários, ou com a ignomínia, a qualquer súdito, de acordo com a lei que previamente estabeleceu” (Hobbes, *O Leviatã*, II, cap. XVIII).

(2) “[...] se não for instituído um poder suficientemente grande para nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar, apenas em sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros” (Idem, cap. XVII).

A inadequação dos atuais dispositivos legais e das estruturas administrativas responsáveis nacionalmente pela regulamentação da internet deve-se, entre outras coisas, ao fato de eles terem se constituído para tratar de sujeitos e ações que correspondem a um regime de materialidade, unicidade, identidade e sedentarização (localização fixa). Entretanto, são exatamente esses princípios que as tecnologias digitais de comunicação em rede colocam em xeque. Diante disso, a forma mais frequente de regulação tem sido a de tentar aplicar ao ciberespaço os mesmos princípios que se aplicam ao “mundo material”, como se estivessem a “colar” o espaço informacional no espaço físico do Estado-nação. Simetricamente, com relação ao sujeito de direito (civil), as propostas de controle e identificação buscam responsabilizar o internauta como se ele fosse um indivíduo em solo nacional, reduzindo suas diversas identidades e expressões subjetivas a um único corpo biológico.

O mapa a seguir apresenta uma interessante cartografia sociopolítica realizada por um grupo de pesquisadores e ativistas espanhóis com o objetivo de tornar visível o entrecruzamento dos fluxos informacionais e materiais sobre as fronteiras dos países do sul da Europa e do norte da África. Parte desse projeto discute a expansão imaterial da fronteira da Comunidade Europeia através da utilização de dispositivos de monitoramento informacional que avançam sobre os territórios exteriores. O propósito dessas ações é impedir o fluxo dos imigrantes (trabalhadores informais) e, através do controle informacional, realizar ações preventivas de bloqueio antes que os imigrantes alcancem o território europeu¹¹.

Ilustração 1: Cartografia do projeto Fadaiat¹²: libertad de movimiento + libertad de conocimiento



Muitos dos conflitos atuais entre os movimentos que defendem a liberdade de comunicação e o direito à informação em face da expansão dos dispositivos de controle estatais e corporativos relacionam-se à constituição de um novo universo de

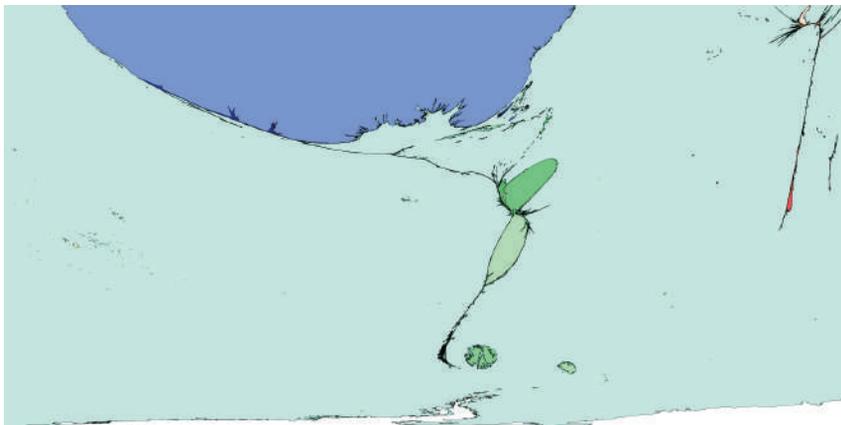
11 Mais informações sobre o projeto estão disponíveis em: <<http://hachitectura.net>>; <<http://estrecho.indymedia.org>>. O projeto destaca ainda a participação da Frontex (agência oficial da Comunidade Europeia para administração da cooperação operacional das fronteiras exteriores dos Estados-membros) em ações controvertidas de controle fronteiriço. Há informações interessantes sobre a Frontex na Wikipedia: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Frontex>>.

12 *Fadaiat*, do árabe, pode ser traduzido por “antena parabólica” (tradução livre).

práticas, valores e modos de colaboração cibermediados. De maneira simplificada, pode-se dizer que o campo em disputa está assim dividido: de um lado, observa-se um amplo conjunto de relações sociais se constituindo em bases não identitárias (no sentido de únicas, idênticas) inspiradas num modo de produção e compartilhamento em que o principal insumo – a informação – é de natureza imaterial, não rival, não exclusiva e abundante¹³; de outro lado, os Estados e as corporações que só podem se efetivar e existir a partir da atualização dos fundamentos “materiais” que lhes dão existência e legitimidade para o exercício do poder (no caso do Estado) e para a realização do capital (no caso das empresas capitalistas).

Ao mesmo tempo, a fusão entre o espaço informacional e o espaço físico nacional está diretamente relacionada à imbricação da economia material com a economia imaterial, uma vez que as atividades econômicas realizadas no/através do ciberespaço só podem se efetivar, do ponto de vista da geração de valor monetário, quando se territorializam e se atualizam através de uma “entidade” do mundo físico, devidamente localizável e identificável. Só para citar um exemplo da maneira como esses fluxos se relacionam a processos materiais devidamente territorializados e que dão forma a uma outra geopolítica, vejamos a ilustração a seguir. O mapa abaixo apresenta de maneira georreferenciada uma representação dos valores recebidos em *royalties* (referentes à propriedade intelectual na forma de patentes, marcas e direitos autorais) para cada país. Os países que tiveram seu território ampliado são aqueles que tiveram uma balança comercial positiva (receberam mais *royalties* do que pagaram). Somente 18 países (entre 200 analisados) tiveram uma receita positiva.

II. 2: © Copyright SASI Group (University of Sheffield) and Mark Newman (University of Michigan), 2006. Fonte: <www.worldmapper.org>



13 Sobre o conceito de informação em face dos direitos de propriedade intelectual ver Araújo, 2008.

Mas esses problemas também se manifestam em uma camada relativamente “invisível”, porém fundamental a toda comunicação em redes digitais, e que nada tem de imaterial. É o caso, por exemplo, da gestão da infraestrutura física da rede. Para citar outro caso, em 2008 a Suécia aprovou uma nova legislação que impõe a obrigatoriedade de retenção de dados do acesso e tráfego de toda comunicação eletrônico-digital¹⁴. Na prática, isso significa que os dados transmitidos por internet, telefonia fixa e móvel que atravessam o território da Suécia estão sujeitos a registro. A Finlândia é contrária à adoção dessa diretiva da Comunidade Europeia por entender que ela traz sérias ameaças à privacidade e às liberdades civis de seus cidadãos. No entanto, parte significativa do acesso da Finlândia à internet global depende de uma conexão ao *backbone* sueco, que garante a interconectividade à rede mundial. A aprovação dessa legislação pela Suécia criou um problema para todos os finlandeses, que poderão ter os dados de sua comunicação registrada. Não é difícil imaginar os problemas que tal situação introduz do ponto de vista da segurança de informações estratégicas, tanto governamentais como empresariais ou mesmo dos cidadãos comuns¹⁵. Diante disso, o governo finlandês estudou a implementação de uma infraestrutura alternativa para conectar o país à rede mundial sem que esses cabos passem pelo território sueco.

Todas essas variações modificam substancialmente as possibilidades de regulação nacional e apontam o necessário aperfeiçoamento de uma esfera pública regulatória internacional. Porém, como a gestão da internet global envolve uma verdadeira disputa geopolítica, o problema acaba por transpor para o espaço informacional as disputas de poder que são análogas aos conflitos de interesses que encontramos nos governos, no mundo corporativo e na sociedade civil dentro de cada país. Da mesma forma, é urgente a criação de um novo marco jurídico dos direitos dos cidadãos no contexto das comunicações cibermediadas, uma vez que novos dispositivos jurídicos (de caráter penal) têm surgido para tipificar e julgar ações relativas ao mundo digital, sem antes definir quais

14 O nome do projeto de lei aprovado é “Försvarsdepartementet”. Traduzido para o português significa algo próximo a “sistema de inteligência militar melhor adaptado”. O conteúdo aprovado está disponível em: <<http://www.regeringen.se/sb/d/8670/a/78367>>. Como o texto está em sueco, as melhores referências e críticas em inglês sobre o assunto estão disponíveis no *site* de Rick Falkvinge, um dos fundadores do Partido Pirata Sueco. Ver as postagens de maio e junho de 2008: <<http://english.rickfalkvinge.se/2008/05/25/swedish-nsa-to-wiretap-all-phone-Internet/>>; <<http://english.rickfalkvinge.se/2008/06/04/more-on-the-ubiquitous-wiretapping-bill/>>.

15 O exemplo mais recente dessa problemática são as revelações do analista de sistemas Edward Snowden sobre as ações secretas de vigilância massiva empreendidas por diversos programas de espionagem do governo americano. Além de indivíduos em território nacional e internacional, empresas privadas e lideranças políticas de diferentes países foram alvo de ações de vigilância em evidente conflito com a legislação internacional.

são os direitos dos cidadãos. Neste sentido, procura-se definir o que é crime cibernético¹⁶ antes mesmo de se definir quais são os direitos e deveres no uso dos meios cibernéticos.

Para resumir, a análise de algumas leis recentemente aprovadas ou em processo de discussão na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil sugere que há uma tendência em curso de se aplicar ao ciberespaço, ao internauta e aos conteúdos digitais que transitam na rede (como veremos adiante) os mesmos dispositivos jurídicos que se fundamentam numa concepção essencialmente física: do sujeito, sob a fusão identidade-idade biológica; do território, sob a fusão do espaço informacional com o espaço da nação; da propriedade, a partir da aplicação sobre os bens comuns intangíveis dos mesmos princípios que constituem a definição de propriedade física e a determinação de valor das mercadorias materiais.

3. Impropriedade intelectual

Yann Moulier-Boutang sintetizou com precisão as principais transformações econômicas e os desafios que estão postos para o pensamento econômico diante da emergência do que tem sido denominado *capitalismo cognitivo* (Moulier-Boutang, 2001)¹⁷. Segundo o autor, alguns dos fundamentos que caíram por terra com o crescimento da dimensão imaterial da economia são:

A divisão vertical do trabalho, o caráter quase universal da lei dos rendimentos decrescentes, a separação entre a força de trabalho e a pessoa do trabalhador, o paradigma do valor como transformação e gasto da energia muscular, a escassez, os juros e a deteriorização dos bens e serviços, a divisibilidade dos fatores, a lei da entropia generalizada e o gasto dos bens pelo seu uso; o caráter subalterno ou marginal das externalidades, em particular as exigências de fazê-las funcionar no nível sistêmico da economia... todos

16 Bons exemplos dessa inversão são o projeto de lei substitutivo do senador Eduardo Azeredo ao projeto de lei da Câmara 89/2003 (Brasil, 2003) e os projetos de lei do Senado n. 137/2000 e n. 76/2000 (Brasil, 2000). Em 2010, graças a uma grande campanha da sociedade civil na internet, foi possível bloquear a aprovação desses projetos. Alternativamente, o Ministério da Justiça coordenou um longo processo de consulta pública para elaboração do que ficou conhecido como “Marco civil da internet”. No final de 2011 o projeto foi encaminhado à Casa Civil mas só no final de 2013, diante dos casos de espionagem internacional revelados por Edward Snowden (indicando como alvo empresas brasileiras e a própria presidente Dilma Rousseff) e graças a forte pressão de grupos ativistas o governo federal encaminhou o projeto para votação no Congresso. Após uma longa disputa política o texto sofreu algumas modificações e foi aprovado em abril de 2014 no Congresso e no Senado. Noutro artigo analisamos alguns aspectos da consulta pública que elaborou o “Marco civil da internet” (Parra, 2012).

17 Há também um bom artigo de Ruy Braga que sintetiza com precisão os limites de tal conceito, problematizando as visões mais idealistas sobre a noção de capitalismo cognitivo (ver Braga, 2004).

estes elementos que formavam o horizonte da economia política clássica e neoclássica hoje em dia estão mais do que questionados¹⁸.

Aqui, nosso interesse é destacar alguns pontos precisos relacionados a uma economia de bens imateriais, sem adentrar num debate sobre os problemas relativos aos conceitos de *capitalismo imaterial* ou *capitalismo cognitivo*, ou mesmo sobre a validade da tese que afirma a mudança de centralidade da produção material para a produção imaterial nos processos globais de geração de valor. São diversos os autores que trabalham a partir daquela primeira perspectiva¹⁹, assim como os que questionam a tese da “desmaterialização” da economia²⁰. Para nosso estudo, o reconhecimento da importância relativa que a dimensão imaterial ocupa na economia é suficiente para avançarmos em nosso argumento.

Um dos elementos centrais nas transformações descritas por Moulrier-Boutang é o surgimento de um “produto” de nova qualidade: a informação em mídia digital. A informatização introduz a possibilidade de traduzir e converter diferentes processos imateriais em código digital. Tal inovação ocorre simultaneamente ao ganho de importância, no interior da produção econômica, das atividades que podemos genericamente classificar como comunicacionais, relacionais, semióticas e cognitivas²¹. Quando certos processos e/ou conhecimentos tornam-se passíveis de ser “traduzidos” e formalizados em código digital, surge a possibilidade de controlá-los, calculá-los e quantificá-los no interior das atividades econômicas. Neste caso, são justamente as condições e a possibilidade desse cálculo que se tornarão objeto de disputa.

Ao mesmo tempo, diante da crescente possibilidade de formalização e codificação introduzida pela microeletrônica e pela informática, há, segundo Gorz, a *revalorização das formas de saber que não são substituíveis, que não são formalizáveis*: “o saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de conhecimento. Em poucas palavras, formas de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano” (Gorz, 2005: 5). Ou ainda, em termos mais amplos, trata-se de uma modificação

18 No original: “*La división vertical del trabajo, el carácter casi universal de la ley de los rendimientos decrecientes, la separación de la fuerza de trabajo de la persona del trabajador, el paradigma del valor como transformación y gasto de la energía muscular, la escasez y la usura y deterioro de los bienes y de los servicios, la divisibilidad de los factores, la ley de la entropía generalizada y del deterioro de los bienes por su uso; el carácter subalterno o marginal de las externalidades, en particular las exigencias de hacerlas valer a un nivel sistémico económico... todos estos rasgos que formarían el horizonte de la economía política clásica y neoclásica, hoy día están más que cuestionados*” (Moulrier-Boutang, 2001).

19 Ver: Gorz, 2005; Moulrier-Boutang, 2001; Virno, 2004.

20 O livro organizado por R. Antunes e R. Braga, *Os infoproletários*, reúne bons artigos nesta perspectiva.

21 J. Rifkin (2001), M. Castells (2003) e A. Gorz (2005) são alguns dos autores que trabalham nesta perspectiva.

(e não superação) no modo de produção, na medida em que todos os processos linguísticos, cognitivos e relacionais adquiridos e mobilizados por todas as pessoas ao longo de suas vidas passam a constituir um dos elementos centrais do processo de trabalho na era pós-fordista. Neste sentido, todos os trabalhadores adentram a produção enquanto seres falantes e pensantes (Virno, 2004). Paradoxalmente, será justamente aquilo que não pode ter o seu valor determinado no interior da economia que irá receber o mais alto valor no capitalismo cognitivo. Atributos como fidelidade, confiança, sensação, identidade, entre outros, passam a compor um novo repertório das ciências econômicas.

A impossibilidade de determinação do valor para esses “produtos”, que têm origem nos processos intangíveis, introduz profundos desafios para a teoria e a prática econômicas. No limite, autores como Gorz e Moulrier-Boutang afirmam que o *capitalismo cognitivo* constitui uma crise de profunda transformação desse sistema econômico. Para esses autores, tanto do ponto de vista econômico liberal como do marxista, o surgimento de uma mercadoria como a informação em mídias digitais insere novos problemas para as respectivas teorias do valor.

Como bem sintetizado por Bráulio Araújo (2008), a informação contém elementos de indeterminação que a tornam impossível de ser quantificada ou contabilizada de maneira estável (estática e fechada). Dado que a informação não existe “por si”, mas sempre em relação “a algo”, ela sempre varia conforme o contexto e os atores envolvidos no processo de produção-recepção dessa informação. Ao mesmo tempo, a informação é intangível, ou seja, ela não depende de um corpo físico para existir. Com o surgimento de um *medium* “desencarnado” como o digital, rompe-se a última relação que a informação mantinha com a matéria, ainda presente na mídia analógica, utilizada como suporte para o registro e transmissão da informação. Ademais, a informação é um bem não rival, ou seja, ela pode ser utilizada e “possuída” por alguém sem que deixe de ser usufruída por outra pessoa. Destaca-se, ainda, o seu caráter não exclusivo, o que significa que a utilização desse bem gera externalidades que podem ser utilizadas por outras pessoas. “Quando disponibilizo uma informação não deixo de tê-la e sua circulação faz com que outras pessoas se beneficiem da sua disponibilidade e mais informações sejam produzidas a partir dela” (Araújo, 2008). Ora, essas características contribuem para uma crise nas bases do sistema de determinação de valor, criando um novo campo de conflitos pela apropriação do *commons* liberado pelas mídias digitais.

Delimitar, definir e converter esse *commons* em capital imaterial é, nos termos de Moulrier-Boutang, a versão atualizada dos *enclosures* ingleses da fase de acumulação primitiva do capitalismo. Se nos séculos XVII e XVIII os *enclosures*

foram fundamentais para a expropriação da propriedade comunal das terras e a instauração de um novo conceito de propriedade privada, atualmente vemos uma disputa análoga sobre o *commons* (conhecimentos, saberes, cultura etc.) inaugurado pela convergência digital. É por isso que os conflitos em torno da regulação da propriedade intelectual tornam-se centrais no embate político²² (Moulier-Boutang, 2001; Lessig, 2004; Ghosh, 2005; 1998).

Antes do surgimento das mídias digitais, como bem analisado por Barlow, Machado e Araújo, um dos mecanismos de fixação do valor monetário de algo imaterial (um conhecimento ou uma imagem, por exemplo) era aplicar o princípio de escassez, originário da determinação de valor dos bens físicos, aos meios materiais que davam suporte à veiculação daquele bem imaterial (Barlow, 1996; J. Machado, 2007; Araújo, 2008). Em outras palavras, uma forma possível para se quantificar e cobrar por um conhecimento era tê-lo expresso em uma mídia física (como o papel, por exemplo) para se vender a unidade (livro) ou a licença de reprodução daquele conhecimento “materializado”. Trata-se, muito simplesmente, de se criar artificialmente, através de regras de exploração de direitos de monopólio, um grau de escassez sobre algo que não é originalmente escasso. Portanto, para haver qualquer possibilidade de controle (seja do ponto de vista social, seja do econômico) sobre a circulação de uma ideia era necessário que ela se expressasse sobre uma mídia tangível: *expressar era tornar físico* (Barlow, 1996).

Tradicionalmente, a ideia de criar barreiras artificiais à livre circulação de bens imateriais busca se legitimar com base no argumento (além do problema de incentivos ao criador) da necessidade de remunerar e compensar os custos e os investimentos do agente que realizava a produção, o registro e a distribuição. Com o surgimento e a proliferação das mídias digitais e das redes cibernéticas, esses últimos fundamentos que legitimavam a aplicação da noção de propriedade sobre um bem imaterial e a constituição de monopólios sobre a exploração do conhecimento passam a ser questionados. Como analisado por Machado, “o conceito de ‘propriedade intelectual’ foi pensado tendo em vista o mundo físico, segundo Barlow”:

[as pessoas] eram pagas não pelas ideias, mas pela habilidade em torná-las reais. [...] O valor estava no veículo, não no pensamento veiculado. [...] As informações [hoje] passam a circular de forma parecida com os pensamentos puros, ao redor da rede, em ondas magnéticas, em forma de luz, mas

22 Além do trabalho de Moulier-Boutang, destacaria outros trabalhos: Lessig, 2004; Ghosh, 2005.

sem mais tocá-las ou possuí-las no velho sentido da palavra. [...] A tecnologia digital está deslocando a informação do seu plano físico, onde as leis de propriedade de toda sorte sempre encontraram sua definição (Barlow, 1996, apud Machado, 2007a).

Para exemplificar, pensemos em um problema relativo ao direito de uso de imagens. Da mesma forma que a mídia digital contribui para a autonomização de um bem imaterial (digamos o conhecimento) com relação ao seu suporte físico (por exemplo, um livro), os meios digitais evidenciam a relativa autonomia da imagem com relação ao seu suporte. Como analisado por Belting (2006), a imagem sempre necessita de um *medium* para ganhar visibilidade. O *medium* é o suporte e in-forma a imagem. Entretanto, a imagem é da ordem do acontecimento, algo que se atualiza na relação entre o observador e o objeto. Os direitos de propriedade intelectual sempre se aplicaram sobre a expressão material de um conhecimento, por exemplo sobre as possibilidades de sua aplicação técnica (patentes) ou sobre as possibilidades de sua execução-utilização-reprodução (direito autoral e *copyright*). Analogamente, os direitos de propriedade sobre uma imagem singular encontram apoio na expressão material de uma visualidade que possa ser associada àquele bem intangível (a imagem) convertido em capital fixo imaterial. O conceito de marca²³ é o melhor exemplo disso.

Neste sentido, as disputas sobre a possibilidade de conversão do *commons* digital em capital imaterial ou as iniciativas que visam a reduzir saberes imponderáveis e inquantificáveis a conhecimentos formalizáveis em código digital são análogas às tentativas de regular a imagem em mídias digitais como se ela fosse uma imagem produzida originalmente no interior de um sistema em que os princípios de unicidade e originalidade se aplicavam sobre o *medium* físico. Um bom exemplo disso é a crescente busca da grande indústria do entretenimento

23 Aqui a definição de “marca” merece uma observação, por representar exatamente o cruzamento de nossa discussão sobre imagem e propriedade intelectual. Segundo a legislação brasileira, detalhadamente analisada por Denis Borges Barbosa, temos que: “O Art. 122 da Lei 9.279/96 define o que é a marca registrável pela lei brasileira:

- a) é o signo suscetível de representação visual; vale dizer, não serão dignos da proteção os signos olfativos e outros ‘não suscetíveis de representação gráfica’;
- b) destinado a distinguir produto ou serviço de outro idêntico ou afim, de origem diversa. Assim, marca é o sinal visualmente representado, que é configurado para o fim específico de distinguir a origem dos produtos e serviços. Símbolo voltado a um fim, sua existência fáctica depende da presença destes dois requisitos: capacidade de simbolizar e capacidade de indicar uma origem específica, sem confundir o destinatário do processo de comunicação em que se insere: o consumidor. Sua proteção jurídica depende de um fator a mais: a apropriabilidade, ou seja, a possibilidade de se tornar um símbolo exclusivo, ou legalmente unívoco, em face do objeto simbolizado” (Barbosa, 2008: 623).

de transformar qualquer criação imagética em um símbolo passível de ser apropriável sob o guarda-chuva da propriedade intelectual, reduzindo a diversidade de imagens que antes circulavam livremente pelo imaginário social a marcas proprietárias de uso exclusivo.

Atualmente, os direitos de propriedade intelectual e as regulamentações sobre as possibilidades de uso e exploração econômica através de sistemas de licenciamento de imagens avançam sobre situações inimagináveis. Não à toa, algumas empresas estão adquirindo o direito de exibição digital de inúmeras obras que estão alocadas fisicamente em museus ou coleções privadas. Se por um lado as mídias digitais e a internet têm permitido que algumas pessoas em lugares distintos tenham acesso a parte de um patrimônio universal (como obras artísticas de reconhecido valor cultural), alguns atores entendem que isso deveria ser limitado e transformado numa nova fonte de riqueza para aqueles que detêm a possibilidade de acesso àquele bem. Aqui, caminha-se para uma situação em que, através de mecanismos de licenciamento de imagens, se paga para “ver”, como se a mera visualização na tela de um computador de uma obra (um quadro de Picasso, por exemplo) retirasse algo que lhe era exclusivo.

Anteriormente, alguém podia ser o proprietário de uma pintura única. Agora, com o controle e o monopólio sobre a exibição e a visualização digital, existe a tentativa de se criar uma propriedade exclusiva sobre todas as formas de aparição daquela imagem.

Ora, o absurdo desta situação é que a imagem em mídia digital elimina completamente qualquer vínculo de unicidade ou originalidade que poderia, ainda que artificialmente, justificar a noção de propriedade exclusiva e, portanto, o direito patrimonial sobre uma imagem. Neste sentido, a imagem em mídia digital simplesmente atualiza a distinção entre imagem e *medium*, libertando, do ponto de vista da propriedade, a imagem de qualquer regulação edificada sobre o princípio de escassez. Da mesma forma, o *medium* digital liberta as ideias, o conhecimento e a cultura do seu veículo material.

Portanto, é “compreensível” que do ponto de vista dos detentores dos direitos de exploração econômica de um produto visual seja interessante aplicar à imagem em mídia digital aqueles princípios de escassez que regulavam as imagens em outros suportes físicos. Antes mesmo do surgimento do suporte digital, a fotografia já inaugurara o debate sobre os direitos de reprodução de uma imagem. No entanto, a diferença é que com os meios digitais a desmaterialização do suporte e a possibilidade de síntese computacional fazem que a relação imagem-*medium* mude de estatuto.

Da mesma forma que alguns cientistas e artistas defendem que a informação e o conhecimento sejam livres, há uma crescente cultura digital que exige que essa liberdade seja estendida, por entendê-la como “matéria-prima” para o processo criativo²⁴. Atualmente, no entanto, essa liberdade de criação colide frontalmente com os interesses dos atores que desejam explorar economicamente esse bem comum ao convertê-lo em capital imaterial de uso exclusivo. Esse impulso de transformação de elementos e processos que não são propriamente mensuráveis (o simbólico, a experiência do sujeito e outras dimensões intangíveis do social) em relações computáveis e quantificáveis seria, segundo André Gorz, uma das características constitutivas do capitalismo através da história.

Em nosso entender, tal processo de regulação da informação em mídias digitais pelos princípios de propriedade originários nos meios materiais teria apenas duas justificativas: gerar ganhos econômicos através da conquista de novos direitos de exploração de monopólios artificialmente criados e buscar o controle estético-político sobre a produção do imaginário, da cultura e do conhecimento.

Com o surgimento das mídias digitais e a expansão da internet, aquela rígida distinção entre produtor-receptor de bens culturais adquire novas configurações, pelo menos potencialmente. Multiplicam-se as possibilidades de criação, compartilhamento e difusão de novos textos, imagens e sons. Tal possibilidade, se realizada mais amplamente, entraria em tensão com o atual sistema comunicacional, baseado na produção de consensos centralizados e consolidado a partir da convergência de interesses entre detentores dos meios de comunicação de massa, corporações privadas e setores do poder estatal. Entretanto, por diversos motivos, ainda estamos distantes da plena realização desta produção cultural diversa e autônoma e observamos, com frequência, a emergência de novas formas de concentração e hierarquia do poder comunicacional no interior das redes cibernéticas.

É por isso que o conflito em torno das definições de propriedade intelectual é tão central. A liberdade de conhecer e criar exige livre circulação e compartilhamento de ideias, informações, imagens, textos e sons. Trata-se de um bem comum em que é cada vez mais difícil distinguir a produção do consumo final, os quais passam a ocorrer quase simultaneamente²⁵. Quando ampliamos isso para uma situação de crescente visibilidade mediatizada, onde a imagem em suporte digital distribuída em redes telemáticas projeta-se sobre o campo virtual da imaginação, privar o humano do livre acesso a essas imagens (ou outras

24 A Hacker Manifesto, texto de Mckenzie Wark (2004), é um bom exemplo disso.

25 Este argumento é desenvolvido em Lessig, 2004.

informações e conhecimentos) significaria privá-lo da própria possibilidade de imaginar a vida em diferentes versões. Neste sentido, a ampliação da propriedade intelectual sobre os novos “objetos” inaugurados pelo *commons* digital ampliaria o controle sobre as possibilidades de produção do imaginário social.

Conclusão

É aqui neste perigoso limiar que a expansão dos direitos de propriedade intelectual (em suas diversas expressões) pode se combinar aos ideais de superação do corpo (ciborgues), às dinâmicas de informatização da existência e seus dispositivos de controle, mas também aos modelos reducionistas da consciência e da inteligência a processos passíveis de codificação.

Por hora, o que podemos observar nesta trajetória é que estamos diante de uma sincronia histórica entre dinâmicas que atingem de maneira profunda diversos domínios da vida social (ciência, cultura, economia, sociabilidade) e que encontram nos processos de informatização um ponto político de convergência. A realização de tal projeto exige, no entanto, a combinação paradoxal de conceitos distintos de informação, tratando-a ora como um fator passível de formalização, quantificação e estabilização, ora como fator indeterminado, dinâmico e convencional, sobre o qual o capital imaterial pode ser continuamente reinventado. Por exemplo, enquanto na primeira dimensão o corpo biológico pode ser “superado” graças à sua redução informacional (para fins de controle biopolítico ou científico), na segunda dimensão o corpo precisa ser garantido como o *locus* da experiência e condição de realização das capacidades humanas essenciais ao atual modo de produção: comunicação, interação, afeto, sentidos, linguagem, cognição.

No atual contexto, atuar sobre esse paradoxo significa “inventar” um campo político através do tensionamento dos próprios critérios que fundamentam e definem os termos dessa equação. Quando se trata da crescente mediação das tecnologias digitais de comunicação, frequentemente essa fronteira é definida pela configuração sociotécnica do dispositivo. Aqui, o controle sobre essas configurações (seja o código digital ou as especificações do *hardware*, entre outras) torna-se fundamental, pois define a própria “*partilha do sensível*” (Rancière, 2005). É essa configuração do dispositivo que regula, por exemplo, a fronteira entre: o visível e o invisível; o privado e o público; a gratuidade e a produção de valor; a localização e a desterritorialização; a identidade e o anonimato. Por isso, as disputas pela definição das características, dos modos de uso e da aplicação dessas tecnologias podem ser analisadas como um importante campo de lutas sociais.

Referências

- ANTUNES, R.; BRAGA, Ruy (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, Bráulio Santos Rabelo de. O direito autoral, a economia colaborativa e as licenças autorais alternativas, 2008. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=405>. Acesso em: 18 ago. 2008.
- Baitello Jr., Norval. *A era da iconologia*. São Paulo, Hacker Editores, 2005.
- BARLOW, John Perry. *Declaração de independência do ciberespaço, 1996*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/ciber/textos/barlow.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2007.
- BARBOSA, Denis Borges. Uma introdução à propriedade intelectual, 2008. Disponível em: <<http://denisbarbosa.addr.com/livre.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2008.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- BELTING, Hans. *Image, Medium, Body: A New Approach to Iconology*. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 31, n. 2, 2005, pp. 302-319. Disponível também em: <http://peterasaro.org/courses/MSI/Belting_Image_Medium_Body.pdf>. Acesso em: 26 set. 2006.
- BENKLER, Yochai. *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- BRAGA, Ruy. *O trabalho na trama das redes: para uma crítica do capitalismo cognitivo*. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, v. VI, n. 3, set.-dez. 2004. Disponível em: <www.eptic.com.br>.
- BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2000. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/mate/servlet/PDFMateServlets=http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Materia/MateFO.xml&o=ASC&m=43555>>. Acesso em: 11 jul. 2008.
- BRASIL. Projeto de Lei Substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). SaferNet Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.safernet.org.br/twiki/bin/view/SaferNet/PLSEduardoAzeredo>>. Acesso em: 11 jul. 2008.
- BELTING, Hans. *Pour une anthropologie des images*. Paris, Gallimard, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- COSTA, Rogério da. *A sociedade de controle*. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 17, n. 3, 2004, pp. 161-167.
- COUCHOT, Edmond. *La technologie dans l'art: de la photographie à la réalité virtuelle*. Nimes, Éditions Jacqueline Chambon, 1998.
- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*, São Paulo, Editora 34, 2007.

- DILLON, Michael; REID, Julian. Governança liberal global: biopolítica, segurança e guerra. *Estudos de Sociologia*, Revista do Prog. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 8, n. 1,2, 2002, pp. 69-99.
- DIRECTIVE 2006/24/EC of the European Parliament and of the Council. *Official Journal of the European Union*, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.ispai.ie/DR%20as%20published%20OJ%2013-04-06.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2007.
- FEENBERG, Andrew. Marcuse or Habermas: two critiques of technology. *Inquiry*, n° 39, 1996, pp. 45-70. Trad. *online* de Newton Ramos-de-Oliveira disponível em: <http://www.sfu.ca/~andrewf/books/Portug_Marcuse_ou_Habermas.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2011.
- FERREIRA, Pedro Peixoto. Por uma definição dos processos tecnicamente mediados de associação. *Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, v. 1, n. 2, jan.-dez. 2010, pp. 58-75.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, Petrópolis, Vozes, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1993.
- GALLOWAY, Alexander. *Protocol: How Control Exists after Decentralization*. Cambridge, MIT Press, 2004.
- GHOSH, Rishab Aiyer. *CODE: Collaborative Ownership and the Digital Economy*. Cambridge, MIT Press, 2005.
- GHOSH, Rishab Aiyer. *Cooking pot Markets: An Economic Model for the Trade in Free Goods and Services on the Internet, 1998*. Disponível em: <http://www.firstmonday.org/issues/issue3_3/ghosh/>. Acesso em: 19 mar. 2007.
- GOODMAN, Amy. *Libertad de expresión vs. Vigilancia en la era digital*. Disponível em: <http://www.democracynow.org/blog/2009/6/25/libertad_de_expresin_vs_vigilancia_en_la_era_digital>. Acesso em: 25 ago.2009.
- GORZ, Andre. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo, Annablume, 2005.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. São Paulo, Record, 2001.
- HIMANEN, Pekka. *The Hacker Ethic and the Spirit of the Information Age*. New York, Random House, 2001.
- KURZ, Robert. *A substância supérflua [Entrevistado por José Galisi Filho]*, 2007. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2773,1.shl>>. Acesso em: 12 nov. 2007.
- LATOUR, Bruno. *On technical mediation. Philosophy, Sociology, Genealogy, Common Knowledge*, v. 3, n. 2, 1994, pp. 29-64.
- LESSIG, Lawrence. *Cultura livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade*, 2004. Disponível em: <<http://>

- free-culture.cc/> (inglês); <http://stoa.usp.br/oerworkshop/files/1333/7582/cultura_livre.zip> (português). Acesso em: 21 jan. 2009.
- LEVY, Pierre. *Qu'est-ce que le virtuel?*. Paris, La Découverte, 1998.
- MACHADO, Arlindo. *O sujeito na tela: modos de enunciação no cinema e no ciberespaço*. São Paulo, Paulus, 2007.
- MACHADO, Jorge. Desconstruindo “propriedade intelectual”, 2007a. Disponível em: <http://www.forum-global.de/jm/arto6-07/desconstruindo_propriedade_intelectual_drafto5.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2008.
- MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: KELLNER, Douglas (Org.). *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo, Ed. UNESP, 1999.
- MARTINS, Hermínio. Aceleração, progresso e experimentum humanum. In: MARTINS, Hermínio; GARCIA, José Luís (Coord.). *Dilemas da civilização tecnológica*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- MOULIER-BOUTANG, Y. Riqueza, propiedad, libertad y rent em el “capitalismo cognitivo”. *Multitudes*, n. 5, maio 2001. Disponível em: <<http://multitudes.samizdat.net/article319.html>>. Acesso em: 10 jan. 2007.
- PARRA, H. Z. M. Controle social e prática hacker: tecnopolítica e ciberpolítica em redes digitais. *Sociedade e Cultura*, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiânia, v. 15, n. 1, jan.-jun. 2012, pp. 109-120.
- _____. *O Leviatã e a rede: mutações e persistências político-estéticas*. Tese de doutorado, Educação, Faculdade de Educação, UNICAMP, 2009.
- _____. Entre o analógico e o digital: apontamentos sobre suas formas de conhecimento e poder. In: BRUNET, Karla Schuch (Org.). *Apropriações tecnológicas: emergência de textos, ideias e imagens do Submidialogia#3*. Salvador, Ed. Universidade Federal da Bahia, 2008, v. 1, p. 17-34.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo, Editora 34/EXO, 2005.
- RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso*. São Paulo, Pearson-Makron Books, 2001.
- ROSSI, Amanda. *Moçambique regula uso de celulares após revoltas convocadas por SMS*. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=7247>. Acesso em: 22 nov. 2010.
- RULLANI, Enzo. *Le capitalisme cognitif: du déjà vu?* *Multitudes*, n. 2, 2000, pp. 87-94. Disponível em: <http://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=MULT_002_0087>. Acesso em: 20 jul. 2007.
- SANTOS, Laymert Garcia. *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo, Editora 34, 2003.

- SANTOS, Laymert Garcia. Tecnologia, perda do humano e crise do sujeito de direito. In: PAOLI, Maria Célia; OLIVEIRA, Francisco (Org.). *Os sentidos da democracia*. Petrópolis, Vozes, 1999, pp. 291-306 (coleção Zero à Esquerda).
- SILVEIRA, Sergio Amadeu. Novas dimensões da política: protocolos e códigos na esfera pública interconectada. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, out. 2009, pp. 103-113.
- SIMONDON, G. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris, Aubier-Montaigne, 1969.
- VIRILIO, Paul. *A máquina de visão*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2002.
- VIRNO, Paolo. *A Grammar of the Multitude: For an Analysis of Contemporary Forms of Life*. *Semiotext(e)*, MIT Press, 2004. Disponível em: <www.semiotexte.org>. Acesso em: 25 mar. 2006.
- WARK, McKenzie. *A Hacker Manifesto*. *Subsol*, 2004. Disponível em: <http://subsol.c3.hu/subsol_2/contributorso/warktext.html>. Acesso em: 11 mar. 2009.

Recebido em: 28/10/2013

Aceito em: 18/12/2013

Como citar este artigo:

- PARRA, Henrique Z. M. Sujeito, território e propriedade: tecnologias digitais e reconfigurações sociais. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 183-209

Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal¹

Berenice Bento²

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a proliferação de normas que estabelecem respeito à identidade de gênero das pessoas trans em esferas micro (escolas, universidades, repartições públicas), conhecida como nome social, no contexto do que estou propondo nomear “cidadania precária”.

Palavras-chave: pessoas trans; nome social; identidade de gênero; cidadania.

Social name for trans people: precarious citizenship and legal “gambiarra”.

Abstract: *The purpose of this article is to discuss the proliferation of rules that establish respect for gender identity of trans people in micro spheres (schools, universities, government offices), known as social name, in the context of what I am proposing naming of “precarious citizenship.”*

Keywords: *transgender people; social name; gender identity; citizenship.*

1 Neste artigo apresento resultados parciais de uma pesquisa sobre nome social no Brasil. No artigo: Identidade de gênero: entre a gambiarra e o direito pleno, publicado no jornal *Correio Braziliense* em 29 de maio de 2012, realizei as primeiras e embrionárias reflexões.

2 Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Natal – Brasil – berenice.bento1@gmail.com

Introdução

A crescente mobilização pelo reconhecimento pleno de ativistas trans (transexuais, travestis, intersexos, transgêneros e *queer*) em diversos países tem possibilitado conquistas, a exemplo das leis de identidade de gênero espanhola, argentina, uruguaia e inglesa. De forma geral, essas legislações normatizam as cirurgias de transgenitalização e a mudança nos documentos para as pessoas trans. Entre as legislações há diferenças consideráveis. No Brasil, no entanto, há uma criatividade inédita no cenário internacional: inventou-se o nome social para as pessoas trans. São normas que regulam o respeito à identidade de gênero em esferas micro: nas repartições públicas, em algumas universidades, em bancos. Assim, nas universidades que aprovaram a utilização do nome social, os estudantes trans terão sua identidade de gênero respeitada. E como podemos explicar a nossa singularidade? Seria um descaso do Legislativo? Certamente, o vácuo legal pode ser lido por uma óptica conjuntural, e ao analisar a composição das forças no Congresso Nacional seremos tentados a pensar que é devido exclusivamente à hegemonia conservadora que ora domina o Parlamento que surgiu o nome social.

No entanto, o caso “nome social” traz dados para análise que nos permitem pensar como as elites econômicas, políticas, raciais, de gênero e sexual se apropriam da estrutura do Estado para frear e impedir a ampliação e a garantia de direitos plenos às populações excluídas. Vale ressaltar, para fugir de análises dicotômicas e binárias, que ao lidar com a noção de “elite” não estou considerando-a como um todo homogêneo e contínuo. Quando fazemos as operações de deslocamentos, via as interseções dos marcadores da diferença, o sujeito que se apresenta como “elite de gênero” pode descolar-se desta posição e ser reconhecido como um excluído racial. Este alerta inicial é importante para não se pensar que há elites hegemônicas e coesas. Um homem que tem um capital de gênero diferenciado de uma mulher, por exemplo, perde posições de poder se ele é negro e *gay*.

O que vou sugerir como tese principal deste artigo é que há um *modus operandi* historicamente observável das elites que estão majoritariamente nas esferas da representação política no Brasil, qual seja: a votação/aprovação de leis que garantem conquistas para os excluídos (econômicos, dos dissidentes sexuais e de gênero) são feitas a conta-gotas, aos pedaços. E assim se garante que os excluídos sejam incluídos para continuarem a ser excluídos. As análises de Sérgio Buarque de Holanda³ sobre a organização do Estado brasileiro e do espaço público mantém seu vigor. Nas palavras do autor, a democracia no Brasil foi

3 Em *Raízes do Brasil* (Holanda, 2009).

sempre um mal-entendido, um exercício verborrágico de bacharéis que traziam para o espaço público valores familiares. Ao conceder cidadania pouco a pouco para as pessoas trans se está repetindo uma estrutura da relação entre Estado e populações excluídas característica da cultura política nacional.

Mais recentemente, as pesquisas de Jessé de Souza (2006; 2010) têm sido referências importantes para quem busca compreender a produção e a reprodução das estratificações sociais no Brasil. No entanto, a noção de cidadania precária, conforme discutirei, não pode ser confundida com subcidadania (Jessé, 2006) ou ralé (Jessé, 2010). A cidadania precária representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada nos corpos das mulheres, dos/as negros/as, das lésbicas, dos gays e das pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Para adentrar a categoria de humano e de cidadão/cidadã, cada um desses corpos teve que se construir como “corpo político”. No entanto, o reconhecimento político, econômico e social foi (e continua sendo) lento e descontínuo.

Antes da aprovação da Lei Áurea, foram aprovadas leis, ao longo de cinquenta anos, que libertavam parcialmente os escravos. Antes de tornar-se universal, para as todas as mulheres, o voto feminino foi palco de diversas propostas de restrições, e antes da lei federal entrar em vigor em estados isolados as mulheres já votavam. E com a legislação trabalhista notamos a mesma estrutura se repetindo: primeiro foram regulamentações pontuais ao longo de mais de cinquenta anos. O reconhecimento das uniões estáveis por parte de casais do mesmo sexo também foi precedida de medidas localizadas, a exemplo da inclusão dos/as companheiros como dependentes em planos de saúde, da inclusão na declaração de imposto de renda. Nestes quatro casos, podemos observar como setores dominantes (raça/etnia, gênero, classe, sexual) se apoderam do Estado e tentam segurar com mãos de ferro seu lugar hegemônico.

1. Cidadania precária na história brasileira

O objetivo deste apartado é apresentar alguns dados históricos que irão sustentar o debate do subcapítulo 2. Os dados aqui citados foram pesquisados inicialmente na Wikipédia. Posteriormente, cotejamos com as informações nos *sites* do Superior Tribunal Eleitoral, na página da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais⁴ (ABGLT) e em outras fontes.

4 Agradeço a Emilly Mel Fernandes, graduanda de Psicologia da UFRN, a contribuição na sistematização inicial dos dados históricos.

1.1. Leis que antecederam a promulgação da Lei Áurea⁵

O Segundo Reinado, pressionado pela Inglaterra, sancionou em 4 de setembro de 1850 a Lei Eusébio de Queiroz, que teve por meta abolir o tráfico de escravos que vinham pelo oceano Atlântico em direção ao Brasil. Apesar da Lei, o tráfico ultramarinho seguiu, e ainda havia o tráfico interno de escravos. No entanto, 49 anos separaram a Lei Eusébio de Queiroz da Lei Áurea. Em 28 de setembro de 1871, foi aprovada na Câmara dos Deputados a Lei do Ventre Livre (ou Lei Rio Branco), com 65 votos a favor e 40 contra, que concedeu liberdade aos recém-nascidos filhos de escravos/as no Brasil a partir da data de promulgação da Lei. Esses filhos tinham duas opções: poderiam ficar com seus senhores até atingir a maioridade, 21 anos à época, ou ser entregues ao governo. A criança vivia sob os cuidados do senhor, mas na verdade prestava serviços como os de escravos. Em 28 de setembro de 1885 a Lei dos Sexagenários (Lei Saraiva-Cotegipe) concedeu liberdade aos escravos com idade igual ou superior a 65 anos. O efeito prático foi mínimo, pois os escravos com tamanha idade não eram tão valorizados. Era muito difícil também que os escravos conseguissem viver sob as condições impostas até alcançar tal idade.

1.2. O voto feminino e o debate sobre quais mulheres devem/podem votar

Antes de ser aprovado, o voto universal feminino teve que passar por diversas restrições. Na Constituinte de 1890, a discussão sobre o voto feminino foi intensa. Três deputados propuseram que ele fosse concedido “às mulheres diplomadas com títulos científicos e de professora, desde que não estivessem sob o poder marital nem paterno, bem como às que estivessem na posse de seus bens”. Mas esta emenda foi rejeitada. Outras propostas surgiram, como as “que possibilitavam o sufrágio às cidadãs, solteiras ou viúvas, diplomadas em Direito, Medicina ou Farmácia e às que dirigissem estabelecimentos docentes, industriais ou comerciais”. Mas também não foram aceitas. O texto final da Constituição de 1891 considerou eleitores “os cidadãos maiores de 21 anos” que se alistassem na forma

5 Os dados históricos foram selecionados a partir da pesquisa nos seguintes sites: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_619/artigo_sobre_historia_do_direito_do_trabalho>. <http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/lei_eusebio_queiros.htm>. <<http://www.klickeducacao.com.br/conteudo/pagina/o,6313,POR-2091-18452-,oo.html>>. <<http://www.historiabrasileira.com/escravidao-no-brasil/lei-do-ventre-livre/>>. <<http://www.historiabrasileira.com/escravidao-no-brasil/lei-dos-sexagenarios/>>. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Abolicionismo_no_Brasil>. <<http://www.youtube.com/watch?v=qaYnE6pgQ7k>>. <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>. <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>.

da Lei. Ainda havia total resistência ao voto feminino e os argumentos eram diversos: a dissolução da família brasileira, que a mulher não possuía capacidade e ainda que a proposta do voto feminino era anárquica, desastrosa, fatal. Em 1921, em primeira discussão, o projeto apresentado pelo senador Justo Chermont, dispondo sobre a capacidade eleitoral da mulher maior de 21 anos, admitia que uma lei ordinária poderia consagrar o direito político da mulher, porém não teve êxito.

No plano estadual, o Rio Grande do Norte se antecipou à União, notabilizando-se com o pioneirismo na concessão, por lei, do direito de voto à mulher. Juvenal Lamartine, candidato ao governo do estado (RN), incluiu em sua plataforma, em abril de 1927, o desejo de contar com o concurso da mulher “não só na escolha daqueles que vêm representar o povo” mas também “entre os que elaboram e votam a lei que tiver de aplicar”. A primeira eleitora brasileira a cadastrar-se, com base nessa disposição legal, foi a professora da Escola Normal de Mossoró Celina Guimarães Viana. Vinte eleitoras se inscreveram no Rio Grande do Norte até 1928, e quinze delas votaram na eleição de 15 de abril de 1928.

A redação final do código, trazida pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, considerou eleitor “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo [...]”. A Constituição promulgada em 16 de julho de 1934 veio dispor que eleitores seriam “os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos”, que se alistassem na forma da lei (art. 108). Rezava o artigo 109: “O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens, e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar”.

1.3. A relação capital e trabalho: regulamentação tardia

O início da formação e da consolidação do direito do trabalho no Brasil se deu com a abolição da escravatura em 1888. Com a assinatura da Lei Áurea iniciou-se, de certa forma, a referência histórica do direito do trabalho brasileiro. Tal Lei reuniu pressupostos para a configuração do novo ramo jurídico especializado e eliminou o sistema de escravidão que persistia até então. Até a década de 1940, as normas trabalhistas eram assistemáticas e dispersas e estavam associadas a outras normas relacionadas à questão social. Por exemplo: o Decreto nº 221/1890, que estabeleceu a concessão de férias de quinze dias aos ferroviários e ainda suas aposentadorias; o Decreto Legislativo nº 1150/1904, que concedeu facilidades para o pagamento de dívidas de trabalhadores rurais, benefício estendido posteriormente aos trabalhadores urbanos; o Decreto Legislativo nº 1637/1907, que facultou a criação de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas.

Em 1919 surgiu a legislação acidentária do trabalho, acolhendo o princípio do risco profissional, embora tenha tido inúmeras limitações (lei nº 3724/1919).

Em 1923 veio a lei nº 4682 (Lei Elói Chaves), instituindo as Caixas de Aposentadorias e Pensões para os ferroviários. Ainda nesse mesmo ano foi instituído o Conselho Nacional do Trabalho pelo Decreto nº 16027/1923. Em 1925, devido à Lei nº 4982/1925, foram concedidas férias de quinze dias úteis aos empregados de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários. Dois anos mais tarde, em 1927, foi promulgado o Código de Menores pelo Decreto nº 17934, que estabelecia a idade mínima de 12 anos para o trabalho, a proibição do trabalho noturno e em minas, além de outros preceitos. A partir de 1930 começou o período de institucionalização do direito do trabalho, que seria concluído em 1945, juntamente com o término da ditadura de Getúlio Vargas. Com a Constituição de 1934 voltaram a prosperar maior liberdade e maior autonomia sindicais. O governo federal, todavia, retomou, de imediato, o controle completo sobre as ações trabalhistas, através do estado de sítio de 1935, dirigido preferencialmente às lideranças políticas e operárias adversárias da gestão fiscal. Com essa medida, continuada pela ditadura aberta de 1937, o objetivo do governo de eliminar qualquer foco de resistência à sua estratégia político-jurídico foi alcançado. Criou-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo Decreto nº 19443/30 e, meses após, instituiu-se o Departamento Nacional do Trabalho pelo Decreto nº 19671-A.

Em 1932 foi criado um sistema de solução judicial de conflitos trabalhistas, inaugurado com a criação das Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento, através do Decreto nº 21396/32, no qual somente poderiam demandar os empregados integrantes do sindicalismo oficial (Decreto nº 22132/32). A Constituição de 1937, que mencionou em seu texto a justiça do trabalho, induziu ao aperfeiçoamento do sistema na medida em que elevava seu patamar institucional. Com o Decreto nº 1237/39, a justiça do trabalho foi efetivamente regulamentada. O Decreto nº 21471/32 regulamentou o trabalho feminino, e o Decreto nº 21186/32 fixou a jornada de oito horas para os comerciários, que seria, em seguida, estendida aos industriários (Decreto nº 21364/32). As carteiras de trabalho foram criadas pelo Decreto nº 21175/32; o Decreto nº 23103/33 estabeleceu férias para os bancários; e vários outros diplomas se sucederam ao longo da década de 1930 até 1943. Alguns anos depois foram estruturados e reunidos em uma única lei, denominada Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), através do Decreto nº 5452/43⁶.

Em abril de 2013, setenta anos após a promulgação da CLT, foi aprovada a emenda constitucional que regulamenta a jornada das empregadas domésticas em 44 horas semanais e equipara direitos desta categoria às outras, como o

pagamento de hora extra. A maior resistência para a aprovação da PEC veio de setores patronais (leia-se: principalmente mulheres).

1.4. A inclusão de lésbicas e gays na legislação⁷

Enquanto a Câmara não votava o PL 1151/1995, da deputada federal Marta Suplicy, projeto regulando a união de pessoas do mesmo sexo⁸, a vida seguiu seu curso e as pessoas *gays* e lésbicas passaram a recorrer à justiça para o reconhecimento de adoção, dependência e união estável. Localmente o poder judiciário passou a dar pareceres favoráveis às demandas dos casais. Estados como Rio Grande do Sul (2004), São Paulo (2004), Roraima (também em 2004) e Piauí (em 2008) estabeleceram normas que orientavam os cartórios a registrar as uniões estáveis de pessoas do mesmo sexo.

Em 2000, o Ministério Público Federal ajuizou uma ação civil pública de Porto Alegre requerendo que o INSS reconhecesse o direito previdenciário do companheiro homossexual. A juíza titular da vara federal deferiu imediatamente o pedido, expedindo uma liminar obrigando o INSS a conceder tais benefícios. A abrangência da decisão é nacional, beneficiando casais homossexuais em qualquer parte do Brasil.

Várias empresas, notadamente estatais, têm reconhecido o benefício para o companheiro homossexual em seus planos privados de previdência, tais como Petrobrás, Radiobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES. Também passamos a conviver com notícias de decisões judiciais permitindo a adoção por casais homossexuais. A primeira decisão judicial a respeito teria ocorrido em Bagé, Rio Grande do Sul, em 2005. Em junho de 2008 haveria dez casos finalizados ou em fase final, permitindo essas adoções, em seis estados diferentes (RS, SP, AM, PR, DF e AC). No Rio Grande do Sul já haveria um consenso entre os juízes quanto à possibilidade dessas adoções. Em Pernambuco também já foi noticiada uma adoção.

O Ministério Público Federal do Piauí ingressou com ação civil pública em março de 2009 para permitir que o companheiro homossexual possa ser dependente do imposto de renda. A justiça federal concedeu liminar deferindo o pedido, válida para aquele estado.

E, finalmente, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, em maio de 2011, em decisão unânime, a equiparação da união homossexual à heterossexual.

7 Para um detalhamento das conquistas pontuais dos LGTT (lésbicas, gays, transexuais e travestis) ver: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Legisla%C3%A7%C3%A3o_sobre_a_homossexualidade_no_mundo>.

8 A análise do PL 1151/1995, da deputada Marta Suplicy, é o tema central do livro *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*, de Luiz Mello (2005).

A decisão tem efeito vinculante, ou seja, alcança toda a sociedade. Os ministros foram autorizados a decidir processos pendentes individualmente. Na prática, a decisão viabilizou para os homossexuais direitos como pensão, herança e adoção.

Há um ponto em comum no quadro geral apresentado: a conquista de direitos que deveriam ser plenos desde o primeiro momento foi sendo legislada pouco a pouco. É como se houvesse um subtexto direcionado às/aos excluídos: calma, vamos ver o quanto você resiste e se você acredita mesmo que “merece” adentrar no reino da cidadania. Valeria uma pesquisa comparativa aprofundada com outros países, mas até o momento infiro que essa forma de lidar com a ampliação dos limites da cidadania é tipicamente brasileira. O caso do nome social para pessoas trans segue essa mesma trajetória.

2. Cidadania precária: o nome social para as pessoas trans

As leis dos diversos países que dispõem sobre direitos das pessoas trans mudam de acordo com a compreensão que o legislador tenha do que seja gênero. Quanto mais próximo de uma visão biologizante de gênero maiores serão as exigências para as cirurgias de transgenitalização e as mudanças nos documentos. Por essa visão, ou se nasce homem ou se nasce mulher, e nada poderá alterar a predestinação escrita nos hormônios. Nestes casos, as legislações têm um caráter autorizativo. As pessoas trans precisarão de algum especialista para atestar a validade de suas demandas. A Lei de Identidade de Gênero espanhola seria um exemplo de uma concepção autorizativa. As pessoas trans podem alterar seus documentos sem ter feito a cirurgia, mas precisam ainda de um diagnóstico de TIG (transtorno de identidade de gênero) emitido por um especialista, geralmente psiquiatra. A Argentina aprovou em 2012 uma legislação em que prevalece o princípio do reconhecimento da identidade de gênero. Não é pedido nenhum tipo de exame, de protocolo ou atestado para a pessoa demandar no cartório a mudança de nome e sexo nos documentos.

O que se observa no Brasil é a total ausência de uma legislação que assegure os direitos fundamentais às pessoas trans. Atualmente, há três projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional: o PL 72/2007, do ex-deputado Luciano Zica⁹; o PLS 658/2011, da ex-senadora Marta Suplicy; e o PL 5002/2013, do deputado Jean Wyllys e da deputada Érika Kokai. Considero que os dois primeiros

9 Este artigo estava na fase de revisão, quando o PL 72/2007 (novembro de 2013), foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e aguarda para ser apreciado no Plenário desta Casa. Para uma discussão do retrocesso que representa este Projeto, ler artigo de Luisa Helena Stern (2013), nota da OAB (2013) e Bento, 2013.

são orientados pela perspectiva patologizante, ainda que disponham sobre as mudanças do nome e do sexo nos documentos sem condicioná-las à realização da cirurgia. No entanto, conforme se pode ler na justificativa do PLS 658/2011, todo o protocolo médico e a psiquiatrização são reconhecidos como legítimo.

Segundo a psiquiatria, o transexualismo é considerado uma doença que, tecnicamente, se denomina transtornos de personalidade da identidade sexual, e que se conceitua, no âmbito dessa ciência médica, como um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto.

Este desejo se acompanha, em geral, de um sentimento de mal-estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.

Em outra abordagem, a ciência também trata dessa *disfunção como neurodiscordância de gênero*, constatada quando seres humanos com características inatas e somáticas próprias possuem estrutura sexual, mental e um sistema subcortical em discordância com a sua conformação genital original, o que lhes causa intensos transtornos psicológicos, como frustração, humilhação e dor, muitas vezes levando-os à depressão profunda (justificação do PLS 658/2011, senadora Marta Suplicy).

Neste caso, o argumento central que sustenta a defesa da importância do projeto está no reconhecimento da condição de enfermidade do/a transexual, embora esta tese esteja em pleno processo de problematização por ativistas e pesquisadores que negam qualquer cientificidade da patologização das identidades trans ou qualquer fundamento de verificabilidade da hipótese da neurodiscordância de gênero. A inclusão no DSM (Manual Diagnóstico Estatístico de Transtorno Mental) e no CID (Código Internacional de Doenças) da transexualidade não foi respaldada por nenhum teste¹⁰. Não há nenhum exame clínico objetivo que possibilite ao saber médico e às ciências psi (refiro-me à psicologia, à psiquiatria e à psicanálise) afirmarem que os sujeitos que vivem as experiências de gênero em desacordo com o estabelecido hegemonicamente sejam portadores de transtornos mentais.

Em relação à emissão do laudo, o projeto da senadora estabelece:

II – Essa discordância deve ser atestada por laudo técnico fornecido *por profissional de qualquer das áreas médica, da psicologia ou da psiquiatria*, nos termos dos procedimentos estabelecidos na presente lei.

10 Para uma discussão sobre o histórico e o funcionamento do “dispositivo da transexualidade”, ver Bento, 2006; 2008.

No entanto, no parágrafo 3º define:

§ 3º A petição inicial deverá ser acompanhada de *laudos médico e psicológico* atestando a *desconformidade sexual* do requerente, sem prejuízo dos demais meios de prova, tais como *depoimentos de testemunhas* que conheçam sua vida cotidiana e de profissionais que o tenham atendido em seus aspectos social, mental ou físico (itálicos meus).

Portanto, há uma contradição: em um momento se define que o laudo poderá ser emitido por qualquer profissional das áreas médica, psicológica ou psiquiátrica, para logo depois defini-lo como atribuição de médicos e psicólogos. Outra confusão refere-se ao marco conceitual. A transexualidade refere-se à sexualidade (desconforto sexual) ou às questões vinculadas ao gênero? Contudo, não há nenhuma exigência de tempo de terapia (geralmente, dois anos), da prova de vida real (a pessoa transexual usar roupas e acessórios compatíveis com o gênero com o qual se identifica) e de que esteja realizando terapia hormonal. Esta tríade está presente na legislação espanhola e segue o cânone estabelecido pela Associação de Psiquiatria Norte Americana (APA), pelo Código Internacional de Doenças (CID) e pelo Standart of Care (SOC), da World Professional Association for Transgender Health.

O mérito do projeto que deveria garantir às pessoas trans o direito à mudança nos documentos evapora-se quando retorna para o juiz, como acontece hoje, o dever/direito de interpretar laudos e escutar testemunhas antes de proferir sua sentença. O que este lei mudaria na vida das pessoas trans? Nada. Da mesma forma como ocorre atualmente, a pessoa entra com um processo judicial. Será um juiz que dará um parecer final sobre sua demanda:

Art. 5º A decisão judicial que determinar a adequação do nome e sexo terá efeitos constitutivos a partir do seu trânsito em julgado.

Esta propositura está na lógica apontada acima de incluir para continuar excluindo, e pode ser analisada como herdeira da cultura política brasileira de lidar com as demandas das populações excluídas como se os atos do poder fossem dádivas.

O projeto de lei 5002/2013, denominado Lei João W. Nery¹¹, a Lei de Identidade de Gênero, de autoria do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) em coautoria com a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), é a primeira na história que

11 João W. Nery publicou sua autobiografia, *Viagem solitária*, em 2011, e visibilizou a população transexual masculina no Brasil como nunca tinha acontecido na história do país.

se estrutura pelo princípio do reconhecimento pleno da identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos nem psicológicos, cirurgias nem hormonioterapias, assegura o acesso à saúde no processo de transexualização e despatologiza as identidades trans. O projeto inspira-se na Lei de Identidade de Gênero argentina.

A nova conjuntura política na Câmara dos Deputados, com a eleição do deputado Marco Feliciano, conhecido por suas posições homofóbicas, transfóbicas, racistas e machistas, para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, por onde tramitaria o PL 5002/2013, sinaliza um longo período em que projetos que avançam na democratização do acesso aos bens simbólicos e materiais da cidadania viverão um momento de acentuada paralisia. É neste contexto histórico que o nome social ganha relevo.

3. Uma solução à brasileira: nome social

O Brasil é o único país do mundo onde, no vácuo de uma legislação geral, instituições garantem um direito negado globalmente. Aqui transmutamos o respeito à identidade de gênero em “nome social”. Universidades, escolas, ministérios e outras esferas do mundo público aprovam regulamentos que garantem às pessoas trans a utilização do “nome social”¹². Mudar sem alterar substancialmente nada na vida da população mais excluída da cidadania nacional. Assim, por exemplo, uma estudante transexual terá seu nome feminino na chamada escolar, mas no mercado de trabalho e em todas as outras dimensões da vida terá que continuar se submetendo a todas as situações vexatórias e humilhantes e portar documentos em completa dissonância com suas *performances* de gênero.

Contudo, há um paradoxo ou dilema que estas normatizações expõem, as quais merecem ser mais cuidadosamente analisadas para ser utilizadas, inclusive, como estratégia discursiva. Vejamos o exemplo da Resolução nº 232/2012, que aprova a utilização do nome social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e que segue os passos de outras normatizações.

Art. 1º Assegurar ao aluno ou à aluna da UFRN, cujo nome oficial não reflita adequadamente sua identidade de gênero, a possibilidade de uso e de inclusão nos registros acadêmicos do seu nome social, nos termos desta Resolução.

12 Para um acompanhamento dos decretos, portarias e resoluções que dispõem sobre a utilização do nome social ver: <<http://www.nucleotiesias.ufrn.br/documentos.php>>.

Vejamos a definição de nome social:

§ 1º Nome social é o modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, uma vez que o nome oficial não reflete sua identidade de gênero ou possa implicar constrangimento.

Para o/a estudante usar o nome social e, portanto, ter sua identidade de gênero reconhecida não é necessário nenhum tipo de exigência (laudo psiquiátrico, teste de vida real, terapia psicológica ou hormonal). O/a estudante dirige-se ao setor responsável, preenche um formulário e nenhum outro tipo de burocracia lhe é exigido. Os/as servidores/as e os/as docentes também podem solicitar as mudanças.

A Resolução também garante ao/à estudante “o direito de sempre ser chamado oralmente pelo nome social, sem menção ao nome civil, inclusive na frequência de classe e em solenidades como colação de grau, defesa de tese, dissertação ou monografia, entrega de certificados, declarações e eventos congêneres”.

Estamos diante de uma normatização que se refere ao nível capilar das relações sociais. E sua necessidade foi orientada por uma sensibilidade muito singular: garantir que as normas gerais ganhem vida onde a vida de fato acontece: nas microinterações cotidianas. Esta resolução respaldou-se, principalmente, na Constituição federal de 1988, que dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção ou discriminação de qualquer natureza, e garante a educação como direito de todos, em igualdade de condições de acesso e permanência, e na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que estabelece que o ensino seja ministrado com respeito à liberdade e apreço à tolerância.

De um lado um corpo de normatizações que regula a vida, no âmbito do gênero, em múltiplas instituições (escolas, universidades, repartições públicas, bancos), do outro a inexistência de leis que garantam e assegurem a existência da diversidade humana. Certamente, não são novidade os limites do aparato legal e jurídico no Brasil. Sabemos também que aqui, diz o ditado popular, há leis que não pegam e que, portanto, estamos longe de nos aproximar da formulação de Durkheim (2008) segundo a qual as leis são a materialização das consciências coletivas. Entre a lei e as práticas cotidianas há um considerável espaço de contradições e violências. No entanto, o que estes dois corpos legais nos oferecem é a possibilidade de pensarmos no profundo paradoxo que está sendo gestado no Brasil em relação ao reconhecimento pleno do direito à identidade de gênero.

Para o/a estudante ter direito à sua identidade de gênero ele/ela não precisa apresentar nenhum papel que assegure uma suposta condição de

“transtorno mental” ou “disforia”, ou “neurodiscordância”, ou “transexualismo”. O/A mesmo/a estudante que consegue o pleno reconhecimento de sua identidade de gênero no âmbito da universidade tem que ter um laudo psiquiátrico que lhe possibilitará a realização da cirurgia de transgenitalização e a realização das cirurgias. Este mesmo laudo será utilizado para a justiça autorizar a mudança nos seus documentos. Portanto, temos duas concepções de gênero que atravessam sua vida. De um lado, o reconhecimento, de outro a autorização. Mas estamos falando da mesma pessoa que circula pelas instituições sociais. O mesmo Estado que lhe reconhece o direito à identidade de gênero, uma vez que as universidades são instituições públicas, na outra ponta lhe nega este direito, ou precariza-o quando vincula as mudanças nos documentos a um parecer psiquiátrico e ainda exige que tal mudança seja feita através de processo judicial.

A partir de 2008, no Brasil, observam-se mobilizações dos Movimentos Sociais de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (LGBT) pela utilização do nome social pelas escolas públicas estaduais nos registros escolares, considerando os altos índices de evasão escolar dessa população, que é impossibilitada de permanecer na escola pública por ser vítima de preconceito e discriminação.

Este corpo legal nos coloca diante de uma configuração discursiva que nos permite pensar a farsa do “diagnóstico” e da patologização de uma experiência humana tão diversa e plural como a dos gêneros. Se na universidade eu tenho o pleno direito a ser nomeada como eu me identifico, em outras instituições esse direito é condicionado à fala de um terceiro (um psiquiatra) que deverá atestar meu “transtorno” de identidade de gênero. É neste quadro confuso e quase surreal onde nos movemos quando discutimos o direito à identidade de gênero no Brasil. Como é possível um médico ou um juiz exigir um laudo médico quando na escola, no trabalho (em algumas repartições públicas), em alguns bancos, na universidade está garantido direito à autodeterminação de gênero? Afinal, que sociedade é essa que garante uma cidadania pela metade? Reconheço a importância dos nomes sociais para as pessoas trans, que lhes assegura em alguns espaços uma existência sem constrangimentos, mas são assustadoras a quantidade de micronormatizações no Brasil e a ausência de uma lei que resolva definitivamente a precariedade existencial das pessoas trans.

Embora se possa explorar e defender as potencialidades desse “jeitinho brasileiro” por 1) garantir ambientes menos hostis às pessoas trans e 2) fornecer argumentos locais e gerais contra a patologização, acredito que aqui ainda nos movemos em uma dimensão da cultura política brasileira onde cidadania é transmutada em dádiva. A aprovação do nome social, por exemplo, nas universidades não é uma garantia imediata de sua efetivação. Pelos relatos de pessoas

trans em encontros nacionais, nota-se que há um segundo momento de luta: a implementação nas chamadas e em outros documentos.

Ao lado dos nomes sociais, outra alternativa tem sido o recurso da justiça. Acionar a justiça como poder autônomo na garantia de direitos é uma novidade na luta para reverter a cidadania precária, recurso com o qual as mulheres sufragistas e os escravos não podiam contar. A crescente judicialização da vida no Brasil pode ser interpretada como um dos poucos caminhos que restam às populações excluídas. Atualmente, são comuns decisões judiciais que garantem a mudança do nome sem a realização das cirurgias, mas ainda são exigidos os laudos médicos.

O jornal *Gazeta do Povo*, de maior circulação no estado do Paraná, publicou a matéria: *Transexual ganha na Justiça o direito a mudar de nome sem cirurgia de sexo*. No corpo da matéria, a advogada da transexual C. A. declara: “Eu convivi com ela e presenciei situações constrangedoras. Teve de abandonar os estudos pelo preconceito que sofria [...]” (*Gazeta do Povo*, 8 jan. 2009). Na mesma página, logo abaixo, a manchete: “Entidades querem que escola use o nome social”, onde se lê:

O preconceito e o constrangimento são algumas das causas que levam transexuais a abandonar a escola. Muitos não completam sequer o ensino fundamental e na fase adulta acabam sem profissão definida (*Gazeta do Povo*, 8 jan. 2009: 8).

São comuns casos de pessoas transexuais que demandam a mudança dos documentos sem a realização das cirurgias e que têm conseguido êxito. Individualmente, várias pessoas já obtiveram conquistas importantes, mas como a decisão final cabe o juiz nada assegura que seu parecer será favorável à pessoa trans.

Em abril de 2012, a justiça de Boa Vista autorizou Sandra dos Santos a trocar o nome nos documentos sem cirurgia de sexo. Apesar disso, dois documentos ainda a identificam como “masculino” (<<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/justica-de-rr-autoriza-transexual-trocar-nome-sem-cirurgia-de-sexo.html>>).

Nota-se que aqui também opera a lógica da cidadania precária. Qual o sentido de permitir a alteração do nome e manter o sexo? É uma forma de continuar condenando a pessoa a uma morte em vida.

Ainda em abril de 2012, uma decisão judicial aprovou a mudança de nome de outra mulher transexual em Ceres, Goiás. Para o advogado de Ana Kely, essa conquista abriu as portas para outras pessoas trans (<<http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/04/decisao-judicial-aprova-mudanca-de-nome-de-transexual-em-ceres-goias.html>>).

Em dezembro de 2008, a justiça paulista autorizou uma transexual, não operado, a trocar nome no interior de SP. (<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL920007-5605,00JUSTICA+PERMITE+TRANSEXUAL+NAO+OPERADO+A+TROCAR+NOME+NO+INTERIOR+DE+SP.html>).

Com isso, estamos diante da formação de uma jurisdição que justifica demandar ao Supremo Tribunal Federal brasileiro o reconhecimento de que as pessoas têm o direito à identidade de gênero.

Conclusões provisórias

Acredito que todas as experiências históricas apresentadas têm algo em comum. Tencionam e ampliam a noção de humanidade e, por conseguinte (mas não de forma mecânica), alargam o âmbito da cidadania.

O que torna uma pessoa cidadã? Qual a diferença entre cidadania e humanidade? Estes dois termos parecem intercambiáveis, mas não são. A noção de cidadania está amarrada ao construto Estado-nação. Os/as cidadãos/cidadãs são aqueles/as que fazem parte e são reconhecidos como pertencentes a um espaço delimitado geograficamente, com uma população e um (ou vários) idioma oficial. Quando dizemos “ser humano” ou “humanidade” nos movemos em um campo de tensão e pertencimento anterior ao da cidadania. Ao confundirmos cidadania e humanidade estamos atribuindo um valor englobante de produção de significados para o Estado, materializando, assim, o maior desejo do Estado: ser um ente total. Mas o Estado não esgota os significados da humanidade, tampouco da existência. É no mínimo temeroso conferir-lhe tal poder.

As lutas por reconhecimento de mulheres, *gays*, lésbicas, transexuais, travestis, transgêneros, negros/as têm um ponto em comum: tiveram que disputar visões e projetos de humanidade. Qual corpo tem direito a adentrar na humanidade? Podemos notar que todas essas expressões identitárias se organizaram e disputaram visões de mundo em tensão com a ideia de que somos meros executores dos desígnios naturais. Os úteros, as vaginas, os hormônios, os XX e os XY, a cor da pele, o formato do nariz, os cabelos, os pênis desdobraram-se em lugares apropriados e naturalizados para seus/suas donos/donas. Ainda estamos em plena luta pela desnaturalização das identidades, o que, no caso das identidades trans, representa também a despatologização.

Há uma dimensão das lutas políticas que se efetivam na desconstrução da biopolítica e que precisamos observar e analisar com maior acuidade. Ao se tentar desmontar os encaixes discursivos que defendem o lugar dos sujeitos na vida pública e privada a partir de determinadas estruturas biológicas, também

se corre o risco de reforçar a biopolítica, na medida em que se define uma identidade *gay*, uma identidade de gênero estável, a transexual de verdade, a lésbica que nasceu lésbica, a negritude essencial. No caso das identidades trans esta assimilação é mais tensa, uma vez que a riqueza desta experiência existencial está exatamente em negar quaisquer determinantes biológicos para justificar suas demandas de mudar de gênero. Daí a potência da existência trans na luta contra a biopolítica. Tal afirmação não deve ser confundida com uma suposta autoevidência dessa potencialidade, ou seja, bastaria viver a experiência trans para ser uma guerrilheira contra as normas de gênero. Certamente, no âmbito das existências trans, singulares, vamos encontrar uma multiplicidade de discursos e respostas que buscam significar as dores e exclusões — e alguns desses discursos e respostas passam pela patologização de subjetividades, sexualidades e gênero. Não é raro escutarmos: “Eu nasci transexual”. Mas o discurso da segurança ontológica não é uma prerrogativa das identidades trans, nos informa e forma a todas. No entanto, para além das narrativas biográficas, a própria existência trans coloca o projeto de disputa de novos projetos para a humanidade em outros termos. Daí se pode inferir que o momento do pleno reconhecimento das pessoas trans na categoria cidadania representará que novos significados foram gestados.

Referências

- ARAÚJO, Glauco. Justiça de RR autoriza transexual a trocar nome sem cirurgia de sexo. G1-SP/Brasil. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/justica-de-rr-autoriza-transexual-trocar-nome-sem-cirurgia-de-sexo.html>>. Acesso em: 24 abr. 2013.
- ARAÚJO, Patrícia. Justiça permite transexual não operado a trocar nome no interior de SP. G1-SP/Justiça. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/o,,MUL920007-5605,00JUSTICA+PERMITE+TRANSEXUAL+NAO+OPERADO+A+TROCAR+NOME+NO+INTERIOR+DE+SP.html>>. Acesso em: 24 maio 2013.
- BENTO, Berenice. *A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond/Clam, 2006
- _____. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Coleção Primeiros Passos).
- _____. Identidade de gênero: entre a gambiarra e o direito pleno. *Correio Braziliense*, Brasília, 29 maio 2012.
- _____. Um cavalo de Troia chamado PL72/2007. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 dez. 2013.

- BOREKI, Vinicius. Transexual pode trocar de nome sem fazer cirurgia. *Gazeta do Povo*, Vida e cidadania, 8 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=845016&tit=Transexual-pode-trocar-de-nome-sem-fazer-cirurgia>>. Acesso em: 7 ago. 2013.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Voto da mulher. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/voto-da-mulher>>. Acesso em: 6 jul. 2013.
- BRASIL. Senado Federal. PLS nº 658, de 2011. Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais. Brasília, DF, 27 out. 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103053>. Acesso em: 6 jul. 2013.
- CARVALHO, Humberta. Decisão judicial aprova mudança de nome de transexual em Ceres, Goiás. G1-GO. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/04/decisao-judicial-aprova-mudanca-de-nome-de-transexual-em-ceres-goias.html>>. Acesso em: 24 abr. 2012.
- DURKHEIM, Émile. Da divisão social do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANÇA NETO, Hélio Castilhos. História do direito do trabalho. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_619/artigo_sobre_historia_do_direito_do_trabalho>. Acesso em: 7 jul. 2013.
- GASPARETTO JUNIOR, Antonio. Lei do Ventre Livre. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/escravidao-no-brasil/lei-do-ventre-livre/>>. Acesso em: 6 jul. 2013.
- GASPARETTO JUNIOR, Antonio. Lei dos Sexagenários. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/escravidao-no-brasil/lei-dos-sexagenarios/>>. Acesso em: 7 ago. 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Cia. das Letras, 2009.
- MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- ORDEM dos Advogados do Brasil. Nota sobre o PLC 72/2007. Disponível em: <<http://homenstrans.blogspot.com/search/label/comiss%C3%A3o%20da%20diversidade%20sexual%20da%200ab>>. Acesso em: 12 dez. 2011
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. CONSEPE. Resolução nº 232, de 2012 - 2012. Aprova a utilização do nome social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:EIS3xMWR_8MJ:www.sistemas.ufrn.br/shared/verArquivo%3FidArquivo%3D1311330%26key%3Ddead3edo8acaa78c8ec5c8cf7306e9db+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 6 jul. 2013.
- NERY, João W. *Viagem solitária*. Rio de Janeiro, Leya Brasil, 2011.

SUA PESQUISA.COM. Lei Eusébio de Queirós de 1850: O que foi a Lei Eusébio de Queirós, fim do tráfico dos escravos, resumo, influência da Grã-Bretanha. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/lei_eusebio_queiros.htm>. Acesso em: 8 jul. 2013.

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR TIRÉSIAS: <<http://www.nucleotiresias.ufrn.br/documentos.php>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.
———. *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010 (Coleção Humanitas).

STERN, Luísa Helena. Senado pode aprovar projeto que restringe direitos de transexuais. *Revista Fórum*. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/11/senado-pode-aprovar-projeto-que-restringe-direitos-de-transexuais/>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos. Documentos. Disponível em: <<http://www.nucleotiresias.ufrn.br/documentos.php>>.

WIKIPÉDIA. Abolicionismo no Brasil. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Abolicionismo_no_Brasil>. Acesso em: 8 ago. 2013.

WIKIPÉDIA. Legislação sobre a homossexualidade no mundo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Legisla%C3%A7%C3%A3o_sobre_a_homossexualidade_no_mundo>. Acesso em: 8 ago. 2013.

Recebido em: 19/09/2013

Aceito em: 25/11/2013

Como citar este artigo:

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 165-182.

A diferença dos outros: discursos sobre diferenças no curso Gênero e Diversidade na Escola da UFSCar

Anna Paula Vencato¹

Resumo: Este texto embasa-se na experiência como docente no curso Gênero e Diversidade na Escola/UFSCar. Parto da observação dos fóruns de interação entre cursistas e tutores/as e demais instâncias administrativas/pedagógicas. Inicialmente, contextualizo brevemente o GDE. Depois, falo sobre as principais questões que aparecem no debate sobre o respeito às diferenças nas interações entre cursistas. Ao final, discuto como a compreensão do debate acerca do respeito às diferenças faz-se fundamental para a produção de práticas pedagógicas que efetivem processos de escolarização efetivamente democráticos.

Palavras-chave: diferença; educação; formação continuada docente; gênero e diversidade na escola.

The difference of the others: discourses on differences in the course Gender and Diversity in School/UFSCAR

Abstract: *This text underlies our experience in teaching the course in Gender and Diversity in School/UFSCAR. It is grounded by the observation of forums for interaction among course students and tutors and also other administrative/educational instances. Initially, I briefly contextualize the GDE. Then I explore the main*

1 Instituto de Ciências Sociais e Comunicação – Universidade Paulista (UNIP) – São Paulo – Brasil – apvencato@gmail.com.

issues that appear in the debate about respect for differences in the interactions between course participants. Finally, I discuss how the understanding of the debate about respect for differences is essential for the production of educational practices and processes that enforce effectively democratic schooling.

Keywords: *difference; education; continuing teacher education; gender and diversity in school.*

Introdução

Este texto embasa-se em e é inspirado por minha experiência como professora e conteudista do módulo “Diferenças” ao longo dos anos de 2012 e 2013 no curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Parte da observação dos fóruns de interação entre cursistas e tutores/as e, também, mais amplamente, entre tutores/as, coordenadores/as de módulo e demais instâncias administrativas e pedagógicas envolvidas. Início fazendo uma breve contextualização do GDE. Depois, falo sobre as principais questões que aparecem no debate sobre o respeito às diferenças nas interações entre indivíduos que participam do GDE. Mais tarde, encerro discutindo como uma compreensão do debate acerca da inclusão e do respeito às diferenças faz-se fundamental para a produção de uma prática pedagógica e de uma escola que cumpra seu papel socializador e pedagógico e, ao cabo, na produção de uma escola e de um processo de escolarização efetivamente democráticos.

Início citando um relato que me parece fundamental para ilustrar as razões pelas quais um curso como o GDE é importante e necessário como política pública de formação continuada docente. Embora não tenha sido produzido dentro do GDE, este depoimento, publicado por uma mulher que também é *trans*², de 30 anos, branca, em seu perfil em uma rede social, que possui dois cursos superiores e uma pós-graduação e é analista de sistemas e, faz algum tempo, está desempregada. Em sua fala, temos um pequeno panorama das violências a que foi exposta em sua vivência escolar em razão de seus comportamentos já não se adequarem, desde a infância, aos padrões de gênero impostos ao modelo de pessoa que deveria ser a partir do momento em que, ao nascer, seu sexo foi assignado. Ela conta:

Usei óculos dos 4 aos 7 anos de idade, e a armação do óculos terminava em uma bolinha que ficava abaixo da orelha, de forma a parecer que eu usava um

2 Termo utilizado pela autora das falas para falar de si, alternadamente com o termo transexual. Em alguns contextos, contudo, trans pode fazer referência também a transgêneros/as.

brinco de bolinha em ambas as orelhas. Diariamente as outras crianças diziam que eu era gayzinho, viadinho, mulherzinha; usava brinco IGUAL bichinha. Eu odiava futebol, então ouvia dos meninos que eu era gayzinho, só podia. E perguntavam a mesma coisa: “que time você torce?”, “você gosta de futebol?” o tempo todo, sem cessar, mesmo já sabendo, por prazer sádico de em seguida me tachar de boiola, viado. Eu gostava de brincar muito com outras meninas, logo, para os meninos, eu era menininha, bicha louca, bambi. Um dia um desses me xingou de todos os nomes possíveis, abaixou a cueca e mostrou o pênis dele e disse: olha aqui o que é ser macho, chupa! De onde será que crianças tão novas tiravam que brinco é coisa de “bichinha”, que não gostar de futebol era coisa de “viadinho”, que gostar de brincadeiras tidas por femininas só podia ser coisa de “bicha louca”? Por que será que crianças em tão tenra idade provocavam atos tão agressivos? Eu vou dar a minha resposta: as imposições e regras violentas de gênero, calcadas na misoginia e ditadas pelo patriarcado, propagadas o tempo todo pela sociedade, desde o dia que você nasce” (9 de novembro de 2013).

Em outro depoimento, ela continua:

Como funcionam geralmente as aulas de educação sexual – imantadas sob o capuz da ciência sexual?
Exibe-se dois corpos nus, um está configurado com uma vagina, útero e ovários, aí a professora ou professor diz assim: Vejam, aqui está a mulher. O outro está configurado com um pênis, próstata e saco escrotal, aí a professora ou professor diz assim: Vejam, aqui está o homem.
Nisso, as pessoas trans* foram para o espaço. Se por exemplo tiver uma aluna transexual na sala, que se reconhece como mulher, automaticamente será apontada como “mulher de mentira” pelos demais, dado que se engessou ser mulher e ser homem a determinadas anatomias.
Em seguida se diz que o pênis encontra a vagina, acontece a “cópula”, espermatozoide encontra óvulo e se dá a gravidez. E a aula termina.
Assim, as relações não heterossexuais também são mandadas para o espaço, um espaço onde as pessoas continuam ignorantes e desnaturalizando relações sexuais diferentes do encontro homem cis hétero + mulher cis hétero. Com isso, prossegue o preconceito, sob o endosso da educação escolar (10 de novembro de 2013).

A primeira fala diz respeito à sociabilidade entre crianças na escola. A segunda sobre como os conteúdos escolares apresentam a meninos e meninas

a questão da diferença sexual, pautando também o debate do que é esperado em termos de comportamentos sociais de ambos a partir do reconhecimento de suas anatomias. Ambos os relatos falam sobre experiências violentas, sofrimento, exclusões. Na primeira, a exclusão está nos gestos, palavras e atitudes de outras crianças. Na segunda, naquilo que não se fala: na impossibilidade dos conteúdos escolares de incluir identidades de gênero não cisgêneras³ e orientações sexuais não heterossexuais em seus discursos. Ainda, gostaria de acrescentar à análise dela a impossibilidade da escola de incluir também experiências que estejam fora do escopo das relações heterossexuais com fins de reprodução, uma vez que não reconhecem que o exercício da sexualidade, com muita frequência, extrapola os limites da fecundação de um óvulo por um espermatozoide. As falas ilustram como as diferenças são, no cotidiano escolar, transformadas em desigualdades. O depoimento ilustra a experiência de inúmeros sujeitos – com trajetórias e especificidades próprias – que cotidianamente sofrem inúmeras violências e exclusões no ambiente escolar. Historicamente, é possível afirmar que a escola, o sistema de ensino e todas as pessoas que o movem têm dificuldades em lidar com a questão das diferenças. Essa dificuldade é reflexo, também, da falta de uma formação para se lidar com essas questões. É a partir deste debate que se estrutura o GDE como política pública de formação continuada docente.

Contextualizando o GDE

O curso Gênero e Diversidade na Escola surgiu no ano de 2005, quando a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do governo federal brasileiro e o Conselho Britânico iniciaram uma discussão para a viabilização de um curso de formação em gênero e feminismo cujo público-alvo deveria ser o corpo docente de escolas públicas e que conformaria uma política pública de formação continuada de professores/as.

De acordo com a página da SPM, a ampliação dos diálogos estabelecidos por esta parceria levaram à idealização de um curso que não apenas contemplaria o debate de gênero (e feminismos), mas que também versaria sobre as relações étnico-raciais e a orientação sexual. O desenvolvimento do projeto do curso, que resultaria em uma turma-piloto, contou na elaboração também com a participação de outras instituições, notadamente a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e a Secretaria de Educação a Distância, ambas do Ministério da Educação (MEC); a Secretaria Especial de Políticas de

3 Termo bastante utilizado pela militância identificada como trans e feminista, tanto internacional quanto brasileira, que significa que o gênero de uma pessoa está de acordo com o sexo que lhe foi assignado ao nascer.

Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Na turma-piloto foram ofertadas 1.000 vagas, com uma taxa de evasão baixa para essa metodologia de ensino (19%). A baixa taxa de evasão resultou na inclusão do curso na rede da Universidade Aberta do Brasil (UAB), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do MEC. Com a inserção do curso nos quadros da UAB, este passou a ser ofertado através de convênios com universidades públicas de diversas unidades da federação.

Inicialmente, foi desenvolvido em parceria com o CLAM/IMS/UERJ, que o desenvolveu em diversos estados do país concomitantemente. Nesta primeira edição foi elaborado material didático-pedagógico a ser utilizado no curso. Mais tarde, conforme assinalado, o curso passou a ser desenvolvido por diversas instituições de ensino superior do país. Com esta passagem, o primeiro material elaborado poderia ou não ser utilizado pela instituição proponente. Alguns lugares optaram por continuar utilizando o material elaborado para a primeira edição do curso, outras, como foi o caso da UFSCar, optaram por desenvolver seu próprio material. Na UFSCar, em 2010, publicou-se o livro *Marcas da diferença no ensino escolar*⁴, que passou a ser o material didático de base do curso nas edições seguintes.

De acordo com informações da página na internet da UFSCar, a primeira oferta do curso ocorreu em 2009. Depois disso, o curso teve uma edição em 2012 e, em 2013, teve sua terceira edição. O curso é lotado no Departamento de Sociologia da UFSCar, tendo sido coordenado por dois professores deste. A ideia do curso é ofertar formação continuada para professores/as, e outros/as profissionais da educação de escolas públicas federais, estaduais e municipais do estado de São Paulo. Para participar do curso é necessário que o/a inscrito/a seja portador/a de diploma de curso superior. Profissionais oriundos/as de escolas privadas podem participar do curso desde que existam vagas remanescentes.

O GDE tem por objetivo que, ao término do curso,

[...] as informações, o material didático e os debates suscitem uma reflexão crítica que resulte em modificações substantivas na prática docente dos(as) professores e professoras da rede pública de ensino básico, no que toca a sua sensibilização às questões das relações de gênero, étnico-raciais e da

4 O livro é fruto dos debates empreendidos após a oferta da primeira turma do GDE pela UFSCar e é organizado por Richard Miskolci. Divide-se nos capítulos: A cultura e a escola, de Elizabeth Macedo; Gênero, de Iara Beleli; Sexualidade e orientação sexual, de Richard Miskolci; Relações étnico-raciais, de Valter Roberto Silvério (Org.), Karina Almeida de Souza, Paulo Alberto Santos Vieira, Tatiane Cosentino Rodrigues e Thais Santos Moya; Curso Gênero e Diversidade na Escola: a experiência da Universidade Federal de São Carlos, de Fernando de Figueiredo Balieiro, Priscilla Martins Medeiros, Thais Fernanda Leite Madeira e Tiago Duque.

diversidade de orientação sexual e ao seu comprometimento com o respeito às diferenças e o convívio com a diversidade⁵.

Isso porque se preocupa com a lacuna existente nos cursos de formação de professores/as (tanto na formação acadêmica quanto na continuada) acerca das discriminações e dos preconceitos de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual. Para tanto, visa a instrumentalizar docentes da rede pública para lidar com essas questões de forma a evitar e não ampliar as exclusões às quais alguns indivíduos são historicamente submetidos no ambiente escolar, nas práticas pedagógicas e, mesmo, nos conteúdos curriculares, de acordo com os princípios de respeito aos direitos humanos. Nesse contexto, um dos propósitos do GDE é “desmistificar a crença segundo a qual as atitudes em relação ao racismo, ao sexismo e à homofobia são uma questão de foro íntimo, orientadas por concepções morais ou religiosas privadas” (Henriques et al., 2007: 54).

A questão das diferenças e a escola

Voltando aos depoimentos citados no início do texto, permito-me fazer uma pequena digressão para fora da questão específica do gênero e das sexualidades. Não porque esta seja questão secundária aqui: não é. Início com a questão mais ampla das diferenças porque gênero e sexualidade são marcadores sociais destas, as quais coexistem e se articulam na vida de cada um/a de nós e entram nas vivências escolares de alunos e alunas, professores e professoras, funcionários e funcionárias em inúmeras violências e diferentes silenciamentos e exclusões que perpassam seus cotidianos. Essas exclusões aparecem com frequência nas piadas, risadas e violências físicas e/ou simbólicas e, aos poucos, empurram para fora do espaço da escola todas as pessoas que não se encaixam em certo padrão normativo ou, ao menos, não contemplam em suas *performances* na vida social a expressão pública desse padrão normativo, já que sabemos, conforme Erving Goffman (1985), que todos/as nós desempenhamos diversos papéis sociais no curso de nossas vidas e usamos máscaras nas interações sociais que exercitamos ao longo de nossa existência, as quais podem variar substancialmente em múltiplos contextos.

Estou fazendo a opção aqui por usar o termo diferença em vez de diversidade, em consonância com a discussão que proponho no módulo que coordeno. Isso não tem se dado, contudo, de forma tranquila. É comum que os/as cursistas tenham dificuldade em lançar mão do conceito de diferença, em razão do título

5 Disponível em: <<http://www.gde.sead.ufscar.br/objetivo.php>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

mesmo do curso usar o termo diversidade. De qualquer modo, tendo a seguir as pistas fornecidas por Richard Miskolci (2012) e Tomaz Tadeu da Silva (2007). Para Miskolci,

o termo “diversidade” é ligado à ideia de tolerância ou de convivência, e o termo “diferença” é mais ligado à ideia de reconhecimento como transformação social, transformação nas relações de poder, do lugar que o Outro ocupa nelas. Quando você lida com o diferente, você também se transforma, se coloca em questão. Diversidade é “cada um no seu quadrado”, uma perspectiva que compreende o Outro como incomensuravelmente distinto de nós e com o qual podemos conviver, mas sem nos misturarmos a ele. Na perspectiva da diferença, estamos todos implicados/as na criação desse Outro, e quanto mais nos relacionamos com ele, o reconhecemos como parte de nós mesmos, não apenas o toleramos, mas dialogamos com ele sabendo que essa relação nos transformará (2012: 15-16).

Silva também questiona o uso do termo diversidade, discutindo que

as questões do multiculturalismo e da diferença tornaram-se, nos últimos anos, centrais na teoria educacional crítica e até mesmo nas pedagogias oficiais. Mesmo que tratadas de forma marginal, como “temas transversais”, essas questões são reconhecidas, inclusive pelo oficialismo, como legítimas questões de conhecimento. O que causa estranheza nessas discussões é, entretanto, a ausência de uma teoria da identidade e da diferença. Em geral, o chamado “multiculturalismo” apoia-se em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. É particularmente problemática, nessas perspectivas, a ideia de diversidade. Parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar a existência da diversidade possa servir de base para uma pedagogia que coloque no seu centro a crítica política da identidade e da diferença. Na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. São tomadas como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição. Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença. Mas será que as questões da identidade e da diferença se esgotam nessa posição liberal? E sobretudo: essa perspectiva é suficiente para servir de base para uma pedagogia crítica e questionadora? Não deveríamos, antes de mais nada, ter uma teoria sobre a produção da identidade e da diferença? Quais as implicações políticas de conceitos como diferença, identidade,

diversidade, alteridade? O que está em jogo na identidade? Como se configuraria uma pedagogia e um currículo que estivessem centrados não na diversidade, mas na diferença, concebida como processo, uma pedagogia e um currículo que não se limitassem a celebrar a identidade e a diferença, mas que buscassem problematizá-las? (2007: 73-74).

O autor ainda nos alerta que é fácil reconhecer a identidade quando a pensamos como *aquilo que se é*. Nesta linha de raciocínio, diz Silva,

A identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou negro”, “sou heterossexual”, “sou jovem”, “sou homem”. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”) [...] Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autossuficiente. Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: “ela é italiana”, “ela é branca”, “ela é homossexual”, “ela é velha”, “ela é mulher”. Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como autorreferenciada, como algo que remete a si próprio. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe (2007: 74).

Contudo, a proposição da diferença não se esgota na categorização de si ou do outro. Quando dizemos que somos brasileiras, estamos dizendo que não somos de uma ampla lista de pertencimentos nacionais. Ou seja, ao afirmar o que somos, também renegamos aquilo que não somos. O que é proposto pelo autor, então, é uma (re)significação do conceito de diferença, provocando a ruptura com a visão cristalizada da identidade como norma. Desse modo, a inclusão das diferenças seria um pressuposto para uma boa prática pedagógica e não o resultado desta. Podemos afirmar, então, em consonância com a proposta por ele apresentada, que,

Assim como a definição da identidade depende da diferença, a definição do normal depende da definição do anormal. Aquilo que é deixado de fora é sempre parte da definição e da constituição do “dentro”. A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural. A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido (Silva, 2007: 84).

Conforme Maria Alice Nogueira (1990), no final da década de 1960 e ao longo dos anos 1970 a sociologia francesa encontrou-se fortemente preocupada com a

forma como as classes sociais se organizavam naquela sociedade; já denunciava que a escola reproduzia as desigualdades existentes na sociedade. Autores como Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, entre outros, debruçavam-se sobre as escolarizações de indivíduos que vinham de famílias de classes abastadas e trabalhadoras, em um sistema que separava os que se saíam bem dos que não obteriam sucesso naquele espaço e, a partir disso, também na vida social.

De lá para cá, esse debate se ampliou, se modificou e se complexificou. Até porque na atualidade sua importância e seu sentido permanecem. Hoje parece ponto de partida comum a vários autores e autoras a afirmação de que a escola não apenas reproduz, mas também produz essas desigualdades (Louro, 1999; Silva, 2000). Essa ampliação do debate ao longo dos anos passou da pauta que entendia que o que se (re)produzia eram as classes sociais e, nas últimas décadas, passou a englobar a ideia de que era preciso que se trouxesse para as análises outras diferenças para além das de classe, as quais hoje reconhecemos que importam grandemente.

Gênero, geração, raça/etnia, sexualidade e religião entram em cena nesse debate e são o que hoje chamamos de “marcadores sociais da diferença” (Brah, 2006). Esta noção de marcadores sociais da diferença diz respeito à articulação desses pertencimentos e como eles produzem lugares diferenciados socialmente aos indivíduos dependendo de suas participações na vida social.

Para Avtar Brah,

O conceito de diferença [...] se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados. Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política (2006: 374).

A abordagem das interseccionalidades vai além da ideia de que as diferenças se adicionam de modo a somar ou subtrair vantagens e desvantagens a uma ou outra pessoa. Assim, trata-se menos de pensar em uma soma ou subtração e mais de compreender que uma boa compreensão da problemática das diferenças deve levar em conta como esses marcadores se articulam na produção de

diferenciações e impactam os cotidianos das pessoas conforme vivem suas vidas. Ou seja, para além dos marcadores e pertencimentos, é preciso observá-los no modo como aparecem em diferentes contextos. Evidentemente, para que esse debate que proponho tenha sentido, o ponto de partida da análise deve ser o respeito às diferenças e sua valorização.

As diferenças são parte da cultura, ou ao menos do convívio entre diversos grupos sociais. É a cultura que as informa. E elas também constituem a cultura. É no diálogo entre as diferenças que se tornam mais evidenciados os contornos daquilo que achamos que “sempre foi assim” ou “é natural”. É comum ouvirmos na escola frases como “filho de peixe, peixinho é”, “o papel do professor não é resolver conflitos” ou “ele não aprende porque a família é desestruturada”. Muitas vezes, nós mesmos reproduzimos estes discursos. Mas ao que precisamos estar atentos, contudo, são aos perigos deles, à sua falácia e como autorizam o preconceito e a exclusão de certas pessoas na escola. Não pensamos, em geral, que também somos produzidos pela cultura e por um dado tempo histórico e que isso que interpretamos como “nossa natureza” é algo produzido socialmente. Tendemos a interpretar aquilo que não (re)conhecemos como que pertencente à ordem do estranho, do esquisito, do inadequado, do errado, e que pode e deve ser excluído, afastado ou, mesmo, eliminado.

Mas o que a escola tem com isso tudo? Como sabemos, a escola abriga dentro de seus recintos pessoas muito diferentes entre si. Essas diferenças podem ser da ordem do individual ou do social. Mas é sobre as diferenças de ordem social que vamos conversar aqui, até porque, sem desconsiderar outras instâncias da vida de uma pessoa, é na vida social que a hierarquização entre diferenças é produzida.

A escola historicamente tem se pautado pela ideia de que tratar todas as pessoas que por ali passam a partir dos mesmos critérios formais (avaliações, currículos, práticas pedagógicas etc.) é o melhor método para ensinar e incluir. Nesse sentido, busca-se internamente dar unidade de tratamento a pessoas muito diferentes entre si, com histórias de vida e inserções sociais que não poderiam ser contempladas dentro dessa visão mais tradicional de ensino-aprendizagem.

Quando as diferenças surgem no contexto da escola, elas em geral são percebidas como “fora de lugar”. Isso acontece na escola e na vida social o tempo todo – e é sempre bom lembrarmos que a escola é uma instituição social, ou seja, está sempre inserida em um contexto sócio-histórico e dialoga com ele em suas práticas cotidianas. A escola não diz respeito apenas à sua estrutura formal/institucional, mas depende também das interações sociais entre as pessoas que ali estão. Na escola, os conflitos resultantes dos diferentes comportamentos, valores e modos de vida tornam-se muito evidentes, até em razão dessa tradição

secular de que é uma instituição que deveria ensinar valores universais – ou a cultura, num sentido nada antropológico do termo (para o conceito de cultura, ver: Geertz, 1989; DaMatta, 1986; Rocha, 1991; Santos, 1983). A instituição escola, ao cabo, tem dificuldade de lidar com as diferenças porque há uma contradição interna que se explicita na forma como ela foi criada e permanece até os dias atuais: não é fácil que uma instituição criada para padronizar e dar unidade a indivíduos por vezes muito diferentes se torne inclusiva.

Mas vale a pena pensar aqui em uma ideia de diferença que vá além de seus significados de hierarquia e opressão – e aqui retomamos a ideia de riqueza de que já havíamos falado. A diferença, a depender do contexto em que opera, pode levar sim a estados de opressão. Mas em outros contextos leva também a estados de igualitarismo, diversidade e a modos democráticos que informam a ação política de um grupo ou indivíduo. Por isso deve ser valorizada.

Embora a existência de diferenças possa ocasionar conflitos na escola, é preciso que tenhamos clareza de que o problema a ser enfrentado não são as diferenças, mas as desigualdades. Diferenças devem ser entendidas como um sinônimo de riqueza e devem ser valorizadas dentro da escola e das práticas pedagógicas. É importante que estejam incluídas nos conteúdos, currículos, debates e nas relações entre os diferentes sujeitos que circulam nesse ambiente. É preciso compreendê-las, conhecê-las e respeitá-las.

Conforme Guacira Lopes Louro (1999), a escola produz diferenças, desigualdades e distinções o tempo todo. Aliás, opera basicamente nesse registro, pois desde sempre separa em seus espaços protestantes de católicos, meninos de meninas, ricos de pobres, mais novos de mais velhos etc. A questão é, apesar de pensada inicialmente para contemplar apenas alguns poucos “escolhidos”, que a escola foi sendo solicitada cada vez com mais frequência por aqueles a quem havia sido inicialmente negada. E assim, com a abertura de seus portões para indivíduos de origens e inserções sociais cada vez mais díspares, foi obrigada a lidar com – ou, mais comumente, passou a renegar e expulsar – as diferenças que emergiam dentro de seus espaços.

Cabe aqui fazer a pergunta: se as diferenças desestabilizam tanto, por que devem ser respeitadas e valorizadas na educação escolar? Não seria mais fácil reprimi-las? Deixá-las de fora dos currículos, debates e práticas? A resposta é não. E é justamente para refletir sobre o modo como a escola lida (ou não lida) com as diferenças – em especial as sexualidades e o gênero – que aqui estamos.

A pauta do direito à diferença e do combate à desigualdade vem tensionando a cena pública. Os direitos humanos e o direito à diferença, ao contrário do que se poderia pressupor, causam polêmica e estranhamento. Essa tensão aumenta

significativamente se o direito humano em questão está relacionado à seara dos direitos sexuais e reprodutivos. Mesmo em âmbitos regulatórios internacionais que definem como os direitos humanos devem ser compreendidos na esfera global (Correa, 2009), não é raro perceber que quando o direito das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos emergem no debate há setores conservadores que se contrapõem, mesmo, à inserção da pauta e do debate nesses organismos.

Assim, conforme Claudia Fonseca (1999), pode-se falar que mesmo no âmbito do que se convencionou chamar de direitos humanos hoje há categorias que são priorizadas em detrimento de outras, o que desvela lutas simbólicas e critérios particulares de legitimação de diferenças e indivíduos que, quando se reivindicam direitos, determinam quem é mais e quem é menos humano e, nesse sentido, humanos com mais chance do que outros de estar contemplados nas políticas públicas, de acessar os bens de cidadania e de ter sua humanidade reconhecida.

O mesmo pode ser percebido nas escolas e universidades, pois não é novidade nos cursos de licenciatura a ausência, para a formação de docentes, de subsídios que lhes proporcionem a construção de um arcabouço teórico-metodológico que os ajude a lidar com as diferenças. Essa ausência se amplia ainda mais quando a diferença refere-se a questões de gênero e das sexualidades – ou orientações sexuais, termo mais comumente (re)conhecido na arena das políticas públicas.

Embora haja iniciativas e até mesmo políticas de governo e de Estado que indiquem que essa abordagem deve estar presente nas práticas cotidianas escolares – Os Parâmetros Curriculares Nacionais, para dar um exemplo, publicados no final da década de 1990, propõem esse debate, mesmo que de forma transversal, na prática docente e escolar, o que deveria ter tido também reflexo nos cursos de formação de professores e professoras. Independentemente dessas iniciativas, não é incomum nos depararmos com a ausência do debate na maior parte das licenciaturas e das escolas. Em alguns lugares, escolas e também universidades, há experiências de abordagem da temática, em geral vinculadas a professoras e professores que tenham afinidade com o tema, mas ainda são raros espaços (especialmente oficiais ou, mesmo quando oficiais, reconhecidos e levados a sério) para que o debate seja realizado efetivamente.

Hoje, no cenário da educação, os ainda pequenos avanços em direção à inclusão desse debate nas escolas e formações docentes ainda são impactados pelo aumento significativo, no debate público, da interferência dos fundamentalismos religiosos. O resultado é que alguns dos espaços conquistados no passado, sobretudo no que concerne ao debate das questões de gênero, feminismo e sexualidades, estão se perdendo, se encurtando, sumindo. O que resulta disso, com frequência, se traduz em um recrudescimento do ódio, de preconceitos em relação a minorias

(em especial *gays*, lésbicas, travestis e transexuais⁶), no aumento dos casos de violência homofóbica e contra a mulher, no aumento significativo de novos casos de HIV/Aids entre jovens de 18 a 24 anos⁷, na falta de aceitação – para não dizer rejeição – dos inúmeros modelos de família e parentalidade existentes no mundo (ver, por exemplo, Fonseca, 1995), entre outras questões.

Com relação à questão da família e de certos discursos em defesa desta, que supostamente estaria ameaçada pelos direitos de pessoas LGBT, vale mencionar aqui que nem para a psicologia, nem para as ciências sociais existe família desestruturada. Isso porque o contrário também não existe. Explico: a noção de família mudou ao longo do tempo e da história. A noção que temos hoje data de meados do século XIX (mesmo período em que se estabelecem o Estado moderno, o modelo de escola burguês e a noção atual de propriedade privada). E esse modelo de família não se consagrou sem conflitos. Claudia Fonseca nos alerta que

a palavra “família” se restringe no nosso imaginário à família conjugal, uma família que implica a corresponsabilidade de um casal e seus filhos – sendo a casa o lugar das mulheres e crianças, e o espaço público da rua, o domínio por excelência dos homens. Imaginamos que há algo de natural neste modelo. Dotamo-nos de um valor moral universal. Esquecemos que esse modelo emergiu no bojo de um contexto específico, por volta do século XVIII, e que teria sido impossível ele se consolidar sem certos elementos históricos – a centralização do Estado, por exemplo, e a individualização de salários. Em um processo de enclausuramento progressivo, essa família se retirou da rede extensa de parentela e compartimentalizou os espaços de seus membros, tornando a rua fora do âmbito de mulheres e crianças. Trata-se de um ideal que só se consolidou plenamente nas famílias burguesas: essas mulheres abdicaram da parceria no comércio ou oficina familiar e passaram a ocupar-se integralmente do espaço doméstico; suas crianças, que antigamente

6 Ver, por exemplo, o relatório técnico final da pesquisa Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras, de Margarita Díaz, Magda Chinaglia e Juan Díaz, publicado em 2011. Disponível em: <http://www.reprolatina.org.br/site/html/atividades/downloads/escola_sem_homofobia/Relatorio_Tecnico_Final.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2013. Além disso, há outras publicações relevantes, como as pesquisas realizadas pelo Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos em paradas do orgulho LGBT em algumas cidades do Brasil. Os resultados das pesquisas, realizadas entre 2003 e 2006, em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, estão disponíveis sob o título Política, direitos, violência e homossexualidade em: <<http://www.clam.org.br/livros/>>.

7 Conforme dados apresentado no seminário “O perfil da Aids na cidade de São Paulo: da informação para a ação”, que ocorreu em agosto de 2013 e onde foram apresentados dados coletados até 2010, apresentados no *Boletim Epidemiológico de Aids, HIV e DST do Município de São Paulo*, ano XV, n. 16, jun. 2012. Disponível em: <http://www10.prefeitura.sp.gov.br/dstaid/novo_site/images/fotos/boletim2012.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2013.

se socializavam pela convivência com adultos, no decorrer da rotina cotidiana, passaram a completar sua educação recorrendo a especialistas – tutores, governantas, professores de escola. A História nos ensina quão difícil foi a implantação deste modelo familiar em grupos populares europeus. As medidas coercitivas de enclausuramento dos séculos XVIII e XIX visavam a sanear a rua, retirando mendigos, órfãos e prostitutas do espaço público (ver Donzelot, 1980). Mas, na realidade, nada adiantou até o início do século XX. A família conjugal só veio a se consolidar no início deste século, com as táticas sedutoras de persuasão: salários dignos, escolarização universal de alta qualidade e uma melhoria geral das condições de vida da classe operária (1995: 20-21).

E complementa:

Devemos tomar cuidado para não usar esses dados no sentido de reforçar uma visão evolucionista simplória. As pesquisas antropológicas deste século desfizeram a ideia de que existam formas familiares mais ou menos modernas, mais ou menos atrasadas. Segundo essas análises, é impossível falar de modelos familiares moralmente superiores, culturalmente mais civilizados ou psicologicamente mais saudáveis. O que se constata é um enorme leque de práticas de organização doméstica e social, dando prova da criatividade dos humanos para inventar formas culturais conforme o contexto em que vivem (1995: 21).

Há hoje diferentes modelos familiares, alguns tão comuns ou mais comuns que a família nuclear padrão. Sabemos que a maior parte dos lares hoje são chefiados por mulheres, que há crianças que são criadas por tios ou avós ou por apenas um dos pais, mas temos dificuldades em entender que isso não é um problema para a formação daquele indivíduo. A escola tem dificuldades de lidar com modelos de família não tradicionais, e transforma diferença em problemas quando trata da diferença entre famílias de forma a qualificar algumas como estruturadas (portanto “adequadas”) e outras como desestruturadas (portanto “problemáticas”).

Quero dizer novamente aqui que a escola não é um ente isolado da vida social: enquanto instituição social ela apenas reflete aquilo que a sociedade experimenta. Contudo, enquanto agentes do ensino, vetores dos saberes e da autoridade pedagógica, não podemos deixar de nos responsabilizar nesse debate. Quando nos referimos a diferenças é importante então, para voltar a um conceito que abordei no início deste texto, falar de “marcadores sociais da diferença”,

que compreendem uma gama de categorias, como gênero, sexualidade, raça/etnia, geração e classe social. Esses conceitos, em suas combinações variadas, estabelecem lugares diferenciados para indivíduos diversos. Assim, inserem as diferenças num jogo complexo de hierarquias que em alguns momentos podem contribuir para a construção de enormes desigualdades.

Dito isto, faço uma provocação aqui: a este conjunto de inserções que pesam na vida social, penso, hoje é preciso que somemos também a experiência religiosa e a forma como impacta grandemente não apenas a vida do indivíduo quanto o como este se coloca em relação a outras pessoas de suas relações, em especial àquelas que não compartilham os mesmos valores religiosos que os seus.

Não se trata de deixar de lado todo o debate acerca da importância da laicidade do Estado e do ensino, mas de entender que laico não é o mesmo que ateu ou ateísta⁸ e que, para retomar o debate sobre o respeito às diferenças hoje, precisamos retomar a questão de como algumas religiosidades se pautam pela aversão e pela exclusão das diferenças (sobretudo quando o assunto é gênero e/ou sexualidades) e do debate público acerca delas na sociedade. Nesse contexto, qualquer diálogo acerca das sexualidades e do gênero fica de fora do escopo do que a escola deve tangenciar. “A escola não é lugar dessas coisas”, diz-se. Ou argumenta-se que “falar de sexualidade com crianças e adolescentes vai incentivá-los a se iniciar sexualmente mais cedo do que deveriam”. Não se fala sobre sexualidade, sobre namoros, sobre direitos sexuais e reprodutivos porque, dentro desta perspectiva, a escola não é lugar para isso.

Também não se fala sobre a desigualdade entre homens e mulheres quanto a oportunidades, direitos e participação na esfera pública. Reifica-se, pautando-se por justificativas “científicas” e/ou “religiosas”, os limites e possibilidades de ser homem e mulher na sociedade, uma vez que, ao contrário do que dizia Simone de Beauvoir nos anos 1950, dentro desses pensamentos nasce-se homem e/ou mulher e, dessa forma, temos na biologia nosso destino.

Deixamos todo um debate de décadas de que não há nada no aparato anatômico de homens e mulheres que justifique as diferenças de tratamento e educação que recebem. Esse é o caso da forma como reproduzimos certo parâmetro para a divisão de habilidades físicas diferenciadas que acreditamos que homens e mulheres possuem. Mesmo na escola, como nos lembra Guacira Lopes Louro (1999), somos ensinados em aulas de história que, enquanto os homens

8 De acordo com Joana Zylbersztajn (2012), a Constituição federal não declara que o Brasil é laico, mas em suas leis traz elementos que formam este entendimento. Alguns desses elementos estão expressos através da garantia de democracia, igualdade, liberdade e da separação institucional entre Estado e religião. No entanto, a existência desses princípios na Constituição não garante *per se* a laicidade na prática.

(brancos, em sua totalidade) eram heróis destemidos nas lutas, as mulheres eram apenas inspiração para os bravos guerreiros.

Se entendemos a utilização dos corpos e a educação dos comportamentos como algo que depende de um aprendizado cultural do grupo a que meninos e meninas pertencem, nos resta perguntarmo-nos por que ainda temos horror a um menino brincar de boneca – uma das questões que sempre aparecem como um problema a ser solucionado em conversas com professores e professoras – e não nos questionamos sobre os porquês de associarmos esse comportamento às homossexualidades.

Não reconhecemos o machismo, a misoginia e a homofobia em nossas práticas pedagógicas e, através de discursos como o “nada contra, mas...”, afiamos o fio da faca que será utilizada por outro, que se ancora nesses discursos e que põe em prática nos corpos a violência simbólica que nossos discursos ou omissões produzem.

Como nos fala Rogério Diniz Junqueira, “é preciso falar de *homofobia* e reconhecê-la como um problema *real*”. (2007: 60). Conforme o autor, “*a diversidade é fator de qualidade*. Não é a qualidade do ensino que acarreta uma coexistência pacífica e um convívio democrático com a diversidade. Mas o contrário: é *a promoção da diversidade que conduz à educação de qualidade*” (2007: 59-60; itálicos do autor). É preciso que reconheçamos em nossas práticas pedagógicas que o respeito a LGBTs e o combate à homofobia não é assunto que diz respeito apenas àquelas pessoas que têm desejo pelo mesmo sexo que o seu, pelos dois sexos ou que não se identificam com o sexo e o gênero que lhes foi assignado em seu nascimento. O preconceito e a discriminação não são um problema só de discriminados e impactam a vida de todas as pessoas. Como diz o relatório publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE):

[...] observou-se a partir de testes de diferenças de médias e análises de correlação que em escolas em que os escores que medem o preconceito e o conhecimento de práticas discriminatórias apresentam valores mais elevados tendem a apresentar médias menores para as avaliações na Prova Brasil. Do ponto de vista do preconceito, nota-se ainda que a relação é mais forte para o preconceito dos alunos, ou seja, em escolas em que os alunos apresentam maior preconceito as avaliações tendem a ser menores. Entretanto, escolas em que os alunos apresentam predisposição em manter contatos de menor proximidade com os grupos sociais pesquisados tendem a apresentar melhores resultados na Prova Brasil. Realizou-se ainda uma análise de regressão linear múltipla para avaliar o grau de importância das diversas variáveis

de preconceito e discriminação para a explicação das variações nas médias da Prova Brasil 2007. Os resultados indicam que cerca de 30% das variações nas médias puderam ser explicadas por variações nos escores de preconceito ou discriminação, o que representa um expressivo poder de explicação, especialmente em estudos de natureza social. Além das atitudes dos alunos, nota-se que a intensidade de práticas discriminatórias na escola vitimando funcionários e, principalmente, professores são as variáveis com maior peso na explicação das variações das médias da Prova Brasil 2007 (Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar, 2009: 11).

Não se trata aqui de responsabilizar docentes pelos males do mundo. Mas de provocar um pouco o debate de que o combate aos preconceitos e discriminações passa inicialmente pelo reconhecimento de nossos próprios preconceitos e limites para lidar de forma democrática e inclusiva com a diferença. Nesse sentido, um primeiro desafio é reconhecer que a sexualidade está presente na escola. Tanto a sexualidade de LGBTs quanto a heterossexual. Um segundo passo seria não invisibilizar a sexualidade de LGBTs e tratá-la do mesmo modo, com igualdade, em relação às heterossexualidades. Nos termos de Alexandre José Rossi,

nega-se que há *gays* e lésbicas nas escolas e, não havendo sujeitos, [argumenta-se que] não existe a necessidade de discussão. Na suposição de que realmente não haja *gays*, lésbicas, travestis nas escolas [...], ainda assim seria função da educação abordar somente temas que dizem respeito à sua realidade imediata? Se o processo educativo escolar exerce a função de mediador do conhecimento com o intuito de possibilitar a formação para a vida, não seria pertinente, mesmo se não existissem sujeitos LGBTs, trabalhar com esses temas com todos os educandos independentemente de sua orientação sexual, identidade e gênero? Falar e aprender sobre diversidade sexual é uma exclusividade somente de *gays*, lésbicas e transgêneros? Sujeitos heterossexuais não exercem também a sua sexualidade? [...] Na medida em que as pessoas não abordam o tema ou negam-se a falar com a justificativa falaciosa de que não existem *gays* e lésbicas na sua escola, estão cada vez mais reforçando práticas discriminatórias. Talvez os *gays*, lésbicas e travestis não existam porque não são nem lembrados. A invisibilidade com que o tema é tratado faz [...] que os sujeitos, no momento em que descobrem o desejo por pessoas do mesmo sexo, sintam-se acuados em vivenciar a sua sexualidade e consequentemente tendam a omitir a sua condição. Se a escola ou o(a) professor(a) não aborda o tema, ou quando aborda parte do pressuposto da

heterossexualidade enquanto norma, relegando as expressões sexuais não heterossexuais à condição de desvio anormal, desqualificando-as, estigmatizando-as, não será na escola que esse sujeito encontrará uma referência para compartilhar as suas dúvidas e incertezas sobre sexualidade (2012: 11).

Nesse contexto, nosso desafio passa por reconhecer e falar sobre a diferença, entendê-la como um princípio estruturante da boa prática pedagógica e deixar de lado a visão de que ela só traz problemas para o interior da escola. Ainda, é preciso que deixemos de lado ideias de que a escola não tem que lidar com a sexualidade e com outros marcadores sociais da diferença. A escola é um espaço importante da sociabilidade de crianças e adolescentes, e excluir a instância dos desejos e afetividades deste espaço é uma forma de exclusão. Além disso, o mesmo silêncio que exclui deixa a porta aberta para as discriminações e violências diversas. Faz parte de nossa função como educadoras e educadores garantir uma escola de qualidade para todas as pessoas, na qual todas as pessoas estejam representadas. E quando me refiro a todas as pessoas o termo inclui, sem sombra de dúvida, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *A reprodução*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jun. 2012.
- DAMATTA, Roberto. “Você tem cultura?”. In: *Explorações: Ensaio de Sociologia Interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p.121-128.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo, Cortez, 1995.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar: sumário executivo. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- HENRIQUES, Ricardo et al. (Orgs.). *Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília, MEC/SECAD, 2007 (Cadernos Cecad 4).
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande, Ed. da FURG, 2007.

- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. A construção escolar das diferenças. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1999, pp. 57-87.
- MACEDO, Elizabeth. A cultura e a escola. In: MISKOLCI, Richard. *Marcas da diferença no ensino escolar*. São Carlos, EdUFSCar, 2010, pp. 11-43.
- MISKOLCI, Richard. *Marcas da diferença no ensino escolar*. São Carlos, EdUFSCar, 2010.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.
- NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação do final dos anos 60/início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. *Em Aberto*, Brasília, ano 9, n. 46, abr. jun. 1990, pp. 49-58.
- NOGUEIRA, Maria Alice. A categoria “família” na pesquisa em sociologia da educação: notas preliminares sobre um processo de desenvolvimento. *Inter-legere*, UFRN, v. 9, 2011, pp. 156-166.
- ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo*. 8. ed. São Paulo, Brasiliense, 1991 (Coleção Primeiros Passos, n. 124).
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1983 (Coleção Primeiros Passos, n. 110).
- ROSSI, Alexandre José. A formação continuada de professores como estratégia de implementação da política de combate à homofobia. *Anais IX ANPED SUL*, Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/ganpedsul/paper/viewFile/2310/154>>. Acesso em: 12 nov. 2013.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7. ed. Petrópolis, Vozes, 2007, pp. 73-102.
- ZYLBERSZTAJN, Joana. O princípio da laicidade na Constituição federal de 1988. Tese de doutorado, Direito do Estado, Universidade de São Paulo, 2012 (ver matéria em: <<http://www.usp.br/aun/exibir.php?id=4967>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

Recebido em: 3/10/2013

Aceito em: 16/12/2013

Como citar este artigo:

- VENCATO, Anna Paula. A diferença dos outros: discursos sobre diferenças no curso Gênero e Diversidade na Escola da UFSCar. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 211-229.

A emergência da pedofilia no final do século XX: deslocamentos históricos no emaranhado da “violência sexual” e seus atores¹

Laura Lowenkron²

Resumo: O artigo propõe uma sistematização dividida em quatro deslocamentos históricos a fim de entender as principais mudanças nos princípios classificatórios utilizados para reconhecer e organizar atos categorizados como “violência sexual” e as pessoas envolvidas nesses comportamentos: agressor e vítima. O objetivo é demonstrar como esses quatro deslocamentos históricos fizeram aparecer uma nova ideia de violência que se situa entre o crime e a perversão sexual (a pedofilia), uma nova vítima privilegiada (a criança abusada), um novo efeito (o trauma e a desestabilização psíquica) e um novo personagem ou um novo nome para aquele que protagoniza esse tipo de “ataque” (o pedófilo).

Palavras-chave: violência sexual; infância; pedofilia.

The emergence of pedophilia in the late 20th century: historical shifts in the tangle of ‘sexual violence’ and its actors

1 Este artigo é baseado em um dos capítulos da minha dissertação de mestrado (Lowenkron, 2008). Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no GT 36 (Sexualidade, corpo e gênero: erotismo, interseccionalidades e políticas sexuais), do 32o Encontro Anual da ANPOCS, 2008.

2 Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas – Brasil – Bolsista Fapesp – lauralowenkron@uol.com.br

Abstract: *The article propose a systematization divided into four historical shifts to understand the transformations in the classification principles used to recognize and organize acts categorized as “sexual violence” and the people involved in these behaviors: aggressor and victim. The aim is to demonstrate how the articulation of these four historical shifts produces a new idea of violence that lies between crime and sexual perversion (pedophilia), a new kind of victim (the abused child), a new effect (trauma) and a new character or a new name for the protagonist of this kind of “attack” (the pedophile).*

Key-words: *sexual violence; childhood; pedophilia.*

Nas últimas duas décadas, o fenômeno da “violência sexual contra crianças”, em geral, e a “pedofilia”, em particular, tornaram-se um importante foco de atenção, de horror e de regulação na sociedade ocidental contemporânea. Neste artigo, analiso as condições de possibilidade históricas para a emergência desse tema enquanto “problema social” no final do século XX. Para isso, importa menos saber se houve ou não um aumento de atos sexuais violentos, mas sim atentar para as mudanças nos padrões de sensibilidade (Vigarello, 1998).

Antes, é preciso lembrar que esse fenômeno está situado em um contexto mais amplo no qual a *sexualidade* tornou-se um campo de importância estratégica capital por articular dois eixos em torno dos quais se desenvolveu, a partir do século XIX, a tecnologia política da vida: as disciplinas dos corpos e a regulação das populações (Foucault, 2005)³. Sendo assim, a *sexualidade* foi constituída como um domínio a conhecer e, ao mesmo tempo, como um foco privilegiado de intervenção e controle.

Segundo Foucault (1988), o poder, como exercício constituído a partir de técnicas polimorfos e de mecanismos capilares, atua sobre as condutas individuais, atinge as formas de desejo e controla o prazer cotidiano. Sugiro que uma das principais estratégias históricas de poder que tomaram o sexo como alvo é a definição de certas modalidades de exercício da sexualidade como violentas.

3 “Por que a sexualidade se tornou, a partir do século XIX, um campo cuja importância estratégica foi capital? Eu creio que, se a sexualidade foi importante, foi por uma porção de razões, mas em especial houve estas: de um lado, a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente [...]; e depois, por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população” (Foucault, 2005: 300).

No entanto, a violência não deve ser aqui entendida como um dado em si, que se possa analisar apenas a partir de critérios estatísticos, mas sim como uma noção que está articulada a sistemas de classificações históricos. “Os rótulos estabilizam o fluxo da vida social e até mesmo criam, até certo ponto, as realidades a que eles se aplicam” (Douglas, 1998: 105). Por isso, optei por tratar a “violência sexual” como um emaranhado, ou seja, como um complexo de atos e classificações, um território dinâmico de sobreposições e deslizamentos contextuais e históricos.

“Uma classificação de estilos classificatórios seria um primeiro passo positivo para se pensar sistematicamente sobre os distintos estilos de raciocínio” (Douglas, 1998: 113). Assim, o material apresentado neste artigo, baseado em pesquisa bibliográfica, tem por objetivo traçar um panorama histórico sobre as mudanças nos princípios classificatórios utilizados para interpretar e regular a “violência sexual” no Ocidente, em geral, e como essas mudanças repercutem no contexto brasileiro, em particular.

Vale destacar que as classificações que constituem o emaranhado da “violência sexual” não são governadas exclusivamente pelo saber-poder jurídico. Apesar de este ocupar um lugar central no processo de produção e regulação desse emaranhado, outros saberes, como a psiquiatria, e instituições sociais, como os meios de comunicação de massa, desempenham também um papel fundamental na produção, na reprodução, na transformação e na divulgação dessas classificações e, portanto, na constituição do emaranhado da “violência sexual”.

Por isso, além de diplomas legais e textos jurídicos, a análise leva em conta classificações médicas e outras categorias sociais utilizadas para descrever o fenômeno da “violência sexual” na imprensa. As matérias jornalísticas constituem uma fonte privilegiada para compreender o processo de produção de categorias sociais e de sensibilidades, uma vez que as notícias não apenas relatam fatos, mas também prescrevem modos institucionalizados de interpretar os acontecimentos e de reagir a eles.

Neste artigo, proponho uma sistematização dividida em quatro eixos de mudança nas lógicas dos sistemas classificatórios utilizados para reconhecer e organizar os atos categorizados como “violência sexual” e as pessoas envolvidas nesses comportamentos: agressor e vítima. Construo esses quatro eixos a partir da identificação dos seguintes deslocamentos históricos nas formas de entender a “violência sexual”: i) da violência física à violência moral; ii) da ameaça à honra das famílias à violência contra a pessoa; iii) da ênfase no gênero à ênfase na geração; iv) dos atos criminosos aos indivíduos perigosos.

Sugiro que esses quatro deslocamentos articulados fazem aparecer uma nova ideia de violência que se situa entre o crime e a perversão sexual (a pedofilia), uma nova vítima privilegiada (a criança abusada), um novo efeito (o trauma e a desestabilização psíquica) e um novo personagem ou um novo nome para aquele que protagoniza esse tipo de “ataque” (o pedófilo).

1. Passagem da violência física à violência moral

Ao analisar processos de estupro no Ancien Régime (do século XVI ao XVIII) na França, Vigarello (1998) observa que somente se considerava prova para condenação do crime atos visíveis ou ouvidos: se o tumulto e o ruído da luta fossem percebidos e narrados por testemunhas, se fossem ouvidos gritos de socorro, ou seja, se houvesse indícios que comprovassem que a vítima não parou de resistir. “O não consentimento da mulher, as formas manifestas da sua vontade só existem em seus vestígios materiais e em seus indícios corporais” (Vigarello, 1998: 8). O juiz não se aventurava na interioridade pessoal da vítima, em suas fraquezas e coações subjetivas.

O olhar sobre os crimes sexuais focalizava-se antes na luxúria e no impudor do que na violência. A “violência sexual” não era particularizada na cultura clássica, a própria palavra “estuprador” não existia. A categoria de crime que recebia maior atenção da opinião pública, a mais estigmatizada, era a lesão física. Assim como o maior perigo na hierarquia dos criminosos até o século XIX era o assassino, o criminoso de sangue, o homem das armas, e menos o homem das perversões.

A revisão do Código Penal francês, em 1832, levou em conta esta outra violência ao tentar definir uma ofensa sexual cuja coação não recorre à brutalidade e à força física direta. Criou-se a diferença entre violência física e moral e uma nova unidade criminal foi constituída. Foi inventado um novo título no Código para agrupar, pela primeira vez, o conjunto dos atos de ofensa e de violência sexuais sob um único capítulo: “os atentados contra os costumes”. Versão moderna dos antigos crimes de luxúria, o novo título revela que a gravidade não estava mais no pecado, mas na ameaça à segurança e à ordem social.

A primeira brutalidade invisível a ser especificada no Código Penal francês pós-revolução foi o estabelecimento de um critério de idade (11 anos) para presunção de violência nos casos de atentado ao pudor. Em 1863, uma lei elevou a idade para 13 anos e passou a condenar também atentados contra menores mesmo acima desse limite de idade, mas não emancipados pelo casamento, quando estes fossem cometidos por alguém que ocupasse em relação ao menor

uma posição de autoridade: “se é possível supor uma vontade inteligente e livre numa criança com mais de 13 anos, essa vontade não é mais certa se a solicitação lhe chega de um de seus ascendentes, isto é, de uma pessoa que exerce sobre ela uma autoridade natural” (Vigarello, 1998: 138).

A partir de 1850, a jurisprudência reconhece e designa, pela primeira vez, de modo explícito a existência de uma violência moral fora dos casos de crianças. O novo crime consiste no fato de abusar de uma pessoa contra a sua vontade, quer a falta de consentimento resulte em uma violência física ou moral. Emerge, assim, um sujeito de direito, obrigando que se modifique o pensamento sobre o estupro: há o estupro todas as vezes que o livre-arbítrio da vítima é abolido. A análise do não consentimento torna-se, assim, um projeto jurídico.

Ao mostrar como a relação entre violência e não consentimento é pouco a pouco repensada na segunda metade do século XIX, o caso francês, analisado detalhadamente por Vigarello e que procurei reconstruir aqui resumidamente, serve como paradigma de como o Ocidente formulou a concepção de “violência sexual”.

Uma nova técnica de exame do comportamento humano é fundamental para o aparecimento-reconhecimento desse novo tipo de violência que, “atingindo o corpo, atinge a parte mais incorporal da pessoa” (Vigarello, 1998: 9). O processo de diferenciação da “violência sexual” em relação à “violência física”, de modo que a primeira pudesse emergir como uma modalidade específica de violência, é paralelo ao processo de dissolução de uma ligação imediata entre a pessoa e seus atos, que levou a um lento reconhecimento de que um sujeito pode estar “ausente” dos gestos que é condenado a sofrer ou a efetuar, o que supõe a existência de uma consciência distinta daquilo que a pessoa faz. Sendo assim, segundo Vigarello (1998), a história da “violência sexual” encontra-se com a história do nascimento do sujeito contemporâneo, dotado de uma interioridade.

Além disso, proponho que a história da “violência sexual” encontra-se também com a história de uma concepção individualista de sociedade, que se pode definir como “era moderna”. “Sua premissa é a de que cabe aos indivíduos um conjunto de direitos inalienáveis, centrados, sobretudo, na sua liberdade individual” (Vianna; Lacerda, 2004: 15). Sendo assim, a presença ou ausência do “consentimento” passa a ser o elemento central na definição da licitude da relação sexual.

No Brasil, assim como na França, a primeira modalidade de ofensa sexual invisível pode ser caracterizada pela presunção de violência por menoridade. “A primeira legislação a prever a presunção de violência foi o Código de 1890, disciplinando no artigo 272 que a violência era ficta quando o ato sexual fosse perpetrado contra menor de 16 anos” (Prado, 2006: 244). Com isso, qualquer relação sexual com alguém abaixo da idade delimitada pela lei passou a ser classificada

como “estupro” (se o ato fosse cópula heterossexual vaginal e a vítima fosse do sexo feminino) ou “atentado violento ao pudor” (se fosse qualquer outra forma de “ato libidinoso” diverso da conjunção carnal, fosse a vítima do sexo masculino ou feminino). O Código Penal (CP) de 1940 manteve o critério da presunção da violência para caracterizar delito de “estupro” ou “atentado violento ao pudor”, diminuindo, porém, a idade para 14 anos, e acrescentou a hipótese em que a vítima é alienada ou débil mental ou não pode, por qualquer motivo, oferecer resistência.

A razão da tutela do menor de 14 anos, pelo que se depreende da própria Exposição de Motivos do Código Penal, reside na “*innocentia consilli*” do sujeito passivo, ou seja, à sua completa insciência em relação aos fatos sexuais, de modo que não se pode dar valor algum ao seu consentimento (Prado, 2006: 244).

Mais recentemente, a Lei nº 12.015, de 2009, revogou o crime de “atentado violento ao pudor”⁴ e o artigo 224, que previa a referida presunção de violência. No lugar disso foi criado o delito de “estupro de vulnerável” (Art. 217-A/ CP)⁵. Além de aumentar as penas mínima e máxima para esse tipo de crime, o objetivo da criação desse tipo autônomo era evitar que decisões judiciais pudessem relativizar a presunção de violência, validando o consentimento do menor de 14 anos em alguns casos.

Além dos casos de *menores*, no sentido proposto por Vianna (2002)⁶, a mudança de paradigma de um olhar centrado na materialidade da ofensa a uma visão jurídica que passa a priorizar os elementos invisíveis e morais do delito pode ser percebida na legislação brasileira a partir da comparação dos textos dos Códigos Penais de 1890 e de 1940, que vigora até hoje, com algumas alterações. No Código de 1890, o delito de estupro⁷ era definido como “ato pelo qual o

4 O antigo delito de “atentado violento ao pudor” foi absorvido pela nova definição do crime de “estupro”, que antes era restrita à conjunção carnal, e passou a incluir qualquer ato libidinoso realizado mediante violência ou grave ameaça.

5 Art. 217-A/CP: ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. § 1º – Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

6 Segundo a autora, a *menoridade* não se refere, obrigatoriamente, à idade, mas sim a qualquer incapacidade legal de autogestão. “Menores podem ser mulheres, escravos, filhos não casados, agregados, loucos, índios, enfim, todos aqueles que, em uma configuração social específica, sejam compreendidos como incapazes (ou relativamente incapazes) de responder de forma integral por seus atos” (Vianna, 2002: 7).

7 Art. 268/CP de 1890: “Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta. Pena – de prisão celular de um a seis anos. Parágrafo 1º: Se a estuprada for mulher pública ou prostituta. Pena – de prisão celular por seis meses a dois anos” (trechos do código Penal de 1890, apud Vieira, 2007: 22).

homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não”⁸. No Código de 1940, por sua vez, “estupro”⁹ passou a ser entendido como “cópula sexual [...] do homem com a mulher, mediante o emprego por aquele de violência física (*vis corporalis*) ou moral (*vis compulsiva*), com a intromissão do pênis na cavidade vaginal” (Prado, 2006: 195). Observa-se, então, que o CP de 1940 passa a diferenciar violência física de violência moral, considerando também a segunda na tipificação do delito de estupro.

Além disso, o CP de 1940 substituiu o antigo crime de “defloramento” do CP de 1890 pelo crime de “sedução de menores”¹⁰, de modo que o hímen deixou de ser um atestado exclusivo de pureza, que passou a ser avaliada a partir da totalidade da conduta da mulher. O bem jurídico tutelado, a partir do CP de 1940, deslocou-se da *virgindade física* para a *virgindade moral*.

Tratou-se de um novo enfoque (em relação ao Código Penal de 1890), um realinhamento na hierarquia dos fatores tidos pelos profissionais do direito como possíveis de comprovarem a “honestidade feminina”, com os aspectos sociológicos e psicológicos, comportamentais e morais ganhando precedência sobre os “elementos anatômicos” (Duarte, 2000: 159).

Ou seja, o CP de 1890 salientava a “menoridade” e a “virgindade” da vítima. O Código posterior, por sua vez, salientou a “inexperiência” ou a “justificável confiança”, de modo que “para obter o título de vítima não bastará a moça provar que era virgem [...], ela precisará inspirar no juiz a convicção de ser ‘moça de vida honesta’, comprovando uma conduta condizente com aquela condição” (Duarte, 2000: 159). A inexperiência significava que a moça era inocente e, assim sendo, seria presa fácil para um sedutor habilidoso. A sedução por “justificável confiança” podia ser configurada, por exemplo, através de uma promessa falsa de casamento. Segundo Duarte (2000), em ambos os casos a liberdade sexual estaria sendo violada, pois a decisão de copular teria sido tomada mediante

8 Artigo 269/CP de 1890, apud Vieira, 2007: 22.

9 Art. 213/CP 1940: “Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça: Pena – reclusão, de 6 a 10 anos”. Esse artigo, como já foi dito, foi modificado pela lei 12.015 de 7 de agosto de 2009, que unificou os delitos de “estupro” e “antetado violento ao pudor”, passando a definir tanto a conjunção carnal quanto a prática de ato libidinoso sem livre consentimento como “estupro”. Esse dispositivo passa a vigorar com a seguinte redação: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. As penas permanecem as mesmas, no caso de estupro contra adultos, mas foi acrescentada uma forma qualificada (com pena mais grave) para o estupro contra menores de idade.

10 Art. 217 CP/1940: “Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de catorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança. Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos”.

condições que turvaram a razão, a capacidade de discernimento e o controle das emoções.

A lei 11.106, de 28 de março de 2005, revogou o delito de “sedução de menores”, no qual a virgindade ainda permanecia como uma exigência para tipificação do crime. No entanto, até agosto de 2009¹¹ manteve-se no CP a tutela da *virgindade moral* no delito de “corrupção de menores”¹², que era definido como praticar ato de libidinagem com menor entre 14 e 18 anos ainda não depravado, não corrompido moralmente¹³. É corrupto quem já conhece os prazeres da carne, quem já perdeu a ingenuidade sexual (cf. Prado, 2006: 235, n. 8). Desse modo, a *virgindade física* desapareceu do texto da lei enquanto elemento de tipificação do crime e permaneceu apenas a exigência de *virgindade moral*. Claro que a *virgindade física* era protegida nas leis anteriores como signo de pureza das moças, e o desvirginamento durante muito tempo continuou sendo utilizado pelos operadores do direito para a caracterização da “corrupção moral” da vítima, mas a ênfase foi deslocada, ao menos no texto legal, dos sinais físicos para o exame do “estado moral” da pessoa ofendida.

A Lei 12.015, de 2009, por sua vez, alterou o art. 218 do CP, passando a definir o novo delito de “corrupção de menores” como “induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem”. Além de reduzir a idade de 18 para 14 anos, o objetivo dessa mudança foi justamente retirar desse tipo penal o seu peso moral, abolindo a antiga exigência de inocência ou pureza sexual da vítima para a caracterização do crime. Ao seguir o mesmo critério de idade estabelecido no artigo que define o “estupro de vulnerável”, a nova redação do crime de “corrupção de menores” parece seguir a lógica de presunção de incapacidade de discernimento para a prática do ato sexual nessa faixa etária.

2. Da ameaça à honra das famílias à violência contra a pessoa

O percurso esboçado acima sobre o processo de constituição da noção de uma “violência sexual” propriamente dita, diferenciada da “violência física”, está articulado e ajuda a entender outro deslocamento no entendimento sobre a

11 A lei 12.015, de 7 de agosto de 2009, alterou uma série de dispositivos do capítulo IV do Código Penal, que trata dos crimes de natureza sexual.

12 Art. 218 CP/1940: “Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa maior de 14 e menor de 18 anos, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo. Pena – reclusão de 1 a 4 anos”.

13 Outra diferença importante do delito de “sedução” em relação ao de “corrupção” de menores é o critério de gênero: somente pessoa do sexo feminino poderia ser sujeito passivo do delito de sedução, enquanto as vítimas do delito de “corrupção” de menores podem ser tanto moças quanto rapazes, desde que sejam maiores de 14 e menores de 18 anos e que não sejam ainda “corrompidos” sexualmente.

“violência sexual”, que será analisado a partir de agora: do crime contra a honra ao atentado à liberdade sexual da pessoa.

A lei criminal tal qual foi desenvolvida durante muitos séculos e como se consolidou no século XIX endereçava-se ao comportamento sexual no interior de uma estrutura fundada em pressuposições patriarcais sobre a legitimidade da autoridade masculina sobre mulheres e crianças no interior da família (Waites, 2005: 66). No CP de 1890, as ofensas sexuais, organizadas segundo esse modelo patriarcal hierárquico, eram reunidas no título “dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”.

De acordo com a linguagem da honra, entendia-se que a ofensa sexual que atingisse a mulher atingiria infalivelmente o seu tutor – pai ou marido. No caso de mulher casada, é de adultério cometido à força que é acusado o agressor, pois o prejuízo causado ao marido e à família era o principal a ser levado em conta. No caso de moça virgem, o crime era de “defloramento”, ou seja, o que determinava a gravidade do ato era o roubo da castidade, que era visto como fundamental para a manutenção da honra das famílias.

Uma vez que a ofensa sexual ameaçava antes a moral pública do que a subjetividade da pessoa ofendida, o *status* social da vítima podia aumentar ou diminuir a gravidade do crime de acordo com a vergonha e o prejuízo social produzidos. O estupro contra uma mulher pública ou uma prostituta, por exemplo, era considerado menos grave do que atentar contra uma “mulher honesta”.

No CP brasileiro de 1940, os delitos sexuais passaram a ser agrupados no capítulo “dos crimes contra a liberdade sexual”, inserido no título “dos crimes contra os costumes”. O bem jurídico protegido não é mais a “honra das famílias”, mas sim a “liberdade sexual”, definida como “a capacidade do sujeito [...] de dispor livremente de seu próprio corpo à prática sexual, ou seja, a faculdade de se comportar no plano sexual segundo seus próprios desejos” (Prado, 2006: 194). Nesse contexto, a questão do “consentimento” passa a ter uma importância maior do que o *status* social da pessoa ofendida.

No novo modelo fundado nos direitos de “liberdade individual”, o estupro deixa de ser um roubo ou um ultraje e passa a ser uma ameaça contra o corpo íntimo e privado. Mas, como destaca Vigarello (1998), a inovação mais visível no primeiro momento é a dos textos. A vergonha continua presente e as queixas não aumentam repentinamente com a mudança do Código. Por isso, a apreciação das transformações históricas das desigualdades de gênero é vital para a análise dos debates em torno do significado da noção de “consentimento” no contexto do comportamento sexual.

Nos anos 1970, “a luta contra o estupro toma um sentido novo: o de uma libertação” (Vigarello, 1998: 210). As queixosas querem ir além dos atos incriminados, a fim de iniciar um debate sobre os costumes, reivindicando mudanças nas relações entre homens e mulheres, logo na sociedade¹⁴. “É porque a ‘violência sexual’ confronta definitivamente dois sujeitos que ela pode hoje mudar de sentido” (Vigarello, 1998: 218).

O princípio hierárquico que servia de base ao modelo tradicional de família e para as relações entre os sexos em seu interior foi substituído pelo ideal igualitário, “que institui a não demarcação de fronteira entre os gêneros, uma vez que, percebidos como iguais, os indivíduos de ambos os sexos são portadores de direitos” (Heilborn, 1992: 184-185). A igualdade entre homens e mulheres passou a ser entendida, então, como um direito e como um valor, algo a ser assegurado e a ser perseguido, simultaneamente (Vianna; Lacerda, 2004: 21).

O feminismo foi um dos primeiros movimentos sociais a focar o campo jurídico como estratégia política para a promoção de mudanças na desigualdade de gênero (Vieira, 2007: 33). A partir do final da década de 1980, entidades feministas “iniciaram uma luta [...] para a inclusão dos crimes sexuais no capítulo ‘dos crimes contra a pessoa’, demarcando assim um espaço discursivo em defesa dos direitos individuais das mulheres” (Vieira, 2007: 20). Como destacam Vianna e Lacerda, traçando conexões entre a luta política e social mais ampla do feminismo e o contexto legal brasileiro:

A compreensão dos crimes de natureza sexual como algo que ofende a moralidade pública – presente na ideia de “costumes” e não voltado diretamente à pessoa – vem sendo alvo há longo tempo de críticas por parte de militantes feministas (2004: 76).

Termos relativos à virgindade ou à condição de “mulher honesta” e os crimes de “raptio” e “adultério”, que resguardavam a honra familiar, foram retirados do CP a partir da lei nº 11.106, de 28 de março de 2005. Além disso, a mesma lei revogou os incisos VII e VIII do art. 107 do CP, que estabeleciam como causas de extinção da punibilidade o casamento da vítima com o agente e o casamento da vítima com terceiro, respectivamente.

14 Vieira (2007) menciona que a segunda onda do movimento feminista foi marcada por duas estratégias políticas. A primeira centrada na libertação das mulheres, o que incluía, claro, a denúncia da violência, o combate à relação sexual obtida à força e a reivindicação do direito de dispor de si, prevalecendo o *slogan* “nosso corpo nos pertence” (politização do privado). Uma segunda estratégia enfatizava o direito de sobrevivência, a partir da denúncia de homicídios, prevalecendo o *slogan* “quem ama não mata” (ver Vieira, 2007: 41).

Em 2009, essa parte do CP passou por uma nova reforma significativa, com a entrada em vigor da lei n 12.015, de 7 de agosto de 2009, que alterou o título “dos crimes contra os costumes” para “dos crimes contra a dignidade sexual”, atendendo a reivindicações dos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, das crianças e dos adolescentes. Nesse sentido, a nova lei visou eliminar as distinções de gênero na definição da “violência sexual” (como a unificação dos tipos penais de “estupro” e de “atentado violento ao pudor”), punir com mais rigor os crimes sexuais praticados contra menores de 18 anos e outros “vulneráveis”¹⁵ e ampliar a atuação dos agentes públicos no enfrentamento judicial da “violência sexual”, explicitando que a “liberdade sexual” deve ser tratada como uma questão de interesse público¹⁶.

3. Da ênfase no gênero à ênfase na geração

A passagem de uma linguagem da honra a uma linguagem dos direitos da pessoa é acompanhada de outro deslocamento nos discursos sobre “violência sexual”: do enfoque de gênero para o de geração. Uma vez que crianças e adolescentes são entendidos como sujeitos de direitos especiais, por sua peculiar condição de “pessoas em desenvolvimento” (art. 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente), em nome de sua proteção e seu suposto “melhor interesse”, não lhes são reconhecidas as capacidades de autonomia e livre-arbítrio, necessárias para o pleno exercício dos direitos de liberdade, especialmente aqueles relativos ao consentimento sexual¹⁷.

Com isso, o abuso sexual de menores de idade passou a ter uma especificidade inédita e uma gravidade alarmante. Como destaca Landini (2006: 351), “se

15 Na nova lei são considerados “vulneráveis” para a prática sexual os menores de 14 anos e aqueles que por ausência de discernimento ou por qualquer outro motivo não possam oferecer resistência ao ato, como os deficientes mentais e outros enfermos. São os mesmo sujeitos que na redação anterior estavam associados ao revogado artigo 224 do CP/1940, que definia os critérios de “presunção de violência”.

16 Até então, a ação penal dos crimes contra a liberdade sexual era privada, ou seja, procedia-se mediante queixa do ofendido ou de seu representante legal, no caso dos menores de idade e outros “incapazes”. A ação penal era pública, condicionada somente nos casos em que o ofendido não tinha recursos econômicos para arcar com as despesas processuais. Com a nova lei, todos os “crimes contra a liberdade sexual” passam a ser de ação penal pública condicionada à representação do ofendido ou de ação penal pública incondicionada, quando a vítima é menor de 18 anos. A diferença entre a ação penal privada e a ação penal pública condicionada à representação é que na primeira a parte autora é o ofendido e na segunda o Ministério Público, de modo que a “violência sexual” passa a ser judicialmente tratada como um problema de interesse público e não privado. Na prática, isso significa que antes a pessoa ofendida podia, a qualquer momento, perdoar o seu ofensor e retirar a queixa, enquanto agora, apesar de a atuação do Ministério Público ser condicionada à representação do ofendido, a partir do momento em que a ação penal pública é iniciada a vítima não tem mais a possibilidade de desistir do processo, o que indica que, em nome do valor da “liberdade sexual”, interesses e direitos individuais de liberdade de escolha podem ser restringidos.

17 Ver Lowenkron, 2007.

antes a violência era entendida como um problema relacionado à desigualdade entre homens e mulheres, no final do século XX ela passou a ser vista muito mais como uma questão relacionada à desigualdade entre crianças e adultos” (Landini, 2006: 251). Além disso, ao comparar notícias de jornais sobre “violência sexual” do início e do fim do século XX, a autora observa que, “se nas primeiras décadas do século as reportagens referiam-se, praticamente, apenas às meninas, no final do período muitos textos enfatizam que os meninos também são vítimas” (Landini, 2006: 252).

Perceber essa mudança de enfoque que fez que a “violência contra criança” ganhasse contornos próprios é interessante para fins de sistematização. No entanto, é importante destacar que não desaparece o cruzamento diferenciado de acordo com o gênero. Sendo assim, para uma análise mais complexa, mais interessante do que falar de uma substituição de enfoque é pensar sobre os entrecruzamentos de vulnerabilidades, o que permite compreender por que as “meninas” – figura que combina elementos de gênero feminino e da idade infantil – retratam as vítimas privilegiadas do “abuso” e da “exploração” sexual.

Outro ponto importante de se notar em relação ao enfoque diferenciado de acordo com o gênero é que, como a figura do “abusador sexual”, em geral, é associada ao gênero masculino, quando a figura do “abusado” é “menino” observa-se menos um cruzamento de vulnerabilidades (como ocorre com as “meninas”) do que uma sobreposição de perversidades, uma vez que a compreensão dessa relação é atravessada, simultaneamente, pelas noções de “pedofilia” e de “homossexualidade” (Lowenkron, 2012). Observa-se também um entendimento, baseado no campo *psi*, de que no caso do “menino” a experiência do “abuso sexual na infância” pode levar, entre outras possibilidades, a uma identificação futura com o “agressor” (o chamado “ciclo do abuso”). A partir disso, difundiu-se uma vulgata *psi* que associa “homossexualidade masculina” e “pedofilia”, tendo como base a ideia de “contágio”, o que vai se transformar em uma estratégia de reestigmatização e repatologização dos homossexuais¹⁸.

18 É possível reconhecer um esforço moral e político concreto de deslocamento e borrimento de estigmas e “perversidades” por parte de alguns atores sociais – como alguns religiosos – que se esforçam para juntar “homossexuais” e “pedófilos” em um mesmo “pacote da imoralidade sexual”. Esse embaralhamento poluidor tem sido historicamente utilizado, como mostra Rubin (1984), para criminalizar práticas sexuais intergeracionais entre pessoas do mesmo sexo e para produzir obstáculos para as demandas relacionadas aos direitos dos homossexuais, reforçando concepções de que esta seria uma ameaça à infância, à família e, portanto, à sociedade. Sobretudo após a despatologização e a descriminalização da homossexualidade em muitos países e da progressiva separação entre sexualidade e reprodução no final do século XX, o homossexual deixa de ser culpabilizado por um desejo sexual não reprodutivo para se tornar suspeito de “ameaçar os filhos das famílias”.

Após essa breve digressão sobre as diferenças de gênero no processo de construção social da figura da “criança abusada”, retomo o foco da análise: o deslocamento de enfoque de gênero para geração nas problematizações morais em torno da “violência sexual”. Nesse sentido, é importante observar que até o final do século XX o estupro contra crianças e adolescentes não era julgado específico ou ligado a alguma criminalidade particular. Apesar de grande parte das denúncias sobre “violência sexual” tratar de casos nos quais as vítimas são “meninas” e “moças”, nenhum nome especial era reservado à ofensa contra menores, no máximo “violência contra uma menina impúbere”.

A partir do final dos anos 1980 “houve uma mudança profunda na forma de entender a ‘violência sexual’ cometida contra menores de idade – a ênfase, antes colocada na questão de gênero, passou a ser posta na idade” (Landini, 2006: 15).

A criança é menos percebida como algum equivalente “normal” da vítima adulta. O ato que a atinge sexualmente se torna específico, não substituível, revelando uma ruptura, um deslocamento de horizonte: uma violência que só um irremediável desvio, se não uma anormalidade, poderia explicar (Vigarello, 1998: 172).

Uma vez que outras assimetrias (como a de gênero e a de raça) foram objeto de lutas políticas por desessencialização, crianças e adolescentes tiveram seu lugar sacralizado fortalecido, devido a uma pressuposição de vulnerabilidade “natural”. Sendo assim, eles passaram a ocupar nas agendas políticas um lugar de destaque nas lutas por direitos especiais, especialmente de proteção contra as diversas formas de exploração.

A aprovação da Convenção Universal de Direitos da Criança pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1989, deu suporte à promulgação de uma legislação centrada na concepção de crianças e adolescentes como “sujeitos de direitos especiais” (Vianna, 2002: 18). No Brasil, essa virada é marcada pela passagem do Código de Menores de 1979 para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que significou a substituição da doutrina da “situação irregular” – voltada para as infâncias consideradas “erradas” (infratoras, abandonadas etc.) – pela doutrina da “proteção integral” e do “melhor interesse” da criança e do adolescente (cf. Vianna, 2002; Schuch, 2005).

Os aparatos estatais de proteção e controle de populações infanto-juvenis existem desde o início do século XX, a partir da consolidação de um processo mais abrangente, na modernidade, de formação de uma noção de infância como uma fase específica da vida, como retratou Áries (1981). Mas nas últimas décadas seu modo de entendimento e significação foi consideravelmente

transformado (Schuch, 2005). Com a transformação de crianças e adolescentes em “sujeitos de direitos”, a crítica à violência contra eles ganha força, transformando o crime cometido contra a criança no principal modelo de atrocidade. “No nosso sistema de valores, o genocídio é a pior coisa que um grupo pode fazer a outro, e abusar de uma criança é a pior coisa que uma pessoa pode fazer a outra” (Hacking, 1992: 194)¹⁹.

Segundo Vianna e Lacerda, no plano internacional observa-se uma maior visibilidade da exploração sexual infantil e adolescente:

Embora as regulações internacionais sobre tráfico de mulheres e crianças já venham de longa data, foi somente a partir dos anos 1990 que a exploração sexual infantil e adolescente ganhou destaque como um problema com contornos próprios, incluindo também a pornografia (2004: 66).

Essa maior visibilidade e essa maior sensibilidade foram convertidas, rapidamente, em estratégias de ações políticas voltadas para o enfrentamento da “violência sexual infanto-juvenil”. Desde a década de 1990 a sociedade civil organizada e o poder público têm reunido esforços em torno do tema, a partir da realização de encontros, da elaboração de protocolos e convenções internacionais, de legislações nacionais, entre outras iniciativas. No âmbito internacional, destacam-se o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo a venda de crianças, prostituição e pornografia infantis, e os Congressos Mundiais de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes²⁰, cuja terceira edição aconteceu no final de 2008, no Rio de Janeiro.

No Brasil, o tema foi objeto de atenção política mais detalhada pela primeira vez a partir dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição Infanto-Juvenil, realizada entre 1993 e 1994, na Câmara dos Deputados. Desde então, surgiram vários grupos e organizações não governamentais que passaram a lutar por um enfrentamento político do problema. Em 2000 elaborou-se o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil²¹.

Entre 2003 e 2004 foi realizada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual, nas duas casas do Congresso Nacional, que

19 Tradução minha. No original: “In our present system of values, genocide is the worst thing that one group can do to another, and to abuse a child is the worst thing that one person can do to another”.

20 O primeiro Congresso Mundial aconteceu em Estocolmo, na Suécia, em 1996, e o segundo foi realizado em Yokohama, no Japão, em 2001.

21 Para um panorama das políticas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, ver: Vianna; Lacerda, 2004: 66-67, e capítulo II do Relatório final da CPMI da exploração sexual de crianças e adolescentes, Congresso Nacional, Brasília, 2004.

investigou as redes de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, especialmente de “meninas pobres”, com foco no enfrentamento à prostituição infanto-juvenil e ao tráfico para fins sexuais. E de 2008 a 2010 a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, do Senado federal, voltou-se para a apuração e o combate dos chamados “crimes de pedofilia”²², em especial aqueles relacionados à circulação de imagens de pornografia infantil na internet.

Além da nova sensibilidade social e política em torno da “violência sexual” contra crianças e adolescentes, deve-se notar outro desdobramento da passagem da ofensa à honra das famílias para a violência contra o sujeito dotado de uma interioridade, a saber: a percepção sobre os *efeitos* da “violência sexual” também foi deslocada, conferindo uma dimensão nova e particular ao estupro contra crianças:

O resultado do crime não é mais a imoralidade, mas a morte psíquica, a questão não é mais a depravação, mas a quebra de identidade, irremediável ferida à qual a vítima parece condenada, o que concede um lugar inteiramente novo ao estupro contra crianças (Vigarello, 1998: 248).

A partir da noção de que todo o desenvolvimento psíquico pode ser afetado por uma experiência de “abuso sexual na infância” (que pode ser configurada mesmo em uma relação sem coerção física, porém “precoce” e assimétrica), uma nova engrenagem que articula a prática jurídica ao saber *psi* constitui-se enquanto instância privilegiada para a compreensão e a gestão desse tipo de “violência”. Psicólogos e assistentes sociais são indicados por juízes não apenas para administrar e atenuar o sofrimento psíquico das “crianças abusadas”, mas também para prevenir a reprodução social da “violência sexual”, evitando que as “vítimas” fiquem congeladas nessa condição ou se transformem em futuros “abusadores”.

4. Dos atos criminosos aos indivíduos perigosos

No final do tópico anterior apontou-se um processo de psicologização das vítimas de crimes sexuais, portanto de uma patologização de seus efeitos: o trauma, dano de longo prazo, a dor interior, as conseqüências disruptivas para o desenvolvimento da criança. A patologização da figura do criminoso sexual,

22 Vale destacar que “pedofilia” não é crime, isto é, não existe um tipo penal na legislação brasileira com este nome. Trata-se antes de uma categoria diagnóstica da psiquiatria, utilizada para se referir àqueles que têm atração sexual por crianças. Entretanto, o termo tem sido utilizado com frequência nos discursos públicos para se referir a um conjunto de práticas criminosas relacionadas ao sexo com menores de idade e, em especial, aos crimes relacionados à disseminação de pornografia infantil na internet (cf. Lowenkron, 2012).

portanto a psicologização das causas do crime, é o tema que será desenvolvido na análise deste último deslocamento no emaranhado da “violência sexual”.

Foucault mostra como as noções de “perigo” e de “perversão” foram fundamentais no processo de fusão do criminoso e do patológico. O autor reconhece que na segunda metade do século XX emerge um novo sistema penal e legislativo em torno da sexualidade, centrado menos na punição de ofensas contra a decência e mais na proteção de populações vistas como vulneráveis. Segundo Foucault, “teremos uma sociedade dos perigos na qual, de um lado, estarão aqueles que estão em perigo e, do outro, aqueles que são perigosos”²³. Observa-se, então, uma substituição de um tribunal de combate ao crime e à ofensa aos costumes por um tribunal da perversidade e do perigo.

Em outras palavras, o legislador não vai justificar as medidas que ele propõe dizendo: a decência universal da espécie humana precisa ser defendida. Ele dirá: existem pessoas para quem a sexualidade dos outros pode tornar-se um perigo permanente. Nessa categoria, é claro, estão as crianças (Foucault)²⁴.

Sendo assim, se antes a justiça penal ocupava-se dos *atos criminosos* e condenava formas de comportamentos, agora o que se está definindo e passa a ser suscetível à intervenção da lei, do juiz, do médico são os *indivíduos perigosos*. Para traçar a genealogia dessa nova visão sobre o criminoso, Foucault (2002) descreve as transformações das relações entre o saber-poder médico-psiquiátrico e o judiciário, a partir da comparação de duas técnicas de exames médico-legais da consciência utilizadas pela justiça penal no século XIX e no século XX, respectivamente.

No exame “clássico”, o perito só era “chamado para saber se o indivíduo imputado estava em estado de demência quando cometeu a ação. Porque, se estava, não pode mais, por causa disso, ser considerado responsável pelo que fez” (Foucault, 2002: 23). No novo exame, “trata-se de reconstituir a série do que poderíamos chamar de faltas sem infração, ou também de defeitos sem ilegalidade. Em outras palavras, mostrar como o indivíduo já se parecia com seu crime antes de o ter cometido” (Foucault, 2002: 24).

Em suma, ao se deslocar da problemática da “responsabilidade” e da “imputabilidade” para a avaliação da “periculosidade” e da “perversidade”, o novo exame

23 Tradução minha. No original: “we’re going to have a society of dangers, with, on the one side, those who are in danger, and on the other, those who are dangerous” (trecho do texto *The Danger of Child Sexuality...*, 1978: 10, in Kritzman, 1988).

24 Tradução minha: No original: “In other words, the legislator will not justify the measures that he is proposing by saying: the universal decency of mankind must be defended. What he will say is: there are people for whom other’s sexuality may become a permanent danger. In this category, of course, are children” (trecho do texto *The Danger of Child Sexuality...*, 1978: 5, in Kritzman, 1988).

psiquiátrico permite constituir um “duplo psicológico-ético de delito”. Ou, em outros termos, o crime passa a ser o duplo prático da deficiência psicológica, pois é esta que serve para explicar a origem, a causa do delito. Inverte-se, assim, a relação entre monstrosidade e criminalidade: antes era possível reconhecer o criminoso em potencial em qualquer indivíduo monstruoso²⁵. A partir de então, passa-se a suspeitar de uma monstrosidade no fundo de qualquer criminalidade.

A transformação do criminoso sexual em anormal não é um fenômeno recente, mas sofreu algumas modificações, produzindo novas modalidades de anomalia. Desde que a reflexão do direito penal passou a se dar em torno da noção de “risco”, com atenção à reincidência e à periculosidade, unida a uma psicologização dos atos criminosos, verifica-se uma crescente proliferação de classificações dos agressores sexuais para melhor analisar os comportamentos e detectar os perigos. Nesse contexto, emerge um novo tipo não apenas de criminoso, mas de monstro humano: o “pedófilo”.

Segundo Foucault (2002: 82), houve em cada época figuras privilegiadas como modelos de *monstrosidade*: na Idade Média, o homem bestial, o misto de dois reinos, o que era ao mesmo tempo homem e animal; na época do Renascimento, os irmãos siameses, aquele que é dois ou os dois que são um; na Idade Clássica, o hermafrodita, o misto de sexos (Foucault, 2002: 83). Se durante muito tempo a noção de *monstrosidade* esteve ligada a deformidades físicas que indicavam desvios em relação à natureza biológica da espécie humana e às leis divinas, a partir do final do século XVIII a *monstrosidade* deslocou-se da aparência física para os comportamentos e a interioridade dos sujeitos.

Assim, não é mais o desvio das formas, mas o desvio das normas de conduta – com especial ênfase na normalidade sexual – que passa a definir o indivíduo monstruoso (Foucault, 2002; Leite Jr., 2006). Sugiro ainda que, enquanto no passado o *monstro* constituía uma ameaça por ser terrivelmente diferente de nós, o que nos aterroriza na *monstrosidade contemporânea* representada pelo “pedófilo” é justamente o fato de ele ser demasiadamente parecido conosco.

De acordo com a definição de Foucault (2002), o *monstro* é a figura que condensa as modalidades mais extremas de anomalia, é o grande modelo de todas as pequenas discrepâncias. Diferentemente do desviante, que está previsto na lei, o *monstro* é infração fora da lei. O *monstro* combina o impossível e o proibido, transgredindo os limites não só da lei, mas da classificação. É o que acontece

25 Segundo Foucault (2002: 101), até os séculos XVII-XVIII o indivíduo monstruoso – o “contranatureza”, aquele que transgredir os limites não só da lei, mas da classificação – era sempre referido a uma criminalidade possível.

em relação ao sexo entre “adultos” e “crianças”. Trata-se de uma transgressão que não se restringe ao domínio do proibido ou do contra a lei, mas do ininteligível ou do contra a natureza.

A primeira reflexão psicológica sobre o estuprador de crianças, segundo Vigarello (1998), aparece no fim do século XIX, a partir da surpresa e do interesse provocados por processos contra clérigos ou professores. Como explicar a violência desses homens cultos? Passa a haver, então, o reconhecimento de um desejo particular direcionado a crianças. Mas a palavra pedofilia ainda não aparece em 1880. Essa perversidade moral distinta aparece ligada ao alcoolismo, à degenerescência, ao descontrole sexual ou à loucura. Apenas em 1903, em uma das atualizações do livro *Psychopathia Sexualis*, de Krafft-Ebing (publicado pela primeira vez em 1889), é que a psiquiatria do século XX adota a designação “pedófilo”. No entanto, o termo será popularizado e vulgarizado pelo uso comum somente a partir da última década do século XX.

Segundo Landini (2006), que analisou reportagens sobre “violência sexual” contra crianças em um jornal brasileiro de grande circulação – o *Estado de S. Paulo* –, ao longo do século XX a categoria “pedofilia” ganha maior visibilidade na mídia a partir da segunda metade da década de 1990. A autora observa que o termo é utilizado principalmente para retratar casos associados a redes de pornografia infantil na internet e para justificar, por meio da “doença”, crimes de famosos ou pessoas cultas que de outro modo não poderiam ser pensadas como criminosas²⁶. De acordo com Velho (1994: 57), “na sociedade complexa moderna a categoria *doente mental* tem sido das mais acionadas enquanto *categoria de acusação*, legitimando visões de mundo e ‘explicando o inexplicável’”.

O estuprador inculco, o degenerado da periferia social cedem lugar ao pervertido sexual, ainda mais perigoso porque sabe como não levantar suspeitas. “O temor durante muito tempo focalizado no inimigo público se desloca para o homem comum, o vizinho de quem se deve desconfiar” (Vigarello, 1998: 239). O “pedófilo” é difícil de ser identificado porque se parece conosco de maneira inquietante, e por isso mesmo ele se torna uma ameaça permanente²⁷.

26 O mesmo padrão pôde ser verificado em pesquisa realizada por mim no jornal *O Globo* entre 2008 e 2009 (cf. Lowenkron, 2010).

27 Ao narrar um encontro de um grupo de pedófilos em um restaurante, o jornalista investigativo Tim Tate enfatiza o perigo representado pela aparência ordinária desses homens: “there is nothing to distinguish these five middle-aged men from the rest of the restaurant’s clientele. Yet between them they have molested more than 1000 young children. These are not businessmen, nor councilors; they are paedophiles, and what makes them so very dangerous is precisely that quality of ordinariness which allows them to offend almost unnoticed” (Tate, 1990: 103).

Note-se que a palavra “pedofilia” não é originalmente uma categoria jurídica²⁸, mas uma categoria clínica. De acordo com DSM IV²⁹, a “pedofilia” é classificada – ao lado de fetichismo, voyerismo, exibicionismo, masoquismo, sadismo e travestismo – como uma modalidade de “parafilia”³⁰, que faz parte do capítulo “Transtornos sexuais e da identidade de gênero”. Segundo o manual, a “pedofilia” é caracterizada pelo foco do interesse sexual em crianças pré-púberes (geralmente com 13 anos ou menos) por parte de indivíduos com 16 anos ou mais e que sejam ao menos cinco anos mais velhos que a criança, ao longo de um período mínimo de seis meses. O diagnóstico de “pedofilia” pode ser feito, segundo o manual, se a pessoa realizou esses desejos ou se os desejos ou fantasias sexuais causaram acentuado sofrimento ou dificuldades interpessoais.

Ou seja, o “estuprador” é, no máximo, um reincidente e é definido por seus atos. O “pedófilo” é uma espécie e é definido por seus desejos. No entanto, como destaca Vigarello (1998), a opinião comum, diferente da visão médica, borra com maior facilidade as fronteiras entre pedófilos, pais incestuosos e “abusadores sexuais”³¹ de menores em geral. Landini destaca também que, ao relatar casos de pornografia, dificilmente a mídia impressa traça distinções claras entre pornografia de crianças e adolescentes, englobando as duas numa mesma categoria: a “pedofilia”. (Landini, 2004: 339).

Sendo assim, entendo que, se enquanto categoria clínica a “pedofilia” refere-se, principalmente, a fantasias e desejos que podem ou não se atualizar na forma de crimes sexuais (atos), por outro lado, enquanto categoria social de acusação, ela pode ser acionada nas diversas modalidades de práticas sexuais envolvendo “menores”. Como destaca Velho (1994: 60), “há acusações que são parciais, porque ficam no nível de segmentos ou aspectos particulares do

28 O diagnóstico de pedofilia pode estar associado a crimes de estupro de vulnerável (art. 217-A/CP), prostituição ou exploração sexual de menores de 18 anos (art. 218-B/CP e 244-A/ECA), produção, venda, divulgação e posse de pornografia infanto-juvenil e assédio *on-line* de menores (art. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C, 241-D e 241-E do ECA).

29 American Psychiatric Association, *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, fourth edition*.

30 As chamadas “parafilias” recobrem a antiga categoria “desvios sexuais” do DSM II, que são as antigas “perversões”, entendidas agora como “disfunções” (Russo, 2004). Elas são definidas no DSM IV pela presença de fantasias, anseios sexuais ou comportamentos recorrentes, intensos e sexualmente excitantes envolvendo objetos não humanos; sofrimento ou humilhação, próprios ou do parceiro; ou crianças ou outras pessoas sem o seu consentimento, ocorrendo durante um período mínimo de seis meses (DSM IV, 2002).

31 Destaca-se que a expressão “abuso sexual” pode ser usada, dependendo do contexto, para classificar relações sexuais não coercivas. A ideia de “abuso”, portanto, não precisa estar associada, necessariamente, à noção de ausência de consentimento, nem tampouco de dano psicológico, desde que se reconheça a natureza assimétrica da relação.

comportamento, enquanto existem outras que contaminam toda a vida dos indivíduos acusados, estigmatizando-os de forma, talvez, definitiva”.

A “pedofilia”, enquanto categoria de acusação, está associada a uma operação epistemológica nativa que possibilita passar dos atos transgressivos às identidades desviantes, nos termos de Becker (1973), ou dos atos criminosos aos indivíduos perigosos ou anormais, nos termos de Foucault (2002). Assim, o que passa a ser objeto de exame e avaliação não é apenas um determinado tipo de conduta, mas uma determinada espécie de pessoa.

Vale destacar que os *loucos-criminosos* trazem ambiguidades para a prática judicial, visto que eles combinam duas visões ocidentais do sujeito³², que podem ser denominadas “sujeito de direitos e deveres” (visão jurídico-racionalista), de um lado, e “sujeito de impulsos e desejos” (visão psicológico-determinista), de outro (Carrara, 1998). Para ser considerados culpados, os criminosos não podem ser considerados alienados irresponsáveis, pois estes não podem ser geridos a partir de um modelo jurídico-punitivo, mas sim a partir de um psiquiátrico-terapêutico (Carrara, 1998: 18).

Nos crimes que envolvem práticas sexuais “consensuais” entre “adultos” e “crianças”, uma balança entre a “responsabilidade” do agressor e da vítima parece complexificar a análise do problema, uma vez que existe a possibilidade de tanto o agressor (no caso de este ser considerado “doente mental”) quanto a vítima serem considerados irresponsáveis por suas condutas. No entanto, o que parece ser levado em conta é menos a balança entre responsabilidades do que a ênfase nas vulnerabilidades, de modo a privilegiar o direito de proteção das crianças.

No caso específico dos delitos sexuais e, em especial, daqueles que têm “menores” como vítima, os “criminosos”, apesar de serem considerados “anormais”, não são tanto pensados como “desequilibrados passíveis de uma ação terapêutica, mas como desviantes incuráveis que representam um perigo criminal *ad aeternum*” (Wacquant, 2001: 114)³³. Mais do que uma condição doentia, a

32 “De um lado, há a versão que poderia ser chamada jurídico-racionalista e que vê o indivíduo como sujeito de direitos e deveres, capaz de adaptar livremente seu comportamento às leis e normas sociais, capaz de escolher transgredi-las ou respeitá-las, capaz, enfim, de ser moral e penalmente responsabilizado por suas ações. De outro lado, há a versão que poderia ser denominada psicológico-determinista, que vê o indivíduo (principalmente o indivíduo alienado) não enquanto sujeito, mas enquanto objeto de seus impulsos, pulsões, fobias, paixões e desejos. Nessa última versão, as estruturas determinantes do comportamento, estando aquém da consciência e da vontade, não permitem que o indivíduo seja moralmente responsabilizado no sentido do modelo anterior, não sendo, portanto, passível de punição” (Carrara, 1998: 46-47).

33 O autor descreve a caça aos delinquentes sexuais nos Estados Unidos, cuja condenação moral ultrapassa em muito o período de cumprimento da pena legal, pois eles passam a ser estigmatizados por toda a sociedade, com o apoio de medidas oficiais do poder público, como a divulgação de nome, endereço e fotos dos ex-condenados por crimes sexuais, em especial contra crianças.

“pedofilia” tende a ser compreendida como uma condição anormal permanente e irreversível.

“Pedofilia”: um “problema social” contemporâneo

Partindo da premissa de que as classificações utilizadas para interpretar e para regular as condutas sexuais constituem e instituem sensibilidades, comportamentos e percepções, neste artigo analisei deslocamentos históricos nas categorias de entendimento que permitem compreender como a “violência sexual contra crianças” foi particularizada ao longo do século XX, emergindo como um “problema social” com contornos próprios. Apresentei também como o tema tornou-se objeto de atenção política específica e como passou a ser apresentado e discutido publicamente em relação ao conceito de “pedofilia”.

É importante ressaltar que os debates em torno da “violência sexual contra crianças” são entremeados por um léxico amplo e variado, que inclui termos como “abuso sexual infantil”, “exploração sexual de crianças e adolescentes”, além da “pedofilia” (Lowenkron, 2010). Situado entre o crime e a doença, o termo “pedofilia” enfatiza as características psicológicas (anormalidade e perversidade) do adulto que se relaciona sexualmente com crianças ou produz, divulga ou consome imagens de pornografia infanto-juvenil.

No Brasil, até a primeira metade dos anos 1990, as sensibilidades sociais e políticas voltavam-se principalmente para o tema da “prostituição infanto-juvenil”. Na última década, o enfrentamento a outras modalidades de “exploração sexual” também entrou nas agendas políticas nacional e internacional, modalidades como o turismo sexual, o tráfico para fins sexuais de crianças e adolescentes e a pornografia infanto-juvenil.

Entre as diversas modalidades de “violência sexual contra crianças”, observa-se uma atenção recente dos aparatos estatais e da imprensa nacional à problemática da “pedofilia”, associada à circulação de imagens de pornografia infantil na rede mundial de computadores. O número de denúncias vem aumentando, junto com a popularização da internet no país e a sensibilização contínua em relação ao problema. Entretanto, por ter adquirido contornos específicos enquanto fenômeno social somente nas últimas décadas, a “pedofilia” permanece um tema tabu e silencioso entre os cientistas sociais³⁴, necessitando ainda de

34 Entre os poucos trabalhos que se dedicaram às temáticas da pedofilia e da pornografia infantil nas ciências sociais brasileiras, é possível citar a dissertação de mestrado de Tatiana Landini (2000), o artigo de Alessandro Oliveira (2009), minha tese de doutorado (Lowenkron, 2012) e a dissertação de mestrado de Mariana Cintra Rabelo (2013).

propostas teóricas e metodológicas que possam aprofundar e complexificar o entendimento do fenômeno.

Levando em conta que estratégias de criminalização centradas menos na condenação de atos específicos do que na produção de *pânicos morais*³⁵ e *inimigos*³⁶ genéricos têm sido historicamente utilizadas menos para garantir do que para suprimir direitos, considero relevante discutir os efeitos de nomear, entender, regular e combater o “problema” da “violência sexual contra crianças” enquanto “pedofilia”. Como propus ao analisar o combate político e criminal à “pornografia infantil na internet” (Lowenkron, 2012; 2013), essa cruzada moral tem menos garantido a proteção de crianças “de carne e osso” contra as várias formas de dominação e violência do que levado à disseminação do horror e do sentimento de perigo, à fabricação de figuras estereotipadas, à sobreposição de diferentes atos, ao fortalecimento de uma forma específica de regulação do “problema” (a criminal) e à ênfase na *monstruosidade* moral.

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família* [1973]. Trad. Dora Flacskman. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BECKER, Howard. *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York, The Free Press, 1973.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal de 1940 (CP/1940).
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990).

35 Nos termos de Weeks (1981), “moral panic crystallizes widespread fears and anxieties, and often deals with them not by seeking the real causes of the problems and conditions which they demonstrate but by displacing them on to ‘Folk Devils’ in an identified social group (often the ‘immoral’ or ‘degenerate’)” (ibid.: 14). A análise da produção de “pânicos morais” e, particularmente, dos “pânicos sexuais” é um tema clássico dos estudos sociológicos. Ver, por exemplo: Cohen, 1980; Jenkins, 1998; Lancaster, 2011.

36 A noção de “inimigo” deve ser entendida aqui de acordo com a definição de Jakobs (2009), jurista alemão que formulou a teoria do “direito penal do inimigo”, que me parece útil para compreender o atual modelo de atuação política e criminal em relação à “pedofilia”, mas também ao enfrentamento a outras criminalidades (como as relacionadas ao “terrorismo” e ao “narcotráfico”, por exemplo). O autor diferencia o “direito penal do cidadão”, voltado para aquele que cometeu um desvio da norma penal (ênfase nos atos passados), e o “direito penal do inimigo”, voltado para aquele que é visto como fonte de perigo (ênfase no devir criminoso do *sujeito*) e uma ameaça ao próprio Estado. No primeiro caso, a reação jurídica é a pena (lei), com o intuito de reafirmação da norma. No segundo, a resposta é a guerra e a medida de segurança, voltada menos para a sanção dos atos cometidos do que para a neutralização dos perigos futuros. O autor ressalta ainda que essas duas modalidades de “direito penal” são “tipos ideais”. Na prática, a punição dos atos e a neutralização de sujeitos perigosos podem ser entendidas como duas dimensões do direito penal que estariam mais ou menos presentes nos diferentes casos concretos.

- BRASIL. Congresso Nacional. *Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília, DF, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.
- CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro/São Paulo, EdUERJ/Edusp, 1998.
- COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers*. New York, St. Martin's Press, 1980.
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo, Edusp, 1998.
- DSM IV-TR – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 4. ed. rev. Trad. Cláudia Dornelles. Porto Alegre, Artmed, 2002.
- DUARTE, Luiz Cláudio. Representações da virgindade. *Cadernos Pagu*, Campinas, (14), 2000, pp. 149-179.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais* [1975]. São Paulo, Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- HACKING, Ian. World-making by Kind-making: Child Abuse for Example. In: DOUGLAS, Mary; HULL, David (Ed.). *How Classification Work. Essays in honour of Nelson Goodman*. Edinburgh, Edinburgh University Press, 1992.
- HEILBORN, Maria Luiza. Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade em contexto igualitário. Tse de doutorado, Antropologia Social, PPGAS/UFRJ, 1992.
- HEILBORN, Maria Luiza et. al. (Orgs.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, Garamond/Fiocruz, 2006.
- JAKOBS, Günther. Direito penal do cidadão e direito penal do inimigo. In: JAKOBS, G.; MELIÁ, M. C. (Ed.). *Direito penal do inimigo: noções e críticas*. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2009.
- JENKINS, Philip. *Moral Panics: Changing Concepts of the Child Molester in Modern America*. New Haven/London, Yale University Press, 1998.
- KRITZMAN, Lawrence D. (Ed.). The Danger of Child Sexuality [diálogo de Michel Foucault com Guy Hocquenghem e Jean Danet, produzido por Roger Pillaudin e

- transmitido pela France Culture em 4 de abril de 1978]. In: *Michel Foucault: Politics, Philosophy, Culture: Interviews and other Writings*. Trad. Alan Sheridan. New York, Routledge, 1988. Texto disponível em: <<http://www.ipce.info/ipceweb/Library/danger.htm>>. Acesso em: 2 abr. 2007.
- LANDINI, Tatiana Savoia. Pornografia infantil na internet: proliferação e visibilidade. Dissertação de mestrado, Sociologia, FFLCH/USP, 2000.
- LANDINI, Tatiana Savoia. Pedofilia e pornografia infantil: algumas notas. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- LANDINI, Tatiana Savoia. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. *Cadernos Pagu*, Campinas (26), 2006.
- LANCASTER, Roger N. *Sex Panic and the Punitive State*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 2011.
- LEITE Jr., Jorge. *Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia “bizarra” como entretenimento*. São Paulo, Annablume, 2006.
- LOWENKRON, Laura. (Menor)idade e consentimento sexual em uma decisão do STF. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 50, n. 2, 2007, pp. 713-745.
- LOWENKRON, Laura. Sexualidade e (menor)idade: estratégias de controle social em diferentes escalas. Dissertação de mestrado, Sociologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2008.
- LOWENKRON, Laura. Abuso sexual infantil, exploração sexual de crianças, pedofilia: diferentes nomes, diferentes problemas? *Sexualidade, Saúde e Sociedade – Revista Latino-Americana*, n. 5, 2010, pp. 9-29. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/394/726>>. Acesso em: 11 maio 2011.
- LOWENKRON, Laura. *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Tese de doutorado, Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2012.
- LOWENKRON, Laura. O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pornografia infantil como “causa política” e “caso de polícia”. *Cadernos Pagu*, Campinas (41), dez. 2013, pp. 303-337.
- OLIVEIRA, Alessandro José de. De “pedófilo” à “boylover”: ilusão ou uma nova categoria sexual que se anuncia?. In: DÍAZ-BENITEZ, M. E.; FÍGARI, C. E. (Ed.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009, pp. 455-480.
- PRADO, Luiz Regis. *Curso de direito penal brasileiro*. 4. ed. 4a ed. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2006, v. 3, Parte espec., art. 184-288.
- RABELO, Mariana Cintra. Salvar cordeiros imolados: a gestão do combate à pornografia infantil na internet e a proteção de crianças. Dissertação de Mestrado, Antropologia Social, UNB, 2013.

- RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: VANCE, Carole (Ed.). *Pleasure and Danger*. London, Routledge & Kegan Paul, 1984.
- RUSSO, Jane Araújo. Do desvio ao transtorno: a medicalização da sexualidade na nosografia psiquiátrica contemporânea. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- SCHUCH, Patrice. Práticas de justiça: uma etnografia do “campo de atenção ao adolescente infrator” no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tese de doutorado, Antropologia Social, PPGAS/UFRGS, 2005.
- TATE, Tim. *Child Pornography: An Investigation*. London, Methuen, 1990.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- VIANNA, Adriana de Resende Barreto. Limites da menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento. Tese de doutorado, Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2002.
- VIANNA, Adriana de Resende Barreto; LACERDA, Paula. *Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual*. Rio de Janeiro, CEPESC, 2004.
- VIEIRA, Miriam Steffen. Universo legal em ato: a construção de categorias jurídicas em torno da violência sexual. Tese de doutorado, Antropologia Social, PPGAS/UFRGS, 2007.
- VIGARELLO, Georges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- WACQUANT, Loic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos Editores, 2001.
- WAITES, Matthew. *The Age of Consent: Young People, Sexuality and Citizenship*. New York, Palgrave Macmillan, 2005.
- WEEKS, Jeffrey. *Sex, Politics and Society: The Regulation of Sexuality since 1800*. New York, Longman, 1981.

Recebido em: 04/09/2013

Aceito em: 20/11/2013

Como citar este artigo:

- LOWENKRON, Laura. A emergência da pedofilia no final do século XX. Deslocamentos históricos no emaranhado da “violência sexual” e seus atores. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 231-255.

Corpos transfigurados

Vanberto José Rossi¹

Resenha do livro:

COUTO, Edvaldo Souza; GOELLNER, Sivana Vilodre (Orgs.). *O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas*. Petrópolis, Vozes, 2012.

Existe no momento contemporâneo uma tendência à valorização da imagem corporal jovem, robusta, esguia, lisa. Juntos ou separados, esses adjetivos constituem algumas definições do que se considera um corpo belo, saudável, rentável ou, nos termos de Siqueira e Faria (2007: 179) um “corpo modelo”. Esse corpo se encontra em contínuo processo de identificação (cf. Hall, 2000): não há apenas uma identidade capaz de suportar as dimensões do corpo, mas uma miríade de possibilidades de identidades.

Na linguagem do senso comum a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão (Hall, 2000: 106).

Embora seja constantemente exortado a buscar padrões corporais que o definam, seja no plano individual ou no social, o ser humano prescinde cada vez menos de padronizações *a priori* e se torna cada vez mais capaz de construir, modelar sua própria imagem corporal de acordo com seus objetivos, apreensões, necessidades etc. Desse modo, um corpo musculado, por exemplo, é associado

1 Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos – Brasil – tonnyiom@gmail.com

a um corpo forte e saudável e por isso está relacionado a uma concepção de beleza jovem e lisa. Ao utilizarmos qualquer um daqueles adjetivos para nos referir a esse corpo, automaticamente iremos nos referir aos demais, porque na contemporaneidade “o músculo marca” (Courtine, 2005: 83) por sua presença e reverbera por sua atualidade na mídia. Se, em vez disso, substituíssemos o termo “corpo musculado” por “corpo magro” ou “corpo modelo”, ainda que esses termos não sejam sinônimos, o efeito remissivo seria, basicamente, o mesmo, de forma que, a partir de um processo de identificação, um indivíduo poderia se adequar ou não a um, a mais de um, a todos ou a nenhum desses termos.

No entanto, possuir um corpo adequado aos padrões atuais, organicamente funcional e em plena capacidade de uso já não basta, porque há limitações: esse corpo precisa ser constantemente alimentado e descansado; se contrair alguma enfermidade, deve ser tratado; se perder, ainda que temporariamente, alguma de suas funções sensoriais, necessita ser recuperado. Exige-se, em outras palavras, que o corpo seja constante e rapidamente atualizado, melhorado no sentido de eliminar o quanto possível, se não completamente, suas limitações orgânicas.

É os recisamente nesse sentido que a obra *O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas* estabelece um percurso ao longo dos principais dilemas contemporâneos que se situam entre a construção individual da categoria de corpo e a gestão social dos corpos. Organizado por Edvaldo Souza Couto e Silvana Vilodre Goellner e prefaciado por Guacira Lopes Louro, o debate perpassa questões como bioética, bioestética, biopoder e biotecnologia (p. 8), caracterizando a contemporaneidade como um momento que requer um profundo e contínuo processo de reflexão, no qual, de acordo com os autores,

Diante da possibilidade de um mundo em transformação, que poderá em breve dispensar o humano, vivemos a progressiva banalização da experiência humana. Essa condição nos traz imensos desafios, como a urgência de construir corpos nos ritmos acelerados das mudanças tecnológicas, enfrentar as controvérsias, reger e administrar a tecnociência, humanizar as tecnologias, estabelecer diálogos fecundos com os poderes, as instituições e as políticas para que as pessoas não se percam nos golpes e nos fascínios dos acontecimentos (Couto; Goellner, 2012: 8).

Nessa perspectiva, a obra reúne oito ensaios de importantes pensadores contemporâneos das áreas de sociologia, antropologia, pedagogia, educação física, comunicação e direito, no sentido de maximizar as possibilidades de análise, tendo em vista uma tendência à maximização das possibilidades de construção

da imagem corporal. O fundamento dessa metodologia versátil, que coloca a todo momento o leitor em diálogo com as teorias e as pesquisas empíricas, é o fato de que, pela óptica dos autores, o corpo na contemporaneidade se define por “marcas transitivas, transitórias, transponíveis. O corpo não é (mais) um dado, mas uma fabricação. Um feito e uma ficção. O corpo é o que se diz dele e o que se faz dele” (Louro, 2012: 12).

O primeiro capítulo, de autoria de David Le Breton, um dos mais importantes pensadores da sociologia do corpo, intitula-se “Individualização do corpo e tecnologias contemporâneas” (15-32). Nesse ensaio, Le Breton discute o encontro do corpo com sua obsolescência, demonstrando como a performatividade se mostra eficiente no embate entre juventude e envelhecimento, surgindo dessa interação o que o autor denomina “corpo momentâneo”. Nesse sentido, Le Breton afirma que “o corpo não passa de um habitáculo provisório de uma identidade que recusa toda forma de fixação e escolhe uma forma de nomadismo quanto à sua presença no mundo” (20). Finalizando sua contribuição, o autor se posiciona criticamente diante da ideologia trans-humanista, a qual visa à melhoria contínua do corpo pela tecnologia, seja ela biológica ou cibernética, ao ponto da extinção quase que completa do corpo orgânico.

Na sequência, o antropólogo italiano Massimo Canevacci irá relacionar arte, corpo e tecnologias audiovisuais, contribuindo para o debate com o texto “Corpos polifônicos e tecnologias digitais” (33-64). Relacionando diferentes momentos históricos com suas respectivas produções artísticas entre os anos 1950 e 2000, da fotografia ao cinema, da cultura *rock* à *rave*, passando pelo *cyberpunk*, Canevacci nos apresenta uma apreensão de corpo como paisagem, ao mesmo tempo, multifacetada e articulada. Nessa paisagem corporal, segundo o autor, a beleza é dada pelo corpo jovem, não apenas bonito, mas rebelde, e que representa o contraponto aos dissabores da vida adulta, a qual se relaciona à velhice e ao medo da obsolescência.

Com a introdução da discussão sobre a importância da juventude do corpo feita por Canevacci, a contribuição dos educadores físicos Alex Branco Fraga e Mateus David Finco lança o foco sobre a cultura digital que se tornou emblema da cultura juvenil a partir da década de 1970: os *videogames* e o cinema de ficção digital. No ensaio “O corpo abduzido da realidade para a virtualidade: imersão sensorial, movimentação interativa e vida ativa” (65-83), os autores analisam os impactos sobre os corpos da simulação corporal preconizada nos jogos de *videogames*, desde seus primórdios na década de 1960 até o momento em que o cinema hollywoodiano se apropria dessa tecnologia e investe no cinema de

ficção digital, nos anos 1980, chegando à tecnologia dos jogos de interação das décadas de 1990 e 2000.

Caracterizando um momento de transição na discussão, o texto do jurista Roger Raupp Rios, “Direito da antidiscriminação, sexo, sexualidade e gênero: a compreensão da proibição constitucional de discriminação por motivo de sexo” (85-118), insere na discussão a temática de gênero pela perspectiva do direito. O autor problematiza o corpo a partir de uma crítica ao sistema sexo/gênero na legislação brasileira, que acarreta “tratamentos desfavoráveis decorrentes da chamada ‘identidade de gênero’” (114). Para o autor, do ponto de vista jurídico “sexo e gênero são dados e fenômenos que necessitam ser apanhados e percebidos conjunta e indissociavelmente” (117), e somente tomados dessa maneira é possível avançar na discussão da antidiscriminação.

A proibição de discriminação por motivo de sexo abrange os tratamentos desfavoráveis experimentados por heterossexuais em virtude de seu sexo biológico e gênero, por homossexuais em virtude de sua orientação sexual, por travestis e transexuais em virtude de sua identidade de gênero (id.).

Essa discussão sobre o direito à diferença corporal colocada por Rios serve de introdução para a contribuição dos sociólogos Wagner Xavier Camargo e Alexandre Fernandez Vaz no texto “De humanos e pós-humanos: ponderações sobre o corpo queer na arena esportiva” (119-144). Os autores retomam a discussão do trans-humanismo, apresentada por Le Breton no primeiro capítulo, problematizando a discriminação de gênero nos esportes de alto rendimento, ao mesmo tempo em que introduzem o conceito de ciborguização corporal, processo que consiste na fusão do corpo com próteses, fármacos, *chips* etc.

Para isso, inserem o pós-humanismo como temática dividida em três vertentes: 1) a singularista; 2) a biotecnológica; e 3) a trans-humanista (126-127). Os autores observam que a ciborguização corporal tende a romper com o paradigma natureza/cultura ao subsidiar o que Beatriz Preciado denominou tecnocorpo: um corpo orgânico, pensado como natural, que se beneficia da tecnologia (cultura), “nem orgânico, nem máquina” (132). Chamam, ainda, a atenção para a problemática do tecnopoder como desdobramento das políticas engendradas pelo tecnocorpo, uma vez que “o que entra em discussão é até que ponto o ‘melhoramento genético’ nos livrará de mazelas corporais (doenças, deficiências, debilidades e afins) e não será mais uma estratégia eugênica” (127).

A discussão desses autores tende para a obsolescência, a qual serve de mote para o ensaio de Paula Sibilia “Imagens de corpos velhos: a moral da pele lisa

nos meios gráficos e audiovisuais” (145-160). A autora analisa a oposição entre “corpos poderosos” e “corpos esculhambados” (145-147), duas concepções midiáticas de corpo, um jovem e aceito, outro velho e interdito, os quais sintetizam um embate entre o envelhecimento/morte e o que a autora chama de “novas ciências da vida” (146), trazendo uma concepção de corpo redefinido. Assim, o corpo velho se torna um estigma porque está à mercê do tempo e da natureza, fazendo que as pessoas neguem seus próprios corpos “porque, nesta ‘sociedade do espetáculo’ que insta a conquistar a qualquer custo a visibilidade e a celebridade midiática para poder ‘ser alguém’, a velhice é um direito negado” (149). A busca da sociedade ocidental contemporânea, na perspectiva da autora, é por uma “moral do liso e da boa forma” (157).

Corroborando as observações de Sibilia, o texto do filósofo Edvaldo Souza Couto, “As façanhas dos extremos: o triunfo do corpo nas atividades físicas e esportivas radicais” (161-185), defende que essa moral do liso e da boa forma se transforma em uma busca pela maximização do prazer nas atividades físicas contemporâneas. A partir de uma alegoria de “desertos e oásis do corpo” (166), respectivamente os dissabores da vida contemporânea *versus* a felicidade e o bem-estar (167), Couto demonstra que “é pelo excesso que o otimismo toma conta dos viventes” (182), na busca por “gozar eternamente a boa vida” (183).

As façanhas dos extremos, esses triunfos do corpo nas atividades físicas e esportivas radicais, celebradas e reivindicadas em toda e qualquer parte, são oásis totalizantes na nossa cultura tecnológica de agitação e bem-estar (184).

Finalizando a proposta do livro, os educadores físicos Silvana Vilodre Goellner e André Luiz Santos da Silva contribuem com o exuberante ensaio “Biotecnologia e neoeugenia: olhares a partir do esporte e da cultura *fitness*” (187-210). A proposta dos autores é discutir uma possível atualização do conceito de eugenia na contemporaneidade a partir da “cultura *fitness*” (191): a “neoeugenia” (id.). De acordo com os autores, a diferença fundamental entre eugenia e neoeugenia é a perda da centralidade da hereditariedade, a qual cede seu lugar à tecnociência (196-197). “Na neoeugenia, fármacos, próteses, *chips* e dispositivos biotecnológicos diversos acoplam-se aos corpos, sendo capazes de dotá-los de força, velocidade e destreza” (197).

Observamos no todo da obra que a maximização das possibilidades de transformação corporal, segundo os autores, emerge como problemática cotidiana a partir da confluência e do avanço da biotecnologia, da informática e da cibernética entre meados do século XX e início do século XXI. Paulatinamente, os

autores demonstram alguns dos principais resultados desse avanço tecnológico observados em fatos como a criação de uma necessidade de transformação corporal por intermédio da fusão humano/máquina e da dinamização da indústria cultural por intermédio da maximização do consumo de mídias diversas.

Ora, se observamos o nascimento de um novo momento que transforma simples corpos orgânicos em “corpos espetaculares, potencializados, hígidos, performantes e ciborguizados pela técnica” (187), observamos, ao mesmo tempo, o início do crepúsculo de uma concepção de corpo meramente orgânico, assombrado pela obsolescência e fadado à morte. O trabalho empreendido pelos autores nessa coletânea de ensaios, em outras palavras, é demonstrar que o momento contemporâneo se caracteriza por uma mudança paradigmática na qual o corpo se desloca do centro para o epicentro da cultura ocidental, e é a sua diferença que o determina, a despeito da igualdade.

Se para Karl Marx o proletário do século XIX era um apêndice da máquina, caracterizando uma cisão fundamental entre ambos, na contemporaneidade humano e máquina tendem a se fundir na figura do ciborgue: um “híbrido de máquina e organismo” (Haraway, 2009: 36). O humano descobriu os benefícios da máquina para a melhoria do seu corpo, como o atleta sul-africano Oscar Pistorius, que ainda bebê teve suas pernas amputadas; no entanto, a intervenção científica transformou sua deficiência em rendimento, dando-lhe pernas artificiais extremamente mais eficientes do que as orgânicas. Ele se tornou, nas palavras de Goellner e Silva (197), “um ser híbrido de carne e fibra de carbono”.

No entanto, essa maximização do rendimento corporal por intermédio da biotecnologia e da cibernética está muito longe de ser universal, e, de fato, as análises dos autores indicam que a universalidade não é uma prerrogativa da biotecnologia. À exceção de Le Breton e Goellner e Silva, os autores procuram tangenciar essa questão – que, necessariamente, conduz a discussão aos imperativos de classe social –, e nenhum deles menciona os custos, em termos financeiros, dessa transformação corporal, limitando-se a apresentar algumas consequências no âmbito humanístico. Claramente, essa transformação corporal é uma possibilidade para alguns grupos sociais apenas.

A obra oferece, inegavelmente, importantes contribuições para uma reflexão aprofundada a respeito das dimensões do corpo na contemporaneidade, por meio de uma metodologia versátil e inteligente, partindo de uma perspectiva transdisciplinar para problematizar um corpo que tende a se tornar trans-humano ou pós-humano. Esse dinamismo científico é, sem dúvida, o amálgama que faz a obra ser bem-sucedida em sua proposta e se caracterizar como leitura

indispensável para a sociologia, de uma maneira geral, e, mais especificamente, para a sociologia do corpo.

Referências

- COURTINE, Jean-Jacques. Os stakhanovistas do narcisismo: bodybuilding e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In: SANT'ANNA, Denise B. (Org.). *Políticas do corpo*. São Paulo, Estação Liberdade, 2005, p. 81-114.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org., trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 103-133.
- HARAWAY, D. Manifesto ciborgue. In: TADEU, Tomaz (Org., trad.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, Autêntica, 2009, p. 33-99.
- SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira; FARIA, Aline Almeida. Corpo, saúde e beleza: representações sociais nas revistas femininas. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 4, n. 9, mar. 2007, pp. 171-188.

Recebido em: 10/12/2013

Aceito em: 19/03/2014

Como citar esta resenha

ROSSI, Vanberto José. Corpos transfigurados. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 259-265.